

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE

A INTEGRAÇÃO ENTRE AGRICULTURA E NUTRIÇÃO
COMO UM CAMPO ESTRATÉGICO DE AÇÃO: ANÁLISE A
PARTIR DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE
NUTRIÇÃO

Veruska Prado Alexandre

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A INTEGRAÇÃO ENTRE AGRICULTURA E NUTRIÇÃO COMO UM
CAMPO ESTRATÉGICO DE AÇÃO: ANÁLISE A PARTIR DAS
CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NUTRIÇÃO**

VERUSKA PRADO ALEXANDRE

Sob orientação do professor
Renato Sergio Jamil Maluf

Co-orientação da professora
Claudia Job Schmitt

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutor em
Ciências Sociais**, no Programa de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

**Rio de Janeiro
Novembro de 2018**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AV382i
i Alexandre, Veruska Prado, 1980-
A integração entre agricultura e nutrição como um
campo estratégico de ação: análise a partir das
Conferências Internacionais de Nutrição / Veruska
Prado Alexandre. - 2018.
201 f.

Orientador: Renato Sérgio Jamil Maluf.
Coorientadora: Claudia Job Schmitt.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,
2018.

1. Agricultura. 2. Nutrição. 3. Organização
internacional. 4. Teoria dos campos. I. Maluf, Renato
Sérgio Jamil, 1952-, orient. II. Schmitt, Claudia
Job, 1965-, coorient. III Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade. IV. Título.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 “This study was financed by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.”

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

VERUSKA PRADO ALEXANDRE

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

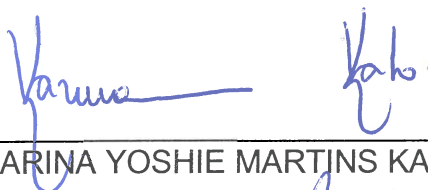
Tese aprovada em 07/11/2018.



Prof. Dr. RENATO SERGIO JAMIL MALUF (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)



Prof.ª Dr.ª CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)



Prof.ª Dr.ª KARINA YOSHIE MARTINS KATO (CPDA/UFRRJ)



Prof. Dr. JORGE OSVALDO ROMANO (CPDA/UFRRJ)



Prof.ª Dr.ª LUCIENE BURLANDY CAMPOS DE ALCÂNTARA (UFF)



Prof.ª Dr.ª ELISABETTA RECINE (UNB)

Aos que constroem a liberdade das fomes que os cercam.

A caminhada, a continuidade desta e ao que virá pela frente.

AGRADECIMENTOS

Viva esta página! Agradecer é um princípio básico para mim e não pode ser diferente neste fechamento de ciclo do doutoramento. Vou me lembrar sempre destes anos com muita gratidão às pessoas, à vida e a Deus.

As pessoas muito generosas que comigo caminharam durante todo ou parte do tempo da tese, desejo que a vida seja sempre assim com elas também. Início registrando gratidão ao meu companheiro, Markus Weiß. Obrigada por me trazer para o hoje e por comigo sonhar e gestar sobre o que virá. Obrigada pelo seu apoio e compreensão, meu amor. Você tornou esta “reta final” mais leve.

Carla Morsch, Fellipe Prado, Laila Sandroni e Valdênio Menezes são, com certeza, os melhores e mais especiais amigos de turma de doutorado que poderia ter. Não consigo falar em Direito Humano à Alimentação sem lembrar de todas as dimensões que este termo trouxe aos debates que tivemos. Se o período no RJ foi especial, foi porque vocês estavam lá também. Especial agradecimento ao Valdênio Menezes, meu tradutor e coach sociólogo, suas palavras foram como canja para recuperar de uma gripe. Neste período ganhei também outros especiais amigos e amigas, além dos acima listados e agradeço as palavras de incentivo, mensagens, carinhos enviados por Camila Maranhã, Paulo César, Bruno Prado, Bibi Cintrão, Irio Conti, Jennifer Tanaka, Yamira Rodrigues, Juanita, Nadja Ohana, Elena Wohlmacher, Farah Shroff, Tieme e Ana Carolina Gaspar. A todos da turma de mestrado 2014 e colegas das turmas de mestrado/ doutorado 2015 e 2016 com quem tive a alegria de estudar. À equipe do Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN), especialmente à Ana Gaspar e Mariana Santarelli.

Agradeço também as amigas e aos amigos que comigo estão sempre Dais Rocha, Marcinha, Vânia Marcelo, Simone Caetano, Ana Lúcia Alves, Jacqueline Lima, Gabriela Tejerina, Tânia Moura, Jill Haring, Leandro Martorell, Sandro Rodrigues. Gratidão especial à Vaninha e Simone por agregarem conforto físico para momentos chaves do processo de construção da tese e por sempre partilharem uma palavra de incentivo e carinho. “Medo se vence enfrentando!”

Agradeço imensamente a toda equipe do CPDA. Foram dois doutorados e aprendi nestes anos a também ser professora. Gratidão enorme a todos os professores e a todas as professoras do CPDA, a equipe da secretaria acadêmica, do DDAS e Redes. Especial agradecimento ao prof Renato Maluf e à profa Claudia Schmitt, orientador e orientadora deste estudo. Também registro o agradecimento a banca da qualificação e a banca da defesa desta tese.

Obrigada a minha família, com registro mais do que especial a minha mamãe Neire Sueli do Prado, irmão Danilo Prado e cunhada Gabriele, ao Leonardo e ao Gustavo, que mesmo sem entender muito, sentavam perto da mesa que eu trabalhava para “... desenhar e trabalhar com a madrinha.”. Mãe esta tese é resultado de seu apoio incondicional, você trabalhou muito para que eu pudesse estudar e me formar. Você é o exemplo de mulher que busco a cada dia me construir. Estes anos foram muito especiais e ganhei também uma família fluminense (porque são do estado e porque torcem para o “Nense”), gratidão eterna por todos os cuidados e amor Livia Brochini, Marcelo Burcci, Fernandinha, mamãe do rio Sueli e Seu Kikinho, Pedro, Naiani e André.

Agradeço também a gestão da Universidade Federal de Goiás (UFG), a direção e a toda a equipe da Faculdade de Nutrição da UFG pela licença concedida para capacitação. Especial agradecimento pelo apoio e incentivo das parceiras e parceiros que partilham o tempo na Faculdade de Nutrição da UFG: professoras, técnicos(as) e equipe de trabalhadores (as) terceirizados. Especial agradecimento também as/aos estudantes, como é bom conversar com vocês e construir juntos a nutrição que acreditamos. Agradeço ainda a Ariandeny Furtado,

Vânia Marra, Vanessa Guerra e Hamilton Amorim pela acolhida do meu tempo e por manterem viva nossa parceria.

Por fim, agradeço ao CNPq pela bolsa concedida, à CAPES pela oportunidade de ter feito um doutorado sanduíche no Canadá e à profa Hannah Wittman pela acolhida na Universidade da Columbia Britânica. Obrigada.

RESUMO

ALEXANDRE, Veruska Prado. *A integração entre agricultura e nutrição como um campo estratégico de ação: análise a partir das Conferências Internacionais de Nutrição*. 164p. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

Esta tese tem como foco a emergência, em âmbito internacional, de um conjunto de concepções e diretrizes que buscam integrar a agricultura e a nutrição, tanto do ponto de vista científico como na construção de políticas e intervenções. Este processo mobiliza, atualmente, um conjunto diversificado de atores e instituições, incluindo organismos multilaterais, instituições científicas, organizações não governamentais (ONGs) com atuação em nível internacional, movimentos sociais, diferentes segmentos ligados ao setor empresarial, entre outros, colocando em disputa visões distintas acerca da uma possível integração entre agricultura e nutrição. A pesquisa toma como objeto empírico de investigação as Conferências Internacionais de Nutrição (CINs) promovidas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e Organização Mundial da Saúde (OMS), em articulação com um conjunto mais amplo de instituições, realizadas em 1992 e 2014. Estas conferências são consideradas, na perspectiva deste trabalho, como arenas mistas, tanto pela diversidade de participantes envolvidos, como por colocar em diálogo diferentes abordagens e propostas de ação, combinando argumentos científicos e de natureza política, visando superar a má nutrição, termo que abrange tanto a desnutrição como a deficiência de micronutrientes e a obesidade. Utilizando como referência a teoria dos campos proposta por Fligstein e McAdam, a pesquisa procurou analisar as interações estabelecidas entre atores vinculados à agricultura e à nutrição, como um campo estratégico de ação. Procurou-se neste trabalho dedicar especial atenção às concepções de nutrição que têm sido enfatizadas na construção deste campo estratégico de ação. O trabalho encontra-se amparado em um esforço de pesquisa documental e na realização de entrevistas semiestruturadas, através da utilização de técnicas de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam o papel protagonista da FAO como um ator hábil, capaz de tecer relações práticas e discursivas entre diferentes atores e instituições, com elevado nível de influência na construção deste novo campo. A pesquisa também revelou que as concepções de nutrição que têm se destacado nesta integração com a agricultura, tendem a enfatizar uma visão dos alimentos como carreadores de nutrientes, dissociando os aspectos biológicos do contexto social (proximal, intermediário ou macrossocial) na análise dos fatores que determinam a má nutrição. Existe um relativo consenso entre os diferentes atores sobre a adoção do conceito de “agricultura sensível à nutrição”, identificando-se, no entanto, uma série de disputas em torno das diretrizes orientadoras das práticas de intervenção. Estas controvérsias perpassam aspectos como: abrangência da integração da nutrição às etapas das cadeias de agregação de valor, as conexões a serem estabelecidas pelos sistemas agrícolas com o ambiente e o papel dos mercados na articulação entre agricultura e nutrição. Entende-se que a construção deste campo estratégico de ação encontra-se em processo, envolvendo disputas de concepções e diretrizes de intervenção entre atores com distintas vinculações institucionais.

Palavras-chave: Nutrição. Agricultura. Organização internacional, teoria dos campos.

ABSTRACT

ALEXANDRE, Veruska Prado. The agriculture and nutrition integration as a strategic action field: an analysis of The International Conferences on Nutrition. 164p Thesis (PhD in Development, Agriculture and Society). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

This thesis focuses on the emergence, at international level, of a set of concepts and guidelines that seek to integrate agriculture and nutrition, both from a scientific point of view and from the construction of policies and interventions. This process, currently, mobilizes a diverse set of actors and institutions, including multilateral organizations, scientific institutions, international non-governmental organizations (NGOs), social movements and different segments linked to the business sector, among others. That results in a dispute of visions about a possible integration between agriculture and nutrition. This research takes as an empirical object of investigation the International Conferences on Nutrition (ICNs) promoted by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and World Health Organization (WHO), in articulation with a wider set of institutions, carried out in 1992 and 2014. These conferences are considered, in the perspective of this work, as mixed arenas, both for the diversity of involved participants and also for putting in dialogue different approaches and action proposals, combining scientific and political arguments, aiming to overcome malnutrition, term that refers to undernutrition, micronutrient deficiency and obesity. Using the Theory of Fields proposed by Fligstein and McAdam as reference, this research sought to analyze the established interactions between actors linked to agriculture and nutrition, as a strategic action field. Special attention was given to the concepts of nutrition that have been emphasized in the construction of this strategic action field. The work is supported by a documental research effort and semi-structured interviews, through the use of content analysis techniques. The results highlight the role of the FAO as a skillful actor, capable of establishing practical and discursive relations between different actors and institutions, with a high level of influence in the construction of this new field. The research also revealed that nutritional conceptions that have stood out in this integration with agriculture tend to emphasize a view of food as carriers of nutrients, dissociating the biological aspects of the social context (proximal, intermediate or broad level) in the analysis of the factors that determine malnutrition. There is a relative consensus among the different actors on the adoption of the concept of "nutrition sensitive agriculture". However, several disputes around the guiding principles of intervention practices were identified. These controversies include aspects such as: the integration of nutrition into the steps of food value chains, the linkages to be established by agricultural systems with the environment, and the role of markets in linking agriculture and nutrition. It is understood that the construction of this strategic field of action is in process, involving disputes of conceptions and guidelines of intervention between actors with different institutional links.

Key Words: Nutrition. Agriculture. International Organization. Theory of Fields.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Estrutura e componentes gerais do Plano de ação para a Nutrição aprovado no âmbito da Conferência Internacional de Nutrição, 1992.	41
Quadro 2. Descrição dos setores a serem envolvidos em ações intersetoriais, estratégias e níveis de atuação para o alcance do bem-estar nutricional para todos.	45
Quadro 3. Documentos preparatórios da Conferência Internacional de Nutrição 2014 e identificação dos textos analisados nesta tese.	47
Quadro 4. Fontes de informações sobre eventos (encontros) internacionais e publicações estratégicas sobre alimentação e nutrição.	59
Quadro 5. Linha do tempo de eventos internacionais relevantes à agenda da nutrição, 1990-2016.	61
Quadro 6. Agentes institucionais que participaram de eventos que compuseram a programação oficial da Conferência Internacional de Nutrição 2014.	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Frequência de ocorrência de palavras no relatório final da Conferência Internacional de Nutrição, 1992.	42
Figura 2. Síntese do conceito de bem-estar nutricional, dos fatores que o influenciam e das ações e estratégias identificadas a partir da análise do relatório final da Conferência Internacional de Nutrição, 1992.	46
Figura 3. Frequência de ocorrência de palavras no relatório final da Conferência Internacional de Nutrição, 2014.	52
Figura 4. Síntese do conceito de “melhor nutrição para todos”, dos fatores que influenciam o alcance deste objetivo e das ações e estratégias identificadas no relatório final da Conferência Internacional de Nutrição 2014.	54
Figura 5. Representação esquemática da integração entre agricultura e nutrição segundo análise dos documentos finais da Conferência Internacional de Nutrição 1992.	72
Figura 6. Representação esquemática da integração entre agricultura e nutrição segundo análise dos documentos finais da Conferência Internacional de Nutrição 2014.	73
Figura 7. Fundamentos conceituais e abordagens que orientam as práticas em torno das relações entre agricultura e nutrição emergentes da análise de documentos publicados no contexto da Conferência Internacional de Nutrição 2014.	77
Figura 8. Mapa dos autores que trouxeram citações sobre os fundamentos teóricos do conceito de ASN e, também, aqueles que descreveram abordagens que informam práticas no contexto de textos publicados no período pré Conferência Internacional de Nutrição, 2014.	94

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

ABRASCO	Associação Brasileira em Saúde Coletiva
ACDI/VOCA	Agricultural Cooperative Development International and Volunteers in Overseas Cooperative Assistance
ACF	Action contre la Faim International
Ag2Nut	Agriculture-Nutrition Community of Practice
APLU	Association of Public and Land-grant Universities
ASN	Agricultura sensível à nutrição
BI	Bioversity International
BINGO	Business and industry Non-Governmental Organizations
CFS	The UN Committee on World Food Security
CGIAR	Consultative Group on International Agricultural Research
CIDA	Canadian International Development Agency
CIN	Conferência Internacional de Nutrição
CINs	Conferências Internacionais de Nutrição
COEP/ UERJ	Comissão de Ética na Pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPDA/UFRRJ	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
CCRP	Crop Collaborative Research Program
CSA	Comitê Mundial de Segurança Alimentar
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DSS	Determinantes Sociais da Saúde (DSS)
EC	European Commission
FANUT-UFG	Faculdade de Nutrição, da Universidade Federal de Goiás
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations/ Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FSN Forum	Global Forum on Food Security and Nutrition
Global Hort	Global Horticulture Initiative
HKI	Helen Keller International
HLPE	High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition do Comitê de Segurança Alimentar
HLTF	UN Secretary-General's High Level Task Force on the Global Food Security Crisis
ICN	International Conference on Nutrition
IDS	Institute for Development Studies
IFPRI	International Food Policy Research Institute
IMC	Índice de massa corporal
InSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OGM	Organismos geneticamente modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PINGO	Public interest Non-Governmental Interest

PMA	Programa Mundial de Alimentos / World Food Program (WFP)
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SA	Segurança Alimentar
SAeN	Segurança alimentar e nutrição
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SUN	Scaling Up Nutrition Movement
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UN	The United Nations
UNESCO	United Nations Education, Science and Culture Organization/ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	United Nations Children's Fund / Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNSCN	The United Nations System Standing Committee on Nutrition/ Comitê Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas
USAID	The United States Agency for International Development
WEF	World Economic Forum
WFP	World Food Programme / Programa Mundial de Alimentos (PMA)
WHA	World Health Assembly
WHO	World Health Organization
WTO	World Trade Organization

CONVENÇÕES

Optou-se pelo uso de aspas simples para destacar títulos de documentos, textos, chamadas de eventos. O uso de aspas duplas indica conceitos ou termos que a autora desejou dar destaque especial no texto, seja para ressaltar algum significado, pela ideia contraditória ou múltiplos sentidos que carregam, ou pela necessidade de destacá-los como uma expressão que se encontra ancorada em uma definição oficial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
ARCABOUÇO TEÓRICO	20
OBJETIVOS	24
METODOLOGIA	25
PROCEDIMENTOS ÉTICOS	26
OS CAPÍTULOS	27
 CAPÍTULO 1. AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NUTRIÇÃO COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE ESTUDO	 28
1.1 A FAO e a OMS	29
1.2 AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NUTRIÇÃO	32
1.3 A 1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE NUTRIÇÃO, 1992	34
1.4 A 2ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE NUTRIÇÃO, 2014	47
1.5 POR QUE AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NUTRIÇÃO?	58
1.6 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	63
 CAPÍTULO 2. A CONSTRUÇÃO DO CAMPO ESTRATÉGICO DE AÇÃO: ATORES, CONCEPÇÕES E DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES AGRÍCOLAS VOLTADAS À NUTRIÇÃO	 67
2.1 A AGRICULTURA QUE SE FALA	68
2.2 AGRICULTURA SENSÍVEL À NUTRIÇÃO	77
2.3 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	95
 CAPÍTULO 3. A INTEGRAÇÃO ENTRE AGRICULTURA E NUTRIÇÃO NAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NUTRIÇÃO: LEITURA DA CIÊNCIA DA NUTRIÇÃO	 99
3.1 A CIÊNCIA DA NUTRIÇÃO: ASPECTOS DA TRAJETÓRIA	99
3.2 ABORDAGENS CENTRADAS EM NUTRIENTES E EM ALIMENTOS	103
3.3 AS INTERVENÇÕES VOLTADAS À NUTRIÇÃO	107
3.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	110
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 113
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 116
 APÊNDICES	 143

1. INTRODUÇÃO

Nesta tese exploro a construção das relações entre nutrição e agricultura enquanto um campo estratégico de ação voltado para a superação da má nutrição. A reconstrução sociológica deste campo é realizada a partir da identificação de atores, concepções e diretrizes de intervenção que emergem no contexto das Conferências Internacionais de Nutrição (CIN). As análises e interpretações aqui apresentadas são resultado de um diálogo interdisciplinar envolvendo, de um lado, a sociologia e, de outro, as ciências da saúde. Esta construção advém de minha formação como nutricionista e da busca por uma qualificação, em nível de doutorado, no campo das Ciências Sociais.

As CINs foram promovidas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), nos anos de 1992 (CIN 1992) e 2014 (CIN 2014). Estas conferências serão consideradas, no âmbito deste trabalho, como arenas mistas, tanto pela diversidade de participantes envolvidos (BRINSDEN; LANG, 2015), como pelo fato de colocarem em diálogo, em um espaço comum de interação, diferentes abordagens e propostas de ação, combinando argumentos científicos e de natureza política (FAO, 2014a), visando a construção de acordos e recomendações oficiais para a melhoria da nutrição em nível global.

Ambas as CINs produziram documentos oficiais onde estão descritas recomendações voltadas para a superação das condições associadas à má nutrição em todas as suas formas (FAO; WHO, 1992; 2014). A má nutrição é compreendida como um conceito amplo, associado a condições fisiológicas como desnutrição, deficiência de micronutrientes ou obesidade (BLÖSSNER; ONIS, 2005; FAO, 2018b; MEIER; STRATTON, 2008; PATEL, 2012). Do ponto de vista biológico, pode ser definida como o estado em que a deficiência ou excesso de energia, proteína ou outros nutrientes, causam efeitos adversos e indesejados ao corpo humano (MEIER; STRATTON, 2008), ou uma condição de ingestão dietética inadequada em relação às necessidades individuais (HLPE Report, 2017). O estado nutricional é um resultado de situações biológicas e sociais, mas também um fator de risco ou proteção para outras condições de saúde, influenciando o crescimento e desenvolvimento de crianças, a saúde de mulheres e idosos, podendo conduzir a um maior ou menor risco na ocorrência de doenças infecciosas e de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). A má nutrição é também relacionada a um comprometimento da aprendizagem e a uma baixa produtividade no trabalho (FAO, 2018; PATEL, 2012).

Dados sobre o estado de segurança alimentar e nutrição (SAeN) divulgados pela FAO descrevem que 815 milhões de pessoas no mundo estão subnutridas, 155 milhões de crianças menores de cinco anos apresentam baixa estatura para idade (indicador para subnutrição crônica) e 52 milhões de crianças apresentam baixo peso para a idade (FAO et al, 2017). A distribuição destas pessoas no mundo é diferente, sendo a maioria dos casos de subnutrição presentes em países africanos. No mesmo relatório é também descrito o aumento da prevalência de excesso de peso em adultos e crianças, totalizando em 2016, 41 milhões de crianças com excesso de peso (FAO et al, 2017). Estes e tantos outros dados reforçam a compreensão de que a má nutrição é um grave problema de saúde coletiva, dada a sua ampla ocorrência populacional.

Um modelo explicativo amplamente valorizado e disseminado tanto pela OMS como por especialistas do campo da saúde e nutrição, descreve a carga de doenças que acometem as pessoas em diferentes países pela influência dos chamados determinantes sociais da saúde -

DSS (MARMOT, 2005; BUSS, 2007; BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007; OMS, 2010; ACOSTA; FANZO, 2012). Nesta tese este modelo dos DSS é utilizado também na explicação das causas da má nutrição, sendo determinantes da má nutrição próximos aos indivíduos os padrões de consumo de alimentos e a capacidade do organismo humano em aproveitar adequadamente os nutrientes veiculados por estes. Como determinantes intermediários têm-se as formas de organização da produção agrícola, a disponibilidade efetiva de alimentos, a educação, o acesso a serviços sociais e de saúde, a habitação, o emprego, dentre outros aspectos. São identificados, ainda, como macrodeterminantes, as políticas e os contextos socioeconômico, cultural e ambiental que as pessoas vivem (REIDPATH et al, 2002; ACOSTA; FANZO, 2012; HEADEY, 2013; UNICEF, 2015; FAO, 2018b). Estes aspectos macrosociais podem também ser entendidos como circunstâncias ou condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham e que influenciam não somente na ocorrência da má nutrição, como também a resposta às intervenções voltadas à superação deste problema (MARMOT, 2005). Outro ponto que emerge desta abordagem acerca dos determinantes sociais da má nutrição diz respeito ao fato de que a presença das diferentes formas de má nutrição na sociedade é uma consequência das iniquidades sociais às quais indivíduos são expostos, da ausência ou incipiente acesso a direitos básicos como alimentação, trabalho decente e saúde. Trata-se de uma compreensão de que os processos de saúde-doença das pessoas são determinados por questões mais amplas como as formas de organização social vivenciadas pelos indivíduos e o ambiente ao qual se encontram coletivamente expostos (BREILH, 1991; ZIONI; WESTPHAL, 2007).

A resposta as condições de má nutrição nem sempre foram as mesas. Até os anos 1990 as intervenções voltadas para a nutrição buscavam combater em especial a fome e a deficiência de micronutrientes, através de um enfoque centrado na quantidade ingerida de alimentos. Com a alteração do perfil de morbimortalidade, expresso principalmente pelo aumento da ocorrência das DCNTs, a exemplo da obesidade, no final da década de 1990 as intervenções direcionadas à nutrição passaram a considerar, também, recomendações direcionadas a qualidade da alimentação, tentando assim incidir na redução da prevalência de excesso de peso e obesidade (RUEL; ALDEMAN, 2013). Atualmente, não há dúvida de que quando se fala em má nutrição, deve-se considerar esta dupla face e carga de condições associadas, sendo tanto a subnutrição como a obesidade faces de um mesmo problema (MONTEIRO; CONDE; POPKIN, 2004; NCD-Risc, 2017).

Durante as últimas décadas as recomendações voltadas para o combate à má nutrição dizem respeito ao acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas às necessidades nutricionais. O enfoque na quantidade de alimentos tem como objeto reduzir a ocorrência da fome e da desnutrição. O enfoque sobre qualidade dos alimentos contribui como medida preventiva para o excesso de peso e obesidade ao recomendar consumo reduzido de alimentos ricos em gorduras e açúcares. No caso das deficiências de micronutrientes, as intervenções incentivam o consumo de alimentos com maior quantidade de micronutrientes específicos (ferro, vitamina A), a fortificação de alimentos básicos disponíveis para consumo e pela suplementação específica de um ou de um conjunto de micronutrientes para populações ou grupos etários em situação de vulnerabilidade. Estas recomendações são baseadas no consumo de alimentos disponíveis, tendo como referência as quantidades de calorias, macronutrientes e micronutrientes ofertados.

Chamou atenção neste processo de construção do objeto de estudo do doutorado mudanças que vêm sendo observadas no debate do campo nutrição que não mais tem sido circunscrito ao aspecto do consumo dos alimentos disponíveis. Neste sentido, o setor agrícola passou a ser olhado não somente pelo seu potencial de ofertar alimentos nas quantidades

adequadas para suprir as necessidades alimentares e nutricionais da população, mas também pela sua capacidade de ofertar alimentos com melhor qualidade nutricional¹.

Esta oferta de alimentos em quantidade, mas também com qualidade nutricional diferenciada, uma característica vinculada a composição de nutrientes dos alimentos, traz um novo papel ao setor agrícola no campo das intervenções voltadas para a superação da fome e da má nutrição. Como tem sido proposto por alguns autores, a má nutrição expressa uma condição que tem em sua origem um conjunto complexo de fatores relacionados ao sistema alimentar, em especial com a cadeia de abastecimento, ambiente alimentar e comportamentos de consumo (MONTEIRO; CONDE; POPKIN, 2004; TANUMIHARDJO *et al*, 2007; HLEP Report, 2017; IPES-Food, 2017). No entanto, esta não é uma abordagem predominante e encontram-se outras correntes em que a atuação sobre a condição fisiológica de má nutrição se dá por intervenções baseadas em determinantes mais próximos aos indivíduos como ao aspecto de consumo de uma dieta saudável a partir dos alimentos disponíveis, sem intervenções com maior abrangência (KAC; PROENÇA; PRADO, 2011; PELLETIER *et al*, 2012; NESTLE, 2013).

As distintas conjunturas em que as CINs ocorreram, e o intervalo de tempo que separa esses dois eventos, pode favorecer o estudo das transformações ocorridas, ao longo das últimas décadas, nas concepções e na trajetória das intervenções voltadas à nutrição. A terminologia “intervenções voltadas para a nutrição”, é uma referência à ação para a superação dos problemas nutricionais, referindo assim as atividades com enfoque individual ou de base populacional, onde encontram-se os programas, projetos e políticas (HUGHES; MARGETTS, 2011).

Se, originalmente, o foco principal das intervenções voltadas para a nutrição era a disponibilidade quantitativa de alimentos e sua acessibilidade às populações atingidas pela má nutrição, verifica-se, no horizonte de realização das duas CINs, a emergência de novas abordagens que irão influenciar não apenas as disputas internas ao campo da nutrição, mas que passam a impulsionar uma série de interações com outros atores, sobretudo com aqueles, direta ou indiretamente, vinculados à produção agrícola. A disponibilidade de alimentos de melhor qualidade nutricional, como forma de superar a má nutrição, torna-se, nessa perspectiva, uma importante demanda dirigida ao sistema agroalimentar. Neste novo contexto o setor agrícola também assume diferentes vínculos com o problema da superação da fome e da má nutrição.

A visão que prevaleceu, internacionalmente, a partir do final da Segunda Guerra Mundial era de que a agricultura deveria garantir uma produção em quantidade adequada de alimentos para todos², cabendo, neste contexto, à nutrição orientar melhores escolhas

¹Como veremos mais adiante, a demanda por uma agricultura capaz de produzir alimentos com melhor qualidade nutricional tem sido objeto de diferentes interpretações. A conservação da biodiversidade e o incentivo a sistemas produtivos diversificados, nos termos propostos pela agroecologia, são uma das possíveis imagens de uma agricultura integrada à nutrição. A modificação genética das sementes, como no caso dos produtos biofortificados, tem sido apontada, em uma outra direção, como outro possível caminho para a melhoria nutricional dos alimentos produzidos (MANOS, 2017).

² Esta periodização foi inspirada pelo debate proposto Friedmann (1982; 2005) e Friedmann e McMichael (1989) sobre a abordagem dos regimes alimentares. Friedmann e McMichael (1989) explicitam organização de diferentes regimes alimentares no período pós-segunda guerra mundial. Durante aproximadamente duas décadas após a segunda guerra o mundo vivenciou uma ordem alimentar internacional baseada na manutenção de excedentes de grãos, um padrão de consumo orientado pela ampliação da quantidade de alimentos produzidos, em associação com o aumento da oferta de diversidade de produtos processados, garantindo o acesso de todos os trabalhadores a alimentos de baixo custo. Neste período Friedmann e McMichael (1989) afirmam a emergência de um regime “mercantil-industrial” cuja periodicidade é ligada ao período de 1947 a 1973. O colapso deste regime alimentar na década de 70, quando da crise do preço de alimentos e da possibilidade concreta de retorno da insegurança alimentar em massa em países que conseguiram superar esta condição no pós-segunda guerra, fez emergir um novo regime denominado por Friedmann (2005) como regime alimentar corporativo-ambiental e por McMichael (2005) como regime alimentar das corporações (FRIEDMANN, 1982, 2005). Em termos de arranjos o regime

alimentares. Isso implica em dizer, sob a ótica da nutrição que o combate à fome, à desnutrição e às deficiências de micronutrientes era alcançado por meio de acesso a alimentos e pelo aproveitamento integral dos mesmos. O excesso de peso e obesidade poderiam ser controlados pelo consumo de alimentos com melhor qualidade nutricional e menor densidade energética. Nesta explicação observa-se uma relativa dissociação entre a agricultura e a nutrição. Nessa divisão de tarefas, o setor agrícola responsabilizava-se, pelo menos hipoteticamente, pela produção de alimentos em quantidade suficiente para alimentar a todos e o campo da nutrição por produzir orientações sobre a melhor forma de consumir estes alimentos. No período mais recente o setor agrícola passou a assumir, também, o papel de ofertar alimentos com qualidade diferenciada de nutrientes, principalmente de micronutrientes como vitamina A e zinco. A agricultura continua a ser entendida como produtora de alimentos em quantidades suficientes para alimentar a todos, mas passa a ser demandada como provedora de alimentos ricos em micronutrientes, portanto, de melhor qualidade nutricional.

Esta configuração de integração entre agricultura e nutrição tem aparecido em debates realizados por diferentes atores, como as organizações internacionais, a exemplo da FAO, por Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições internacionais de pesquisa (RECINE; BEGHIN, 2014). Esta integração tem sido associada a ideia de fortalecimento de uma atuação intersetorial voltada para a eliminação da fome e da má nutrição. E, mais recentemente, vinculada ao debate em torno da agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)³ buscando estabelecer conexões entre um setor agrícola produtivo, promotor da diversidade alimentar, ecológico e socialmente sustentável com o acesso a uma dieta saudável e a melhoria na nutrição humana (JONES; EJETA, 2015; UN, 2015; UN, 2016; 2017). No entanto, poucos estudos têm explorado este aspecto dos atores, institucionais e individuais, que têm atuado no estímulo a esta integração entre nutrição e agricultura como objeto de análise e reflexão.

Cabe também observar que, ao longo das últimas décadas, o Brasil alcançou destaque no cenário internacional na formulação de abordagens e na promoção de ações intersetoriais que buscam integrar a alimentação e a nutrição, expressas em um conjunto de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BURLANDY, 2009) e pela abordagem intersetorial adotada no âmbito das políticas de alimentação e nutrição pelo Ministério da Saúde (ALVES; JAIME, 2014).

Esforços com distintas origens, a saber, organizações internacionais vinculadas ao desenvolvimento, painéis de especialistas de distintas áreas ou grupos de pesquisa têm procurado ressaltar as relações entre a agricultura e nutrição. Tratam-se de reflexões que destacam a interação entre nutrição e agricultura partindo da reflexão sobre aumento da oferta de nutrientes (HAWKES; RUEL, 2006; DUBÉ; PINGALI; WEBB, 2012; SIMOPOULOS; BOURNE; FAERGEMAN, 2013); outros tratam dos impactos das relações existentes entre um bom estado nutricional e o próprio desenvolvimento da agricultura (WORLD BANK, 2007;

corporativo-ambiental voltou-se para o desenvolvimento de tecnologia e debate em torno da qualidade de alimentos vinculada ao processamento de alimentos. Buscou-se uma modificação do padrão de consumo pela valorização de frutas e hortaliças, fontes de micronutrientes, como vitaminas e minerais, e não somente quanto a oferta de grãos e derivados animais, fontes de energia e proteína. Para melhor apropriação desta literatura, recomenda-se a leitura de Friedmann (1982; 2005), Friedmann e McMichael (1989) e McMichael (2005).

³ Elaborados no âmbito da ONU, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem ser implantados até o ano de 2030 visando “... acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais.” (ONU, 2015). Este esforço global é uma ação de continuidade dos chamados Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).

WENHOLD et al, 2007; SCHOONBEEK et al, 2013). Recentemente, duas publicações construídas em formato de painel de especialistas analisaram evidências científicas que apontam para uma integração entre agricultura e nutrição a partir da abordagem de sistemas alimentares. O Painel de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional da FAO (High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition - HLPE) lançou, em outubro de 2017, um estudo sobre a nutrição e os sistemas alimentares (CFS; HLPE, 2016). Em novembro deste mesmo ano, o IPES-Food (2017), publicou o documento ‘Untravelling the Food–Health Nexus: Addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems’. Ambas as publicações apresentam recomendações, construídas à luz de evidências científicas, para tomadores de decisão, com distintas inserções em espaços de intervenção direta ou indiretamente relacionados à alimentação e nutrição (HLPE, 2017; IPES, 2017). Destacamos, aqui, estes trabalhos na medida em que se constituem exercícios de formulação que buscam influenciar processos políticos de tomada de decisão a partir de uma perspectiva sistêmica.

Como nutricionista e doutoranda em ciências sociais, estudar as relações entre a nutrição e agricultura é fundamental para (re)afirmar que esta conexão é necessária, existe e deve ser fortalecida. No entanto, é preciso também contextualizar que esta integração se dá em um ambiente de disputas, onde, por exemplo, vertentes da ciência da nutrição informam uma maior ou menor necessidade de integração. Outro elemento de contexto se dá no próprio desafio de construir caminhos de uma integração que a luz de algumas práticas profissionais pode ser óbvia, mas que para a maior parte dos nutricionistas e outros trabalhadores do campo da saúde é um tema secundarizado. Minimamente, espera-se que este exercício possa potencializar a inserção do debate sobre produção de alimentos no campo da saúde e da ciência da nutrição, a partir de uma abordagem que una a visão sobre consumo e produção de alimentos de forma interdependente. Responder às demandas por uma alimentação saudável passa, obrigatoriamente, no âmbito das políticas públicas, por uma atuação integrada entre diferentes setores, assim como a efetiva superação dos problemas nutricionais que ainda acometem diversas populações do mundo exige um olhar integrado e interdisciplinar sobre a nutrição e os alimentos.

Neste momento pode-se perguntar que críticas pode-se ter a esta integração entre agricultura e nutrição? Em alguma medida esta sempre existiu e se agora avança para além da questão da oferta de alimentos em quantidades adequadas, é algo que deve (e de fato é) ser considerado positivo e necessário para superar problemas tão complexos como são a desnutrição, as deficiências de micronutrientes e as DCNTs, como a obesidade. No entanto, nesta tese analisa-se o risco de adoção de abordagens reducionistas sobre a nutrição ou sobre os alimentos no contexto da integração entre nutrição e agricultura. Esta leitura emerge do debate inserido dentro da ciência da nutrição sobre a existência de reducionismos. Este tema é explorado no capítulo 3 e compreendido a luz da dissociação entre aspectos biológicos dos sociais, culturais, políticos e ambientais que cercam as relações entre alimentos e nutrientes, mas também pela fragmentação entre alimentos e nutrientes, tanto como objetos de estudo como enquanto foco das intervenções relacionadas à nutrição.

Esta tese busca compreender a ênfase sobre propostas de uma atuação integrada entre agricultura e nutrição por meio da análise dos atores, das concepções e diretrizes orientadoras das práticas de intervenção que têm sido disseminadas a partir das CINs. Compreende-se que a integração entre nutrição e agricultura ocorre por meio dos alimentos (JOHNSON-WELCH et al. 2005; WILKINS, 2009) e pode ser potencializada através da alimentação, entendida, aqui, como o ato que possibilita a apropriação destes alimentos. Não desconsiderando que o ato de se alimentar encontra-se associado a uma série de outras práticas, como produzir, processar,

comprar/consumir, e que são também influenciadas pelos distintos modos como as relações existentes entre alimentos e nutrientes são formuladas e interpretadas.

ARCABOUÇO TEÓRICO

Este estudo adota o conceito de campo estratégico de ação a partir das contribuições de Fligstein (2001; 2007) e Fligstein e MacAdam (2012). Os campos são ordens sociais em que forças atuam na sua estruturação e modelagem, são arenas onde os agentes se relacionam e disputam posições (BOURDIEU; 2005; BOURDIEU; WACQUANT, 2005). A formação do campo se dá pela participação de atores que possuem algum tipo de relação com as questões em jogo neste espaço social, seja pelo potencial de serem afetados ou pela capacidade de interferir de forma mais direta sobre o campo. Esta participação pode se dar, também, em função de sua relação com campos próximos, ou pelas relações mantidas com agentes internos (BOURDIEU; 2005). Neste sentido, o campo é a expressão de uma situação ou de uma configuração, ou seja, não se trata necessariamente um espaço físico concreto de interação (FLIGSTEIN, 2001). Das abordagens em torno da teoria de campo existentes nas Ciências Sociais, optou-se pela teoria dos campos de Fligstein e MacAdam⁴, considerada como uma derivação das contribuições do sociológico Pierre Bourdieu. Fligstein e MacAdam construíram uma proposta analítica que enfatiza pontos considerados importantes para a compreensão do objetivo de estudo desta tese, como a busca por compreender o papel dos atores na construção da ação coletiva, analisar as estratégias e formas de cooperação estabelecidas entre os diferentes agentes que participam do campo, assim como entre distintos campos (FLIGSTEIN; MACADAM, 2012). Este esforço constitui um arcabouço analítico que busca superar a dicotomia entre o macro e o micro, ou ainda o enfoque sobre conflitos e hierarquias entre os indivíduos na análise sociológica⁵ (FLIGSTEIN, 2001; FLIGSTEIN; MACADAM, 2012; FLIGSTEIN; VANDEBROECK, 2014).

Nos termos propostos por Fligstein e MacAdam (2012), o campo é entendido como um espaço de relações socialmente construído, ou ainda, como uma ordem social de nível intermediário. Neste espaço social, os atores sociais (individuais ou coletivos), interagem uns com os outros, com base em entendimentos compartilhados (mas não necessariamente consensuais) acerca dos propósitos do campo, suas relações com outros campos e as regras que governam a ação legítima neste espaço de relações (FLIGSTEIN; MACADAM, 2012).

⁴ Em entrevista Fligstein explora que a trajetória de construção da teoria dos campos estratégicos de ação tem origem na leitura empírica da atuação de movimentos sociais (sociologia dos movimentos sociais) e das corporações estadunidenses (sociologia econômica). Afirmar, nesta entrevista, a proeminência da adoção da teoria dos campos para o estudo sobre as organizações internacionais “... *one of the places where our field theory is having an impact is on the study of international organizations and the construction of social fields to engage in forms of collective action. Scholars interested in topics like climate change, human rights, the creation of rules for international trade, all face studying organizational arenas that are the social construction of the organizational players*” (p. 113, FLIGSTEIN; VANDEBROECK, 2014). Para saber mais recomenda-se a leitura de Fligstein e Vandebroek (2014).

⁵ A teoria dos campos de Fligstein e MacAdam (2001) busca compreender como indivíduos e coletivos criam a ação coletiva a partir da cooperação, se diferenciando da abordagem de Bourdieu, que tende a análise da atuação individual e sobre as disputas entre os atores individuais (FLIGSTEIN; MACADAM, 2012; FLIGSTEIN; VANDEBROECK, 2014). Candido et al (2018) afirma, no entanto, que a abordagem de Bourdieu é mais crítica sobre as assimetrias de poder do que a construída por Fligstein e MacAdam, que expressam uma compreensão mais pragmática e “... menos negativa sobre o exercício do poder.” (p. 78). No entanto, esta crítica de Candido et al (2018) não é uma interpretação consensual, sendo aqui colocada como elemento para debates futuros.

Nesta tese, as interações estabelecidas nas últimas décadas entre agricultura e nutrição, mobilizando, no contexto internacional, um conjunto heterogêneo de atores, com forte participação de organismos como a FAO, foram identificadas como um campo estratégico de ação. Especial atenção foi dedicada ao longo da pesquisa à análise das concepções e diretrizes de ação em disputa neste espaço de interações e ao modo como determinados enfoques, oriundos da ciência da nutrição, são legimitados, ou não, no bojo das disputas que se estabelecem nesse espaço social emergente. As CINs realizadas em 1992 e 2014 foram consideradas como um ponto de entrada privilegiado para o estudo dos processos associados à constituição das relações entre agricultura e nutrição como um campo estratégico de ação.

Fligstein descreve os campos como o reflexo de processos políticos (FLIGSTEIN; VANDEBROECK, 2014). Estes se constituem como espaços dinâmicos de interação, que se transformam em função das situações e das disputas que se estabelecem entre os distintos atores, mantendo, ao mesmo tempo, um certo nível de identidade, em função de significados, valores e interesses compartilhados, e que se perpetuam ao longo do tempo (CANDIDO et al, 2018).

As visões de mundo compartilhadas por seus participantes figuram como um fator importante, tanto para a mobilização como para a estabilização de um determinado campo. Como observam Fliegstein e McAdam (2012, p. 86), “um campo emergente de ação constitui-se como uma arena socialmente construída, ocupada por dois ou mais grupos, cujas ações se orientam um para o outro, mas que ainda precisam desenvolver uma ordem estável capaz de rotinizar, de uma forma mais efetiva, as relações estabelecidas no campo”. A constituição e estabilização de um campo demanda que os atores consigam alcançar um relativo consenso em pelo menos quatro questões: (i) uma compreensão geral compartilhada sobre o que está em disputa no campo; (ii) uma definição relativamente consensual do papel e da posição de poder a ser ocupada por determinados atores, que ocupam posições-chave (e relativamente fixas) neste espaço de relações; (iii) um entendimento comum acerca das regras que governam as interações dentro do campo; (iv) um quadro interpretativo amplo, elaborado por atores estratégicos, individuais e coletivos, que dá sentido a estas interações.

No caso específico deste trabalho, a análise dos documentos produzidos no âmbito das CNIs, complementada pela realização de entrevistas semiestruturadas, serviu de base para o estudo dos quadros interpretativos compartilhados pelos atores presentes nas Conferências. A estratégia metodológica adotada tomou como fio condutor as intervenções voltadas à nutrição acionadas, no contexto das conferências, particularmente no que diz respeito às relações entre alimentos e nutrientes. Um dos objetivos centrais deste trabalho foi justamente compreender de que maneira determinados enfoques, oriundos da ciência da nutrição, foram incorporados pelos atores aos quadros de referência elaborados no contexto das CINs, particularmente na CIN realizada em 2014, refletindo-se na legitimação de determinadas abordagens acerca das relações a serem estabelecidas entre nutrição e agricultura, com repercussões importantes do ponto de vista da trajetória das intervenções voltadas à nutrição.

Conforme anteriormente assinalado, a disseminação de ideias sobre as relações entre nutrição e agricultura, como campos do conhecimento e áreas de intervenção, tem sua origem em atores distintos. A maioria dos agentes sociais presentes nas Conferências encontra-se direta ou indiretamente vinculada ao setor agrícola e ao campo da nutrição, em função de sua atuação em ONGs internacionais, institutos de pesquisa, universidades, organizações internacionais etc. Interessa-nos, sobretudo, neste trabalho analisar as concepções em disputa em torno das relações entre agricultura e nutrição disseminadas nas CINs tomando como eixo de análise as intervenções vinculadas à nutrição. As Conferências foram selecionadas como espaços empíricos de investigação em função da sua relevância para o processo de formação do campo

e por se constituírem como eventos internacionais, de ampla repercussão, convocados por atores-chave envolvidos neste debate.

Para compreender as interações que se estabelecem entre os atores, seja no nível interno ou entre diferentes campos, Fligstein e McAdam (2012) desenvolvem o conceito de “habilidade social”, entendida como a capacidade que atores (individuais ou institucionais) têm de levar os outros a cooperar ou motivar outros atores a participar de uma ação coletiva. A habilidade social é considerada como um recurso distribuído de forma aleatória entre os atores sociais do campo e que pode, ou não, ser potencializado em função de uma intersecção entre diferentes tipos de capitais (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Esta ação indutora é fundamental para a construção e reconstrução de ordens sociais locais e pode ser realizada por meio de coerções, sanções, acordos, estratégias de motivação, entre outras ações. Da mesma forma, diversas táticas podem ser empregadas buscando persuadir os atores a cooperar, incluindo a construção de um marco conceitual, a definição de agenda, a intermediação, etc. Neste sentido, atores sociais hábeis conhecem as relações e as posições dos diferentes participantes do campo e buscam, a partir deste reconhecimento, influenciar na decisão de cooperar destes atores. Estes agentes hábeis, sejam eles tomadores de decisão, gestores, pesquisadores, líderes ou elites, sabem que devem continuamente produzir leituras que expressem sua visão de mundo, os problemas a serem superados e como estes devem ser resolvidos para induzir a cooperação tanto de seus aliados como de seus opositores (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

Na teoria dos campos estratégicos de ação contempla, ainda, como objeto de análise o estado do campo, sendo descritos três estados possíveis: campos emergentes, campos estáveis e campos em crise (FLIGSTEIN; MACADAM, 2012). Campos emergentes são aqueles em que as fronteiras não são reconhecidas pelo fato dos significados e identidades estarem em disputa, tornando-se difícil identificar um posicionamento comum dos atores. Nos campos estáveis os arranjos já são conhecidos por todos os atores que se envolvem e participam do campo, não sendo possível identificar situações de conflito que explicitamente levem a mudanças substantivas nestes arranjos. E, por fim, descrevem o campo em estado de crise, impactado especialmente por influências externas ao campo e que podem levar a sua reestruturação, divisão, expansão ou até implosão (FLIGSTEN; MACADAM, 2012).

A teoria dos campos estratégicos de ação considera que estes espaços sociais podem ser situados em um *continuum* e que sua conformação ao longo do tempo ocorre por meio de constantes processos de estabilização, construção de consensos, mas também por disputas e conflitos. Os campos podem atravessar distintos momentos, sendo alguns deles marcados por uma maior possibilidade de cooperação e maior assimetria de poder, enquanto que outros se caracterizam por uma maior fragmentação e desequilíbrio de poder entre os atores (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Nesta trajetória do campo, é estratégico analisar momentos com maior expressão das dimensões de disputa ou de busca de consensos, sendo nesta tese as CINs compreendidas como a expressão de um destes momentos em uma trajetória mais ampla de construção de agendas relacionadas à alimentação, nutrição e agricultura em âmbito global.

O espaço de observação empírica escolhido para a realização da pesquisa foram as CIN de 1992 e de 2014, considerados espaços privilegiados de análise sobre o tema da nutrição. A CIN 2014 se destaca, particularmente, por ter previsto espaços de discussão dentro da programação e articulado documentos preparatórios em torno da temática da integração agricultura e nutrição de forma muito expressiva, como será melhor descrito no capítulo 2. Na análise de um conjunto selecionados de documentos produzidos no âmbito das conferências, buscou-se identificar quem são (quais organizações pertencem) os atores que atuaram como porta-vozes das distintas concepções e diretrizes que buscam orientar as intervenções relacionadas à nutrição. Buscamos refletir acerca das intervenções discursivas protagonizadas

por estes autores buscando compreender se e como estão defendendo um conjunto de concepções e diretrizes, negociando ou impondo mudanças visando um novo arranjo no campo das intervenções voltadas para a nutrição. Considerou-se ainda interessante identificar as estratégias de cooperação acionadas pelos distintos atores. Foi ainda importante para a pesquisa identificar e estudar de forma mais cuidadosa e detalhada os atores envolvidos neste campo, sendo possível identificar aqueles que atuaram na qualidade de atores hábeis. Esta análise foi realizada com base em artigos e relatórios publicados no âmbito da CIN 1992 e CIN 2014. Adicionalmente foram conduzidas algumas entrevistas, buscando assim enriquecer o corpo empírico deste estudo.

Como já explicitado, esta tese foi construída pelo encontro das ciências sociais com a ciência da nutrição, campo disciplinar de origem da autora deste trabalho. A análise das propostas de integração entre agricultura e nutrição, das concepções e diretrizes que delas emergem foi feita à luz de comentadores e analistas da ciência da nutrição os quais têm apontado para uma divergência central com relação aos alimentos dos nutrientes e vice-versa. A expressão maior se dá na compreensão sobre as relações alimentos-nutrientes onde a abordagem centrada em nutrientes considera que a melhoria da nutrição é obtida por meio do acesso a nutrientes específicos, seja pela eleição de “super alimentos” ou pela administração de nutrientes isolados (suplementos), ou ainda pela exclusão completa ou parcial de grupos alimentares (SCRINIS, 2013). Este tipo de solução tem como característica a redução dos alimentos a sua composição bioquímica e dos processos nutricionais a aspectos biológicos, sendo descrita como sendo vinculada ao paradigma do nutricionismo (SCRINIS, 2013). A outra abordagem tem como base os alimentos, considera estes como fontes de nutrientes necessários à vida humana, mas não os dissocia de seu contexto social, cultural, político ou ambiental. Ambas as abordagens, centradas, respectivamente, em nutrientes e em alimentos, expressam diferentes visões sobre as relações entre nutrientes e alimentos, que podem ser determinantes na definição de estratégias de integração entre agricultura e nutrição.

Esta compreensão sobre elementos que orientam a ciência, se os alimentos ou os nutrientes, ou ainda uma abordagem que integre estes dois elementos, tendo em vista que os alimentos são as fontes primárias dos nutrientes, podem ser identificadas em distintas áreas que configuram a ciência da nutrição. Estes referenciais se traduzem, também, e recomendações distintas quando o assunto é a superação dos problemas nutricionais. A área dos estudos nutricionais atua na perspectiva dos nutrientes e das funções biológicas a eles associadas. Os estudos alimentares ou sobre alimentação podem assumir enfoques que tratam somente de aspectos culturais da alimentação ou podem estar inseridos em abordagens interdisciplinares que buscar articular e construir conhecimentos tendo como referência conceitual os sistemas alimentares (LEVKOE; BRADY; ANDERSON, 2016).

No campo da política pública percebe-se também uma fragmentação, sendo as questões nutricionais associadas predominantemente à “política nutricional” e acolhidas no setor saúde e os aspectos alimentares, principalmente os relacionados à produção, à “política alimentar” (CARAHER; COVENEY, 2004; LANG; BARLING; CARAHER, 2009). A separação agricultura, saúde e nutrição é também percebida no âmbito das organizações internacionais (PINSTRUP-ANDERSON, 2012).

Considerando o exposto e tendo em vista o *propósito* desta tese que é analisar os atores e as distintas concepções e diretrizes voltadas para as práticas de intervenção em torno das relações entre nutrição e agricultura, em debate nas duas Conferências Internacionais de Nutrição, buscou-se analisar que participantes e acordos foram oficialmente expressos nos documentos finais das CIN, que visão sobre nutrição, alimentos e conexões entre agricultura e nutrição podem ser identificados, que concepções e diretrizes para ação foram disseminadas,

que conexões podem ser observadas entre estas concepções e diretrizes para a prática e a trajetória da ciência de nutrição, considerando, aqui, aspectos orientadores para as intervenções voltadas para a nutrição que emergem nesse debate. Por fim, busca-se caracterizar a construção das interações entre agricultura e nutrição como um campo de ação estratégico no contexto das intervenções voltadas para a nutrição.

OBJETIVOS

Esta seção busca apresentar, de forma sistemática, os objetivos gerais e específicos que nortearam o desenvolvimento desta investigação. Estes objetivos foram lapidados no próprio processo de realização da pesquisa e são apresentados, aqui, a partir das formulações abaixo.

Objetivo geral: Compreender as propostas de uma atuação integrada entre agricultura e nutrição por meio da análise dos atores, das concepções e diretrizes orientadoras das práticas de intervenção que têm sido disseminadas a partir das Conferências Internacionais de Nutrição (CINs).

Objetivos específicos:

1. Descrever o cenário de realização, participantes, resultados e processos empreendidos no contexto das Conferências Internacionais de Nutrição realizadas em 1992 e 2014.
2. Interpretar as visões de nutrição, da natureza dos alimentos e das conexões entre nutrição e agricultura expressas nas Conferências.
3. Analisar as concepções e diretrizes para práticas de intervenção associadas às diferentes abordagens que buscam integrar nutrição e agricultura, passíveis de serem identificadas no âmbito das CINs.
4. Mapear os atores envolvidos nas disputas entre concepções e diretrizes orientadoras das práticas de intervenção em nutrição e agricultura, tomando como universo empírico de investigação as CINs.
5. Analisar a trajetória das intervenções voltadas à nutrição no âmbito das CINs discutindo suas repercussões do ponto de vista da ciência da nutrição.
6. Caracterizar o processo de construção das interações entre agricultura e nutrição como um campo estratégico de ação, no contexto das intervenções voltadas para a nutrição.

Nesta tese argumenta-se que as interações estabelecidas entre a agricultura e a nutrição emergem, ao longo das últimas décadas, como um campo estratégico de ação, no contexto do qual diferentes atores disputam concepções e diretrizes para práticas de intervenção. Este campo aglutina um conjunto heterogêneo de atores, incluindo cientistas, gestores, representantes de organismos multilaterais, organizações não governamentais e movimentos sociais, entre outros, ligados tanto ao setor agrícola como ao campo da nutrição. O engajamento destes diferentes agentes nas disputas que se estabelecem nesse espaço social em processo de consolidação, coloca em jogo, na perspectiva da ciência da nutrição, diferentes interpretações sobre o problema da má nutrição, a natureza (ou qualidade) dos alimentos e sobre as relações estabelecidas entre alimentos e nutrientes. Por uma série de razões que serão discutidas ao longo do trabalho, as dinâmicas instituídas neste campo estratégico de ação têm validado concepções

acerca da nutrição, da natureza dos alimentos e das conexões existentes entre nutrição e agricultura, que assumem uma compreensão fragmentada sobre as relações entre alimentos e nutrientes, gerando propostas de intervenção em que predominam os aspectos biológicos, em detrimento das dimensões sociais e ambientais envolvidas na alimentação. Por consequência geram práticas de intervenção predominantemente direcionadas a aspectos individuais relacionados à má nutrição, desconsiderando os macrodeterminantes dos problemas nutricionais. Exemplos desta dissociação são expressos nas soluções para a superação das deficiências de micronutrientes e DCNTs centradas no acesso e consumo de um determinado alimento ou grupo de alimentos em função do teor de nutriente(s) que este carrega, desconsiderando fatores como o modelo de produção agrícola, o acesso a recursos naturais (terra e outros) e meios de vida pelas populações urbanas e rurais, a renda, a cultura, entre outros, que também determinam o estado nutricional de uma sociedade.

A pesquisa elegeu, como universo de investigação as Conferências Internacionais de Nutrição, promovidas pela FAO e OMS, em articulação com um conjunto mais amplo de instituições, realizadas em 1992 e 2014. As Conferências, por se constituírem como eventos internacionais de grande visibilidade, articulando um amplo conjunto de atores, foram percebidas, aqui, como espaços privilegiados para o estudo das interações estabelecidas entre agricultura e nutrição como um campo estratégico de ação.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e histórica. As análises aqui apresentadas estão baseadas nos documentos finais oficiais das CINs (Apêndice 1), artigos e textos diversos debatidos e publicizados em períodos pré conferência e associados aos eventos analisados, artigos com comentários e visões de autores sobre as conferências - o que permitiu um melhor equilíbrio entre o volume de dados analisados das duas conferências. Em adição foram inseridos comentários, análises e reflexões obtidas à luz de entrevistas semiestruturadas realizadas com pesquisadores e membros de organizações internacionais não governamentais que estiveram na CIN de 2014. O roteiro das entrevistas é apresentado no Apêndice 2. Uma outra dimensão de coleta e análise de dados foi conduzida a partir de pesquisa bibliográfica e documental, realizada em bases de dados com indexação e também na literatura cinza (*grey literature*) por meio da combinação de palavras chaves: “agricultura” and “nutrição” and “linkages” or “relations” or “integration”; “International Conference on Nutrition” or “conference” and “international organizations” and “nutrition”. A busca na literatura cinza foi feita em site de busca com informação não indexada⁶ e websites de instituições que promovem ações que integram nutrição e agricultura.

Neste sentido, podem ser citadas como fonte de dados secundários conteúdos públicos disponibilizados em websites, relatórios, memórias de encontros, anais e programação de eventos, artigos em jornais e blogs, artigos publicados em periódicos indexados, etc. Como dados primários, mencionamos, aqui, as entrevistas semiestruturadas. A busca pelos documentos foi guiada pela data de publicação entre 1992 a 2014, sendo esta cronologia definida em razão da realização da 1ª (1992) e 2ª (2014) CIN. As informações obtidas foram analisadas pelo método de análise de conteúdo (BARDIN, 2016). A análise do conteúdo refere-se a um conjunto de técnicas empregadas com o objetivo de descrever e interpretar mensagens proferidas por emissores identificáveis, em um determinado momento e sobre determinadas

⁶ Google e google scholar

condições (BARDIN, 2016). O detalhamento da organização das análises é apresentado no texto dos capítulos, destaca-se neste momento que parte dos procedimentos de análise foram conduzidos com auxílio do software NVivo, versão 11.0.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa que orientou a construção desta tese foi submetido para análise e aprovado pela Comissão de Ética na Pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (COEP/UERJ), protocolo 2.175.369 (Apêndice 3), respeitando os critérios da Resolução 466/2012 e da Resolução 510/ 2016 que trata de procedimentos de pesquisa nas ciências humanas e sociais.

No caso se entrevista face a face, a anuência do (a) entrevistado (a) quanto à participação na pesquisa foi obtida por meio da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice 4). Neste processo, o(a) entrevistado(a) obteve esclarecimentos quanto aos objetivos do estudo, sua finalidade, o compromisso com o anonimato (confidencialidade), assim como com a publicação dos resultados, além da garantia da utilização dos dados apenas para fins de pesquisa e publicação científica. Também foram abordados os potenciais riscos provenientes da participação nesta pesquisa como constrangimentos por não poder ou saber responder sobre determinado aspecto perguntado, cansaço ao responder as perguntas e desconforto geral.

O(a) entrevistado (a) foi ainda informado(a) sobre a opção de não responder a qualquer pergunta ou tópico colocado na entrevista. Outro ponto apresentado aos (as) entrevistados(as) refere-se aos benefícios da pesquisa e como a compreensão sobre as relações entre agricultura e nutrição no âmbito do debate internacional poderão contribuir com a superação de situações de fome e má nutrição em diferentes regiões do mundo. A coleta de dados apenas ocorreu após a leitura, concordância e assinatura de duas vias do TCLE.

No caso de entrevistas por Skype ou outro meio de comunicação *online*, a obtenção da concordância do entrevistado em participar da pesquisa foi feita por email, explicitando o título e objetivo da pesquisa, fazendo uma rápida apresentação da pesquisadora e incluindo o TCLE em inglês ou português (a depender da língua de preferência do entrevistado) como anexo. Adicionalmente, foi solicitada a atenta leitura do TCLE por parte do(a) entrevistado(a), antes da data da entrevista por Skype. No dia da entrevista, após os cumprimentos iniciais, a pesquisadora questionou o(a) entrevistado(a) sobre eventuais dúvidas e/ou comentários referentes ao TCLE, esclarecendo riscos e benefícios da pesquisa, e reforçando a informação quanto a possibilidade do(a) entrevistado(a) desistir da participação a qualquer momento da entrevista ou deixar sem resposta tópicos da mesma. A marcação da entrevista foi compreendida, neste caso, como anuência por parte do(a) entrevistado(a) em participar, obtendo assim o consentimento verbal adicional no momento de início da entrevista. Todos os procedimentos, incluindo a entrevista, ficarão gravados e guardados com a pesquisadora pelo período de 5 anos.

Em relação aos dados secundários, informa-se que foram analisados apenas documentos de domínio público, disponibilizados na rede mundial de computadores. Para a análise e interpretação dos dados os autores serão identificados pela instituição de vínculo quando da publicação do documento. A identificação dos documentos ocorrerá pela descrição de sua natureza (relatório técnico, artigo, livro, etc). As instituições serão identificadas pelos nomes que adotam em espaços públicos e dado o objeto do estudo esta identificação é necessária. As

abordagens que integram a nutrição e agricultura como uma estratégia para as intervenções sensíveis à nutrição têm ganhado destaque recentemente e são pouco conhecidas. Reforça-se que as informações a serem obtidas como dados secundários estão disponíveis publicamente na rede mundial de computadores e podem ser facilmente acessadas por simples descritores inseridos em sites gerais de busca.

No caso dos (as) entrevistados (as), os nomes não serão descritos no texto final da tese. Estes serão identificados pelo cargo ou trabalho realizado (ex. consultor, pesquisador associado, presidente de ONG, etc).

OS CAPÍTULOS

No primeiro capítulo apresentam-se as CIN como *locus* privilegiado de investigação das relações entre nutrição e agricultura, descreve-se e analisa-se também o cenário, participantes e resultados oficiais das CINs. Apresenta-se, ainda, uma análise das visões de nutrição, da natureza dos alimentos e das conexões entre agricultura e nutrição que emergem dos documentos.

O segundo capítulo busca explicitar as concepções e diretrizes para intervenção disseminadas em torno da integração entre agricultura e nutrição, identificadas nas CINs. Este capítulo apresenta, também, um mapeamento dos atores e controvérsias inseridas na construção deste campo estratégico de ação. Parte-se inicialmente da descrição das concepções e diretrizes para a prática de intervenções em cada um das CINs, buscando construir uma imagem destes dois momentos. A análise sobre os atores que atuaram como porta-vozes de concepções e diretrizes foi feita em documentos vinculados a CIN 2014.

A delimitação do recorte desta tese tem como origem a vinculação profissional da autora, por isso optou-se por dedicar maior atenção às conexões estabelecidas pelo material analisado com a ciência da nutrição. No capítulo três buscamos organizar, inicialmente, uma reconstrução da trajetória da ciência da nutrição, mapeando pontos de disputas e buscando abordar, sob uma perspectiva histórica, as intervenções voltadas para a nutrição. As análises e considerações finais deste capítulo são construídas à luz deste levantamento histórico da ciência da nutrição e orientam a leitura dos dados descritos nos capítulos 1 e 2, subsidiando a tese de que as integrações entre nutrição e agricultura construíram um campo estratégico de ação no âmbito das intervenções voltadas para a nutrição.

Finalmente, nas considerações finais, chama-se atenção para pontos centrais desenvolvidos nos capítulos, indicando possíveis lacunas identificadas no trabalho e sugerindo perspectivas capazes de orientar futuras pesquisas.

CAPÍTULO I. AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NUTRIÇÃO COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE ESTUDO

As Conferências Internacionais de Nutrição (CINs) são tratadas, no contexto deste trabalho, como arenas internacionais temáticas, por sua caracterização como espaço de debate, construção de consensos e recomendações de ações voltadas aos países e a organizações internacionais, de distintas naturezas, sobre o tema da nutrição (BISSEL, 1993; DARNTON-HILL et al, 1998; EIDEN; WELTE, 2016; SWAN; WIJERATNA, 2016). Estas Conferências foram organizadas pela FAO e OMS, em parceria com outras agências também vinculadas a ONU, estados membros, organizações não governamentais da sociedade civil e do setor privado e a ambas são associados documentos finais que expressam recomendações oficiais voltadas para a erradicação da fome e da má nutrição em todas as suas formas (FAO; WHO, 1992; 2014).

As CINs são consideradas neste trabalho como uma arena mista considerando a diversidade de atores e instituições envolvidos, incluindo: representantes de governos, agências multilaterais, instituições de ensino, pesquisa, organizações não governamentais vinculadas à sociedade civil e representantes do setor privado (BOAS; McNEILL, 2003; BRINSDEN; LANG, 2015). Do ponto de vista institucional, as CINs são consideradas *locus* físico e momento temporal onde a ciência, os direitos humanos e os tomadores de decisão debatem e se influenciam, debatendo um amplo conjunto de ideias que estarão presentes, em maior ou menor grau nos documentos finais (FAO, 2014a). Trata-se, portanto, de um espaço onde o processo político é conduzido e como tal nem todas as dinâmicas podem ser capturadas através das informações publicamente disseminadas (BOAS; McNEILL, 2003). Este se constituiu como um dos limites a serem enfrentados nesse estudo, tendo em vista que boa parte dos materiais empíricos analisados advém de documentos oficialmente publicados no contexto das CINs. Os textos expressos em declarações e relatórios tendem a ser apresentados como produto de um entendimento comum, mas devem ser lidos como expressão oficial de jogos de poder que estão presentes neste ou em qualquer outro espaço de decisão. Estes documentos oficiais interpretados nesta tese em um esforço por analisar concepções e diretrizes para práticas de intervenção expressas pelos atores públicos participantes das CINs.

Outra ressalva deve ser feita à luz das recomendações contidas nos documentos finais das CINs, em uma situação semelhante à que ocorre em outras conferências globais, cujas resoluções apresentam uma série de limites para sua efetivação, a começar pelo fato de que estas diretrizes são de adesão voluntária pelos países e torná-las realidade passa por decisões políticas e econômicas internas aos próprios Estados membro (TANSEY, 1994; SCHUFTAN, 1994; DARNTON-HILL et al, 1998). Outro ponto a ser assinalado refere-se ao já destacado limite inerente a textos oficiais desta natureza, os quais são apresentados como consensos naturais e nunca contemplam os debates, discensos e críticas que certamente foram expressos no processo de definição do conteúdo desses documentos. Independente desta ressalva, as CIN contribuíram para reforçar o tema da nutrição e de sua vinculação com a agricultura no debate internacional, fazendo com que ele ganhasse a agenda pública e influenciando um conjunto de ações voltadas para a superação dos problemas nutricionais. Figuram, assim, como espaços privilegiados de análise sobre debates globais.

1.1 A FAO E OMS

Antes de apresentar ao leitor uma reconstituição do processo de organização das CINs, torna-se necessário retomar alguns aspectos relacionados à trajetória da FAO e da OMS enquanto instituições multilaterais, com atuação voltada para o debate global sobre alimentação e saúde (nutrição), respectivamente. A FAO e a OMS são organizações internacionais vinculadas à Organização das Nações Unidas e, como tal, desempenham atividades que influenciam a governança global. Enquanto *locus*, promotoras do debate global e disseminadoras de ideias sobre os temas acima expressos, a FAO e a OMS, assim como outras organizações internacionais, têm vinculado a si o papel de promoção da democracia e da participação, buscando oficialmente assegurar que as vozes dos diferentes países, mas, também, da sociedade global, sejam ouvidas e influenciem na construção de agendas (JÖNSSON; TALLBERG, 2010).

A FAO e a OMS, separadamente, têm definido e publicizado recomendações sobre alimentação, nutrição e saúde. Estas instituições compõem uma rede de governança global e expressam, em alguma medida, acordos e tratados. Atuam também na articulação de ações e na difusão de ideias, conceitos e práticas voltados para a nutrição em nível global, desde sua formação (SHAW, 2009; BEIGBEDER, 2018; PERNET; FORCLAZ, 2018). Do ponto de vista de seu escopo temático de atuação, é possível encontrar em ambas as organizações, referências à “nutrição e alimentação”, mas expressam também uma separação vista em níveis nacionais onde políticas de alimentação são tratadas em ministérios da agricultura e das políticas de nutrição, nos departamentos de saúde (CARAHER; COVENEY, 2004; LANG; BARLING; CARAHER, 2009), tendo a FAO tradicionalmente uma atuação mais centrada em políticas agrícolas, agroalimentares e de alimentação e a OMS um enfoque vinculado ao setor da saúde e em políticas nutricionais (NISHIDA et al, 2004; UN, 2016).

A FAO foi criada em 1945, no escopo de ações globais pela retomada da paz mundial no período posterior à II Guerra Mundial, tendo desde seu mandato inicial incorporado, como um de seus objetivos, a melhoria da nutrição e dos padrões de vida (FAO, 1945). Para alcançar este objetivo a divisão de nutrição desta organização teve como principal missão a ampliação da oferta e do acesso aos alimentos, construindo uma abordagem de segurança alimentar com base no aumento da produtividade agrícola e na garantia do abastecimento alimentar (McKEON, 2015). Foi somente no período que sucedeu a CIN 1992 e a Cúpula Mundial da Alimentação (1996), que o atualmente designado ‘Departamento de Nutrição e Sistemas Alimentares’ ampliou suas atividades, passando a coordenar as ações da FAO relacionadas ao tema da nutrição, buscando proteger, promover e melhorar sistemas alimentares sensíveis à nutrição, identificando como uma solução sustentável para a fome e a desnutrição (McKEON, 2015; FAO, 2016c). Isso implicou, na prática, em uma atuação da FAO em diversas dimensões relacionadas à estrutura e funcionamento dos sistemas alimentares, o que envolve uma aproximação com os consumidores, com o tema do consumo de alimentos e com a nutrição sob a ótica do estado nutricional. É preciso, no entanto, destacar que a atuação da FAO oficialmente declarada frente ao tema da nutrição ocorreu a partir do local de sua atuação, ou seja, da perspectiva da agricultura/ dos debates acerca da produção agrícola buscando assim potencializar as políticas alimentares para promover o bom estado nutricional e a superação da fome (SHAW, 2009).

A FAO tem, neste sentido, atuado sobre um conjunto de aspectos que envolvem a interconexão entre produção e consumo, o que associado ao seu formato de organização pública, com atuação não restrita às fronteiras de um determinado país, a torna um espaço privilegiado para a análise de questões relacionadas ao campo da alimentação, nutrição e

agricultura (PHILLIPS, ILCAN, 2003; SHAW, 2009). Cabe ainda destacar que a FAO é a principal referência na elaboração e disseminação da principal abordagem que busca integrar, atualmente, a agricultura e a nutrição, ou seja, a chamada agricultura sensível à nutrição (ASN). Este ponto será retomado no capítulo 2.

Os processos de mudança institucional que ocorrem internamente à FAO são influenciados por demandas que se estabelecem em nível global. A recente criação de divisões administrativas internas à organização, tendo como foco temático o abastecimento global de água e a adaptação e mitigação das mudanças climáticas, aparecem, nesse sentido, como uma resposta à relevância adquirida por estas temáticas no contexto internacional (MEKOUAR, 2017). A atuação no campo da segurança alimentar é oficialmente descrita em conexão com a promoção da paz, e, mais recentemente, pela publicação de documentos e promoção de debates acerca das relações entre dietas sustentáveis, saúde e meio ambiente (MEKOUAR, 2017).

A FAO, desde o início de sua atuação, tratou da questão da produção de alimentos com base na perspectiva do acesso, incorporando, além disso, o tema da nutrição. Cabe observar, no entanto, que no contexto da OMS, o tema da agricultura nunca teve a mesma permeabilidade. Uma possível explicação para este relativo desinteresse em relação às diferentes atividades relacionadas à produção agrícola pode ser encontrada no fato de que o campo da saúde esteve historicamente centrado em uma agenda “mais clássica”, englobando temas, como a vacinação e a erradicação de determinadas doenças. Alguns autores chamam atenção, no caso da OMS, para um recolhimento e enrijecimento da estrutura interna da organização, sendo este um dos possíveis desdobramentos de uma trajetória histórica marcada por disputas em torno de questões ligadas à saúde (PEABODY, 1995; ALMEIDA, 2010; LIDÉN, 2013). Temas de maior complexidade, como a influência de determinantes sociais e econômicos sobre a saúde, e que exigem análises e intervenções que vão além das fronteiras do conhecimento médico, ocuparam ao longo do tempo um lugar mais periférico na agenda da organização (MELO; COSTA, 1994; PEABODY, 1995; BEIGBEDER, 2018).

Almeida (2010) explica esta atuação intrassetorial da OMS com base nas disputas estabelecidas em torno do tema da saúde, enquanto questão social, com o Banco Mundial, a partir da década de 70, e em função das controvérsias surgidas em torno da agenda da economia da saúde nos anos 80. Esta visão, no entanto, é passível de crítica, já que tentativas de ampliação do debate da saúde para além do próprio setor foram e têm sido empreendidas justamente desde os anos 1970, tendo inclusive a OMS como locus de origem. Cabe aqui destacar a estratégia ‘Saúde para todos no ano 2000’ debatida e publicizada a partir da conferência de Alma-Ata, em 1978⁷, como tentativa de ampliar o debate em torno da saúde para além de questões biomédicas (ALMEIDA, 2010). Na década de 80 outro ciclo de tentativas se inicia com a realização da 1ª Conferência Mundial de Promoção da Saúde em Ottawa, Canadá⁸. Entretanto, mesmos estas

⁷ O termo Conferência de Alma Ata (1978) faz referência a primeira Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, organizada pela OMS e UNICEF em Alma-Ata, capital do Kazaquistão. É considerada um marco no debate internacional por debater e publicizar um novo paradigma baseado na Atenção Primária à Saúde como estratégia para alcançar a meta ‘Saúde Para Todos no Ano 2000’. A Declaração oficial da Conferência de Alma Ata reforçava o chamado para uma atuação integrada de diferentes setores e atores nacionais e internacionais visando a redução das diferenças no desenvolvimento econômico e social dos países e a promoção de uma situação de menor desigualdade no estado de saúde das populações dos países em desenvolvimento e desenvolvidos. Para saber mais, recomenda-se: <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declaração-Alma-Ata.pdf>

⁸ A 1ª Conferência Mundial de Promoção da Saúde foi realizada na cidade de Ottawa, capital do Canadá. É reconhecida pela definição dos campos de atuação para a construção de práticas de promoção da saúde e por reforçar o chamado para uma atuação integrada de diferentes setores, buscando assim melhores resultados sobre a saúde da população. Para saber mais: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf

tentativas ficaram restritas a alguns aspectos dos chamados determinantes “clássicos da saúde” e apesar de avançarem ao afirmar que a saúde é consequência de um conjunto de ações conduzidas e promovidas por diferentes setores, as recomendações sobre como agir acabaram se concentrando em temas já consagrados nos debates da OMS: saneamento, construção de capacidades individuais, acesso à assistência à saúde, etc.

Analisando o período que corresponde à década de 1990, Almeida (2010) identifica um ambiente propício à articulação entre as agências que integravam, então, o sistema ONU, na construção de agendas comuns. O número de conferências globais realizadas de forma conjunta, com a participação de diferentes organizações, incluindo a CIN 1992, é visto como uma expressão desse esforço de construção de ações integradas.

Entre os anos de 1998 a 2003, sob a gestão da diretora geral Gro Harlem Brundtland⁹, a OMS teve sua atuação global ampliada, estabelecendo uma estratégia de atuação que envolvia outros atores, para além daqueles do setor saúde, como foi o caso da construção das recomendações voltadas para o controle e redução das DCNTs (LIDÉN, 2014; WHO; FAO, 2003). Brundtland, cuja carreira foi construída em espaços externos à OMS, imprimiu uma agenda mais ambiciosa e agressiva na condução da instituição, baseada em formas de atuação menos rígidas e na definição de temas globais prioritários que orientaram a atuação dos consultores e demais trabalhadores da OMS, sendo um destes a melhoria da nutrição global (LIDÉN, 2014). No período que se segue, entre 2003 a 2012, a direção geral da OMS teve a frente Lee Jong Wok¹⁰, cuja gestão teve como marca a volta a um estilo de gestão mais rígido, fundamentada na figura de um líder que conduzia as ações a serem implantadas/ pesquisadas na OMS, no incentivo à contratação de experts externos à organização, na recentralização dos processos de tomada de decisão e pela menor ênfase em temas anteriormente definidos como prioridades, em particular a meta de melhorar a nutrição global (LIDÉN, 2014).

⁹ Dra Gro Harlem Brundtland é norueguesa, formou-se em medicina pela Escola Médica da Universidade de Oslo e mestre em saúde pública pela Universidade de Harvard (1965). Na Noruega atuou no Ministério da Saúde (consultora), no Ministério do Ambiente (Ministra entre 1974-1979), foi Primeira ministra do país (1986-1989 e 1990-1996) e atuou também no Departamento de Saúde da cidade de Oslo. Em 1983 presidiu a Comissão Mundial das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (The Brundtland Commission), sendo esta comissão reconhecida por estabelecer uma concepção política mais ampla sobre desenvolvimento sustentável, publicada no documento “Our Common Future” (1987). As recomendações desta comissão foram apresentadas na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992. Recebeu inúmeros prêmios, como o Prêmio Indira Gandhi para a Paz, Desarmamento e Desenvolvimento (1988) e Doutor Honoris Causa pelo Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro (1991). Foi diretora geral da OMS entre 1998 e 2003. No seu discurso de aceite ao cargo de diretora geral, na Assembléia Mundial de saúde Dr Brundtland disse: “What is our Key mission? I see WHO's role as being the moral voice and the technical leader in improving health of the people of the world. Ready and able to give advice on the key issues that can unleash development and alleviate suffering. I see our purpose to be combating disease and ill-health - promoting sustainable and equitable health systems in all countries”.

Fontes: <http://www.ua.pt/PageText.aspx?id=3915> e <http://www.un.org/News/dh/hlpanel/brundtland-bio.htm>

¹⁰ Lee Jong-Wook, é Sul Coreano. É formado em medicina pela Seoul National University's College of Medicine tem mestrado em epidemiologia e saúde pública pela Universidade do Hawai (1981). Antes de assumir em 2003 a direção geral da OMS, Dr Lee atuou como Coordenador do Programa Global de Vacinação e Imunização, foi diretor do Departamento de Combate à Tuberculose na OMS, onde alcançou reconhecimento por construir uma parceria para atuação global público-privada para a saúde: “The Global Partnership to Stop Tuberculosis”. O reconhecimento global desta estratégica advém, segundo a fonte consultada, da habilidade de Dr Lee em construir uma coalisão entre mais de 250 parceiros internacionais incluindo estados membros da OMS, doadores, ONGs, indústria e fundações. O trabalho conduzido ao longo da carreira de Dr Lee na OMS, é descrito como tendo o foco no desenvolvimento de estratégia de atuação em saúde como mecanismo de redução da pobreza.

Fonte: <http://www.who.int/dg/lee/biography/en/>

Esta atuação da OMS circunscrita a temas do escopo da saúde, é lida por alguns dos autores também a partir de um contexto mais amplo, em que se identifica uma crescente dependência da organização em relação a financiadores externos, como a Fundação Bill e Melinda Gates. A organização passa, nesse período, a disputar o acesso a financiamentos com outras instituições (*think tanks*) do campo da saúde (universidades, centros de pesquisa, ONGs) e a nomear diretores gerais que passam a adotar abordagens mais técnicas nas questões relacionadas à saúde (LIDÉN, 2014; BEIGBEDER, 2018; MARTENS; SEITZ, 2015). A dependência cada vez maior em relação a grandes financiadores, como a Fundação Bill e Melinda Gates¹¹, tem tornado a agenda da organização pouco flexível, pois as fundações tendem a determinar a prioridade temática das pesquisas e projetos a serem conduzidos, direcionando, assim, a agenda da organização (MARTENS; SEITZ, 2015).

Para além destes aspectos, cabe também considerar o lugar da nutrição na hierarquia de temas e ações do próprio setor saúde como um todo. O enfoque tradicional da OMS tende a eleger como prioridades, ações voltadas ao acesso à atenção à saúde, medicamentos e assistência. É possível que os problemas relacionados à “nutrição humana” tenham sido tratados, também, com base em um viés reducionista. Isso implicaria, em linhas gerais, na promoção de ações mais voltadas para os indivíduos, incluindo aí o acesso a suplementos e ao consumo de alimentos fortificados para combater deficiências nutricionais, redução do consumo de calorias e adoção de uma dieta mais saudável para combater DCNTs. Compreender o lugar do debate sobre a nutrição dentro do setor saúde pode ajudar a explicar a menor permeabilidade da OMS e do campo da saúde global a temas relacionados à agricultura.

Estas reflexões nos ajudam a compreender a proeminência da FAO no debate sobre nutrição na CIN 2014 como um resultado de um processo histórico, considerando que desde a criação desta organização o tema da nutrição esteve presente. As recomendações oficiais, tanto da FAO como da OMS, apontam para a necessidade de uma ação integrada, mas que foi na FAO que esta ideia de articulação entre agricultura e nutrição encontrou um terreno mais fértil para ser desenvolvido. Esta afirmação será trabalhada de forma mais detalhada no capítulo dois, mas chamo atenção, neste momento do texto, para o fato de que as ideias acerca da integração entre nutrição e agricultura têm como principal origem atores inseridos no setor da agricultura.

1.2 AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NUTRIÇÃO

Entre a primeira e segunda CIN passaram-se 22 anos. Neste período foram observadas modificações no padrão de vida das sociedades da maior parte dos países, porém não em todos

¹¹ Segundo Martens e Seitz (2015), a Fundação Gates doou em 2012 e 2013, um volume de recurso que representa metade do orçamento bianual da OMS (Fundação Gates: US\$1.98 bilhões; WHO: US\$3.96 bilhões). A Fundação Gates foi ainda a segunda maior doadora para ações de assistência à saúde em 2012-2013 (US\$1.74 bilhões), estando atrás dos Estados Unidos (US\$6.98 bilhões). Desde 1998 a Fundação Gates e sua precedente “William H. Gates Foundation”, doou US\$ 2.1 bilhões de dólares americanos para a OMS. Neste período esta fundação tornou-se a maior doadora para a OMS, deixando a fundação Rockefeller em segundo lugar. Dentre as agendas que a Fundação Gates tem destinado recurso, até o ano de 2015, estão: GAVI Alliance, Medicines for Malaria Venture, The Global Alliance for TB Drug Development (TB Alliance), Aeras Global TB Vaccine Foundation, International AIDS Vaccine Initiative (IAVI), Global Fund to Fight AIDS, Malaria and Tuberculosis, PATH Malaria Vaccine Initiative, Drugs for Neglected Disease Development Initiative, Roll Back Malaria Partnership, Stop TB Partnership, Institute of Medicine.

Fonte: https://www.globalpolicy.org/images/pdfs/GPFEurope/Philanthropic_Power_online.pdf

e mesmo naqueles que a expectativa de vida aumentou, esta não atingiu a todos os grupos sociais de forma igual. As desigualdades entre os países e no interior de cada um continuam a assinalar que doenças e condições decorrentes da alimentação (ou da privação desta), do acesso a saneamento e outros serviços básicos são ainda um grave problema a ser superado.

Neste cenário, doenças relacionadas à má nutrição ainda acometem diferentes populações e grupos populacionais específicos dentro de uma mesma região ou país. As chamadas doenças e distúrbios relacionados à nutrição não tem, assim como outras condições derivadas da desigualdade, uma distribuição homogênea na sociedade.

Estudos têm sistematicamente demonstrado que os problemas relacionados à alimentação e nutrição são complexos, multicausais e se expressam em situações adversas como desnutrição, deficiência de micronutrientes, excesso de peso ou obesidade (MONTEIRO; CONDE; POPKIN, 2004; TANUMIHARDJO *et al*, 2007; GLASGOW; SCHRECKER, 2016). Se olharmos do ponto de vista apenas do consumo de alimentos, a coexistência de excesso de peso ou obesidade em associação com carências nutricionais (deficiências de ferro e vitamina A, por exemplo) em uma mesma população, mesmo domicílio ou até em mesmo indivíduo, parece antagônica (MONTEIRO; CONDE; POPKIN, 2004; DELISLE, 2016). Como indivíduos com excesso de consumo de alimentos ou alimentos com alta densidade nutricional têm carências de nutrientes específicos? Esta dupla carga afeta cada dia mais pessoas em todo mundo, no entanto, tende a ser maior em grupos populacionais em situação de vulnerabilidade (desempregados, mulheres e crianças de baixa renda e escolaridade, povos indígenas, população tradicional, etc).

A prevalência de obesidade cresceu substancialmente entre o período de 1975 a 2014, passando de 3,2% para 10,8% para os homens e de 6,4% para 14,9% nas mulheres. Este aumento da obesidade foi observado em diferentes grupos populacionais ao redor do mundo. O índice de massa corporal (IMC) - um indicador populacional para excesso de peso, calculado a partir da relação entre o peso e altura ao quadrado - aumentou, considerando a população global, no mesmo período, de 21,7 kg/m² para 24,2 kg/m² em homens e de 22,1 kg/m² para 24,4 kg/m² nas mulheres (SMITH, 2016). Neste mesmo período, entre 1975 a 2016, ampliou-se a quantidade de crianças e adolescentes com obesidade. Continuam existindo, no entanto, mais crianças e adolescentes (5 a 19 anos) com baixo peso do que com obesidade (NCD-RisC, 2017). Estima-se que com a continuidade deste padrão de aumento na prevalência de obesidade na população infantil e adolescente teremos, no ano de 2022, mais indivíduos destas faixas etárias obesos do que com moderada ou severa subnutrição (NCD-RisC, 2017). Ambos os problemas, baixo ou excesso de peso, são preocupantes e implicam riscos ao desenvolvimento, crescimento e vida destes indivíduos.

A subnutrição persiste como um sério problema de saúde, principalmente para crianças e mulheres em países em desenvolvimento (FAO *et al*, 2017). Dados recentemente divulgados pela FAO (2017) a partir de um consolidado de informações elaborado a partir dos dados disponíveis em sistemas nacionais, estimam que 22,9% das crianças menores de 5 anos apresentam baixa estatura para a idade (um indicador de desnutrição severa) e que 32,8% das mulheres em idade reprodutiva apresentam anemia. Os casos de desnutrição severa em crianças menores de 5 anos são mais frequentes na África do que em outros continentes (FAO *et al*, 2017). Gómez *et al* (2013) chamam esta coexistência de subnutrição, deficiência de micronutrientes e de excesso de peso/obesidade de tripla carga de doenças e distúrbios associados à nutrição. Esta denominação é interessante na medida em que contribui para ressaltar a diferença entre a subnutrição e a deficiência de micronutrientes, uma vez que esta última pode estar presente em pessoas e sociedades predominantemente obesas.

Os participantes da primeira e segunda CINs têm características semelhantes, mas pode-se observar a participação, em 2014, de novos atores no campo da nutrição

1.3 A 1ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE NUTRIÇÃO, 1992

A CIN realizada em dezembro de 1992, em Roma, na Itália, é descrita como a primeira conferência internacional da ONU em que foi debatido o papel da nutrição nas doenças crônicas degenerativas (SABRY, 1994). A CIN 1992 é também assinalada pela FAO e OMS (1992a) como sendo o primeiro esforço mundial para a construção de consenso em torno de um mundo livre da fome e da má nutrição (antes existiram iniciativas unilaterais ou de menor articulação), contribuindo para explicitar as conexões entre uma ótima nutrição e o desenvolvimento (FAO; WHO, 1992a; 1992b; GOPALAN, 1992).

A parceria entre FAO e OMS na organização da CIN 1992 foi, também, neste momento, considerada importante pela dimensão histórica que carregava. A FAO e a OMS produziam informações diretamente relacionadas à nutrição desde a década de 1950, incluindo requerimentos de nutrientes e diretrizes para programas de melhoria nutricional das populações. Mas, pela primeira vez, de forma oficializada e publicizada, estas instituições dariam um passo a frente, organizando, conjuntamente, uma conferência para debater temas relacionados à nutrição (MESSER, 1993; TANSEY, 1994). Em análise posterior sobre a conferência, Sabry (1994), um (a) pesquisador(a)¹² da Escola de Saúde Pública da Universidade de Berkeley, Califórnia/ EUA, destacou que a CIN 1992 deve ser também reconhecida por ter colocado no debate público a constatação de que tanto os países em desenvolvimento como os desenvolvidos sofriam com a dupla carga de doenças relacionadas tanto à privação como ao consumo excessivo de alimentos, chamando atenção, também, para o fato de que dentro dos países existiam situações de iniquidade no acesso a alimentos, criando situações de maior vulnerabilidade a um estado nutricional inadequado (SABRY, 1994).

Simbolicamente, a organização conjunta pela FAO e OMS da CIN 1992 foi percebida por atores internos à ONU como uma mensagem institucional para que governos e instituições do campo da nutrição, buscassem atuar sobre as questões nutricionais a partir da integração entre a saúde e da alimentação / agricultura (GOPALAN, 1992; MESSER, 1993). Este foi, inclusive, um dos pontos do discurso proferido por Edouard Saouma, então diretor geral da FAO, dando boas vindas aos participantes da CIN. Saouma afirmou na abertura da CIN 1992 que a realização conjunta de um encontro deste nível pela FAO e pela OMS seria uma resposta a uma recomendação proferida por Stanley Bruce¹³ quando da criação da ONU, em 1935, sobre

¹²No texto original o primeiro nome do (a) autor(a) está abreviado, constando apenas o último nome completo. Opta-se por fazer esta referência no texto como forma de lembrar que podemos aqui estar citando uma autora e não necessariamente um autor, considerando assim que as mulheres também fazem a ciência.

¹³ Stanley Melbourne Bruce, nasceu na Austrália em 1883. Mudou-se para a Inglaterra onde estudou em Cambridge e Londres. Serviu o exército Inglês no Egito e em Gallipoli, onde após ferido foi enviado à Londres novamente (1915). Em 1917 retornou à Austrália passando a atuar na empresa de importação de sua família. Em 1918 ganhou a eleição para acento na Casa dos representantes. Serviu governos australianos e se tornou primeiro ministro em 1923, permanecendo neste cargo até 1929. Em 1931 foi eleito novamente para primeiro ministro e em 1933 mudou-se para Londres para ocupar o cargo de Alto Comissário da Austrália onde atuou até 1945 como representante da Austrália na Liga das Nações. Foi presidente do Conselho da FAO entre 1946–51.

Fontes: <http://www.naa.gov.au/collection/fact-sheets/fs74.aspx>

<http://primeministers.naa.gov.au/primeministers/bruce/fast-facts.aspx>

Em documento do acervo de Josué de Castro há uma referência a Sr Bruce como Lord Bruce. Na eleição de 1952 à presidência do Conselho da FAO, Josué de Castro ganhou de Lord Bruce pela votação 34 a 30 votos, após “...

a necessidade do casamento entre saúde e agricultura¹⁴ (SAOUMA, 1992). Cabe destacar que mesmo antes da realização da CIN 1992, a FAO e a OMS lideraram diversos debates em torno da questão da segurança dos alimentos e de sua qualidade higiênico sanitária, considerados como fatores importantes para uma boa nutrição. Esses diálogos foram conduzidos em encontros formais organizados pela FAO e/ou pela OMS, mas sem grandes reconhecimentos externos. Sabry (1994) afirma que um dos fatores que contribuiu para este desmerecimento da agenda da segurança e qualidade de alimentos dentro da FAO e da OMS diz respeito à interferência da indústria, tendo em vista que esta temática tem relação direta com a manipulação, processamento e marketing dos alimentos, áreas sob domínio de poderosos agentes econômicos vinculados a este setor.

Outro comentarista da CIN 1992, Tansey (1994), chama atenção em seu trabalho para as dificuldades enfrentadas pelos países para que as recomendações de natureza intersetorial para a erradicação da fome e da subnutrição gestadas na Conferência fossem traduzidas em planos de ação em nível nacional, independentemente do grau de desenvolvimento e industrialização dos países. Esta dificuldade pode ser explicada, em primeiro lugar, pelo contexto em que as políticas voltadas à alimentação e nutrição são estabelecidas em âmbito nacional, em um ambiente marcado por assimetrias de poder e jogos de interesses, que interferem diretamente nas interações estabelecidas entre tomadores de decisão, vinculados a diferentes setores (TANSEY, 1994). Outro ponto a ser destacado diz respeito à própria complexidade do tema, onde a presença de conflitos é quase certa, já que algumas medidas como, por exemplo, a regulação de fórmulas infantis, pode ser positiva por proteger as mães e bebês (consumidores), mas pode ter um impacto negativo para os produtores de leite envolvidos (TANSEY, 1994)¹⁵. É preciso destacar que este tipo de avaliação sobre os possíveis impactos de uma medida regulatória na perspectiva dos produtores de leite, por exemplo, encontra-se alicerçado por uma visão informada por ganhos e perdas medidos desde uma perspectiva econômica e não em função de objetivos mais amplos como o de se ter uma população mais saudável e com a saúde protegida para o desenvolvimento econômico geral do país.

Sabry (1994) e Liese (2010) apontam também a CIN 1992 como um marco no que diz respeito à participação de instituições não governamentais com atuação internacional em espaços de decisão sobre recomendações para intervenções globais relacionadas ao tema, tendo

um empate no primeiro escrutínio” (p. 47). Josué de Castro afirmou sobre esta vitória “Atribuo a minha vitória a dois fatores: a) não acreditavam nela; b) quem ganhou foi a miséria.” (p.48) (Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Josué de Castro. Série Perfis Parlamentares. 2007. 319 p.). Josué de Castro foi reeleito para a presidência do conselho da FAO tendo permanecido no cargo no período entre 1952 a 1956 (<http://www.josuedecastro.org.br/jc/jc.html>).

¹⁴ O comentário de Stanley Bruce, australiano, primeiro presidente independente do conselho da FAO na Assembleia da Liga das Nações - instituição precursora da Organização das Nações Unidas -, em 11 de setembro de 1935, foi considerado marcante ao apresentar fortes argumentos no sentido de que a Liga considerasse "o casamento da saúde e da agricultura", como parte de um processo de transformações sociais e econômicas necessárias. Bruce baseou seu comentário no documento anteriormente publicado por Frank L. McDougall, que em 1935, escreveu o texto “*The Agricultural and the Health Problems*”, trazendo para o debate internacional as descobertas de nutricionistas sobre a visão de que a produção de alimentos deveria ser expandida para atender às necessidades nutricionais (PHILLIPS, 1981).

¹⁵ A título de registro coloca-se que este é um embate sempre presente no campo da nutrição. Atualmente, no Brasil, esta mesma ideia é reproduzida em torno da taxa dos alimentos processados, tendo a ABIA produzido material com análise das perdas econômicas caso o governo brasileiro aceite os argumentos de um conjunto de atores que fundamentados em pesquisas de base populacional argumentam em favor de medidas de regulação da atuação da indústria de alimentos para o controle do crescimento das DCNT associadas à alimentação no país. Para saber mais recomenda-se leitura de: <http://alimentacaosaudavel.org.br/>

em vista que estas foram identificadas publicamente pelo então diretor da OMS, Hiroshi Nakajima¹⁶, como parceiras iguais no processo de construção de acordo global para a superação da fome e da má nutrição. Quando da realização da CIN 1992, o envolvimento de ONGs no processo de debate envolvendo diretrizes institucionais não era um processo comum na OMS, estando a FAO em uma situação um pouco diferente pois a participação de ONGs internacionais já ocorria em fóruns políticos da organização desde a década de 60 (LIESE, 2010).

Este envolvimento destas instituições não governamentais internacionais¹⁷ de forma cada vez mais ativa, em debates promovidos pela ONU e suas organizações, levou a profundas e permanentes mudanças na governança global. Por um lado, reconhece-se como ganho a ampliação de mecanismos de escuta, participação e a crescente influência destes atores vinculados às ONGs em decisões de interesse comum. De acordo com alguns comentaristas, estas organizações da sociedade civil com atuação global, em função de seu escopo de atuação sobre saúde e/ou desenvolvimento, estariam, pelo menos em princípio, mais próximas à realidade daqueles que sofrem, por exemplo, com a condição da fome (TALLBERG; JÖNSSON, 2010). Na visão destes autores, o formato de atuação das ONGs tende a ter conexão com as realidades locais e quando estas participam de etapas de decisão, indo além de apenas receberem financiamento e prestarem conta do que executaram, tendem a contribuir com a construção de soluções mais efetivas, tornando mais democráticos os processos de governança global. Além disso, sua participação se constituir em um importante e necessário mecanismo de legitimação e suporte aos acordos globais e de constrangimento em caso de não cumprimento ou não adesão dos países a esses tratados (AGNÉ, 2010; TALLBERG, 2010). No entanto, outra leitura aponta para as potenciais situações de conflito de interesses que esta inserção das ONGs e de outras instituições internacionais como as fundações, dada a diversidades de formatos e vinculações com interesses de setores comerciais que podem influenciar a atuação destas organizações, pode gerar nestes espaços de governança global (UK Health Forum, 2018)¹⁸.

Participaram da CIN 1992 representantes de 160 países, 144 organizações não governamentais, 14 agências vinculadas a ONU e 11 organizações intergovernamentais (FAO; WHO, 1992a; PELLET, 1994). A lista dos países e instituições participantes pode ser consultada no Relatório final da CIN 1992¹⁹. Um dos acontecimentos mais expressivos e lembrados por comentadores da CIN refere-se ao fato das organizações não governamentais chamadas ao debate terem se segregado em dois grupos, a partir de uma leitura sobre os interesses que as orientavam. Assim, as ONGs se dividiram entre as que pautavam o interesse público (autodeclaradas ‘Public interest NGOs – PINGO’) e as de interesse comercial, ou seja, ONGs que representavam interesses de empresas e da indústria de alimentos, identificadas na ocasião como Business and Industry NGOs (BINGOs’) (SABRY, 1994; TANSEY, 1994). A atuação das ONGs de interesse público durante a CIN 1992 e no período posterior à realização

¹⁶ Dr Hiroshi Nakajima, nasceu no Japão em 1928 e faleceu em 2013, na França. Formou-se em Medicina pela Tokyo Medical College, tendo também nesta instituição obtido os títulos de Mestre (1955) e PhD em ciência médica (1960). Foi diretor geral da OMS no período de 1988 to 1998, período em que conduziu a organização por dois mandatos.

Fonte: <http://www.who.int/dg/nakajima/nakajima/en/>

¹⁷ São exemplo destas: Fundações (ex. Fundação Bill e Melinda Gattes, Fundação Rockfeller, etc), ONGs (IBFAN Internacional, FIAN, Heller Keller International) etc.

¹⁸ Sobre o tema de conflitos de interesse em espaços de governança global e influencia sobre processos nacionais de políticas públicas recomenda-se a leitura da publicação de “UK Health Forum (2018) - Public health and the food and drinks industry: The governance and ethics of interaction” e também de textos diversos de Judith Richter, Luciene Burlandy, Fabio Gomes, Melissa Mialon, Camila Maranha dentre outros pesquisadores.

¹⁹ <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/61254/a34812.pdf;jsessionid=B02056B0296FAE9DCE57750C801AD454?sequence=1>

da Conferência foi reconhecida como um caso sucesso, tendo em vista que pontos de incidência²⁰ deste conjunto de instituições foram incluídos na declaração e no Plano de ação da CIN 1992. Em um período imediatamente posterior à realização da Conferência, estas mesmas organizações se uniram na Aliança Global pela Alimentação e Nutrição (em inglês, ‘Global Food and Nutrition Alliance’), constituindo, assim, uma rede que buscava influenciar eventos e a incorporação do Plano de Ação da CIN 1992 em outras conferências da ONU (SABRY, 1994). Este mesmo movimento não foi identificado na atuação das ONGs vinculadas aos interesses comerciais.

O processo preparatório para a CIN 1992 iniciou dois anos antes da sua realização e teve como base as experiências locais dos países, tendo estas guiado a preparação dos participantes (PELLET, 1994). Durante este período, os países envolvidos no processo da Conferência produziram documentos descrevendo problemas, programas e ações relacionados à nutrição, assim como uma proposta para intervenções futuras. Foram realizados cinco encontros regionais da FAO e, também, 13 encontros sub-regionais, onde diferentes governos foram convidados a debater as necessidades e problemas de nutrição vivenciados pelo país e suas relações com o contexto mais geral da sub-região²¹ (FAO; WHO, 1992a).

Os documentos enviados pelos países e as diferentes ações desenvolvidas nesse processo preparatório foram sistematizados no documento ‘Nutrição e Desenvolvimento: uma avaliação global’ (em inglês ‘Nutrition and development: a global assessment’), um texto assinado pela FAO e OMS, que traz a síntese dos problemas nutricionais que afetavam os países naquele momento, incluindo também dados secundários e contribuições de experts do campo da nutrição (FAO; WHO, 1992c).

Outro texto produzido foi o “Questões centrais para estratégias nutricionais” (em inglês Major issues for nutrition strategies). Considerado um documento técnico (FAO; WHO, 1992d), conta com oito artigos que refletem temas definidos pela FAO, OMS, entre outras agências da ONU, e o grupo consultivo de experts organizado no âmbito da CIN. Os textos publicados na versão final do documento foram previamente debatidos em um evento preparatório da CIN 1992, realizado em Genebra em 18-24 de agosto de 1992 e foram listados abaixo:

1. Texto 1: Melhorar a segurança alimentar nos domicílios.

Autoria: Joachim von Braun, Howarth Bouis, Shubh Kumar and Rajul Pandya-Lorch (International Food Policy Research Institute - IFPRI).

2. Texto 2: Proteger os consumidores através de melhorias na qualidade e segurança dos alimentos.

Autoria: F. Ed Scarbrough (US Food and Drug Administration)

3. Texto 3: Cuidar dos socioeconomicamente necessitados e nutricionalmente vulneráveis.

²⁰ As ONGs de interesse público conseguiram por meio de um trabalho de incidência incluir o tema “aleitamento materno” como um dos temas centrais da CIN 1992.

²¹ De forma organizacional a FAO conta com uma sede geral em Roma/ Itália, cinco escritórios regionais distribuídos por grandes regiões do globo: África (sede Gana), Ásia e Pacífico (Tailândia), Europa e Ásia Central (Hungria), América Latina e Caribe (Chile) e Oriente e Norte da África (Egito). 10 escritórios sub-regionais, 145 escritórios em países membros e seis escritórios de representação localizados em cidades onde outras organizações da ONU e outras organizações internacionais, intergovernamentais e não governamentais têm escritórios.
Fonte: <http://coin.fao.org/cms/do/en/index.html>

Autoria: Patrice Engle (consultora do UNICEF)

4. Texto 4: Prevenir e controlar doenças infecciosas.

Autoria: Andrew Tomkins (University College London/ Institute of Child Health, London UK).

5. Texto 5: Promover dietas apropriadas e estilo de vida saudáveis.

Autoria: Benjamin Torun (Institute of Nutrition of Central America and Panama) e Pirjo Pietinen (National Public Health Institute, Helsinki).

6. Texto 6: Prevenir deficiências de micronutrientes específicos.

Autoria: Vinodini Redy and K. Vijayaraghavan (National Institute of Nutrition Hyderabad)

7. Texto 7: Avaliar, analisar e monitorar a condição nutricional

Autoria: John Mason (ACC/SCN)

8. Texto 8: Incorporar objetivos nutricionais em políticas e programas de desenvolvimento.

Autoria: Beatrice Rogers (Tufts University, Boston).

No contexto da CIN 1992, os autores que escreveram este conjunto de textos técnicos apresentam uma dentre três possíveis vinculações: centro / instituição de pesquisa (como é o caso do IFPRI e representantes de universidades), vinculados a organizações ou comitês da ONU (como Standing Committee on Nutrition ou UNICEF) ou ainda a nações por meio de órgãos de saúde ou alimentação.

Durante a CIN 1992 foi incluído nesta lista geral de temas um nono item “Promover o aleitamento materno”. A inclusão do aleitamento materno no rol de questões a serem tratadas pela Conferência foi resultado de um trabalho de incidência ONGs de interesse público. Assim, a CIN 1992 debateu, ao final do encontro, um conjunto final de nove temas oficialmente pautados como sendo estratégicos para a melhoria da nutrição.

A ‘Declaração Mundial de Nutrição’ (FAO; WHO, 1992b) e o ‘Plano de ação para a nutrição’ (FAO; WHO, 1992b) são os documentos finais oficiais da conferência e trazem recomendações voltadas à implementação de ações e estratégias voltadas à superação da má nutrição, a exemplo da Década Internacional da Alimentação e Nutrição²² (FAO; WHO, 1992b). Cabe destacar que o chamado para que fosse instituída uma “Década Internacional da Alimentação e Nutrição”, ao contrário do que ocorreria posteriormente na CIN 2014, ficou circunscrito aos domínios da CIN 1992, não sendo esta iniciativa acatada como uma agenda da ONU (UN, 2017). A declaração de uma “Década de ação pela Nutrição” também aparece na

²² A explicação oficialmente descrita no site da ONU sobre as décadas a assilam como uma marcação de tópicos ou eventos ou situações especiais visando assim promover de forma articulada objetivos assumidos pela organização. As décadas dentro do Sistema ONU representam, neste sentido, uma pactuação e articulação de agenda acerca de uma temática prioritária em determinado momento entre as organizações que compõem o sistema. No momento encontram-se declaradas 9 décadas que versam sobre: Desertos e lutas contra a desertificação (2010-2020), segurança na estrada (2011-2020), biodiversidade (2011-2020), erradicação do colonialismo (2011-2020), energia sustentável para todos (2014-2024), pessoas com descendência africana (2015-2024), Desenvolvimento industrial na África (2016-2025), ação pela Nutrição (2016-2025), água e desenvolvimento sustentável (2018-2028).

Fonte: <http://www.un.org/en/sections/observances/international-decades/>

declaração final da CIN 2014, tendo sido aprovada na assembleia mundial da ONU e publicada como uma agenda global comum da organização, que incorporou o tema da nutrição como um de seus focos prioritários de atuação até o ano de 2025 (UN, 2016).

O relatório final da CIN 1992, composto por uma descrição geral da programação e debates da conferência, além dos documentos finais do evento, menciona como parte do contexto global que justifica a realização da conferência e a busca de acordos visando superar as diferentes formas de má nutrição, os seguintes problemas: a iniquidade no acesso a alimentos; a desnutrição infantil; a deficiência de micronutrientes; problemas nutricionais e de saúde decorrentes das doenças transmitidas pelos alimentos e água; o aumento da ocorrência das DCNTs (FAO; WHO, 1992a). O texto do Relatório Final da CIN 1992 faz referência a problemas e conflitos que ainda se fazem presentes no cenário contemporâneo incluindo desastres ambientais, guerras civis, colapso nos sistemas econômico e político, refúgio de pessoas para outros países e fome (SAOUMA, 1992).

Associada ao termo má nutrição os compromissos oficialmente expressos nos documentos finais da CIN 1992 citam também a questão da fome. As seis citações à palavra fome (em inglês “hunger”) nos documentos finais de conferência refletem, em boa medida, a persistência do problema, os constrangimentos éticos associados ao tema e o fato de que o combate à fome continua se configurando, no âmbito internacional, como um compromisso oficialmente assumido pelos países. Não foi possível identificar, no entanto, nos textos analisados, referências a ações mais efetivas, de ordem socioeconômica visando superar esta condição. Esta busca tem referência contribuições de pesquisadores como Josué de Castro, que desde a década 40, afirmavam internacionalmente que o problema da fome tem como base iniquidades sociais e econômicas (CASTRO, 1984).

We, the Ministers ... at the International Conference on Nutrition (Rome, December 1992), declare our determination to eliminate **hunger** and to reduce all forms of malnutrition. **Hunger** and malnutrition are unacceptable in a world that has both the knowledge and the resources to end this human catastrophe.

(p. 1, World declaration on Nutrition, ICN 1992).

We recognize that poverty and lack of education are the primary causes of **hunger** and undernutrition. There are poor people in most societies who do not have adequate access to food, safe water and sanitation, health services and education, which are the basic requirements for nutritional well-being.

(p. 2, World declaration on Nutrition, ICN 1992).

A CIN 1992 debateu a relação da pobreza com a nutrição com base em uma interpretação de que ambas situações são resultantes de um conjunto de fatores sociais, incluindo a ausência de políticas de emprego, acesso à moradia, educação, serviços de saúde e social etc. Em termos de atores estratégicos, na CIN 1992, o então diretor da FAO, na abertura da conferência, destacou ainda a indústria alimentícia como um dos setores a serem envolvidos na superação da desnutrição, por meio de uma atuação mais próxima entre a indústria e os consumidores, médicos, nutricionistas, representantes de governos e de organizações internacionais. A citação à indústria, em 1992, teve forte influência do debate em torno das

articulações para o estabelecimento do Codex Alimentarius²³ o qual foi citado como um instrumento de garantia da proteção da saúde dos consumidores (SAOUMA, 1992).

A CIN 1992 debateu, também, de forma central a ajuda alimentar. No documento final esta é compreendida como uma estratégia de solidariedade, devendo ser implementada sem nenhum tipo de discriminação, risco de impactos negativos na produção local e na ruptura de hábitos de consumo, sendo importante evitar criar estados de dependência em relação aos alimentos distribuídos através desta ajuda internacional, com risco de perpetuar os problemas nutricionais dos países que recebem este apoio (FAO; WHO, 1992a).

Este acordo expresso na declaração final da CIN 1992, pouco influenciou as decisões dos países doadores em modificar, de alguma forma, suas políticas de ajuda humanitária, as quais continuaram a ser definidas a partir da visão dos doadores (PELLET, 1994). Brown (1994) destaca esta preocupação com a ajuda humanitária como um dos exemplos de incoerência dos acordos globais, em um mundo real marcado por assimetrias de poder. Com a dissolução de um mundo polarizado que viveu por longas décadas o medo de uma guerra, a necessidade de investimentos em armas foi drasticamente reduzida e este recurso passou a estar disponível para novas ações. Esse cenário, em associação com os avanços da genética e o desenvolvimento da biotecnologia, tornou o setor agrícola e da produção de alimentos um dos mais promissores para a área de investimento financeiro (BROWN, 1994). Neste sentido, o reforço da ajuda humanitária pode até ter sido orientado, oficialmente, por objetivos relacionados à superação da fome, mas parece ter sido também influenciado por interesses de setores econômicos que viram neste esforço de cooperação, um importante mecanismo de ampliação de seus negócios. Ou, conforme apresentado por um comentador da CIN 1992, uma oportunidade para que mercados pudessem encontrar as necessidades nutricionais das pessoas, uma vez que muitas das ações de ajuda humanitária foram construídas a partir de interesses econômicos (TANSEY, 1994).

Em termos dos compromissos oficialmente assumidos pelos participantes da CIN 1992 destaca-se “nossa determinação no sentido de eliminar a fome e reduzir todas as formas de má nutrição” (Tradução nossa, p. 1, World Declaration on Nutrition, CIN 1992). Uma frase generalista, que representa bem a linguagem diplomática, despolitizada e pouco capaz de ser traduzida em ações reais utilizada em eventos desse tipo (PELLET, 1994). Não é objeto desta tese analisar como estas recomendações foram (ou não) implementadas nos países, há nesse processo um conjunto de elementos a serem considerados, como a permeabilidade do governo nacional para recomendações construídas externamente, a vinculação destas orientações com demandas sociais concretas e socialmente reconhecidas, as capacidades institucionais disponíveis para essas ações, entre outros.

O “Plano de Ação para a Nutrição” traz uma outra redação aos objetivos gerais da Conferência, apresentando um conteúdo muito semelhante a demais documentos oficiais produzidos no evento, lançando mão de frases generalistas, adicionando, no entanto, algumas diretrizes para as políticas, estratégias e ações a serem realizadas e distribuindo responsabilidades em nível nacional e internacional. No entanto, esta responsabilização se dá

²³ O Codex Alimentarius representa um acordo global sobre segurança e controle de qualidade de alimentos. Trata de um conjunto de padrões, diretrizes e normativas no campo da segurança de alimentos, influenciando assim acordos comerciais acerca dos alimentos processados (Fonte: <http://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/about-codex/en/>). Para uma leitura crítica sobre o Codex alimentarius recomenda-se fortemente a leitura da tese de Rosângela Pezza Cintrão. Segurança, qualidade e riscos: a regulação sanitária e os processos de (i)legalização dos queijos artesanais de leite cru em Minas Gerais. 2016. 396pp. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016.

numa perspectiva de citação generalista, não sendo possível identificar que atores nacionais ou internacionais devem ser envolvidos. No Quadro 1 pode-se ler um resumo dos principais tópicos que compõem o documento.

Quadro 1. Estrutura e componentes gerais oficialmente descritos no Plano de ação para Nutrição, aprovado no âmbito da Conferência Internacional de Nutrição, 1992.

<i>I. Objetivos gerais</i>
Garantir o acesso contínuo a alimentos seguros e em quantidade suficiente para uma alimentação adequada e nutritiva. Alcançar e manter o estado de saúde e bem-estar nutricional para todas as pessoas. Alcançar metas de desenvolvimento que sejam sustentáveis, ambientalmente saudáveis e que contribuam para melhorar a nutrição e a saúde.
<i>II. Diretrizes para políticas</i>
Compromisso de promover o bem-estar nutricional. Desenvolvimento ecológico e sustentável Crescendo com equidade: crescer economicamente com distribuição equitativa de benefícios para todos os segmentos da população. Priorizando os grupos nutricionalmente mais vulneráveis Tendo como enfoque a África Participação das pessoas Focalizando nas mulheres Desenvolvimento de recursos humanos Desenvolvendo políticas populacionais Promovendo o bem-estar nutricional através do fortalecimento da economia e da cooperação técnica entre países Alocando recursos adequados às necessidades
<i>III. Questões intersectoriais</i>
<i>IV. Estratégias e ações</i>
Incorporando objetivos, considerações e componentes nutricionais dentro de políticas e programas de desenvolvimento. Melhorando a segurança alimentar domiciliar. Protegendo consumidores através da oferta de alimentos com melhor qualidade e segurança. Prevenindo doenças infecciosas. Cuidando dos socioeconômico e nutricionalmente vulneráveis. Prevenindo deficiências de micronutrientes específicos. Promovendo dietas e estilo de vida saudáveis. Avaliando, analisando e monitorando situação nutricional.
<i>V. Responsabilidade pelas ações</i>
No nível nacional No nível internacional
<i>VI. Recomendações pós conferência</i>

Fonte: adaptado e traduzido de FAO e WHO (1992b).

O estudo do conteúdo expresso no relatório final da CIN 1992 apresentado a seguir, partiu inicialmente de uma análise semântica. Identificou-se dentre as palavras de maior frequência (na ordem da mais para a menos frequente até a posição de número 6) os seguintes

termos: alimento/ alimentação (foods - food), nutrição (nutritionally - nutrition - nutritional - nutritionally), desenvolvimento (development - develop - developed - developing - development), internacional, países (countries - country) e saúde (health) (Figura 1).



Figura 1. Frequência de ocorrência de palavras no Relatório final da Conferência Internacional de Nutrição 1992 (FAO; WHO, 1992a).

No contexto da CIN 1992 observa-se uma abordagem econômica clássica da palavra desenvolvimento e sua relação com a nutrição. Na visão geral da Conferência, sociedades com inúmeros famintos e desnutridos tendem a gerar indivíduos com menor capacidade para apoiar o desenvolvimento nacional. Nesta tese assume-se esta como uma condição humanamente anti-ética como também é economicamente pouco desejada, pelos custos que gera aos países não só em termos de atenção à saúde necessária para recuperar a saúde destes indivíduos, como também pelo custo social e econômico de ter indivíduos sem condições de trabalhar. Fica o questionamento se abordar as relações entre nutrição e desenvolvimento em uma conferência internacional da ONU, garante visibilidade ao tema e contribui, de alguma forma, na disputa do imaginário dos tomadores de decisões quanto aos processos de construção da agenda pública em nutrição.

Este período da década de 90 foi fértil para o debate em torno dos significados atrelados ao termo desenvolvimento e desenvolvimento econômico (MALUF, 2000; SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007; SEN, 2000). Sob influencia do debate acerca da integração entre desenvolvimento e nutrição, no contexto da CIN 1992, e de leituras de Amartya Sen (1993; 2000), pode ser útil imaginar a construção de modelos de desenvolvimento orientados pela intersecção entre as diferentes dimensões que determinam a vida humana, como a social, a econômica, a cultural, a ambiental, considerando ainda a busca pela equidade.

A leitura em profundidade do relatório final da CIN 1992 permitiu identificar categorias de análise, a partir das perguntas de pesquisa. Utilizando como termo de busca a palavra “nutrição” (nutrition) incluindo também as palavras derivadas (como “nutritional” e

“nutritionally”), foi possível identificar a visão de nutrição adotada oficialmente pela Conferência, os objetivos a serem alcançados, os fatores que influenciam o estado nutricional na perspectiva proposta pelos documentos e, por fim, ações e estratégias recomendadas. A partir da leitura desses materiais, buscamos fazer uma análise acerca das relações estabelecidas entre agricultura e alimentação nos textos da Conferência.

Em termos de uma visão sobre estado nutricional e objetivos a serem alcançados, a análise do relatório final da CIN 1992, incluindo nesse conjunto a declaração e o plano de ação, tem como eixo a busca por um “bem-estar nutricional sustentável”. Bem-estar nutricional (Nutrition well-being), no âmbito dos documentos analisados na CIN 1992, pode ser entendido como um estado em que as pessoas estão livres da fome e da má nutrição. Como formas da má nutrição, os textos analisados citam a subnutrição, as deficiências de micronutrientes, as doenças crônicas relacionadas à alimentação. O bem-estar nutricional é também compreendido como um resultado do acesso a alimentos na quantidade adequada às necessidades nutricionais, sem comprometer as gerações futuras, e também como uma condição de adequado estado nutricional em diferentes ciclos da vida.

O bem-estar nutricional é percebido como um pré-requisito para alcançar o completo potencial social, mental e físico da população. Deve ser um objetivo central para estratégias, planos e prioridades para o desenvolvimento humano (outro tema central nos debates CIN 1992, conforme já destacado) e ser alcançado através de ações voltadas ao crescimento econômico.

Foram identificados no Relatório final da CIN 1992 como fatores que influenciam o bem-estar nutricional, ou seja, aqueles que podem levar à ausência de bem-estar nutricional, os elementos destacados abaixo. Ressalta-se que a ordem de apresentação não tem nenhuma relação com a maior ou menor frequência de ocorrência destes:

1. Situação de pobreza (citada como causa primária)
2. Acesso à educação (citada como causa primária).
3. O acesso a alimentos adequados e seguros (ponto de vista higiênico sanitário).
4. Ingestão (in)adequada de macro e micronutrientes
5. Acesso adequado a serviços públicos: saneamento, serviços de educação, saúde, moradia saudável, etc.
6. Acesso à água potável.
7. Presença de iniquidades sociais, econômicas e de gênero.
8. Existência de leis e práticas discriminatórias que potencializem as injustiças.
9. Situação de enchentes, secas ou desertificações.
10. Inadequada alocação de recursos para setores estratégicos
11. Doenças infecciosas
12. Acesso a conhecimento sobre alimentação
13. Adoção de objetivos de nutrição por diferentes setores
14. Equidade no acesso as oportunidades econômicas.
15. Situações de conflitos.

Uma atuação intersetorial voltada para o alcance dos objetivos nutricionais já era mencionada no conjunto dos conteúdos da declaração e plano de ação final da CIN 1992. O incentivo a uma atuação integrada entre os diferentes setores aparece, também, nas recomendações de ação e estratégias a serem implantadas. O texto da declaração e do plano de ação final da CIN 1992 aponta para conteúdo de orientação da ação:

1. Envolver as pessoas, comunidades, famílias e bairros.
2. Empoderar indivíduos e comunidades.
3. Assegurar a participação de pessoas em situação de pobreza e marginalizadas nas decisões.
4. Desenvolver e implementar estratégias culturalmente adequadas.
5. Ensinar sobre nutrição em espaços formais de educação, ou seja, escolas, espaços de formação técnica e profissional.
6. Desenvolver ações de educação nutricional como treinamentos, mensagens via mídia, campanhas, programas e projetos de base comunitária e rotulagem nutricional, voltados para pessoas de diferentes faixas etárias e com distintas condições fisiológicas. Em relação a temas, os documentos finais da CIN 1992 citam: habilidades culinárias para o preparo dos alimentos, acesso/ promoção de informações sobre escolhas alimentares saudáveis em associação com conteúdos sobre outros hábitos de vida adequados à saúde e prevenção de subnutrição e DCNT.
7. Analisar e buscar mitigar os efeitos de políticas, programas e ações sobre o bem-estar nutricional.
8. Realizar ações articuladas de curto e longo prazos.
9. Articular políticas e ações em diferentes níveis (Desenvolver ações multiníveis).
10. Promover o desenvolvimento de biotecnologias.
11. Prover o acesso aos alimentos.
12. Adotar formas de mensuração e avaliação complexas.
13. Apoiar o desenvolvimento de pesquisa.
14. Ofertar alimentos adequados aos requerimentos nutricionais.
15. Qualificar a rede de abastecimento de alimentos.
16. Promover a cooperação entre países.
17. Garantir financiamento adequado para programas e projetos.
18. Agir de forma intersetorial buscando o bem-estar nutricional envolve diferentes parcerias, a adoção de distintas estratégias e a atuação em diferentes níveis de tomada de decisão.

A agricultura é citada como uma das áreas governamentais que devem compor esta recomendação de “agir de forma intersetorial”. Na análise dos documentos finais da CIN 1992 foi possível identificar como mecanismo propulsor desta atuação intersetorial a busca por ações no campo das políticas e programas gerais, sem que isso se traduza em recomendações com um formato específico. A síntese dos elementos envolvidos na descrição sobre a atuação intersetorial na CIN 1992 pode ser lida no Quadro 2.

Quadro 2. Descrição dos setores a serem envolvidos em ações intersetoriais, estratégias e níveis de atuação para o alcance do bem-estar nutricional para todos.

SETORES A SEREM ENVOLVIDOS	ESTRATÉGIAS
<p>Organizações não-governamentais</p> <p>Governo: agricultura, pecuária, aquicultura, meio ambiente, alimentação, saúde, saneamento, trabalho, abastecimento, planejamento, finanças, indústria, educação, informação, desenvolvimento social, comércio, desenvolvimento rural e urbano, infraestrutura e crédito.</p> <p>Organizações internacionais.</p> <p>Setor privado: indústria, agricultores (as) de pequena escala, mercados e fornecedores de serviços.</p> <p>Universidades e institutos de pesquisa.</p> <p>Produtores e processadores de alimentos</p> <p>Setor de propaganda</p> <p>Setor da mídia</p> <p>Setores econômicos diversos.</p> <p>Associações sociais e culturais</p> <p>Consumidores</p>	<p>Articular, formular, implementar programas, estratégias e políticas.</p> <p>Coordenar ações e atividades.</p> <p>Incorporar objetivos e componentes nutricionais em políticas, planos e programas.</p> <p>Definir cronogramas comuns de ação.</p> <p>Alocar recursos orçamentários para ações de nutrição.</p> <p>Desenvolver e fortalecer a capacidade técnica e mecanismos de integração.</p> <p>Fortalecer a interligação entre pesquisas e instituições de treinamento.</p> <p>Adaptar serviços de apoio nutricional, de saúde e educação para inserção de outros setores.</p> <p>Realizar treinamentos integrados.</p> <p>Criar sistemas de monitoramento e vigilância relacionados a alimentação, nutrição, saúde e educação.</p> <p>Promover a segurança alimentar nos domicílios.</p>
NÍVEIS DE ATUAÇÃO	
<p>Internacional</p>	<p>Comunidades/ local</p>
<p>Nacional, governamental</p>	<p>Domicílios/ famílias</p>

A síntese do conceito de bem-estar nutricional, os fatores que o influenciam e as ações e estratégias oficialmente identificadas a partir da análise do relatório final da CIN 1992, foram sistematizados através da Figura 2, abaixo. A Figura 2 é um esforço de síntese, construído pela autora, dos fatores que influenciam o bem-estar nutricional e também as ações e estratégias voltadas para a promoção deste descritas no Relatório Final da CIN 1992.

International Conference on Nutrition, 1992

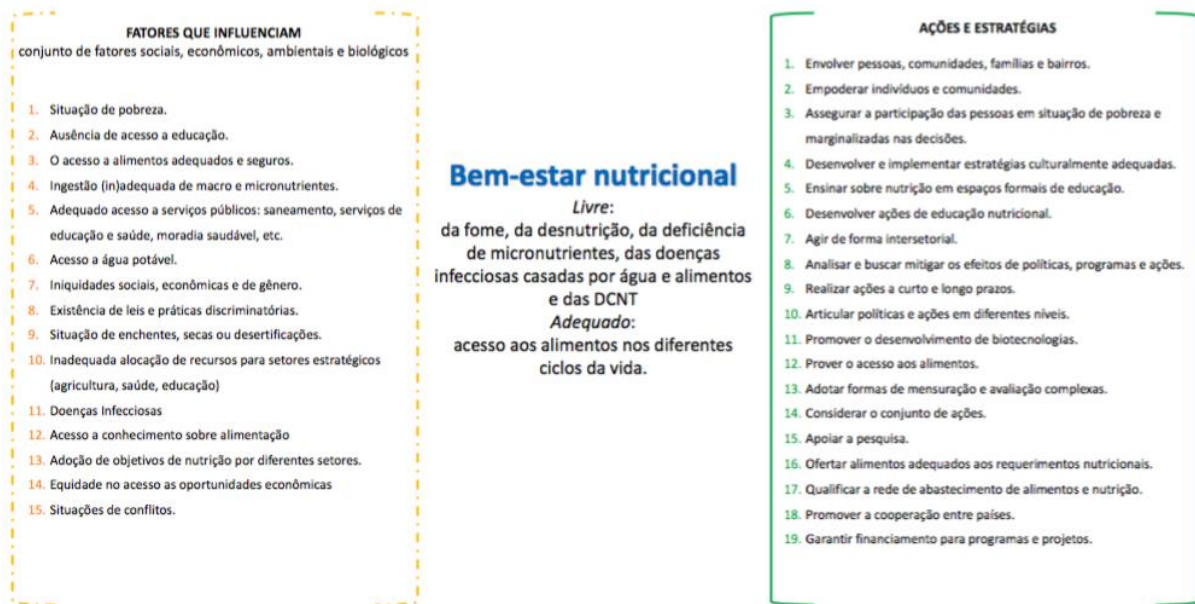


Figura 2. Síntese do conceito de bem-estar nutricional, dos fatores que o influenciam e das ações e estratégias identificados a partir da análise do relatório final (inclui declaração e plano de ação) da Conferência Internacional de Nutrição 1992.

Assume-se, nesta tese, que as relações entre nutrição e agricultura no contexto desta tese tem no alimento e o ato de sua apropriação pelos humanos, ou seja, a alimentação, o elemento de conexão²⁴. Desta forma, ainda dentro do processo de análise textual buscou-se compreender os conteúdos disponíveis no relatório final da CIN 1992 associados às palavras (e termos derivados) relacionados ao alimento: alimento, alimentação (food, feed) e dieta (diet).

A questão do acesso aos alimentos é um ponto central no Relatório final da CIN 1992. A produção de alimentos em nível global foi, já em 1992, citada como suficiente e apontou-se para a iniquidade de acesso como um dos problemas centrais a serem superados para o alcance do bem-estar nutricional. A superação das situações de fome, deficiência de micronutrientes, assim como das DCNT ocorre por meio de acesso a um conjunto de alimentos seguros (não contaminados) e adequados.

A dimensão de adequação para a alimentação na CIN 1992 faz referência à oferta de alimentos ricos em nutrientes - fundamentais para superar as deficiências de micronutrientes, a alimentos seguros do ponto de vista de contaminação e produzidos localmente. Os alimentos e uma alimentação em quantidade e qualidade adequadas, ou seja, rica em nutrientes diversificados são apontadas como caminhos fundamentais para promover dietas nutricionalmente adequadas (dietas saudáveis), tendo como consequência o alcance do bem-estar nutricional. Para tanto, o relatório final da CIN 1992 cita a integração entre produção e consumo por meio da integração entre etapas do sistema agroalimentar (produção, processamento, comercialização/ marketing) numa perspectiva de garantia do abastecimento de alimentos seguros.

²⁴ Esta afirmação deve desdobrar futuras pesquisas que busquem refletir sobre o alimento que aqui é citado. A agricultura produz alimento sin natura, alguns prontos para consumo e outros que exigem algum grau de processamento. Neste sentido, cabe refletir sobre a integração entre a cadeia de alimentos processados e a influência desta sobre a produção agrícola.

Na análise do conteúdo descrito no relatório final da CIN 1992 foi possível identificar que o alimento é citado enquanto um direito, sendo a garantia de acesso aos alimentos um ponto central e que está diretamente vinculado, estando e ao conceito de segurança alimentar. A segurança alimentar foi comumente citada como um elemento importante em nível domiciliar, estando vinculada ao “desenvolvimento sustentável” dos países.

1.4 A 2a CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE NUTRIÇÃO, 2014

A segunda CIN foi realizada entre os dias 19 e 21 de novembro de 2014, em Roma-Itália, 22 anos após a primeira. Esta edição assim como a CIN 1992 foi organizada pela FAO e OMS em colaboração com outras organizações da ONU como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Banco Mundial, Programa Mundial de Alimentos (PMA / World Food Program WFP) e Organização Mundial do Comércio (OMC) e, também, pela parceria entre a UN Secretary-General’s High Level Task Force on the Global Food Security Crisis (HLTF) e o International Food Policy Research Institute (IFPRI) (FAO Council, 2014).

O processo de preparação da CIN 2014 envolveu a realização de um conjunto de atividades preparatórias iniciadas em 2011, como encontros entre a FAO, OMS, outras agências da ONU, representantes do setor privado, da sociedade civil e de associações de produtores e consumidores de alimentos. Sete encontros regionais ou sub-regionais, cinco relatos de países (Swaziland, Afghanistan, Indonesia, Philippines, and Bangladesh), consulta pública na web sobre a versão pré conferência da Declaração final e do plano de ação, 20 publicações preparatórias e 18 artigos escritos por especialistas (ICN2 Secretariat, 2014; FAO Council, 2014). Deste total de 38 publicações pré conferência – position papers, textos síntese, artigos, 19(sendo destes 14 artigos de especialistas) apresentam no título referência a integração entre agricultura e nutrição. Os títulos e autores dos textos podem ser consultados no Quadro 3, os documentos analisados nesta tese contam com um “*” ao final do título.

Quadro 3. Documentos preparatórios da Conferência Internacional de Nutrição 2014 e identificação dos textos analisados nesta tese.

<i>PREPARATIONS – PUBLICATIONS</i>
Improving Diets and raising levels of nutrition - Food-based approaches
Combating Micronutrient Deficiencies: Food-based Approaches
Sustainable Nutrition Security - Restoring the bridge between agriculture and health ¹
The development of global diets since ICN 1992: Influences of Agri-Food sector trends and policies ¹
Framework for Action- Secretariat’s Information note
Documents of relevance to nutrition
The State of Food and Agriculture: Food systems for better nutrition ¹
Synthesis of Guiding Principles on Agriculture Programming for Nutrition ¹
Nutrition-Sensitive Agriculture ¹
Nutrition mainstreamed in FAO’s Strategic Objectives
Why ICN2?
Why Nutrition Matters
Concept Note on Non-State-Actors participation in the ICN2

Communicating to Inspire Change: Dialogues on Nutrition
The Zero Hunger Challenge and ICN2
Child and Maternal Nutrition
Challenges and Issues in Nutrition Education
Healthy diet
Obesity and overweight
Promoting Healthy Diets Through Nutrition Education and Changes in the Food Environment: An International Review of Actions and Their Effectiveness
<i>PREPARATIONS – EXPERT PAPERS</i>
FAO's Approach to Nutrition-sensitive Agricultural Development ¹ Brian Thompson; Leslie Amoroso
Maximizing the contribution of fish to human nutrition ¹ Shakuntala Haraksingh Thilsted, David James, Jogeir Toppe, Rohana Subasinghe, Iddya Karunasagar
Nutritional Deficiencies as Driver for Agriculture Value Chain Development: Lessons from the Field. ¹ Paul Sommers
Opportunities for Latin America and the Caribbean to mainstreaming nutrition into agriculture ¹ Diego Arias Carballo and Barbara Coello
Linking Nutrition and Agrobiodiversity ¹ Gudrun B. Keding and Bruce Cogill
New Business Models to Help Eliminate Food and Nutrition Insecurity: Roadmap for Exploration J.B. Cordaro
Linking Agricultural Production Practices to Improving Human Nutrition and Health ¹ Ross M. Welch, Robin D. Graham, Ismail Cakmak
Impact Pathways from Agricultural Research to Improved Nutrition and Health: Literature Analysis and Research Priorities ¹ Patrick Webb
Monitoring and Evaluating the Food Security and Nutrition Effects of Agricultural Projects ¹ F. James Levinson, Anna Herforth
Vitamin A: Moving the food-based approach forward Ted Greiner
Enhancing the role of smallholder farmers in achieving sustainable food and nutrition security ¹ Bader Mahaman Dioula, Hélène Deret, Julien Morel, Etienne du Vachat, Victor Kiaya
Biofortification: Evidence and lessons learned linking agriculture and nutrition ¹ Howarth Bouis, Jan Low, Margaret McEwan, Sherry Tanumihardjo
Building Effective Nutrition Policy on Demands Strong Scientific Base Chunming Chen, Pat Crawford, Omar Dary, Adam Drewnowski, Hanifa Namusoke, Barbara Schneeman, Marilyn Townsend
Participatory, Agroecological and Gender-Sensitive Approaches to Improved Nutrition: A Case Study in Malawi ¹ R. Bezner Kerr, L. Shumba, L. Dakishoni, E. Lupafya, P.R. Berti, L. Classen, S.S. Snapp, M. Katundu
An analysis of the food system landscape and agricultural value chains for nutrition: A case study from Sierra Leone ¹

Joyce Njoro
Designing Nutrition-Sensitive Agriculture Activities ¹ Ladd
New French Nutritional Recommendations for fatty acids Philippe Legrand
The role of forests, trees and wild biodiversity for nutrition-sensitive food systems and landscapes ¹ Bronwen Powell, Amy Ickowitz, Stepha McMullin, Ramni Jamnadass, Christine Padoch, Miguel Pinedo, Vasquez, Terry Sunderland
Prevalence of Obesity: A Public Health Problem Poorly Understood Theresa A. Nicklas, Carol E. O'Neil

Fonte: construído a partir do website CIN 2014.

Legenda: ¹ Textos analisados na tese.

Além do processo formal de consulta aos estados membros, a preparação da CIN 2014 contou com mecanismos de consulta ao grupo da sociedade civil por meio de um Fórum online “Global Forum on Food Security and Nutrition - FSN Forum”, conduzido e acolhido no domínio da FAO (UNSCN, 2014a). Durante a conferência foram ainda realizados fóruns paralelos das organizações da sociedade civil e movimentos sociais de interesse público e do setor privado. O fórum da sociedade civil apresentou ao final do encontro uma declaração própria direcionada aos estados membros da FAO (PUBLIC INTEREST..., 2014).

Em termos gerais, analistas pós CIN 2014 apontam que para além das limitações decorrentes da transformação de recomendações de encontros multilaterais e interinstitucionais, como é a natureza desta conferência, em ações concretas, ficou a constatação da incapacidade das recomendações oficiais da CIN em influenciar as necessárias mudanças nos sistemas alimentares modernos (BRINSDEN; LANG, 2015). Um único encontro não tem o potencial de construir acordos amplos em torno de temáticas complexas como são as questões relacionadas a alimentação e nutrição atualmente. No entanto, cabe refletir sobre para que então estes textos servem? Estes podem, na visão desta tese, disseminar ideias e formas de agir de atores em torno de temas como nutrição, agricultura e suas interconexões numa dimensão e pela legitimidade, que podem influenciar as ações implantadas nas realidades locais por isso propõem-se uma análise a luz das categorias concepções e práticas de intervenção. Uma CIN, como a realizada em 2014, carrega consigo a chancela de uma arena global onde diferentes atores participam e jogam buscando disseminar concepções, construir acordos e a cooperação em torno de suas percepções. As informações textuais expressas nos documentos finais indicam uma visão oficial de nutrição que pode vir a orientar a ação de diversas instituições internacionais, tanto é que as organizações da sociedade civil de interesse público participantes, em desacordo com o texto final pactuado nos processos pré e durante conferência construíram uma declaração própria apontando aspectos críticos que precisavam ser coerentemente endereçados em um acordo final sobre nutrição global. O que cabe desnudar são quem são os porta-vozes, que concepções são acionadas e o que as recomendações informam sobre quem, quando e como deve ser envolvido.

Assim como na CIN 1992, a edição de 2014 aprovou dois textos: um estruturado na forma de uma Declaração, a ‘Declaração de Nutrição de Roma’ e o outro em formato de plano de ação ‘Framework for Action’. Entre a edição de 1992 e de 2014 muitos encontros sobre alimentação, segurança alimentar e nutrição ocorreram sendo estes citados como elementos de continuidade entre as CINs. Dentre os encontros foram destacados: a Cúpula Mundial de Segurança Alimentar realizada em 2009, o encontro promovido pela OMS para tratar de metas

para a nutrição global em 2025²⁵ e o Plano de Ação Global para a Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis 2013-2020²⁶. World Health Organization 2025 Global Nutrition Targets e o WHO Global Action Plan for the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases 2013-2020. E assim como nos documentos da CIN 1992 reafirmam a alimentação enquanto um direito humano.

A declaração final é composta por três partes. A primeira traz uma descrição sobre as múltiplas causas da má nutrição, a associação desta com o(não) desenvolvimento, principalmente na perspectiva de desenvolvimento sustentável. A segunda apresenta a chamada “visão comum” construída, segundo consta, a partir do processo da CIN 2014 e aprovada em plenária do encontro onde compromissos são reafirmados, esforços empreendidos anteriormente foram reconhecidos e pontos a avançar identificados. E, por fim, na terceira parte há a descrição de um conjunto de seis objetivos que os países devem alcançar em termos de nutrição, além de convocar a ONU a declarar a ‘Década de ação em nutrição de 2016 a 2025’. Esta foi declarada em 1 de abril de 2016, na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UN, 2016).

Os objetivos da CIN 2014 oficialmente descritos versam sobre pontos generalistas e indicam como ações: a revisão dos progressos obtidos no campo da nutrição desde 1992 para identificar oportunidades e novos desafios; articular políticas intersetoriais (alimentação, agricultura e saúde) para melhorar a nutrição de uma maneira sustentável; propor opções de políticas e marcos conceituais abrangentes e adequados aos desafios nutricionais atuais; encorajar a coerência entre as políticas e sua prática; promover mobilização política em torno da melhoria da nutrição e identificar prioridades para a cooperação internacional em nutrição a curtos e médios prazos (ICN, 2014). Para uma conferência que colocou os desafios impostos pelos sistemas alimentares modernos no centro do debate, os objetivos oficialmente estabelecidos indicam o caminho da política pública, da ação política intersetorial e da articulação com instituições de cooperação internacional como os caminhos para se alcançar o bom estado nutricional.

O plano de ação traz o conjunto de 15 tópicos de recomendações voltadas para políticas e programas: Criação de um ambiente de ação efetivo; promoção de sistemas alimentares sustentáveis e dietas saudáveis; investimentos e comércio internacional; informação e educação nutricional; proteção social; sistemas de saúde fortes e resilientes; promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno; ações contra o desperdício de alimentos; desnutrição crônica; obesidade e excesso de peso infantil, anemia em mulheres em idade reprodutiva, fortalecimento dos serviços de saúde para a melhoria da nutrição; acesso a água, saneamento básico e higiene; segurança de alimentos e resistência antimicrobiana e transparência e prestação de contas. Se comparado ao plano de ação da CIN 1992, a versão de 2014 é mais concisa, mas se assemelha pela linguagem diplomática das recomendações voluntárias que descreve.

O compromisso oficialmente expresso na Declaração final da CIN 2014 traz a afirmação “... to address the multiple challenges of malnutrition in all its forms and identify opportunities for tackling them in the next decades.” (p. 1, Rome Declaration on Nutrition. ICN 2014). Chama atenção a ausência do termo “fome” (“hunger”) de forma mais explícita no objetivo e em outras partes dos dois principais documentos finais da CIN 2014. Este é um ponto de diferenciação no texto escrito da CIN 2014 com o texto apresentado como resultado final na CIN 1992. A má nutrição mantém a identificação como um termo que faz referência a um

²⁵ Título Original: “World Health Organization 2025 Global Nutrition Targets”.

²⁶ Título Original: “WHO Global Action Plan for the Prevention and Control of Noncommunicable Diseases 2013-2020”.

conjunto de condições fisiológicas como: desnutrição (formas grave, moderada e leve), deficiência de micronutrientes, excesso de peso e obesidade (ICN, 2014), mas a citação do termo fome e quase inexistente nos documentos finais da CIN 2014.

Nesta segunda edição da CIN participaram no total 2200 pessoas, entre as quais 164 membros da FAO e OMS, 162 estados nacionais, um membro associado e a União Europeia, 03 observadores, 85 Ministros, 23 Vice-Ministros, 82 embaixadores e 114 oficiais de alto nível. Participaram também como observadores credenciados 27 representantes da ONU e outras organizações intergovernamentais e 164 representantes de organizações da sociedade civil e do setor privado.

As organizações da sociedade civil, conforme anteriormente assinalado, publicizaram ao final da conferência uma declaração. Segundo entrevistados deste estudo participantes da CIN 2014 e também deste fórum das ONGs, a escolha por construir uma declaração dos movimentos sociais estava acordada desde o processo preparatório da conferência, mas durante a CIN 2014 este acordo ganhou outras conotações, tendo em vista a intensa atuação do setor privado, por meio de lobby direto e não público sobre os representantes dos países e, também, pela intensificação de participação destes em espaços de decisão internos da OMS e FAO²⁷.

Um conjunto de entrevistados²⁸ participantes do processo preparatório e da CIN 2014 apontaram que foi fundamentalmente a FAO que pautou a CIN 2014, tendo a OMS assumido um papel extremamente secundarizado, acatando as decisões da FAO sobre a conferência de 2014. Houve ainda o reconhecimento do esforço da FAO em organizar um espaço virtual para promoção de debate dos membros dos movimentos sociais e da sociedade civil de interesse público no período pre conferência, o que de fato possibilitou a realização de encontros e discussões em torno da CIN 2014 entre instituições com atuação e escritórios físicos em distintos países. No entanto, este esforço foi considerado ainda insuficiente por não favorecer a participação de um conjunto de representantes daqueles que mais sofriam com as condições de fome e má nutrição em suas diferentes formas. Afirmam que desde o início do processo de consulta sobre o texto final da declaração e do plano de ação da CIN 2014 os representantes da sociedade civil advogaram pela inclusão de um conjunto de temas na programação e textos dos documentos finais da CIN 2014. O principal tratava das referências que deveriam orientar as recomendações da CIN 2014, sendo que proposta da sociedade civil era de que a abordagem dos direitos humanos e do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) deveria ser declarada oficialmente como guia para as ações voltadas para a superação dos problemas nutricionais no texto da CIN 2014.

A declaração final do fórum da sociedade civil de interesse público da CIN 2014 chama para o estabelecimento de mecanismos de governança e prestação de contas sobre as ações a serem implantadas a partir da CIN 2014 menos fragmentados, duplicados (tendo em vista que FAO e OMS assumiram compromissos de monitorar os “progressos”) e pela adoção da abordagem centrada nos direitos humanos e nos distintos determinantes da fome e da má nutrição. Estas recomendações são lidas pelos representantes da sociedade civil participante da CIN 2014 como aspectos que poderiam ter influenciado a construção de formas de agir oficiais,

²⁷Fonte: entrevistado que atuou como diretor de uma ONG internacional do campo dos Direitos Humanos e coordenador do grupo da sociedade civil da CIN 2014.

²⁸ Os entrevistados que afirmaram este dado eram: (1) diretor de uma ONG internacional do campo dos Direitos Humanos e coordenador do grupo da sociedade civil da CIN 2014, (2) membro de ONGs internacional com atuação sobre direitos humanos e vice coordenador do grupo da sociedade civil da CIN 2014, (3) representante do governo brasileiro, pesquisador de instituto nacional de pesquisa e membro da diretoria de uma associação de pesquisadores em nutrição.

A CIN 2014 afirma como objetivo oficial a ser alcançado a busca por uma melhor nutrição para todos, cuja descrição faz referência a um estado em que crianças não apresentam subnutrição, baixa estatura ou baixo peso para a idade ou excesso de peso, que as mulheres e crianças não apresentam anemia ou outra deficiência de micronutriente; que há a redução do excesso de peso, obesidade e outras doenças crônicas relacionadas a dieta. A erradicação da fome é citada uma única vez nos documentos finais (Declaration e Plan for Action) em conjunto com o objetivo de prevenir todas as formas da má nutrição.

Em relação aos elementos que influenciam a nutrição das pessoas o relatório final da CIN 2014 destaca seis fatores, sendo estes as mudanças socioeconômicas que impactam nos padrões de dieta e atividade física; as mudanças climáticas e outros fatores ambientais; as situações de guerras, conflitos (e pós-conflitos), emergências humanitárias, crises, desastres naturais e epidemias; a atuação do comércio / mercados sobre o sistema alimentar moderno; a volatilidade de preços dos alimentos; e a adoção de uma dieta saudável, balanceada e diversificada que ofereça alimentos suficientes, em termos de quantidade e qualidade de nutrientes necessários para todas as faixas etárias e necessidades fisiológicas, estando ainda em acordo com crenças, culturas, tradicionais e hábitos e preferências alimentares individuais (ICN, 2014).

Foram ainda identificadas nesse processo de análise um conjunto de 17 “ações e estratégias” voltadas para o alcance de um melhor estado nutricional:

1. Estabelecer parcerias entre governos nacionais, com outros setores e tomadores de decisão.
2. Atuar de forma intersetorial.
3. Construir acordos políticos e promover a participação social.
4. Aumentar investimento em nutrição.
5. Fortalecer a governança global em nutrição.
6. Incluir objetivos nutricionais em políticas estratégicas (agricultura, por exemplo).
7. Fortalecer a produção e processamento local de alimentos.
8. Incluir e implantar ações de educação nutricional em políticas relacionadas com alimentação e dieta.
9. Realizar ações de formação em nutrição.
10. Conduzir campanhas de marketing social e programas de mudança de estilo de vida.
11. Garantir acesso a alimentação saudável.
12. Promover a equidade de gênero.
13. Construir políticas e programas voltados para populações-chaves.
14. Ampliar o acesso a dados e indicadores sobre nutrição.
15. Empoderar consumidores.
16. Reduzir a perda e desperdício de alimentos e nutrientes.
17. Fortalecer sistemas alimentares sustentáveis de base local.

Desta forma, na Figura 4 apresenta-se a síntese desta análise destacando a visão oficial de nutrição na CIN 2014, os fatores que influenciam e que ações e estratégias recomendadas para o alcance de uma melhor nutrição para todos.



Figura 4. Síntese do conceito de “melhor nutrição para todos”, dos fatores que influenciam o alcance deste objetivo e das ações e estratégias identificadas no relatório final da Conferência Internacional de Nutrição 2014.

Sobre a visão dos alimentos e alimentação, na CIN 1992 as abordagens giravam em torno do acesso aos alimentos seguros e adequados (ponto de vista de alimentos sem contaminantes e ricos em micronutrientes). Em 2014, o debate sobre alimentos seguros é apresentado na perspectiva de seguimento das normas do código, as quais não existiam quando da ocorrência da CIN 1992. Sobre a oferta de alimentos densos em nutrientes, a CIN 1992 apresentava um texto mais generalista sobre estes e na CIN 2014 observa-se ênfase em micronutrientes específicos como ferro e vitamina A, sendo esta oficialmente descrita pela importância destes para a superação de formas de má nutrição em crianças e mulheres.

Na CIN 2014, assim como na CIN 1992 o tema do desperdício de alimentos foi abordado. A diferença entre estas está na análise apresentada, onde o texto da CIN 2014 avança ao identificar uma dimensão pouco explorada anteriormente: as análises sobre impactos das perdas e desperdícios na oferta de nutrientes. A leitura sobre esta afirmação de “perdas e desperdícios de nutrientes”, deve ser feita em conexão com a visão sobre os alimentos predominante no texto final da CIN 2014, onde este é retomado como um “carregador” de nutrientes. Este é um ponto criticado pelas organizações da sociedade civil de interesse público, tendo em vista que ao considerar o alimento predominantemente sob a ótica bioquímica, ou seja, sua composição química - de nutrientes, outras características que os envolvem como cultura, hábitos e biomas locais passam a ser secundarizados. A visão dos alimentos que compõem uma dieta saudável na perspectiva do texto da CIN 2014 é que estes além de garantirem a oferta adequada, em quantidade e qualidade, de nutrientes, devem também estar

inseridos em um contexto de tradições, crenças e culturas locais, além de estarem de acordo com regulamentações sanitárias nacionais e internacionais.

Resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas, apontam também para esta visão restrita dos alimentos e sua conexão com outras referências guia das recomendações da CIN 2014, como a “... abordagem centrada em produtos e a participação naturalizada de representantes do setor privado de caráter comercial na construção das ações de solução da má nutrição.”. A visão restrita dos alimentos é explicada pela redução destes a veículos de nutrientes e por quase inexistentes citações sobre outras dimensões para além dos aspectos culturais. A apresentação de recomendações baseadas em “produtos”, demonstra - na visão de entrevistados participantes da CIN 2014, a centralidade do debate em torno de adoção de tecnologias nos esforços para superar a má nutrição, ficando os alimentos em um segundo plano de ações. Nas recomendações é possível ver “... a centralidade que as tecnologias, principalmente aquelas associadas a biofortificação de sementes, tiveram na conformação de recomendações CIN 2014.” (entrevistado, diretor de uma ONG internacional do campo dos Direitos Humanos e coordenador do grupo da sociedade civil da CIN 2014). Esta opção pelas tecnologias tem também relação com o próprio enfraquecimento do poder de decisão dos representantes dos países membros em espaços de governança global, aspecto que é também expresso pela frágil ênfase que o texto final da CIN 2014 faz ao papel dos governos e países como responsáveis pela superação da fome e das formas de má nutrição. A este aspecto a declaração final da sociedade civil aponta: “Compreender os desafios da má nutrição em todas as suas formas, requer uma análise holística e multidisciplinar, combinando perspectivas políticas e técnicas.” (p.1, PUBLIC INTEREST..., 2014).

Para as organizações da sociedade civil as intervenções voltadas para a superação de deficiências de micronutrientes deveriam ser construídas a partir de um conjunto articulado e holístico de estratégias, dentre as quais o fornecimento de suplementos, o aleitamento materno e o fortalecimento de sistemas alimentares locais de base agroecológica. O diagnóstico final expresso na declaração da sociedade civil de interesse público aponta principalmente para uma inadequação, do ponto de vista de não englobar ações voltadas para as “causas das causas” da má nutrição, nas recomendações da CIN 2014 (PUBLIC INTEREST..., 2014). Este mesmo ponto foi declarado por um entrevistado que participou da conferência como representante do governo brasileiro e na ocasião atuava na direção de uma associação mundial de pesquisadores do campo da nutrição. Para o entrevistado as recomendações são “... um passo importante, mas são pouco ousadas no sentido de atuar sobre as causas básicas da má nutrição...”. Outros dois entrevistados detalharam também este ponto, explicando que a afirmação de que as recomendações oficiais da CIN 2014 não englobam as causas primárias e faz referência ao fato de que nestas não há ações vinculadas às causas profundas associadas a má nutrição como a violação de outros direitos como o acesso a terra, expressando assim uma abordagem que dissocia os direitos humanos, pouco falam sobre a necessidade de mudar o sistema alimentar vigente promotor de desigualdades e do consumo de alimentos inadequados.

No aspecto da participação do setor privado, os entrevistados desta pesquisa afirmaram que trata de uma incoerência atualmente vista em diferentes espaços de governança global e que é expressa na dupla ação deste setor privado tanto na conformação dos problemas nutricionais como na busca de soluções a estes mesmos.

“... estamos diante de uma governança global pelas corporações, onde os estados têm pouca e nenhuma capacidade de decidir. Muitos dos doadores e empresas envolvidas nestes espaços como a CIN 2014 tem orçamentos maiores do que de muitos países africanos.” (Entrevistado)

Por fim, sobre a análise dos documentos finais da CIN 2014, chamou atenção no processo de pesquisa para a ausência de recomendações oficiais e para o termo fome propriamente dito. Considerando que para uma conferência que trata da superação da má nutrição, a ausência de recomendações e acordos voltados para o compromisso de erradicar a fome no mundo soa, no mínimo, incoerente sob o ponto de vista de meta global para eliminar todas as formas de má nutrição. A fome, nas suas diferentes camadas, é determinante de formas da má nutrição, como a desnutrição e a deficiência de micronutrientes.

No entanto, considerando que outras terminologias têm abarcado o conceito de fome, como parece ser o caso dos conceitos de “Food Security”, “Food Security and Nutrition”, analisou-se a ocorrência destes termos nos textos dos documentos finais da CIN 2014.

Esta análise permite apontar também para uma questão que autores tem levantado sobre uma invisibilidade da fome enquanto uma questão social e ética (CASTRO; 1984; LAPPÉ et al, 2013). Se analisarmos os conceitos de fome, má nutrição, segurança alimentar e segurança alimentar e nutrição publicados no site de terminologia da FAO, podemos identificar que há sim convergências e incorporações de um conceito sobre o outro, mas que no caso da fome a dimensão conceitual dá uma ênfase a aspectos subjetivos que não se observa nos demais conceitos.

Hunger:

An uncomfortable or painful sensation caused by insufficient food consumption. Hunger is also used to refer to conditions resulting from food deprivation and famine. A period of hunger includes worry and uncertainty about where the next meal will come from (FAO, 2018a).

Malnutrition:

An abnormal physiological condition caused by deficiencies, excesses or imbalances in energy and/or nutrients necessary for an active, healthy life. Malnutrition includes undernutrition, overnutrition, and micronutrient deficiencies. Related terms: Undernutrition; overnutrition; nutrient; hunger; obesity; nutritional status; chronic malnutrition; acute malnutrition (FAO, 2018b).

Food security:

A situation that exists when all people, at all times, have physical, social and economic access to sufficient, safe and nutritious food that meets their dietary needs and food preferences for an active and healthy life (FAO, 2018c).

Food security and nutrition:

While the broad definition of food security embodies key determinants of good nutrition, the term “food security and nutrition” has been used as a way to combine the concepts “food security” and “nutrition security”. This term is most commonly used in the socio-economic and the food and agricultural communities of practice in recognition of the traditional emphasis on the food availability, access and stability dimensions of food security. In addition, it acknowledges the importance of key nutrition concerns

such as care and feeding practices, public health and sanitation issues).

...

Food security has its origins in “freedom from hunger” and has over time evolved into a broad concept encompassing food availability, access, stability and food utilization. Similarly, the nutrition concept has evolved and places emphasis on access to adequate food, care and feeding practices and health and sanitation issues. The term “food security and nutrition” has been typically used to represent actions required such as securing adequate and safe food supplies and stable food prices. Ensuring that individuals consume the right quantities of an appropriate variety and quality of food at the household level and that they are healthy enough to absorb the nutrients from the food are part of the concept (FAO, 2018d).

Os termos “Food security and nutrition”/ “food security” / “food insecurity” aparecem dos documentos finais da CIN 2014 como compromissos a serem alcançados. É uma questão que se desdobra desta análise: o termo segurança alimentar e nutrição é considerado mais completo do que “segurança alimentar”, pois agrega o aspecto de acesso a alimentos com a dimensão de qualidade destes, ou seja, de alimentos seguros, nutritivos e em quantidades suficientes para as necessidades nutricionais (PINSTRUP-ANDERSEN, 2009). No entanto, na sua descrição, o termo fome, propriamente dito, desaparece e passa a ser considerado pelo aspecto de consumo ou acesso insuficiente de alimentos (ou seja, a fome que causa uma sensação de dor)²⁹. É uma consequência desta escolha a diluição do aspecto moral e ético de combate a fome no debate sobre oferta de alimentos, acesso a serviços de saúde e saneamento básico? São estes aspectos suficientes para superar a fome e as formas de má nutrição associadas a esta condição? A fome para sua superação deve ser entendida como um problema criado pelas iniquidades, um problema social, um estado que expressa a mais severa e determinante condição para a manutenção da vida. Chamo aqui para a necessidade de um posicionamento mais radical frente a erradicação da fome no mundo. Superar condições de inanição, ausência parcial ou plena de alimentos é o primeiro e fundamental passo para reduzir todas as formas de má nutrição. Este é também um aspecto elencado na declaração final de representantes da sociedade civil, onde a fome é afirmada como a expressão mais cruel e imoral da conformação de sistemas alimentares que desconsideram a alimentação e a nutrição como um direito humano fundamental (PUBLIC INTEREST..., 2014).

Pode-se apontar como uma questão que se desdobra desta análise a adoção dos conceitos guia das ações/ recomendações oficiais voltadas para a melhoria da nutrição. Marcos conceituais podem influenciar tomadores de decisão e profissionais da prática cotidiana sobre formas de pensar as questões chaves, problemas e potenciais soluções (PREWITT; SCHWANDT; STRAF, 2012). O termo segurança alimentar e nutrição conforme já destacado agrega as dimensões alimentar e nutricional na mesma noção, mas o faz de forma parcial e fragmenta a ação quando comparado ao significado da expressão segurança alimentar e nutricional (SAN). Segurança alimentar e nutrição tem como base o conceito de segurança alimentar, descrito no World Food Summit em 1996, que referencia a garantia de acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente para alcançar as

²⁹ Os dados divulgados pela FAO em 2018, na ocasião do Dia mundial da alimentação, demonstram que o problema da fome tem aumentado no mundo. Fonte: <https://www.unscn.org/en/news-events/upcoming-events?idnews=1827> <https://www.unscn.org/en/news-events/upcoming-events?idnews=1827>. Tal tema também aparece de forma central nos documentos e textos que tratam dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

necessidades dietéticas e para uma vida ativa e saudável (WORLD FOOD SUMMIT, 1996). A dimensão nutricional, neste sentido, é tratada a partir do acesso a alimentos seguros do ponto de vista de estarem livres de contaminantes e da quantidade (volume e densidade de nutrientes) que garantem ao consumidor (PINSTRUP-ANDERSEN, 2009). Neste conceito o estado nutricional é obtido a partir de um conjunto de determinantes expressos em um fluxo construído a partir da disponibilidade, acesso, uso e utilização dos alimentos por indivíduos em todas as fases da vida (WEINGÄRTNER, 2004).

Já o conceito de SAN é composto por um conjunto mais ampliado e interligados de atributos de quantidade, qualidade, segurança e adequação dos alimentos frente a aspectos biológicos, sociais, étnicos, culturais e territoriais concretizados pela garantia de acesso, físico e financeiro, da disponibilidade regular e permanente a alimentos (MALUF, 2007). O conceito brasileiro traz ainda o sentido de que a SAN compreende a produção, comercialização, processamento e consumo de alimentos pela dimensão dos direitos humanos e o não comprometimento de outras necessidades humanas básicas (BRASIL, 2006; LEÃO, MALUF, 2012). Tem, neste sentido, como princípios guias a soberania alimentar e o direito humano à alimentação e como forma prioritária de ação a integração entre diferentes setores para alcançar a SAN de todos.

1.5 POR QUE AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NUTRIÇÃO?

Este capítulo buscou construir o momento e alguns processos empreendidos no contexto das CINs. Outro conjunto de análises descreveu a visão de nutrição, da natureza dos alimentos que emergem a partir dos textos oficiais das CIN. Também teve como guia a busca por compreender estes eventos como um espaço privilegiado para leitura das relações entre nutrição e agricultura, além de conhecer concepções e diretrizes de intervenções descritas em documentos finais em torno do tema nutrição e alimentos. A conformação destas conferências como espaço de debate global sobre o tema da nutrição de uma forma mais definida e circunscrita torna, na visão da autora desta tese, as conferências um espaço privilegiado de análise.

É preciso, contudo, considerar que foram duas conferências com temporalidade e proporções distintas (a CIN 2014 apresentou maior numero de participantes do que a primeira), mas que compartilham semelhante organização e tipos de atores envolvidos. Se no chamado da primeira CIN, em 1992, o contexto oficialmente declarado buscar um acordo global para eliminar a fome e a má nutrição, na chamada para a CIN 2014 o contexto versava sobre a crescente importância que o tema da nutrição adquiriu na agenda internacional.

Sobre este aspecto, o levantamento sobre eventos internacionais realizados por organizações envolvidas em espaços de decisão e governança global da agenda da nutrição, permite afirmar uma ampliação do número de eventos a partir de 2008, assim como uma maior diversidade de organizadores/ promotores destes. Este mapeamento foi realizado por meio da técnica da bola de neve (COLEMAN, 1958 apud DEWES, 2013) tendo este sido iniciado pela consulta ao documento “Fonte: United Nations. Global Nutrition Agenda”, publicado pela Organização das Nações Unidas em 2015 (UN, 2015). Este documento permitiu identificar websites de instituições com atuação global, Quadro 4, de onde o mapeamento dos eventos internacionais, listados no Quadro 4, foi conduzido.

Quadro 4. Fontes de informações sobre eventos (encontros) internacionais e publicações estratégicas sobre alimentação e nutrição.

<i>Instituição internacional</i>	<i>Descrição</i>
Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CFS)	Trata de um espaço de debate internacional, intergovernamental e multi-stakeholder relacionado à segurança alimentar e nutrição (CFS, 2016b). Desde 2009 conta com a participação da sociedade civil global, e desde 2013/2014 com o apoio de um High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE) o qual conduz estudos baseados em evidências sobre questões emergentes e críticas que impactam a segurança alimentar e nutrição, as quais podem ser incluídas na agenda política global do CFS. Os relatos sobre a atuação do CFS são apresentados na Assembleia geral da ONU por meio do Economic and Social Council (ECOSOC) e nas conferências realizadas pela FAO (CFS, 2016b).
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)	A atuação da FAO é voltada para a garantia da segurança alimentar para todos, por meio do acesso regular a alimentos. Busca alcançar esta finalidade por meio de três objetivos: eliminação da fome, insegurança alimentar e da má nutrição; eliminação da pobreza e promoção de progresso social e econômico para todos; e pelo manejo sustentável dos recursos naturais pensando na geração atual e futura (FAO, 2016b).
G8	Atualmente G7, refere-se ao encontro dos líderes dos 7 (ou 8) países economicamente mais ricos do mundo. O primeiro encontro dos países economicamente mais ricos do mundo data de 1975, sendo estas reuniões repetidas periodicamente (G7 Information Centre, 2016).
G20	Consiste em um fórum internacional de cooperação econômica, realizado pelo encontro de líderes de 20 países: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, República da Coreia, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos da América e União Européia (UE). O primeiro encontro ocorreu em 2008. (G20 2016 – China, 2016).
International Food Policy Research Institute (IFPRI)	Trata-se de um centro de pesquisa vinculado ao CGIAR Consortium, que busca prover soluções para a redução da pobreza, da fome e má nutrição por meio de políticas baseadas em pesquisas. Iniciou as atividades em 1975 e atua em mais de 50 países no mundo (IFPRI, 2016).
Comitê Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas/The United Nations System Standing Committee on Nutrition (UNSCN)	É o fórum de harmonização das políticas de alimentação e nutrição da ONU. O secretariado passou a atuar em janeiro de 2016 na FAO, em Roma, e busca promover a cooperação entre as agências da ONU e organizações parceiras para o desenvolvimento de ações voltadas para a eliminação da fome e da má nutrição em diferentes níveis: comunitário, nacional, regional e internacional (UNSCN, 2016).
Fórum Econômico Mundial	Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, estabelecida em Genebra-Suíça, em 1971. Tem como missão melhorar o mundo por

	meio de parcerias público-privadas. Organiza encontros na forma de fóruns onde políticos, empresários e outros líderes da sociedade mundial debatem agendas voltadas para questões globais, regionais e para as indústrias (WEF, 2016).
Organização Mundial da Saúde (OMS)	É a agência da ONU que trata das questões de saúde global (WHO, 2016).
Banco Mundial	Tem como lema “Trabalhar para um mundo livre da pobreza.” O início de sua atuação data de 1944. Se descreve como uma instância de cooperação de 189 países com sede em Washington-USA. É uma fonte de financiamento e assistência técnica para países em desenvolvimento (WORLD BANK, 2016).

Fonte: United Nations. Global Nutrition Agenda”, publicado pela Organização das Nações Unidas em 2015 (UN, 2015)

Nas páginas das instituições acima listadas, foram conduzidas buscas sobre eventos realizados entre os anos de 1990 a 2016. Esta busca gerou uma lista de encontros internacionais onde o tema da nutrição foi tratado, sendo esta lista apresentada em ordem cronológica e com a identificação do nome do evento e instituição organizadora no Quadro 5. Percebe-se que a partir de 2008 houve uma ampliação da ocorrência de eventos tratando do tema da nutrição e uma maior diversificação dos responsáveis pela organização e realização dos mesmos, com o aparecimento de encontros no âmbito do G8, G20 e organizados pelo Banco Mundial. Estas instituições sempre publicaram documentos sobre o tema da nutrição, no entanto, é a partir de 2008 que intensificam a realização de encontros envolvendo outros atores para pautar/ debater o tema. Outro aspecto possível de ser lido a partir do levantamento expresso no Quadro 5, destaca o número de eventos internacionais sobre nutrição e alimentação organizados pela FAO.

Quadro 5. Linha do tempo de eventos internacionais relevantes à agenda da nutrição, 1990 a 2016³⁰.

<i>ANO</i>	<i>Ano. Promotor do evento. Título. (Local)</i>
Antes de 1990	1974 ⁵ . FAO. World Food Conference (5-16 November 1974. Roma - Itália). Criação do World Food Council.
	1990. UNICEF. World Summit for Children (29-30 September 1990, NYC - USA)
1991 a 2000	1991. FAO. Conference on Ending Hidden Hunger (10-12 October 1991. Montreal, Ca)
	1992. Fechamento do World Food Council.
	1992. FAO e WHO. 1ª International Conference on Nutrition. (1-3 December 1992. Roma-Itália)
	1996. FAO. World Food Summit (13-17 November 1996. Roma-Itália)
	2000. UN. Millenium Summit - Development Goals (8 September 2000. Genebra - Suíça)
2001 a 2010	2002. FAO. World Food Summit: Five Years Later (10-13 June 2002. Roma, Itália)
	2005. UN. SCN. The Critical Role of Nutrition for Reaching the Millennium Development Goals (ECOSOC - United Nations Economic and Social COUNCIL, Chamber, 7 June 2005)
	2008. FAO. High-level Conference on World Food Security: The Challenges of Climate Change and Bioenergy (Roma, Itália).
	2008. G8 Summit. “Leaders” Statement on Global Food Security” (Hokkaido, Japan).
	2008. UNSCN. The impact of High Food Prices in Nutrition, 14 October, 2008. FAO. Rome.
	2009. FAO. World Summit on Food Security (Roma, Itália)
	2009. UN. The High-Level Meeting on Food Security For All (Madrid, 26-27 January 2009)
	2009. G8. From La Maddalena to L’Aquila. G8 Efforts towards Global Food Security” G8 Experts Group on Global Food Security. (L’Aquila - Itália).
	2009. G20. G20 Summit (Pittsburgh, USA)
	2010. WHO. Sixty-third World Health Assembly (WHA)
	2010. World Bank Spring Meetings (Washington DC, April)
	2010. UN. 1,000 Days: Change a Life, Change the Future: Partnering to Reduce Child Under-Nutrition. (New York, Setembro 2010).
	2010. FAO. International Symposium on Food and nutrition security (Rome, 7 a 9 dezembro)
	2010: World Economic Forum. Global redesign Summit. 30-31 May, Doha-Qatar
	2010. UNSCN and FAO (side event on CFS36). Nutrition and Food Security: Making the connection. FAO, Rome.
2011 a 2016 ¹	2011: G20 Meeting of Agricultural Ministers (Paris, França)
	2011: UN. High-level Meeting of the General Assembly on the Prevention and Control of Non-communicable Diseases (NYC-USA. 19 e 20 setembro de 2011).
	2011: International Food Policy Research Institute (IFPRI). The 2020 Vision Initiative. Leveraging Agriculture For Improving Nutrition and Health. 10–12 February 2011. New Delhi, India.
	2011. UNSCN co-organized a CFS side event with FAO and WFP. Towards Food and Nutrition Security: How to strengthen nutrition in CFS. Challenges, opportunities and needs, 19 October 2011, FAO, Rome.
	2012: G8 Summit. (Camp David, USA)
	2012: World Health Assembly (WHA)

³⁰ A tese faz referência ao período de 1992 a 2014, anos de realização da primeira e segunda CIN. No entanto, o Quadro acima relata algumas agendas globais realizadas antes e depois destes anos, pela importância e também para garantir um registro mais completo de uma sequência de acontecimentos.

2012: First meeting of the Scaling Up Nutrition (SUN) Lead Group
2012. UN. Rio+20: Conference on Sustainable Development (Rio De Janeiro, Brazil, June)
2012. UNSCN (side event of CFS39) Nutrition in CFS: Strengthening the connections and ensuring accountability, 17 October 2012, FAO, Rome.
2012. UNSCN. Dialogue on Nutrition Sensitive Development. 28 th September 2012 in UNICEF HQ, New York.
2013: UN System Network for ScalingUpNutrition (SUN), foi lançado oficialmente em Agosto de 2013, por meio de um plano de trabalho endossado por FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO.
2013. Global Nutrition for Growth (N4G) Summit (London, UK).
2013. World Health Assembly (WHA)
2013: Committee on World Food Security (CFS)
2013. FAO. The Nutrition and sustainability Seminar: A practical approach to integrating climate change, biodiversity and ecosystems, nutrition and health agendas (Roma, Itália)
2013. UN General Assembly.
2013. UNSCN, FAO. IFAD, WFP, WHO e UNICEF (side event of CFS40) Improving Nutrition Through Agriculture: What agriculture can do more for nutrition., 08 October 2013, FAO, Rome.
2013. CFS informal consultation on Hunger, Food and Nutrition Security in the post-2015 Development Agenda. “on-line consultation, moderated by the Food Security Network Forum; An informal consultation with the stakeholders of the CFS, on 11 February 2013...”, FAO. Rome; “... and A high level consultation in April 2013 in Madrid, hosted by the Government of Spain and Colombia.”.
2014. FAO e WHO: 2 ^a International Conference on Nutrition. (Roma-Itália)
2014. UNSCN, FAO. IFAD, WFP, WHO e UNICEF (side event of CFS41) Advancing Nutrition from ICN2 to post 2015, wich role for CFS?, 15 October 2014, FAO, Rome.
2014: UN Human Rights Council
2015. Expo Milano 2015 “feeding the planet, energy for life”. Eventos com a participação das ONU: The Zero Hunger Challenge. United for a sustainable World (http://www.un-expo.org/en/news/events-week-october-12-18)
2015. UN. Sustainable Development Summit 2015. (25-27 September, New York)
2015: UN. United Nations Standing Committee on Nutrition (UNSCN). Lançamento da The United Nations Global Nutrition Agenda (UNGNA).
2015: G20. Together for inclusive and robust growth (Antalya, Turkia)
2015 – 2016: Open-Ended Working Group (OEWG) Meetings on Nutrition. 14 January, 25 February and 29 April 2016. The presentation of the results will be at CFS 43, to be held from 17- 22 October 2016
2015: UNSCN, FAO. IFAD, WFP, WHO e UNICEF (side event of CFS42) Investments for a Healthy Food System – Implementing the ICN2 Framework for Action, 14 October 2015, FAO, Rome.
2016: 1 abril 2016. ONU proclama a década da nutrição 2016-2025.
2016: Staple crops biofortified with vitamins and minerals: considerations for a public health strategy. 6 – 8 Abril. NYC.
2016: High-level Political Forum on Sustainable Development., 11 - 20 July 2016, New York. 2016 theme: Ensuring that no one is left behind. “... is the central UN platform for the follow-up and review of the 2030 Agenda for Sustainable Development adopted at the United Nations Sustainable Development Summit on 25 September 2015
2016: The Second High Level Summit on Nutrition (Rio de Janeiro, 4 agosto de 2016).

Fonte: elaborado pela autora a partir de consulta na internet aos sites das organizações destacadas no Quadro 4. Legenda: ¹ Limite dado pelo recorte deste estudo.

As relações entre nutrição e agricultura são lidas, conforme descrito na introdução desta tese, a luz da sobreposição entre a ciência da nutrição e a sociologia, ou seja, da interconexão de conhecimentos da autora. As conferências aqui analisadas representam um passo importante de diálogo entre ciência e ação política do campo da nutrição, são assim entendidas como um espaço coletivo onde acordos sociais se expressam. As conferências internacionais, chamadas por organizações como a FAO e OMS, representam também arenas de governança global onde uma determinada rede de conhecimento, conformada por um conjunto de atores com atuação reconhecida no campo, se unem para debater - no caso das CIN, o tema nutrição, compartilhar ideias, visões sobre os conhecimentos do passado, do presente ou do futuro, assim como construir ou fortalecer arranjos direcionados para produção de mais conhecimentos sobre o tema (ILCAN; PHILLIPS, 2008). Neste sentido esta capacidade de movimentar no tempo, acionando conhecimentos do passado, do presente e já apontando elementos do futuro realizada por meio de um movimento cíclico de acumulação, de se constituir em uma estratégia de governança onde a participação de diferentes atores da sociedade (governos, ONGs, setor privado) se inserem, permite afirmar que conferências globais, como as CINs, geram não somente informações, mas convocam à produção de categorias normativas, condutas mais apropriadas e conformam relações de poder (ILCAN; PHILLIPS, 2008).

Outro ponto que confirma serem as CIN espaços privilegiados está na sua organização intersetorial e no envolvimento de diferentes atores em termos de origem/ vínculos institucionais (governos, setor privado, organizações da sociedade civil, universidades/ institutos de pesquisa). Os debates foram empreendidos trazendo um mix de debate técnico, político e científico que eventos apenas de pesquisadores ou com apenas representantes de governos podem não abordar.

1.6 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Os documentos finais das CINs sintetizam de forma oficial os debates e acordos construídos no contexto de sua realização. Mesmo diante dos reconhecidos e registrados limites de tradução das recomendações oficiais decorrentes de encontros globais em ações práticas dentro de governos nacionais, conhecer o conteúdo escrito pode informar sobre as concepções e as práticas de intervenção oficializadas em eventos da natureza das CINs.

Neste capítulo, inicialmente, foi realizada uma problematização sobre a permeabilidade na FAO e na OMS da atuação integrada entre agricultura e nutrição. Foi possível observar que algum grau de atuação setorializada é também observada no âmbito das organizações internacionais, reproduzindo a divisão observada em países onde o tema da nutrição tem agenda atrelada ao ministério ou departamento de saúde e o da agricultura a órgãos governamentais que constroem a política alimentar nacional. A continuidade de investigações da natureza deste estudo pode esclarecer sobre a existência de uma maior permeabilidade do tema da nutrição na FAO, quando comparado a inserção de debates sobre o tema da agricultura e produção de alimentos na OMS. Ressalta-se aqui os limites das análises desta tese, as quais não permitiram chegar a conclusões sobre a existência de uma maior permeabilidade da FAO ao tema da nutrição, em comparação a entrada do tema “agricultura” na OMS. Reconhece-se que as análises aqui apresentadas indicam que a FAO integrou de forma mais orgânica o tema da nutrição. Tal afirmação prescinde de mais dados para ser comprovada.

Especificamente sobre a análise dos processos de organização das CINs, a FAO foi citada como a organização protagonista e que pautou a agenda da CIN 2014. Este tipo de análise não foi possível de ser realizada para a CIN 1992, sendo esta conclusão construída a luz das entrevistas realizadas.

Em termos de participantes, tanto a CIN 1992³¹ como a de 2014³² mantiveram a mesma característica de um conjunto de atores heterogêneos e que expressam interesses por vezes conflitantes no campo da nutrição. Estes atores são mistos e representam países, instituições de ensino e pesquisa, organizações internacionais vinculadas à ONU, ONGs e fundações de interesse público e/ou privado. Em ambas conferências as ONGs de interesse público foram identificadas por uma atuação crítica e desafiadora frente aos objetivos e recomendações oficialmente declarados e, também, pelos processos adotados para a realização da conferência – especificamente sobre a ausência de participação das pessoas mais vulneráveis e acometidas pelos problemas nutricionais debatidos e pela participação naturalizada do setor privado na construção das soluções. Na CIN 1992 a participação do setor privado foi descrita como um aspecto positivo e de ampliação da forma como as soluções voltadas à nutrição estavam sendo tratadas. Não foram encontrados posicionamentos oficiais das ONGs de interesse público sobre esta participação do setor privado. No entanto, os documentos analisados permitiram identificar que houve um movimento de identificação de interesses que cada ONG representava, sendo com isso configurado na conferência 1992 dois grupos de ONGs: as que declaravam representar os interesses públicos e ONGs vinculadas a interesses do setor privado. Para a CIN 2014, os dados coletados por documentos e entrevistas, permitem fazer a leitura de que a participação e forma de atuação do setor privado foi um tema crítico, pela configuração dos processos e assimetrias de poder observados em espaços de governança global, além do fato de ser lido como um elemento de incoerência tendo em vista os impactos que determinados setores econômicos, aqui com destaque aqueles vinculados ao sistema alimentar hegemônico, têm sobre a saúde e nutrição. Esta foi a leitura de consenso em torno da presença do setor privado em espaços de decisão/ debate sobre alimentação e nutrição. Há uma referência a uma dupla entrada do setor privado na CIN de 2014, onde estes tanto são citados nos conjuntos de fatores que causam diversas formas de má nutrição como atuam na construção e decisão sobre que ações devem ser construídas para a superação destes problemas nutricionais. Este tipo de atuação foi lida como sendo conflituosa e negativa por atores vinculados a ONGs e para integrantes técnicos vinculados aos setor saúde membros da delegação brasileira.

A comparação entre as conferências de 1992 e 2013 no tocante a objetivos e visão sobre nutrição permitiu identificar em ambas a busca pela superação da desnutrição, das deficiências de micronutrientes e problemas crônicos relacionados à dieta. Sobre a superação da fome, chamou atenção o fato de esta ser um objetivo oficialmente expresso apenas na CIN 1992. Na análise de documentos finais da CIN 2014 foi notada a ausência do termo fome e ênfase ao debate sobre acesso a nutrientes em detrimento dos alimentos como forma de superar as condições de má nutrição.

A ausência do termo “fome”, na CIN 2014, como um dos objetivos oficiais a serem alcançados em termos de nutrição, foi vista pela ótica de ocorrência de outras terminologias, que têm abarcado o conceito de fome. Este parece ser o caso do uso dos termos “Food Security”

³¹ Lista de participantes da CIN 1992 pode ser consultada em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/61254/a34812.pdf?sequence=1>

³² Lista de participantes da CIN 2014 pode ser consultada em: <http://www.fao.org/3/a-at764e.pdf>

e “Food Security and Nutrition”, na CIN 2014. Não foi objeto deste estudo, mas questiona-se se este uso substitutivo do termo fome por palavras semanticamente mais “brandas” como “food insecurity”, não favorece uma invisibilidade da fome enquanto uma questão social e ética. Este é também um dos pontos das críticas de que as recomendações oficiais da CIN 2014 para a melhoria da nutrição versam predominantemente sobre aspectos biológicos, dissociando a análise desses de fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que também determinam a má nutrição. Outro conjunto de diferenças foram encontradas em relação as recomendações oficiais na CIN 1992 e na de 2014.

No contexto dos documentos analisados da CIN 1992 as recomendações são direcionadas a superação dos problemas nutricionais predominantemente a partir do acesso a alimentos adequados (do ponto de vista quanti e qualitativo) e seguros, pela construção de capacidades por meio de ações de educação nutricional e pela adoção de estratégias de fortificação e suplementação alimentar. No contexto da CIN 2014, as recomendações também versavam sobre acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequada, mas com um enfoque predominante sobre conteúdos de nutrientes dos alimentos. Foi possível identificar que na CIN 1992 o texto foi mais generalista na citação dos nutrientes e na CIN 2014 observa-se ênfase em micronutrientes específicos como ferro e vitamina A, sendo esta ênfase justificada pela ocorrência de deficiência destes em crianças e mulheres.

A recomendação de potencializar o acesso a alimentos ricos em nutrientes na CIN 2014 é feita pela ótica do consumo individual. A sociedade civil organizada participante da CIN 2014, aponta esta como uma expressão de uma abordagem de visão restrita dos alimentos aos nutrientes que estes carregam, assim como uma dissociação entre aspectos biológicos daquelas de ordem social e econômica. Este enfoque sobre os nutrientes foi ainda possível de ser identificado quando no debate sobre perdas e desperdícios de alimentos. Ambas conferências trataram deste tema, mas na CIN 2014 chamou a atenção a terminologia “perdas e desperdícios de nutrientes”.

Outro ponto refere-se à centralidade que tecnologias tomaram na construção das recomendações da CIN 2014. A disseminação e a adoção de tecnologias em diferentes etapas do sistema alimentar são colocadas como centrais para a superação de todas as formas de má nutrição. Uma das expressões desta centralidade da tecnologia nas recomendações da CIN 2014 pode ser observada no enfoque sobre produtos para superar a má nutrição, sendo este um caminho lido como potencial para o fortalecimento da atuação da indústria de alimentos. Outro ponto é a associação desta abordagem com a visão de nutrição que, segundo entrevistados, os representantes do setor privado imprimiram na CIN 2014. Esta opção pelas tecnologias foi citada como um sintoma do enfraquecimento do poder de decisão dos representantes dos países membros em espaços de governança global, aspecto que é também expresso pela frágil ênfase que o texto final da CIN 2014 faz ao papel dos governos e países como responsáveis pela superação das formas de má nutrição.

A redução do alimento ao seu conteúdo de nutrientes e a centralidade que a tecnologia tomou nas recomendações oficiais da CIN 2014, são considerados pontos de controvérsia. São defendidos por um conjunto de atores vinculados a instituições de ensino, pesquisa e organizações internacionais voltadas para o desenvolvimento, e criticados por representantes de organizações internacionais que advogam pelo DHAA. Esta conclusão é escrita em diálogo com as análises apresentadas no capítulo 2, mas cabe reconhecer os limites impostos pelo conjunto de dados e entrevistas que formam o corpo empírico desta tese para conclusões outras sobre este aspecto.

Por fim, este capítulo buscou também demonstrar que as CINs se constituem um espaço privilegiado de análise sobre aspectos conceituais e da prática em torno do tema da nutrição. Elas agregaram, conforme já destacado, um conjunto diverso de atores. Muitos destes envolvidos de forma mais intensa a partir de 2008 com a organização e promoção de eventos voltados para debater a agenda da nutrição global. No mapeamento dos eventos internacionais sobre nutrição, foi possível ainda identificar a FAO como um dos atores com maior volume de eventos/ atividades realizadas sobre o tema da integração entre agricultura e nutrição.

O exercício realizado no capítulo 2 buscou compreender a proeminência de concepções e diretrizes que tratam das relações entre agricultura e nutrição a partir dos debates realizados no âmbito das CIN. Faz-se uma análise de dois momentos de expressão destes enfoques, sendo uma primeira fotografia retirada a partir da análise dos documentos da CIN 1992 e uma segunda que emerge da análise documental da CIN 2014, em associação com reflexões provenientes de entrevistas e debatidas a luz da literatura. No próximo capítulo descrevem-se quem são os porta vozes de concepções e diretrizes para a ação, o que expressam e de que forma se complementam ou divergem. As conexões entre as análises deste capítulo 1 e 2, são retomadas a luz da ciência da nutrição e da teoria dos campos de ação estratégico no capítulo 3 fechando assim este ciclo de análise.

CAPÍTULO 2. A CONSTRUÇÃO DO CAMPO ESTRATÉGICO DE AÇÃO: ATORES, CONCEPÇÕES E DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES AGRÍCOLAS VOLTADAS PARA A NUTRIÇÃO

A questão de pesquisa orientadora deste estudo expressa uma compreensão de que as relações entre nutrição e agricultura foram construídas no espaço amplo das intervenções voltadas para a nutrição. Neste capítulo as análises são feitas a luz de contribuições de Fliegstein e MacAdam sobre a teoria dos campos traçando, assim, o caminho para explicar a tese de que as relações entre nutrição e agricultura construíram um campo estratégico de ação que atua em relação e a partir de um campo maior das intervenções nutricionais, buscando espaço e legitimidade nesta agenda. Nesse capítulo trata-se de forma mais direta o aspecto dos atores e a análise sobre a atuação destes na construção do campo estratégico de ação em torno da integração entre agricultura e nutrição, tendo a teoria dos campos de Fliegstein e MacAdam (2012) como ferramenta. Esta tarefa é cumprida pelo registro e análise dos atores, das concepções e diretrizes sobre a integração entre nutrição e agricultura que emergiram no debate em torno das CINs.

Para a realização de tal tarefa adotou-se a abordagem da análise documental (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1995) de um conjunto de textos (Apêndice 5). A maior parte destes tem como origem os chamados “experts”, mas também fazem parte do corpo de textos analisados, documentos com autoria institucional da FAO e os documentos finais (declaração e plano de ação) das CIN 1992 e 2014. Num primeiro movimento buscou-se compreender o conteúdo que emerge do conjunto de documentos da CIN 1992 e 2014, sobre as relações entre a agricultura e nutrição. Interessava identificar neste momento inicial um corpo textual de fundamentos da relação da agricultura e nutrição como visão de agricultura, responsabilidades associadas ao setor agrícola e recomendações sobre como este deve atuar para a melhoria da nutrição. Uma comparação geral deste conteúdo foi realizada. Posteriormente, no contexto da CIN 2014, adicionou-se os textos de experts e cinco publicações gerais publicadas no período pre conferência, realizando a busca por concepções e diretrizes para a prática e, em seguida, dada a característica comum destes textos de serem declarados como publicações bases para a preparação de participantes e tomadores de decisão da CIN 2014³³ (FAO, 2018a; 2018b), foi realizado o procedimento de identificação de complementaridades, semelhanças e divergências entre as concepções e diretrizes para as práticas. Todo este processo foi conduzido a partir da identificação dos porta-vozes.

³³ Foram analisados 14 textos de experts, chamados de artigos técnicos, e 5 publicações gerais. Os documentos identificados como “publicações gerais” foram considerados como uma fonte de “...informação de base para participantes e tomadores de decisão.” (FAO, 2018a) e os artigos de experts representam textos de participantes de um encontro técnico preparatório da CIN 2014 que “... destacam importantes tópicos em agricultura e saúde, assim como as melhores práticas e aprendizagens identificadas em estudos de casos.” (FAO, 2018b).

2.1 A AGRICULTURA QUE SE FALA

Este estudo adota o termo “agricultura” para fazer referência a um setor econômico e campo de pesquisa, de atuação política e prática que integra uma ação coletiva voltada para a produção/ coleta de alimentos. O termo “agricultura” engloba a produção de alimentos vegetais e animais, por meio de atividade de cultivo, pesca, extrativismo e manejo de floresta e inclui também o processamento em agroindústrias (FAO, 2016a). É a base de diferentes sistemas alimentares e o produto de sua atuação - os alimentos são as fontes primárias e naturais de nutrientes e outros componentes ativos necessários ao corpo humano (MILLER; WELCH, 2013), portadores de trajetórias históricas e cultura de determinados povos (CONSEA, 2015), além de objeto econômico importante (FRIEDMANN, 1995). É, também, um setor formado por indivíduos, instituições, redes e temas de pesquisa e ação prática envoltos em relações que expressam interesses sociais, econômicos e políticos diversos, cuja atuação tem influência sobre resultados sociais, econômicos, ambientais e de saúde (PAROLINI, 2015). Por estas características, pode-se identificar a existência de diferentes tipos de agriculturas nas sociedades, que apesar de se dedicarem à produção agroalimentar, não compartilham de mesmos objetivos. Esta multiplicidade de sentidos e possíveis agriculturas inseridas na citação do termo “agricultura”, chamou a explicitar algumas traduções deste termo.

As distintas agriculturas existentes podem ser caracterizadas por diferentes dimensões. Pode-se ter subvisões entre sistemas produtivos diversificados ou em monocultivo, dependentes ou de não de pacotes químicos (agrotóxicos e outros insumos), sistemas produtivos baseados em criação de animais em confinamento ou em integração com outras atividades etc. De toda forma, independente de que produção se fala, a tradução das agriculturas no campo das políticas públicas tem ocorrido por meio das políticas de alimentação, agrícolas e agrárias, inseridas tradicionalmente no âmbito dos governos em ministérios ou departamentos da agricultura e pecuária.

Historicamente a relação entre a agricultura e nutrição foi permeada pela responsabilização do setor agrícola em aumentar a produtividade de alimentos básicos e a disponibilidade de calorias necessárias para suprir as necessidades nutricionais humanas, contribuindo para a superação da fome e da desnutrição (PATEL, 2013; PINGALI; MITTRA; RAHMAN, 2017). Em décadas recentes debate em torno da complexidade das doenças e distúrbios associados à nutrição, têm chamado a atenção para a necessidade da agricultura contribuir também para a superação de problemas nutricionais que persistem na sociedade, como a desnutrição e a deficiência de micronutrientes, além do aumento da ocorrência de DCNT. Estes informam que é necessário a inclusão de objetivos nutricionais na política alimentar fazendo com que esta contribua não somente com a disponibilidade de alimentos em quantidades adequadas às necessidades calóricas e de proteínas, mas também com a configuração de um sistema alimentar que ofereça alimentos com melhor qualidade de nutrientes (BOUISS, 2000; TRAILL et al, 2014; HADDAD; HAWKES, 2016; PINGALI; MITTRA; RAHMAN, 2017).

Pingali, Mittra e Rahman (2017) descrevem algumas ações vinculadas a este novo enfoque da política alimentar e da agricultura, como a oferta de micronutrientes chaves para superar condições de deficiência nutricional; o cultivo e a criação de animais de forma diversificada, porém mantendo a produção ampla de alimentos básicos; a inclusão de pequenos agricultores nas cadeias de produção; a ampliação das áreas de produção; a introdução de cultivos fortificados em programas de transferência de alimentos; a construção de convergência

e atuação integrada entre diferentes setores e departamentos visando estabelecer metas nutricionais comuns; utilização de programas de transferência de renda como promotores do consumo de alimentos de melhor qualidade nutricional; e, integração de ações voltadas para a proteção e promoção de consumidores e de produtores.

Mas que agricultura tem buscado a integração com a nutrição? As entrevistas conduzidas neste estudo permitem problematizar que a emergência desta interação entre agricultura e nutrição passa pelo debate sobre o alimento cultivado e a integração deste com a cadeia de processamento. Há, nesta análise, a identificação de um conjunto de dois produtos possíveis para a agricultura: um que é consumido na sua forma natural ou com um processamento mínimo (ex. frutas, legumes, oleaginosas, etc) e outro que passa por etapas de processamento. A estes últimos foram ainda associadas subcategorias como as dos alimentos que são processados visando o consumo em uma forma diferente da natural como são os casos dos queijos ou para aumentar a vida de prateleira (leites UHT) e a explicação de que a integração entre alimentos e processamento pode também ser dada pela ótica dos produtos formulados por partes de alimentos, ou dos chamados ingredientes alimentares, gerando um novo produto alimentar. Estes últimos são chamados de alimentos ultraprocessados (MOODIE et al, 2013; MONTEIRO et al, 2013).

“O processamento faz parte da cadeia de alimentos, essa cadeia começa com a agricultura e termina no consumo de alimentos.”
(Entrevistado, pesquisador)

“A integração agricultura e nutrição passa pelo alimento, o alimento é o elo e hoje não tem como falar disso sem citar o processamento...”
(entrevistada, pesquisadora).

A agricultura faz referência nestas falas a etapa de produção de alimentos. Nem toda agricultura, ou sistema da produção, pode prescindir de declarar sua conexão com a melhoria da nutrição e a agricultura que hoje busca esta conexão é caracterizada como “... a que produz ingredientes alimentares destinados às indústrias de alimentos. Esta sim, precisa legitimar sua atuação, o consumidor precisa entender que esta agricultura produz alimentos com qualidade.”. É, portanto, a agricultura integrada com a cadeia de processamento, principalmente com a de ultraprocessados. Outras agriculturas, nesta perspectiva, são lidas como aquelas que não precisam estabelecer estas conexões com a nutrição, porque produzem alimentos de forma diversificada e com melhor qualidade nutricional. Aqui cabe destacar o limite de tal dicotomização da agricultura. É de conhecimento o processamento de alimentos considerados menos saudáveis por conterem grandes quantidades de açúcares e gorduras também por agricultores (as) familiares e camponeses.

A agricultura que precisa legitimar sua ação é

“... aquela do monocultivo de larga escala, das commodities, com uma atuação integrada com a indústria de processamento, que depende da oferta de ingredientes alimentares. A agricultura familiar, agroecológica, das populações tradicionais oferecem alimentos de verdade, diversidade de produtos onde a relação com a melhoria da nutrição está dada não precisa ser construída.”
(entrevistado, pesquisador)

A agricultura que produz alimentos prontos para consumo como *in natura* ou aqueles que exigem um processamento mínimo visando melhorar o consumo, já oferta alimentos de melhor qualidade nutricional e as conexões com a melhoria do estado nutricional não precisam ser construídas, são já fato.

“Para entender a questão do processamento de alimentos, a gente começou a pensar também na agricultura. ... o alimento para produzir matéria prima para a produção de outros alimentos, que a gente chama de ultraprocessados, que já não são mais os alimentos originais. Então o que está acontecendo hoje na agricultura, no sistema alimentar mundial, é que mais e mais agricultura, ela é uma produtora de ingredientes para a indústria de alimentos, que a gente chama de ultraprocessados, que são na verdade formulações de gordura, açúcar, sal, aditivos, etc, que é uma nova criação, é um alimento que não tem mais na natureza, ele tem os nutrientes porque é feito com aquela parte do alimento.” (entrevistado, pesquisador)

No entanto, há também o debate sobre a expressão das relações entre agricultura e nutrição a partir do cultivo de alimentos básicos da alimentação, que normalmente são consumidos na sua forma natural ou após um processamento mínimo. Neste campo tem sido identificada a recomendação em torno do cultivo de alimentos básicos biofortificados. No entanto, críticas são direcionadas a esta abordagem pela carga de reprodução da mesma lógica de monocultivo para aumentar a densidade de nutrientes na dieta e a adoção da tecnologia como caminho único para a superação dos problemas nutricionais (MALUF et al, 2015; FBSSAN 2016).

O termo consumo ganha centralidade no debate pois tem sido a partir de resistência dos consumidores aos transgênicos, da divulgação de informações sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde humana e da visão expressa sobre que alimentos são mais ou menos saudáveis, que a indústria de alimentos e, mais recentemente o setor agrícola tem buscado configurar suas ofertas alimentares. A necessidade de superar as críticas dos impactos da produção agrícola no meio ambiente e na saúde humana e ainda de tornar este setor mais equânime e justo, social e economicamente, tem sido, no contexto brasileiro, objeto de amplo debate no campo da saúde coletiva (CARNEIRO et al, 2015). Este processo de dirimir resistências dos consumidores pela alegação de oferta de alimentos de melhor qualidade pelo uso de tecnologias, pela tentativa constante em afirmar sobre a segurança do consumo dos alimentos transgênicos, assim como pela adoção de mecanismos de menor impacto ambiental pode ser lido, na perspectiva de Patel (2013) como associado a renovação cíclica da revolução verde. A Revolução verde está posta, influenciou e ainda influencia o setor agrícola e o momento atual de intensificação de debates em torno do papel da agricultura na garantia na nutrição humana para além de aspectos quantitativos é uma das características descritas neste novo ciclo sendo expresso pela centralidade da biotecnologia como técnica promissora de melhoria da produtividade e da qualidade nutricional dos alimentos (ALBERGONI; PELAEZ, 2007; PATEL, 2013).

Outras configurações de agricultura como a agroecológica, de base familiar e de sistemas tradicionais de cultivo têm sido associadas a sistemas de cultivos mais diversificados, oferta de alimentos *in natura* com melhor e mais variedade conteúdo nutricional, formas mais justas e ecológicas de produção de alimentos (UN, 2014; SCHUTTER, 2014).

O interesse está em construir conexões e uma atuação intersetorial destas diferentes agriculturas com a nutrição, tendo em vista a complexidade dos problemas relacionados a alimentação e nutrição. É consenso que as DCNT têm origem multicausal (WHO, 2003), assim como são as outras faces da má nutrição. Esta multicausalidade tem sido também lida pela necessidade de buscar o envolvimento de diferentes setores e no âmbito da OMS pela afirmação de que saúde deve ser um objetivo de todas as políticas (WHO, 2013). A ação intersetorial é compreendida como um alinhamento de estratégias de intervenção e pesquisa realizada por atores vinculados a dois ou mais setores dentro da esfera pública, os quais compartilham objetivos, valores e ações (POTVIN, 2012). Neste sentido trazer a agricultura, enquanto setor responsável pela produção de alimentos para o debate sobre soluções mais eficientes para a má nutrição é necessário e desejado. Aliás, esta integração não deve ser lida como algo novo e sim como uma ação que sempre ocorreu e que foi a partir da configuração de uma cadeia de produção ao consumo de alimentos fragmentada que as conexões agricultura e nutrição se perderam. Afirma-se que esta integração nutrição e agricultura não é recente, corroborando com esta premissa a identificação de textos, que tratam da atuação da agricultura em esforços para melhorar a nutrição, já na década de 90 (PINSTRUP-ANDERSEN, 1990; TRIPP, 1990; KENNEDY; BOUIS, 1993).

Na análise textual dos documentos finais da CIN 1992 é possível identificar esta conexão. A atuação intersetorial é citada na CIN 1992 como uma forma estratégia de ação para alcançar o bem-estar nutricional. A agricultura, no contexto da CIN 1992, é apontada como o setor responsável pela oferta de alimentos, por meio da próxima integração de suas atividades com o processamento, armazenamento e marketing, garantindo a oferta de alimentos em quantidade adequada às necessidades das populações. As análises do relatório final em associação com os documentos preparatórios da CIN 1992 descritos no capítulo 1, permitiram identificar elementos que descrevem papéis/ responsabilidades do setor da agricultura frente a nutrição humana e também como este setor deve atuar buscando contribuir com resultados nutricionais.

O setor da agricultura, conforme texto oficialmente publicizado, deve atuar de forma sustentável, a partir da garantia do acesso domiciliar aos alimentos adequados e seguros sem comprometer as necessidades de futuras gerações e o meio ambiente. Deve ainda garantir a oferta contínua de alimentos seguros, contribuir para a estabilidade nos preços, a geração de renda, o acesso a formação, desenvolvimento e disseminação de novas tecnologias, a redução de perdas pós-colheitas, a realização de pesquisas e ações de extensão rural e, também, por assumir objetivos nutricionais em seus planos, programas e projetos (Figura 5).

Neste sentido o setor da agricultura atuaria em prol de garantir a oferta contínua de alimentos ricos em micronutrientes, tradicionais, produzidos localmente, processados (garantindo maior tempo de consumo) e seguros do ponto de vista microbiológico. Estes alimentos adequados e seguros compõem uma dieta nutricionalmente adequada, a base para o bem-estar nutricional, conforme descrito nos documentos analisados da CIN 1992 (Figura 5).



Figura 5. Representação esquemática da integração entre agricultura e nutrição segundo documentos finais da Conferência Internacional de Nutrição 1992.

Em relação a análise dos documentos finais e preparatórios da CIN 2014, de imediato percebe-se uma produção mais proeminente de textos que trataram de relações entre nutrição e agricultura. A condução do processo de análise dos documentos da CIN 2014 envolveu além do conteúdo descrito no relatório final os textos preparatórios descritos no Quadro 3. Esta análise documental qualifica o entendimento sobre “agricultura” no texto. E permitiu ainda identificar concepções e seus porta-vozes, assim como as semelhanças, complementaridades e distinções entre estas. Na análise documental da CIN 1992 não foram encontradas diversidades de concepções sobre as relações entre nutrição e agricultura, mesmo na análise dos documentos preparatórios ou textos de comentadores.

Inicialmente, apresenta-se a análise geral sobre a agricultura no contexto da CIN 2014. Em seguida descrevem-se concepções que relacionam a nutrição com a agricultura expressas em documentos pre conferência³⁴ e seus porta-vozes. A agricultura é descrita nos documentos públicos da CIN 2014 enquanto um setor formado por distintos atores que incluem representantes de governos, organizações da sociedade civil, pesquisadores e formuladores de políticas, regulações, programas ou projetos, estando assim sob influência de padrões de desenvolvimento econômico e social, os quais levam a sua transformação interna. É associado a este termo as atividades de plantio, criação de animais, silvicultura e pesca.

A atuação intersetorial é também citada na CIN 2014 como uma ação/ estratégia fundamental para alcançar uma melhor nutrição para todas as pessoas. O setor da agricultura é citado como o responsável pela oferta de alimentos nutricionalmente adequados, por meio da sua integração com os sistemas alimentares, sendo considerado um setor estratégico para a melhoria da nutrição humana.

Sobre papeis/ responsabilidades vinculadas ao setor agrícola e que também devem orientar o planejamento e implantação das chamadas intervenções agrícolas voltadas para a nutrição, a análise dos documentos finais da CIN 2014 permitiu identificar:

³⁴ Resumidamente foram: 5 textos/ documentos preparatórios gerais (position papers, textos gerais) e 14 artigos de experts.

- (1) Incluir e integrar ações, estratégias e intervenções voltadas para uma melhor nutrição no planejamento da agricultura (esta mesma recomendação é colocada para outras áreas como saúde, desenvolvimento e investimento).
- (2) Contribuir para a melhoria da dieta de mulheres em idade reprodutiva e crianças, por meio de oferta de alimentos permanente e ricos em nutrientes.
- (3) Evitar que ações do setor causem prejuízos e danos à nutrição das pessoas.
- (4) Adotar uma produção agrícola sustentável, baseada em práticas de conservação da biodiversidade, controle do uso da água, manejo integrado de pragas e outras atividades que não depletem recursos naturais.
- (5) Promover o acesso a alimentos nutritivos, inclusive nas situações de emergência.
- (6) Atuar de forma integrada com o setor saúde e de comércio.
- (7) Contribuir com o aumento da renda.
- (8) Reduzir os custos com alimentação.
- (9) Ser sensível à nutrição ou orientada pelas demandas nutricionais, ampliando a oferta de alimentos com maior densidade de nutrientes.
- (10) Garantir a produção e disponibilidade dos alimentos.
- (11) Ampliar a diversidade da dieta pela produção de alimentos diversificada e também pela integração com etapas de processamento, armazenamento e marketing.

As responsabilidades associadas à agricultura, na CIN 2014, versam com mais objetividade na questão de oferta de alimentos adequados, seguros do ponto de vista sanitário, diversificados e ricos em nutrientes. A questão da oferta de alimentos em quantidade adequada às necessidades nutricionais está ainda presente e compartilha a importância com o chamado para a oferta de alimentos ricos em micronutrientes, como ferro, vitamina A, zinco, etc.

O exercício de propor uma síntese das relações entre a agricultura e nutrição a partir da análise dos documentos da CIN 2014 pode ser observada na Figura 6.



Figura 6. Representação esquemática da integração entre agricultura e nutrição segundo análises dos documentos finais da Conferência Internacional de Nutrição 2014.

Nos textos analisados vinculados a CIN 1992 as crianças, mulheres e indivíduos em situação de pobreza foram identificados como público alvo das ações da agricultura. A análise documental da CIN 2014, permite identificar este mesmo conjunto de indivíduos, tendo acrescentado também como grupos estratégicos mulheres rurais e agricultores (as) de pequena escala.

Ainda no contexto da CIN 2014 observa-se a identificação do Movimento Scaling up Nutrition e do Comitê de Nutrição da ONU (the United Nations Standing Committee on Nutrition - UNSCN) como lócus estratégicos de debate da articulação entre nutrição e agricultura.

Na análise específica da programação da CIN 2014, foi possível identificar debates sobre o tema das relações entre nutrição e agricultura em atividades oficiais, ou seja, que todos os participantes da conferência tiveram acesso, informações sobre a realização e oportunidade de participar. A este conjunto de atividades foram também descritos os atores institucionais envolvidos (Quadro 6). Pode-se perceber que, assim como no aspecto de participação geral da conferência, os eventos contaram com a participação de países, ONGs e organizações internacionais.

Quadro 6. Agentes institucionais que participaram de eventos que compuseram a programação oficial da Conferência Internacional de Nutrição 2014.

<i>Instituições</i>	<i>Tipo de evento > Título</i>
International Food Policy Research Institute (IFPRI) ³⁵	Side event>Enhancing the Impact of Agricultural and Food Policies on Nutrition
FAO	
Government of Nigeria	
Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition (GloPan) ³⁶	
African Union ³⁷	

³⁵ The International Food Policy Research Institute (IFPRI) é uma instituição de pesquisa criada em 1975 e vinculada ao Consórcio CGIAR (Instituição de pesquisa agrícola para o desenvolvimento) que declara em seu website "...fornecer soluções políticas baseadas em pesquisa para reduzir a pobreza de forma sustentável e acabar com a fome e a desnutrição." (Tradução nossa).

Fonte: <http://www.ifpri.org/about>

³⁶ Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition (GloPan)

É um Painel, formalmente estabelecido em 2013 no Nutrition for Growth Summit realizado em Londres, formado por pesquisadores e tomadores de decisão independentes e de diferentes nacionalidades, que "... que possuem ou ocuparam altos cargos e demonstram forte compromisso pessoal com a melhoria da nutrição." (Tradução nossa). É financiado pela Fundação Bill e Melinda Gates e pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido. Instituições com representantes no painel: Oxford University, the African Development Bank, Task Force on Rural Africa/ European Commission, Food and Agricultural Organization (FAO), Alliance for a Green Revolution in Africa (AGRA), UN Secretary General for Sustainable Energy, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Public Health Foundation of India, the Center for Strategic and International Studies Global Food Security Project e African Union Commission

Fonte: <https://www.glopan.org/AboutUs> e <https://www.glopan.org/about/members>

³⁷ É uma instituição internacional de desenvolvimento criada em 1963 e que atualmente é formada por 53 países africanos voltada para a promoção de cooperação entre estes em diferentes temas. A sede fica em Adis Abeba (Egito). É um esforço articulado voltado para a integração social e econômica do continente. O website oficial não permitiu a identificação de financiadores.

European Union <i>et al</i> ¹	
Division of Health Public Policies and Promotion of the Ministry of Health, Chile	Painel compoendo a Roundtable 2: Improving Policy Coherence for Nutrition> Panel 2 ‘Policy Coherence for Nutrition- Sensitive Agriculture’
Ministry of Health, Poland	
Center for Development Research, University of Bonn	
International Food Policy Research Institute(IFPRI)	
Ministry of Rural Development and Land of the Plurinational State of Bolivia	
Ministry of Agriculture and Rural Development, Nigeria	
United States Department of Agriculture, USA	
Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition (GloPan)	
Ministry of Health, Chile	Painel compoendo a Roundtable 2: Improving Policy Coherence for Nutrition > Panel 3 – Nutrition in all Sectors
Ministry of Health, Poland	
Public Health Nutrition, University of Southampton - UK	
National Institute for Health and Welfare, Finland	
Ministry of Health, Samoa	
Ministry of International Development and La Francophonie, Canadá.	

¹ Não identificados nos documentos encontrados. ² outros painéis paralelos tratavam de políticas sociais e de saúde.

No âmbito da CIN 2014 a chamada para uma atuação integrada entre agricultura e nutrição é expressa pelo macro tema “agricultura e sistemas alimentares que promovam a melhoria da nutrição”. A análise dos documentos pre conferência (textos publicados e artigos dos experts) permite afirmar que este macrotema é materializado no âmbito da CIN 2014 em torno do conceito de “agricultura sensível à nutrição”. Deste se desdobram abordagens que informam diretrizes para as práticas, ou seja, formas de agir/ atuar para que um projeto, ação ou intervenção da agricultura seja considerado sensível à nutrição. Estas abordagens se diferenciam e complementam a partir de porta-vozes, enfoques sobre alimentos, alimentação/dieta, visão sobre melhoria do estado nutricional e tipo de ação.

Esta proeminência de determinada abordagem conceitual não é aqui identificada como um sinal de consenso em torno de marco de orientação das relações entre a agricultura e nutrição. Há, conforme procuro demonstrar, distintas abordagens que emergem desta e que influenciam as práticas de intervenção.

A abordagem de sistemas (agro)alimentares foi identificada na declaração final e plano de ação da CIN 2014, sendo assim expressa enquanto acordo oficial final dos participantes. A afirmação oficialmente divulgada diz que a agricultura e os sistemas alimentares devem coordenar suas ações, no sentido de fontes de recursos e procedimentos, buscando responder às necessidades nutricionais necessárias e serem sustentáveis.

A constituição de uma agricultura e sistemas alimentares que compartilhem objetivos nutricionais é caracterizada por englobar diferentes elementos inseridos nas políticas alimentares e nutricionais:

- Integração de objetivos nutricionais nos processos de planejamento e implantação de políticas e programas de alimentação e agricultura, visando aumentar a sensibilidade da agricultura à nutrição, assegurar a segurança alimentar e o acesso a uma dieta saudável.
- Fortalecimento da produção e processamentos locais dos alimentos, fortalecendo/ constituindo assim sistemas alimentares locais.
- Fortalecimento da atuação dos (as) agricultores (as) familiares.
- Busca por superar todas as formas de má nutrição.
- Promoção da diversificação de cultivos em associação com sistemas de produção sustentáveis e manejo de recursos naturais.
- Garantia da oferta permanente de alimentos e pela redução de perdas e desperdícios.
- Delineamento e fortalecimento de instituições, políticas, programas e serviços voltados para situações de crises de abastecimento.
- Definição de recomendações guias para a alimentação saudável, buscando a redução do consumo de gorduras saturadas, açúcar, sal/ sódio e gorduras trans em alimentos e bebidas.
- Aumento da oferta de nutrientes nos alimentos.
- Construção de instrumentos regulatórios e voluntários, como marketing, publicidade, política de rotulagem, incentivos econômicos ou desincentivos.
- Estabelecimento de padrões alimentares e de nutrientes para alimentação saudável endereçado a espaços públicos.

A análise temática conduzida nos documentos pre conferência (textos gerais publicados e artigos dos experts) permitiu identificar que a “agricultura sensível à nutrição” (ASN) foi adotada no âmbito da CIN 2014 como a expressão conceitual deste objetivo de consolidar agricultura e sistemas alimentares voltados para a melhoria da nutrição. Conforme anteriormente apontado a análise sobre os textos finais da CIN 2014 em associação com aqueles publicados no período pre conferência, que informavam sobre as relações entre agricultura e nutrição, foi possível identificar três abordagens associadas ao conceito de ASN (Figura 7).

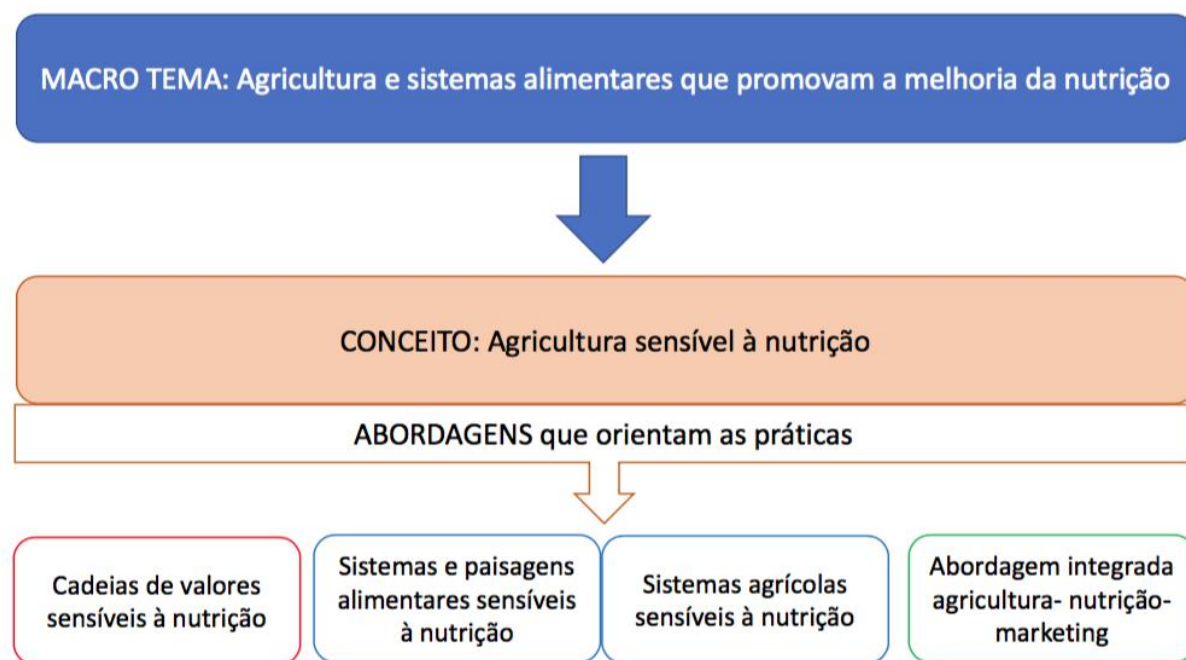


Figura 7. Fundamentos conceituais e abordagens que orientam as práticas em torno das relações entre agricultura e nutrição emergentes da análise de documentos publicados no contexto da Conferência Internacional de Nutrição 2014.

2.2 AGRICULTURA SENSÍVEL À NUTRIÇÃO

A ASN é um conceito derivado do termo ‘intervenções sensíveis à nutrição’ apresentado por Bhutta et al (2008)³⁸ e pelo editorial do The Lancet (2013). As intervenções sensíveis à

³⁸ Este artigo é intitulado ‘What works? Interventions for maternal and child undernutrition and survival’, foi publicado na série especial do The Lancet ‘Maternal and Child Undernutrition’, em 2008. Esta série foi financiada pela Fundação Bill e Melinda Gates. A escrita do artigo foi realizada com apoio de alguns encontros presenciais sendo dois destes realizados no UNICEF e na Rockefeller Foundation Bellagio Conference Center. Assinam o texto autores vinculados a universidades, institutos de pesquisa e do Banco Mundial: Prof Z A Bhutta e B A Haider da Aga Khan University (Karachi - Pakistan); T Ahmed do Center for Health and Population Research (Dhaka - Bangladesh); Prof R E Black da Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health, (Baltimore – USA); Prof S Cousens, Prof B Kirkwood e S S Morris da London School of Hygiene and Tropical Medicine (London – UK); Prof K Dewey da University of California (Davis – USA); Prof E Giugliani da Universidade Federal do Rio Grande de Sul (Porto Alegre - Brasil); Prof H P S Sachdev do Sitaram Bhartia Institute of Science and Research (New Delhi – Índia); e M Shekar do World Bank (Washington – USA).

A atuação conjunto dos autores e o artigo são citados como resultado do ‘Maternal and Child Undernutrition Study Group’ que de forma ampla foi formado por pessoas vinculadas às seguintes organizações: Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health (USA), Aga Khan University (Pakistan), London School of Hygiene and Tropical Medicine (UK), Universidade Federal de Pelotas (Brasil), University of North Carolina (USA), ICDDR (Bangladesh), USDA ARS/ Western Human Nutrition Research Center (USA), UNICEF, WHO, University of California (USA), Harvard School of Public Health (USA), University of Southampton (UK), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil), Bill & Melinda Gates Foundation (USA), Emory University/ Rollins School of Public Health (USA), Cornell University (USA), Human Sciences Research Council (South Africa), National Institute of Public Health (México), Sitaram Bhartia Institute of Science and Research (Índia), World Bank (USA) e Institute of Nutrition (Chile).

nutrição são compreendidas como ações destinadas a englobar as causas básicas da má nutrição por meio da atuação intersectorial (BHUTTA et al, 2008; WORLD BANK, 2013; THE LANCET, 2013).

A ASN busca incorporar objetivos da nutrição na agricultura e atuar na redução da distância entre a disponibilidade e acesso aos alimentos necessários a uma dieta saudável, considerando as dimensões da SAN (JAENICKE; VIRCHOW, 2013b). Para o World Bank (2013) a ASN deve maximizar o impacto das ações do setor agrícola sobre a nutrição, minimizando os resultados negativos não intencionais de suas intervenções e políticas ao longo do sistema alimentar, ou seja, desde os agricultores até os consumidores. A busca na literatura permitiu identificar um conjunto de explicações conceituais sobre o termo ASN. Estas se diferenciam pela maior ou menor aproximação com o debate sobre o sistema agroalimentar:

“Sistemas alimentares agrícolas sensíveis a nutrição estendem-se desde a produção de alimentos em quantidade suficiente (isto é, a quantidade de calorias) e com qualidade (ou seja, com vitaminas, minerais e outros micronutrientes necessários para uma vida saudável e sem resíduos tóxicos) para redes de distribuição, armazenamento, processamento e varejo garantindo que os alimentos cheguem aos consumidores em um estado ideal.” (JAENICKE; VIRCHOW³⁹, 2013a. p. 20. Tradução livre)

“Agricultura sensível a nutrição assegura a disponibilidade durante todo o ano e acessibilidade a uma grande variedade de alimentos diversos e evita perdas de nutrientes, de modo que, quando consumidos, estes alimentos melhoram os níveis de nutrição e a ingestão de nutrientes através da diversificação da dieta e previnem deficiências de macro e micronutrientes.” (KRIESEMER³¹, 2013. p. 87. Tradução livre)

“Sistemas agroalimentares sensíveis a nutrição ajudam a melhorar o estado nutricional e de saúde de uma população em longo prazo, através da melhoria dos determinantes de uma nutrição adequada, principalmente através do aumento da disponibilidade, acesso e consumo de alimentos que atendam às necessidades nutricionais das pessoas e minimizando as consequências nutricionais negativas não intencionais em saúde e cuidados ao longo da cadeia de valor, a fim de combater todas as formas de desnutrição e, no final, alcançar, padrões de dietas saudáveis e sustentáveis.” (BALZ; HEIL; JORDAN, 2015⁴⁰. 12 p. Tradução livre).

³⁹ Publicação decorrente de um estudo realizado pelo Food Security Center/ Universidade de Hohenheim, Alemanha, entre os anos de 2012 e 2013, tendo sido financiado pelo Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, com colaboração de experts da África, Ásia, América Latina e Alemanha. Fonte: <https://fsc.uni-hohenheim.de/en/nsa>

⁴⁰ Autores declararam na ocasião de publicação do artigo vinculação com o International Nutrition, Institute of Nutritional Science, Justus Liebig University Giessen (Giessen, Germany). Apoio financeiro para desenvolver o projeto foi concedido pelo Ministério da Alimentação e Agricultura da Alemanha.

“Agricultura sensível à nutrição é uma abordagem baseada em alimentos para o desenvolvimento agrícola que coloca alimentos nutricionalmente ricos, a diversidade alimentar e a fortificação de alimentos no centro das ações para a superação das deficiências de micronutrientes e da desnutrição. Esta abordagem salienta os múltiplos benefícios derivados de desfrutar de uma variedade de alimentos, reconhecendo o valor nutricional do alimento para a boa nutrição e a importância e significado social do setor agrícola para apoiar os meios de vida rurais.” (FAO, 2014b. p.1. Tradução livre).

Há um chamado para articulação de um conceito unificado sobre ASN, permitindo assim uma maior difusão desta abordagem. Autores como Herforth e Dufour (2014)⁴¹ e Balz, Heil e Jordan (2015), qualificam este chamado para a necessidade de construir consensos em torno da finalidade (intervenções em todo o sistema agroalimentar ou no aspecto da produção de alimentos) ou ainda no locus de atuação (países em desenvolvimento, comunidades mais vulneráveis, nutrição de todas as pessoas) (HERFORTH; DUFOUR, 2014; BALZ; HEIL; JORDAN, 2015).

Estes diversos conceitos podem também levar ao desenvolvimento de diferentes perspectivas para uma integração entre agricultura e nutrição (MALUF et al, 2015). Neste sentido o texto de Maluf et al (2015), escrito por autores(as) brasileiros(as) com inserção mista na academia e em espaço de participação social, descrevem três perspectivas de conexão entre agricultura e nutrição, uma mais setorializada e baseada num ordenamento entre os setores, onde as políticas de nutrição são limitadas ao setor saúde (nutrition policies) e as de agricultura tendem a atuar numa perspectiva de garantir a produção de alimentos, também se limitando a debates no âmbito do setor agrícola e agrário. Esta tem um olhar mais nacional e se caracteriza pela incipiente relação entre os setores. Uma segunda perspectiva associada a concepção de regime alimentar, se caracterizando pela influencia do sistema alimentar mundial por meio da agricultura de larga escala, altamente mecanizada e baseada em monocultivo sobre o padrão de consumo de alimentos, levando a uma dieta monótona e com menor valor nutricional. Aqui se destaca a influencia do setor privado envolvido nos processos do sistema agroalimentar influenciando os padrões de consumo. E, por fim, a terceira que partindo do conceito de SAN, descrevem perspectivas que buscam promover um olhar sistêmico que favoreça a atuação intersectorial em toda a cadeia alimentar (BURLANDY; BOCCA; MATTOS, 2012; BURLANDY; ROCHA; MALUF, 2014).

No âmbito dos documentos pré conferência analisados foi possível identificar que a FAO, no ano de 2013, publicou um texto explicitando princípios guia para programas da agricultura voltados para a nutrição. Este documento denominado ‘Synthesis of Guiding Principles on Agriculture Programming for Nutrition’. A formulação deste seguiu um processo de consulta e síntese de orientações e estratégias sobre integração agricultura e nutrição publicadas por instituições envolvidas no desenvolvimento internacional e agências da ONU (FAO, 2013). Este estudo é declarado, na visão de consultores da FAO, como um esforço para restaurar as conexões da agricultura com a saúde no âmbito do debate global (TRAORÉ; THOMPSON; THOMAS, 2013).

O público foco deste texto foi identificado como sendo os planejadores de política e programas, além de comunidade de desenvolvimento internacional (FAO, 2013). A construção

⁴¹ Publicação do United Nations Standing Committee on Nutrition (UNSCN).

da síntese foi realizada por uma consultora da FAO (Anna Herforth) a partir de documentos, comentários e apoio (não identificado de que tipo) obtidos com membros da Agriculture-to-Nutrition Community of Practice (Ag2Nut CoP), da Association for International Agriculture and Rural Development (AIARD) e também com indivíduos independentes ou vinculados as seguintes instituições (FAO, 2013):

- ✓ Action contre la Faim International (ACF)⁴² –ONG com atuação internacional.
- ✓ Agricultural Cooperative Development International and Volunteers in Overseas Cooperative Assistance (ACDI/VOCA)⁴³ - organização privada sem fins lucrativos.
- ✓ Association of Public and Land-grant Universities (APLU)⁴⁴ - “... uma organização de pesquisa, política e defesa dedicada ao fortalecimento e avanço do trabalho de universidades públicas nos EUA, no Canadá e no México.” (tradução nossa, site).
- ✓ Bill and Melinda Gates Foundation⁴⁵ - Fundação sem fins lucrativos com atuação global.
- ✓ Bioversity International (BI) - instituto de pesquisa internacional⁴⁶.
- ✓ Bread for the World⁴⁷- ONG com atuação internacional.
- ✓ Concern Worldwide⁴⁸ -agência de ajuda humanitária da Irlanda.
- ✓ DAI – Agência de Desenvolvimento Internacional americana – uma empresa⁴⁹.
- ✓ European Commission (EC) Nutrition Advisory Service – divisão da comissão europeia responsável por ações de redução e combate a desnutrição no continente⁵⁰.
- ✓ GlobalHorticulture Initiative (GlobalHort) –consórcio formado por Agriculture Reserach Development (CIRAD), World Vegetable Center (AVRDC), International Society for Horticultural Science (ISHS), FAO e outros membros para “...promover o potencial da horticultura, principalmente frutas e vegetais, e contribuir de forma mais efetiva com a redução da má nutrição e pobreza mundial” (tradução nossa, site⁵¹).
- ✓ Helen Keller International (HKI)⁵² - fundação internacional com atuação sobre deficiências de micronutrientes e desnutrição.
- ✓ ICF International⁵³- empresa de serviços de consultoria global com atuação nos temas energia, meio ambiente, saúde, governança, programas sociais e transporte.

⁴² <http://www.actioncontrelafaim.org/en/content/acf-international>

⁴³ <http://acdivoca.org/>

⁴⁴ <http://www.aplu.org/about-us/>

⁴⁵ <http://www.gatesfoundation.org/>

⁴⁶ <http://www.bioversityinternational.org/>

⁴⁷ <http://www.bread.org/>

⁴⁸ <https://www.concern.net/about>

⁴⁹ <https://www.dai.com/uploads/history.pdf?related-box>

⁵⁰ <https://europa.eu/capacity4dev/hunger-foodsecurity-nutrition/document/nutrition-advisory-service>

⁵¹ <https://www.cirad.fr/en/news/all-news-items/press-releases/2011/horticulture>

⁵² http://www.hki.org/about-us#.W4_mLmZy-nh

⁵³ <https://www.icf.com/company/about>

- ✓ Institute for Development Studies (IDS)⁵⁴, University of Sussex, UK - centro de pesquisa global e aprendizagem sobre mudança equitativa e sustentável (tradução nossa, site).
- ✓ International Food Policy Research Institute (IFPRI)⁵⁵ - instituto de pesquisa parte do CGIAR
- ✓ John Snow INC (JSI)⁵⁶- organização sem fins lucrativos que busca melhorar a saúde de indivíduos e comunidades dos EUA e outras partes do mundo por meio de consultoria em gestão em saúde pública e pesquisas.
- ✓ London International Development Centre⁵⁷ - comunidade global de pesquisadores sobre desenvolvimento.
- ✓ McKnight Foundation⁵⁸- Fundação sem fins lucrativos que atua “... na melhoria da qualidade de vida das gerações presentes e futuras.” (tradução nossa, site).
- ✓ Crop Collaborative Research Program (CCRP)⁵⁹ - um programa de desenvolvimento que forma comunidades de práticas em torno de sua missão de realizar “... pesquisa colaborativa sobre intensificação agroecológica, reunindo pequenos agricultores, pesquisadores, profissionais de desenvolvimento e outros para criar tecnologia para melhorar a nutrição, os meios de subsistência e a produtividade das comunidades agrícolas na África e América do Sul.” (tradução nossa, site).
- ✓ The Manoff Group⁶⁰ - empresa que “...fornece conhecimentos em mudança social e de comportamento, comunicações e gestão do conhecimento para programas de desenvolvimento em todo o mundo.” (tradução nossa, site)
- ✓ Save the Children UK⁶¹ - organização não governamental com atuação na defesa dos direitos da criança no mundo.
- ✓ The United Nations Standing Committee on Nutrition (UNSCN)⁶² - comitê coordenador das ações de nutrição no âmbito da ONU.
- ✓ The United Nation High-Level Task Force on Food Security (HLTF)⁶³ – grupo acolhido no âmbito da ONU conta com a participação de diferentes instituições para “... promover uma resposta abrangente e unificada da comunidade internacional ao desafio de alcançar a segurança alimentar e nutricional global.” (tradução nossa, site).
- ✓ O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)⁶⁴ – organização das Nações Unidas que tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento.

⁵⁴ <http://www.ids.ac.uk/about-us>

⁵⁵ <http://www.ifpri.org/about>

⁵⁶ <https://www.jsi.com/JSIInternet/About/index.cfm>

⁵⁷ <https://lids.ac.uk/about/who-we-are/>

⁵⁸ <https://www.mcknight.org/about/>

⁵⁹ <http://ccrp.org/how-we-work>

⁶⁰ <https://www.manoffgroup.com/who-we-are/>

⁶¹ <https://www.savethechildren.org.uk/about-us/who-we-work-with>

⁶² <https://www.unscn.org/en/about>

⁶³ <http://www.un.org/en/issues/food/taskforce/>

⁶⁴ <https://www.unicef.org/brazil/pt/>

- ✓ Universidades (Columbia University, Cornell University, McGill University, Tufts University).
- ✓ United States Agency for International Development (USAID): Food and Nutrition Technical Assistance (FANTA)⁶⁵, Infant & Young Child Nutrition (IYCN) Project⁶⁶, USAID Bureau For Food Security (BFS)⁶⁷ e USAID Food For Peace (FFP)⁶⁸.
- ✓ World Bank.
- ✓ World Food Programme (WFP)⁶⁹.
- ✓ World Vision⁷⁰ - organização não governamental internacional de ajuda humanitária
- ✓ WorldFish Center⁷¹ - organização internacional sem fins lucrativos com atuação na área de pesquisa.

Como pode ser observado a OMS não está listada entre as instituições participantes deste processo de síntese dos conhecimentos sobre como a agricultura pode atuar na melhoria da nutrição e saúde. Este documento publicado pela FAO (FAO, 2013) expressa uma lista de 20 princípios ou recomendações, organizadas em três grandes categorias⁷²:

(1) planejamento de um programa ou política.

1. Incorporar objetivos explícitos de nutrição em projetos, programas e políticas agrícolas.
2. Considerar o contexto em que as ações serão desenvolvidas para identificar os problemas nutricionais e grupos de maior risco e compreender as causas dos problemas.
3. Não fazer mal. No caso de danos, desenvolver um plano de mitigação.
4. Medir o impacto através de acompanhamento e avaliação do programa
5. Maximizar as oportunidades através da coordenação multisectorial.
6. Maximizar o impacto da renda familiar sobre nutrição
7. Aumentar o acesso equitativo aos recursos produtivos, através de políticas e programas.
8. Ter como alvo os grupos mais vulneráveis, incluindo os pequenos agricultores, mulheres e famílias pobres e/ou em situação de insegurança alimentar.

(2) principais atividades.

9. Empoderamento das mulheres
10. Incorporar a educação nutricional.

⁶⁵ <https://www.fantaproject.org>

⁶⁶ <http://www.iycn.org>

⁶⁷ <https://www.usaid.gov/who-we-are/organization/bureaus/bureau-food-security>

⁶⁸ <https://www.usaid.gov/who-we-are/organization/bureaus/bureau-democracy-conflict-and-humanitarian-assistance/office-food>

⁶⁹ <http://www1.wfp.org>

⁷⁰ <https://www.worldvision.org>

⁷¹ <https://www.worldfishcenter.org/who-we-are>

⁷² Tradução livre para o português. Não representa um texto oficial. O conteúdo original deve ser consultado em: <http://www.fao.org/docrep/017/aq194e/aq194e00.htm>.

11. Gerir os recursos naturais em prol de produtividade, resistência a crises, adaptações às alterações climáticas, e aumento do acesso equitativo aos recursos.
12. Diversificar a produção e os meios de subsistência
13. Aumentar a produção de alimentos ricos em nutrientes. (Horticultura, produção de alimentos de origem animal em pequena escala, alimentos não convencionais, legumes e biofortificação).
14. Reduzir as perdas pós-colheita e melhorar o processamento de alimentos.
15. Aumentar o acesso aos mercados e as oportunidades.
16. Reduzir a sazonalidade da insegurança alimentar.
- (3) suportes baseados na governança, política e na construção de capacidades.
17. Melhorar a coerência política
18. Melhorar a boa governança para a nutrição.
19. Construir capacidades.
20. Comunicar e continuar a defender a nutrição.

O documento da FAO (2013) traz como conclusão oficial que havia consenso entre as instituições quanto aos princípios que deveriam orientar as ações da agricultura voltadas para a melhoria da nutrição, apresentando um conjunto de recomendações como a síntese deste. Este documento teve ampla divulgação e circulação internacional e por conter a síntese de contribuições de diferentes instituições internacionais tem servido de apoio para a construção de novas recomendações e do próprio conceito de ASN. Cabe aqui refletir a luz da teoria do campo estratégico de ação que a FAO teve potenciais ganhos de visibilidade (citações como referencial teórico) em construir uma síntese sobre um tema abrangente como é a integração entre agricultura e nutrição. Fligstein e MacAdam (2012) quando tratam de atores hábeis e como estes atuam, descrevem que uma ação que estes tendem a desenvolver para melhor se posicionar no campo é conhecer as posições, capitais e formas de pensar que outros atores participantes deste espaço tem. Se o desejo está em configurar uma cooperação ao redor de um tema amplo e com distintas concepções e formas de agir associadas, construir uma síntese pode ajudar a formar uma visão comum sobre como agir. A FAO tem investido neste a publicação deste documento, em 2013, em outras publicações que tratam do tema da ASN ou de uma agricultura que atua a partir da melhoria da nutrição e pautou como um tema central da CIN 2014, conforme podemos verificar na programação oficial. Não é objeto deste estudo compreender estes mecanismos de disputas a luz da governança global em alimentação e nutrição, mas reconhece-se que este é um tema que desdobra das análises desta tese.

A publicação deste documento síntese pela FAO, foi citada por um dos entrevistados desta tese, participante da CIN 2014 como membro da sociedade civil e diretor de uma ONG internacional como parte deste jogo de forças dentro da ONU. Com a crise mundial de 2007/2008 a ONU formou um grupo chamado ‘High Level Task Force on the Global Food Security Crisis (HLTF)⁷³ cuja tarefa oficial era de analisar a crise dos preços de alimentos, construir saídas para tal situação e evitar a ressurgência no futuro, de uma ameaça semelhante

⁷³ <http://www.un.org/en/issues/food/taskforce/>

para a segurança alimentar global (HLTF, 2016). A HLTF publicou documentos explicitando leituras sobre a crise mundial do preço de alimentos de 2007/2008 e indicando algumas ações. Dentre estas emergiu, oficialmente em 2010, um movimento denominado Scaling Up Nutrition (SUN Movement)⁷⁴ que nos moldes da HLTF deveria atuar envolvendo diferentes organizações da ONU, países membros, ONGs, instituições internacionais (públicas e privadas). O SUN Movement atua em países e tem como enfoque atuar na melhoria da nutrição por meio de intervenções, principalmente relacionadas a ingestão alimentar e às doenças associadas, e promover intervenções sensíveis à nutrição como àquelas relacionadas as ações da agricultura (SUN, 2017). A leitura feita afirma que nestes jogos de poder tornar-se uma instituição de referência sobre determinado tema garante, na estrutura de financiamento da ONU e de suas organizações, uma maior sobrevivência ou proeminência em espaços globais como um ator chave. A FAO chama para a realização da CIN 2014 neste contexto, conforme destacado no capítulo 1 e também organiza o documento síntese de recomendações sobre intervenções agrícolas voltadas para a melhoria da nutrição. Parece estar ainda associada a este jogo o lançamento da comunidade de práticas intitulada ‘Agriculture-Nutrition Community of Practice (Ag2Nut CoP)’⁷⁵.

A Ag2Nut CoP é uma rede informal composta por profissionais que declaram promover um trabalho intersetorial entre agricultura e nutrição. Atualmente é formada por representantes de governos de países em desenvolvimento, de ONGs com atuação nacional e internacional, instituições vinculadas ao sistema ONU, agências de cooperação bilateral e organizações doadoras, além de representantes de universidade e profissionais independentes, compondo aproximadamente 1.000 membros (chamados de associados) vinculados a 73 países (UNSCN, 2017). A atuação desta rede ocorre pelo compartilhamento de informações e na promoção de rede de contatos. Desde sua criação em 2010 a comunidade é virtualmente acolhida no website da UNSCN e tem como objetivo:

“... to be a virtual space for sharing resources to build a common evidence pool, facilitating communication across sectors, and developing key messages to communicate to the broader development community.” (UNSCN, 2015)

O Scaling Up Nutrition (SUN) a partir da análise sobre ausências no documento produzido pela FAO (2013), também desenvolveu um processo de consulta na plataforma da Ag2nut CoP que resultou em um novo documento de recomendações (ou também chamadas de princípios de orientação) para programas e intervenções agrícolas e para políticas alimentares e agrícolas tenham maiores efeitos sobre a nutrição (HERFORT; DUFOUR, 2014).

As recomendações expressas neste documento do SUN em parceria com o Ag2Nut CoP têm como foco os tomadores de decisão política e os profissionais envolvidos nas ações de planejamento de programas (Ag2Nut CoP, 2014). Como princípios descritos nesta publicação⁷⁶ para programas e investimentos agrícolas fortalecerem seu impacto na nutrição tem-se:

1. Incorporar objetivos e indicadores explícitos de nutrição em seu projeto.

⁷⁴ <http://scalingupnutrition.org>

⁷⁵ <https://www.unscn.org/en/forums/discussion-groups/ag2nut>

⁷⁶ Tradução livre para o português. Não representa um texto oficial. O conteúdo original deve ser consultado em: http://unscn.org/files/Agriculture-Nutrition-CoP/Agriculture-Nutrition_Key_recommendations.pdf

2. Avaliar o contexto local, para planejar atividades apropriadas para lidar com os tipos e as causas da desnutrição.
3. Ter como alvo grupos vulneráveis e melhorar a equidade.
4. Colaborar e coordenar ações com outros setores.
5. Manter ou melhorar a base de recursos naturais.
6. Empoderar as mulheres.
7. Facilitar a diversificação da produção, aumentar a produção de culturas densas em nutrientes e a pecuária de pequena escala.
8. Aprimorar o processamento, estocagem e preservação dos alimentos.
9. Expandir os mercados e o acesso aos mercados de grupos vulneráveis.
10. Incorporar a educação nutricional.

Já as políticas de alimentação e agricultura podem ter melhores impactos na nutrição se:

1. Melhorar incentivos (e reduzir os fatores limitantes) para a disponibilidade, acesso e consumo de alimentos diversificados, nutritivos e seguros, através da produção ambientalmente sustentável, do comércio e da distribuição.
2. Monitorar o consumo dietético e o acesso a alimentos variados, seguros e nutritivos.
3. Incluir medidas de proteção e empoderamento das mulheres e pessoas pobres.
4. Desenvolver a capacidade em recursos humanos e instituições para melhorar a nutrição através dos alimentos e da atuação do setor da agricultura, apoiada com financiamento adequado.
5. Apoiar estratégias multisetoriais dentro de estruturas governamentais locais, regionais e nacionais.

No âmbito dos documentos pré CIN 2014 textos com distintas origens institucionais apresentaram aspectos descritivos sobre como a agricultura pode contribuir com a melhoria da nutrição. Estes têm em comum a vinculação ao conceito da ASN e a afirmação de que atuam na perspectiva de promover intervenções e estratégias de atuação baseadas em alimentos. Thompson e Amoroso (2013), então membros da divisão de nutrição da FAO, assinam um artigo e a FAO, identificada como instituição, foi identificada como autora em um position paper também publicizado no contexto de pré CIN 2014, afirmando que intervenções baseadas em alimentos implicam em promover a diversidade alimentar e o consumo de alimentos ricos em nutrientes como forma de eliminar a fome e superar a má nutrição e a deficiência de micronutrientes. Pode parecer estranho como a deficiência de micronutrientes, uma das expressões da má nutrição é duplamente citada nesta frase.

“...is a food-based approach to agricultural development that puts nutritionally rich foods, dietary diversity, and food fortification at the heart of overcoming malnutrition and micronutrient deficiencies.” (FAO, 2013)

Talvez faça sentido esta dupla citação quando se analisa a recomendação da FAO (2013) para a implantação de ações da ASN. As ações da agricultura para serem sensíveis à nutrição devem ampliar o acesso aos alimentos e torna-los acessíveis (aumentando a produção de alimentos); garantir o acesso a alimentos diversificados (aumentando a diversidade de produtos cultivados na agricultura de maior escala, incentivando a produção da agricultura familiar e a produção doméstica e local de alimentos), tornar a produção mais sustentável (principalmente pela adoção de formas de cultivo que integrem melhor o controle de pragas) e promover o acesso a alimentos por si só mais nutritivos, estando aqui incluída a necessidade de atuar com a tecnologia da fortificação.

“Fortification can prevent micronutrient deficiencies by enhancing micronutrient content in foods through processing, plant breeding and improved soil fertility.” (p.1).

Diferentes textos apresentam estas mesmas reflexões sobre como ações voltadas para a agricultura podem melhorar a nutrição, vinculadas a abordagens baseadas em alimentos e na agricultura, destacando também as dimensões de produção de alimentos, diversificação da dieta e a fortificação alimentar, como as estratégias principais da ASN. O alimento é, neste sentido, a fonte primária de melhoria da qualidade da dieta visando a superação ou prevenção da má nutrição e das deficiências de nutrientes. Esta abordagem centrada em alimentos, se traduz na prática pela maior disponibilidade de alimentos para melhorar a dieta, no entanto, transcende o olhar sobre macronutrientes e energia e adota também a perspectiva de aumentar a quantidade de alimentos com melhor conteúdo de micronutrientes e a redução das perdas e desperdícios.

O ponto do aumento da diversificação da dieta é citado por diferentes conceitos vinculados à ideia de ASN, como vimos anteriormente. Para Traoré, Thompson e Thomas (2013) os sistemas agroalimentares sensíveis à nutrição devem ser guiados a partir de intervenções baseadas em alimentos que promovam a diversificação na produção doméstica de alimentos, reconheçam a contribuição que florestas trazem para a conformação de dietas saudáveis e incluam a fortificação e biofortificação de alimentos básicos.

O aspecto da diversificação da produção deve ser incorporado em todos os tipos de sistemas de cultivo por meio da adoção de variedades de culturas e da criação de animais com maior qualidade nutricional e ainda garantida pelo uso de tecnologias pós colheita que reduzam as perdas dos alimentos e conservem seus nutrientes (TRAORÉ; THOMPSON; THOMAS, 2013). Kerr et al (2013), em outro texto de experts publicado no período pré conferência no qual assinam outros 7 autores participantes de um projeto de incentivo a agricultura no Malawi, problematizam a forma generalista com que o aspecto da produção de alimentos e dos sistemas de cultivo são apresentados, apontando que a citação generalista de sistemas de cultivo faz acreditar que o tipo de atividade agrícola e de agricultura não são aspectos importantes ao debate. Os autores deste texto apresentavam institucionalidade bem mista, sendo estes vinculados a uma unidade hospitalar ou a universidades ou a Health Bridge (ONG Canadense).

F. James Levinson, da Tufts University e Anna Herforth, da Cornell University também apresentaram em um dos textos de experts reflexões sobre ASN, abordando a lacuna de indicadores de monitoramento e avaliação sensíveis a mensuração de impactos relevantes sobre a segurança alimentar e a nutrição de projetos da agricultura (LEVINSON; HERFOTH, 2013). Concluem pela necessidade de que especialistas da nutrição e da agricultura compartilhem uma

visão comum sobre ASN e que este termo seja compreendido por ambas as áreas. Para Levinson e Herforth (2013), a ideia de ASN foi capturada por profissionais da comunidade da nutrição e tem crescido o número de profissionais da agricultura que o referem, mas o conceito ainda não foi internalizado por planejadores e gestores de projetos do setor agrícola de forma a se traduzir em práticas concretas. Interessante notar que semelhante percepção foi apresentada por Balz, Heil e Jordan (2015), em estudo com 18 representantes de ministérios da agricultura (ministros ou pessoas vinculadas a esta instituição) presentes no Global Forum for Food and Agriculture, realizado em Berlim, no ano de 2014. Balz, Heil e Jordan (2015) concluíram que a (in)compreensão do conceito da ASN é um obstáculo a implementação de projetos da agricultura voltados para a nutrição. Os autores apontaram para a multiplicidade de significados associados ao termo ASN como uma das justificativas para esta não apropriação pelos tomadores de decisão entrevistados. No geral as ações vinculadas à ASN significavam, para os participantes da pesquisa, diversificar a produção e o consumo de alimentos, garantindo assim a segurança alimentar e o Direito Humano à Alimentação, principalmente para populações de países em desenvolvimento (BALZ; HEIL; JORDAN, 2015).

Esta é também uma visão expressa por artigo sobre o contexto da integração entre agricultura e nutrição na América Latina, assinado por dois colaboradores do Banco Mundial: Diego Arias Carballo e Barbara Coello. Na construção destes autores, a ASN tem como enfoque a redução da insegurança alimentar pelo aumento da oferta de alimentos ricos em nutrientes para os indivíduos em situação de maior vulnerabilidade às deficiências nutricionais e sua prática é expressa pela mudança nos sistemas alimentares e agrícolas, buscando a inclusão da produção local nos esforços de reduzir a insegurança alimentar de uma maneira sustentável. E, também, por considerar que a agricultura, como parte das políticas alimentares, tem um cerne transsetorial, exigindo assim que um conjunto amplo de atores vinculados aos setores público e privado participem dos processos de tomada de decisão. Desta forma, investimentos numa agricultura e produção de alimentos sensível à nutrição provê oportunidades de desenvolvimento de iniciativas a partir de parcerias intergovernamentais, pelo setor privado ou por meio da integração público privado. A afirmação da agricultura enquanto um tema transsetorial é também compartilhada pela FAO (2013) que chama para uma coordenação transsetorial no contexto da ASN como sendo essencial para a sustentabilidade, resultados abrangentes e para a eliminação da má nutrição.

A ASN também representa uma forma de maximizar os impactos da agricultura na nutrição e de fazer com que especialistas da agricultura vejam a nutrição não como uma questão do setor saúde, mas como uma questão também da agricultura. Na prática isso implica, segundo Carballo e Coelho (2013) na adição de objetivos nutricionais às metas tradicionais de projetos do setor agrícola, os quais versam sobre aumento de renda e produtividade, sem tornar os projetos da agricultura em projetos de saúde, mas sim que estes sejam complementares aos esforços do campo da nutrição e saúde.

No caso do texto do Banco Mundial, assim como em documentos da FAO, as mulheres e as crianças devem ser o público foco destas intervenções agrícolas voltadas para a nutrição. No caso das mulheres a justificativa apresentada decorre do papel que estas exercem na segurança alimentar dos familiares, principalmente das crianças. A mesma citação sobre as mulheres é identificada em texto assinado por Traoré, Thompson e Thomas (2013), consultores da FAO quando assinaram o texto preparatório da CIN 2014.

A escolha das mulheres, com destaque para as mulheres rurais é pautada também como uma conexão com a abordagem de gênero, mas que aponta estas mulheres numa perspectiva

reprodutiva e provedora dos cuidados domésticos e familiares voltados para a alimentação tanto no texto assinado por Carballo e Coello (2013), autores vinculados ao Banco Mundial, como no texto dos consultores da FAO Traoré, Thompson e Thomas (2013). O fortalecimento das mulheres como trabalhadoras rurais é buscado por meio do empoderamento destas, realizado por acesso a informações nutricionais (educação nutricional), mas também por capacitação e extensão rural para construir capacidades para produzir alimentos e gerar renda e alimentos para elas próprias e as famílias. O texto do Banco Mundial aborda o contexto da AL e destaca o papel que o PNAE tem tido na região na oferta de alimentos de melhor qualidade nutricional aos escolares.

Este conjunto de textos preparatórios tem ainda em comum a afirmação de que as conexões entre agricultura e nutrição podem ser fortalecidas pela associação com atividades de educação nutricional que disseminem conhecimentos e estratégias dietéticas para melhorar o consumo dos alimentos e promovam mudanças de comportamentos tanto em consumidores como em produtores. Esta é a ideia disseminada em textos de autores vinculados à FAO (TRAORÉ; THOMPSON; THOMAS, 2013), assim como a universidades (LEVINSON; HERFOTH, 2013), ao Banco Mundial (CARBALLO; COELLO, 2013) ou ainda em textos com vínculos institucionais dos autores mais mistos (KERR et al, 2013). A inclusão de temas da nutrição em atividades de educação voltada para a agricultura é identificada como um dos aspectos que potencializam a segurança alimentar e nutrição, melhoram práticas alimentares de crianças e trabalham aspectos da superação das relações de gênero desiguais.

Outra diretriz de prática metodológica argumenta pela incorporação da abordagem agroecológica nos projetos e ações da agricultura voltados para a nutrição, pelo fato desta implicar em adoção de abordagens metodológicas mais participativas como processos educativos liderados por agricultores (as). Estas metodologias participativas que envolvem os diferentes atores são consideradas como de maior potencial de transformação de situações de inequidades (gênero e outros aspectos sociais) por tender a pautar as atividades em demandas e necessidades locais. Kerr et al (2013) recomendam sobre este ponto que ações da ASN sejam centradas nos agricultores e não nos alimentos que estes produzem, tendo assim chance de englobar um maior número de determinantes sociais da nutrição. Adicionalmente Dioulal et al (2013), autores vinculados à ONG Action contre la Faim, advogam para que os agricultores de pequena escala sejam os prioritariamente inseridos nas ações agrícolas sensíveis à nutrição.

Em síntese as análises sobre o termo ASN apontam para um conjunto de conceitos, sendo este um ponto considerado como de enfraquecimento da adoção deste termo como orientador de ações da agricultura em prol da nutrição. No âmbito da CIN 2014 a perspectiva conceitual da agricultura sensível à nutrição tem como base a abordagem centrada em alimentos, o que significa promover a diversidade alimentar e o consumo de alimentos ricos em nutrientes como forma de eliminar a fome e superar a má nutrição e a deficiência de micronutrientes. Tem, portanto, nos alimentos a sua base de ação e ressaltam como dimensões: a garantia do acesso a quantidades adequadas e a uma diversidade de alimentos; adoção de práticas de cultivos mais sustentáveis do ponto de vista ambiental; diversificação também dos sistemas de cultivos de alimentos citando aqueles de base familiar e a produção doméstica de alimentos; além de promover o acesso a alimentos mais nutritivos por meio de tecnologias de fortificação nas diferentes etapas do sistema alimentar. O ponto da diversificação na produção e consumo de alimentos é tratado de forma ampla no contexto da CIN 2014. Há uma maior visibilidade para o conjunto de sistemas de cultivos, citando inclusive os sistemas baseados na integração de diferentes culturas vegetais com animais, florestas e produção doméstica como

fontes de alimentos para a configuração de uma dieta diversificada. Outro ponto refere-se à aplicação do conceito de diversidade a etapas do processamento, tendo como resultado a oferta de uma diversidade de produtos alimentares e à etapa de consumo, visando por meio do uso de tecnologias garantir que a diversidade de alimentos e a “diversidade de nutrientes” produzidos e processados não sejam desperdiçados ou perdidos. O conceito de ASN expressa um chamado para que o setor da agricultura incorpore objetivos nutricionais em seus projetos, programas, intervenções e políticas, traçando uma atuação integrada com o setor saúde visando a melhoria da nutrição. A atuação da agricultura de forma sensível à nutrição pode ser ainda potencializada pela associação com ações de educação nutricional que disseminem conhecimentos sobre nutrição (consumo de alimentos) tanto para consumidores como para produtores. A agroecologia foi citada, em um dos textos analisados, como uma estratégia metodológica para se construir uma agricultura sensível à nutrição pautada nos princípios da participação e da capacidade de transformar a realidade a partir de uma atuação mais ativa dos agricultores. Em termos de público alvo de uma agricultura sensível à nutrição diversos textos da CIN 2014 citam as mulheres em idade reprodutiva e as crianças como principais beneficiárias.

Ao conceito da ASN identificados nos documentos públicos analisados no contexto da CIN 2014 foi possível identificar três diretrizes de atuação da agricultura, estas são aqui citadas como abordagens de cadeia de agregação de valor sensível à nutrição (a de maior volume de material), sistemas alimentares e paisagens sensíveis à nutrição/ sistemas agrícolas sensíveis à nutrição e a abordagem de integração agricultura, nutrição e marketing (Figura 7).

Cadeia de agregação de valor sensível à nutrição

Associados a esta abordagem foram encontrados um conjunto de sete textos pré conferência assinados por autores vinculados a diferentes instituições internacionais como centros de pesquisa (Biodiversity International, Sierra Leone Agriculture Research Institute, WorldFish), organização internacional não governamental de desenvolvimento econômico (ACDI/VOCA), organização financeira internacional (Banco Mundial), organizações internacionais (FAO) e Universidades (Njala University, Wageningen University and Research Centre, Columbia University, California State University Fresno Center for Agricultural Business).

A abordagem aqui descrita como “Cadeia de agregação de valor sensível à nutrição” informa a construção dos links entre agricultura e nutrição a partir da cadeia de agregação de valor. Keding e Cogill (2013), ambos vinculados à Biodiversity Internacional, recomendam a aplicação de abordagens sistêmicas sobre a cadeia de agregação de valor dos alimentos, integrando esta a questões ambientais como preservação do solo, manejo de recursos hídricos e padrões de saúde, além de aspectos como comunicação intersetorial, produção e disseminação de conhecimentos. Nesta perspectiva a disseminação de conhecimentos tem como ponto de ação os indivíduos e traz como diretriz a utilização da ferramenta da educação nutricional voltada para a promoção de atividades sensíveis à nutrição, que englobem a produção, processamento, comercialização, utilização e processamento domésticos e o consumo dos alimentos, buscando assim construir formas de consumo mais saudáveis dos alimentos ofertados. Thilsted et al (2013), autores vinculados a um centro de pesquisa internacional sobre peixe, identificam também as atividades de educação nutricional como a chave para o aumento

de consumo de alimentos específicos, como os peixes tendo em vista o perfil de nutrientes que estes ofertam e o consequentemente benefício para a nutrição e saúde humana.

Na etapa da produção Keding e Cogill (2013) recomendam como enfoque guia o cultivo de diversidade de espécies e não somente da diversidade geral de cultivos como um fator de promoção de “diversidade nutricional funcional”⁷⁷ dos cultivos. A ênfase, neste caso, recai, sobre a disponibilidade de culturas nutricionalmente distintas em associação com aquelas vinculadas a ‘biodiversidade agrícola disponível’, ou seja, cultivos alimentares locais como estratégias de assegurar a segurança nutricional. O incentivo a um sistema produtivo de maior variedade de espécies, pode ser potencializado, na visão dos autores, se a agricultura também modificar a forma de explicitar seus resultados, passando não somente a informar sobre quantidade de produção e riqueza gerada, mas também sobre resultados em termos de nutrientes ofertados para o consumo.

O aumento da biodiversidade de cultivos de diferentes espécies de alimentos deve ser integrada a ampliação do acesso a alimentos coletados em florestas (não cultivados pela ação humana) que integrada a cadeia de agregação de valor dos alimentos, garante o acesso permanente ao longo do ano de alimentos diversos, por meio dos produtos alimentares disponibilizados nos mercados construindo assim um contexto de melhor diversidade alimentar e qualidade da dieta (KEDING; COGILL, 2013). Esta conexão com o processamento e comercialização de alimentos é especialmente citada como estratégica para a garantia da alimentação de pessoas que vivem no “mundo em desenvolvimento” (KEDING; COGILL, 2013, p.9), onde ações de educação alimentar para escolhas de alimentos processados podem garantir o consumo mais diversificado ao longo de todo ano (KEDING; COGILL, 2013). Nesta perspectiva, a integração com a cadeia de agregação de valor de alimentos deve ser realizada a partir de uma atuação conjunta entre os distintos tomadores de decisão envolvidos ao longo desta, com especial atenção para a indústria de processamento.

Textos assinados por atores vinculados à FAO e ao Banco Mundial também ressaltam esta conformação da cadeia de valor sensível à nutrição como um aspecto estratégico. Para Carballo e Coello (2013), autores vinculados na ocasião de publicação do texto ao Banco Mundial, faz sentido dizer que tornar a agricultura sensível à nutrição implica em incorporar os objetivos nutricionais não somente no aspecto da produção de alimentos como também em toda a cadeia de agregação de valor destes. Estes objetivos devem ainda ser considerados nas diferentes atividades da cadeia de valor. Por exemplo, no transporte quando busca-se reduzir as perdas de alimentos, no processamento por meio da fortificação e pela maximização do tempo de prateleira. Para além de garantir a oferta em quantidade de alimentos ricos em nutrientes, a atuação sobre a cadeia de agregação de valor permite também melhorar a inclusão de alimentos locais em mercados, aumentar o tempo de prateleira destes (por meio de processamento) e para os consumidores ofertar alimentos com melhor conteúdo nutricional. Há ainda a dimensão que a integração com a cadeia de valor permite a oferta de alimentos seguros do ponto de vista higiênico sanitário. Para Thompson e Amoroso (2013), as cadeias de agregação de valor devem ser analisadas buscando identificar pontos críticos para a manutenção do valor nutricional dos alimentos e assim contribuir para a melhoria da nutrição.

Ao enfoque sobre a cadeia de agregação de valor Njoro et al (2013), conjunto de autores com vínculo com universidades, informam que esta deve ser entendida na perspectiva de potenciais contribuições para melhores resultados nutricionais para agricultores familiares e

⁷⁷ functional nutritional diversity

para consumidores, indo além de uma perspectiva de abastecimento alimentar. No caso dos agricultores familiares esta cadeia de valor sensível à nutrição pode contribuir na nutrição de forma direta pelo aumento da diversidade de alimentos e nutrientes produzidos e consumidos ou, de forma indireta, pelo aumento da renda de agricultores familiares, o que influenciará na aquisição de alimentos com melhor qualidade nutricional nos mercados (NJORO et al, 2013; LADD, 2013). Do ponto de vista de consumidores esta cadeia de valor pode contribuir com a diversidade de dieta. Para a construção desta cadeia de valor sensível à nutrição Njoro et al (2014) recomendam: basear a cadeia de valor nos agricultores familiares, incluir ações de educação nutricional, ações de processamento de alimentos agregando valor de venda ao produto e também o valor nutricional do alimento (ex. fortificação), acesso a crédito, a tecnologias e a insumos adequados. Há também a perspectiva de incluir condicionalidades ao acesso a crédito relacionadas ao acompanhamento de saúde e escolar, construir uma cadeia de valor baseada em uma abordagem holística (incluindo não somente a etapa de produção, mas também processamento, marketing, comércio etc) e coordenação realizada por atores chaves e diversificados.

Na visão de um autor vinculado a ACIDI/ VOCA, uma organização internacional voltada ao desenvolvimento, uma cadeia de valor sensível à nutrição informa também a ação dos especialistas. No campo da nutrição estes devem ampliar a visão sobre os cultivos alimentares, partindo do olhar focado em cultivos selecionados (ex, grãos pela importância destes na dieta) para variedade de alimentos cultivados. E os especialistas da agricultura devem superar o enfoque tradicional sobre aumento de renda e produção agrícola, olhando para oferta de diferentes alimentos e nutrientes. Outro argumento do autor vinculado a ACIDI/VOCA refere-se aos resultados que devem ser buscados com uma atuação pautada na construção de uma cadeia de agregação de valor sensível à nutrição: esta deve ampliar a oferta de alimentos, especialmente aqueles ricos em nutrientes; aumentar a renda; levar a uma redução do trabalho das mulheres e no preço dos alimentos, garantindo o acesso por indivíduos mais vulneráveis às deficiências de nutrientes.

Um posicionamento que destoou dos demais quanto a integração da produção à cadeia de valor foi apresentado por Sommers (2013), autor vinculado a California State University, o qual ressalta uma “cadeia de valor da agricultura para melhorar a nutrição⁷⁸” é formada pelas características de garantir o acesso a nutrientes específicos identificados como de maior necessidade para superar problemas nutricionais em um determinado grupo de pessoas. Do ponto de vista dos produtores, esta é também apresentada como uma oportunidade de integração destes às cadeias de valores com maior potencial de mercados. O uso do termo “valor” é ressaltado como tendo múltiplas dimensões e significados que vão além de aspectos nutricionais e econômicos, trazendo também a conexão com aspectos de desenvolvimento local, sustentabilidade ambiental.

Os enfoques inseridos dentro desta abordagem compartilham de um olhar sistêmico sobre as diferentes etapas que conformam as cadeias de agregação de valor e como estas devem ser mobilizadas visando potencializar a oferta de alimentos com melhor qualidade nutricional (teor de nutrientes). Recomendações voltadas para a etapa da produção, do cultivo de alimentos foram mais citadas, mas também pôde-se observar citações sobre o processamento de alimentos, sendo esta etapa lida como fundamental para a oferta de alimentos seguros, do ponto

⁷⁸Nutrition enhancing agriculture value chain

de vista biológico, permanente (pelo aumento do tempo de prateleira) e com melhor teor de nutrientes (pela fortificação).

Como semelhança pode ser identificada a ausência de qualquer referência ao debate em torno dos impactos na saúde e meio ambiente decorrentes do processamento de alimentos. Atualmente este tem sido um ponto debatido tanto no contexto nacional do Brasil como internacional como um tema fundamental para o controle e redução da obesidade e outras DCNTs. Outro ponto é que a superação da má nutrição na perspectiva desta abordagem ocorre pela oferta dos alimentos, ricos em nutrientes. É uma análise que remete a questão biológica de acesso, consumo de alimentos nutricionalmente adequados para superar a má nutrição. Salvo uma referência ao impacto que o aumento de renda tem sobre o consumo de alimentos, não há nenhuma outra colocação sobre outros determinantes da má nutrição. Retomo aqui a crítica anteriormente apresentada pela sociedade civil à declaração final da CIN 2014. Esta pouco trata de recomendações que englobam determinantes como acesso a meios de produção, desigualdades de gênero, ausência de educação como elementos que potencialmente definem os sujeitos mais ou menos expostos às situações de vulnerabilidade nutricional.

Divergências podem ser observadas no aspecto das metas a serem alcançadas com a conformação de uma cadeia de alimentos sensível à nutrição. Alguns dos enfoques destacam o abastecimento de variedade de alimentos como meio de acesso a diversos nutrientes necessários para uma boa nutrição. Outro apresenta a proposta de uma atuação voltada para a oferta de alimentos específicos de maior densidade de nutrientes.

Sistemas agrícolas sensíveis à nutrição

Este enfoque ressalta a etapa da produção de alimentos como o ponto mais estratégico para a melhoria da nutrição. Welch; Graham e Cakmak (2013), autores vinculados a universidades, defendem este ponto pelo argumento de que o setor da agricultura é a fonte primária de alimentos e de nutrientes, dos quais dependem os sistemas alimentares. Corroboram com a ideia sobre os limites de adotar o enfoque da segurança alimentar como conceito guia único para o estabelecimento de metas globais voltadas para superar os problemas nutricionais que acometem diferentes países e propõem, para tanto, que além de garantir a oferta de alimentos em quantidade e da oferta calórica adequada as necessidades, uma das metas primárias dos programas da agricultura deve ser a ampliação do conteúdo de nutrientes, principalmente em culturas de alimentos básicos, alcançando assim aqueles indivíduos com deficiências de micronutrientes. Chamam esta abordagem de “Nutrient security”.

“Nutrient security” should be one of the primary goals of food security programs and producing enough nutrients in agricultural systems to meet nutritional needs of all people during all seasons should be the focus. (p. 5)

Neste enfoque a estratégia que pode promover uma redução permanente da ocorrência da má nutrição é a utilização, pela agricultura, de ferramentas como fertilizantes enriquecidos com micronutrientes e planejamento da atividade agrícola voltado para as necessidades nutricionais. Recomendam ainda a integração destas ferramentas com outras tecnologias como a biofortificação levando a um maior acúmulo de nutrientes pela planta.

Texto publicado por Powell et al (2013), autores vinculados ao CIFOR e ao The World Agroforestry Center, contribui para a reflexão sobre a importância da biodiversidade e das florestas, assim como das árvores fora das florestas na consolidação de sistemas agroalimentares sensíveis à nutrição e a sustentabilidade. Cita a definição de ASN da FAO. Parece mais um chamado a olhar para as paisagens, florestas e árvores como também fontes importantes de alimentos e de alimentos diversificados. Este debate leva a ASN também para a cidade, ao destacar a contribuição das árvores fora de florestas no consumo de alimentos pelos humanos. O papel é vinculado ao argumento principal de que estas árvores ofertam alimentos ricos em nutrientes e de importância para a superação dos problemas nutricionais como são o caso de animais de caça, sementes e frutos coletados. Uma das estratégias de integração das florestas no processo de melhoria da nutrição passa também pela criação de paisagens rurais onde floresta e atividade da agricultura coexistam e se fortaleçam, citam neste aspecto as agroflorestas. É inclusive identificada como uma maneira de proteger alimentos tradicionais e formas de cultivos tradicionais.

“The maintained use of healthy traditional food from forests and traditional agricultural systems may help to mitigate these transitions.” (p. 10)

Os alimentos selvagens, que no Brasil tem ganhado agenda pela denominação “Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs)”, na visão dos autores desta abordagem fomentam a criação de uma rede que contribui para a segurança alimentar, onde em caso de crises das mais diversas naturezas estes alimentos podem vir a ser consumidos por um maior número de pessoas e garantir assim um aporte mínimo das necessidades nutricionais.

Estas duas descrições se complementam e por isso são citadas como compoem uma abordagem que emerge da ASN. A complementação se dá no sentido que trazem o enfoque sobre o cultivo de alimentos, sejam o de origem da agricultura tradicional ou seja pela integração desta com as florestas e paisagens.

A divergência entre estas está no alimento cultivado e na integração com o ambiente que cerca este sistema de cultivo. O enfoque dos sistemas agrícolas do enfoque de sistemas agrícolas sensíveis à nutrição se diferencia do segundo, sistemas e paisagens alimentares sensíveis à nutrição, pela ênfase na produção de alimentos básicos como recomendação estratégica para uma atuação da agricultura e da nutrição mais integrada. Já o enfoque dos sistemas alimentares e paisagens sensíveis à nutrição traz a citação de variedades de cultivos como forma de garantir a biodiversidade e proteger alimentos tradicionais. A integração com o ambiente que cerca o território de cultivo é inexistente como referência do enfoque de sistemas agrícolas sensíveis à nutrição e compõe o ponto central do segundo enfoque tratado. Neste as florestas e paisagens são consideradas fontes de alimentos e principalmente daqueles com melhor qualidade de nutrientes. Optou-se por manter estes enfoques na mesma abordagem porque ambos fazem referência a alimentos cultivados e a sistemas (agrícolas e alimentares).

Abordagem de integração agricultura-nutrição e marketing

Um texto, assinado por Bouis et al (IFPRI) traz este enfoque. Este conceito trata da proposta de intervenções agrícolas voltadas para a nutrição que sejam sustentáveis, do ponto de vista temporal, por meio da inclusão do componente mercado. É um conceito apresentado em um texto sobre biofortificação de sementes onde a produção destas é pensada do ponto de vista de melhorar a nutrição daqueles que plantam, mas também possibilitar a inserção destes elementos nos mercados de comércio de alimentos. A escolha de qual cultivo deve ser apoiado por este tipo de estratégia daria não somente pelo seu potencial de contribuir com a melhoria da nutrição, mas também com a chance de integração e sucesso no âmbito do mercado e de canais de comercialização, garantindo assim renda aqueles que o produzem e consequentemente um melhor poder aquisitivo para compra de alimentos que contribuem com o estado nutricional.

A partir deste levantamento foi possível construir um mapa dos autores que trouxeram citações sobre concepções associadas a ASN e, também, aqueles que descreveram abordagens que informam práticas no contexto de textos publicados no período pré conferência 2014. Esta síntese gráfica pode ser lida na Figura 8.

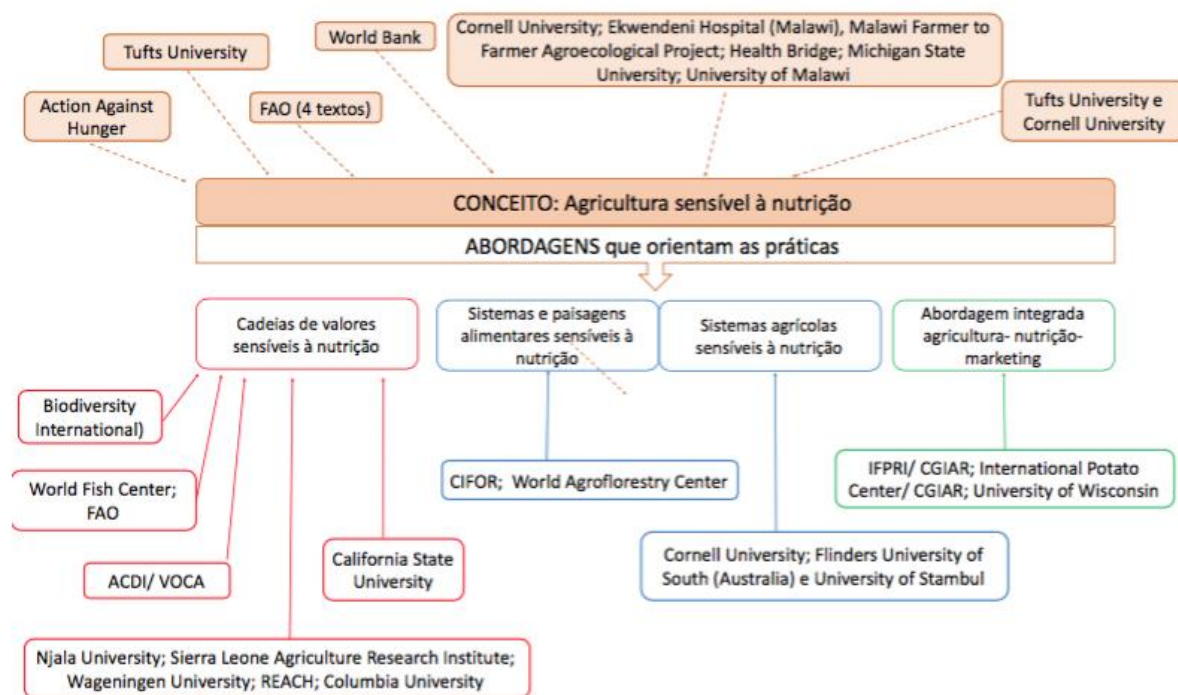


Figura 8. Mapa dos autores que trouxeram citações sobre os fundamentos teóricos do conceito de ASN e, também, aqueles que descreveram abordagens que informam práticas no contexto de textos publicados no período pré Conferência Internacional de Nutrição, 2014.

2.3 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

O corpo de entrevistas permitiu problematizar o setor agrícola identificado na análise de conteúdo realizada nos textos vinculados às CINs sobre a integração entre agricultura e nutrição. Nos textos das conferências há uma citação generalista deste, criando uma invisibilidade de disputas e atores que o formam. O setor agrícola é construído pela atuação de um conjunto heterogêneo de atores que também apresentam distintas práticas de produção de alimentos e de integração com a cadeia de processamento e comercialização. Estas distinções levam a uma maior ou menor integração com a nutrição, mesmo que não pensada em princípio. Por exemplo, sistemas de cultivos de base familiar são mais conectados com a prática produtiva de uma diversidade de alimentos e pela integração entre produção vegetal e animal e/ou cultivos e coletas. Isso implica diretamente na oferta de um conjunto diversificado de alimentos, podendo contribuir com o consumo de diversos nutrientes e para o alcance das necessidades nutricionais. Esta agricultura não prescinde de marketing que a conecte com a nutrição, a conexão está posta e construída pela lógica de produção e consumo de alimentos diversificados.

A agricultura que precisa construir e divulgar o elo com a nutrição foi descrita como a integrada com a cadeia de agregação de valor, principalmente, com aquela que produz os chamados alimentos ultraprocessados. Neste aspecto por meio dos dados obtidos com as entrevistas foi possível descrever a conexão entre sistemas de cultivo de *commodities* com a indústria de alimentos ultraprocessados. Essa conexão não ocorre pela oferta de alimentos in natura ou com baixo grau de processamento, mas pela produção de ingredientes alimentares que são fundamentais para a formulação dos chamados produtos ultraprocessados, que prescindem de alegações de valor nutricional diferenciado ou de estabelecer a conexão com a natureza (expressa aqui pelo alimento) para potencializar e/ou reduzir resistências ao seu consumo. Esta dimensão da integração entre agricultura e nutrição não foi possível de ser identificada nos textos das CINs analisados, mas foi citada por entrevistados que englobam a fonte de dados primários deste estudo.

Na CIN 1992 assim como na de 2014 a atuação intersetorial é uma estratégia recomendada para se alcançar o estado de bem-estar nutricional ou melhoria da nutrição. No contexto da CIN 1992 o setor da agricultura deveria atuar na garantia da oferta contínua de alimentos ricos em micronutrientes, tradicionais, produzidos localmente, processados – contribuindo assim para aumentar o tempo de prateleira e seguros do ponto de vista microbiológico. A integração entre agricultura e nutrição foi descrita como orientada para alcançar a segurança alimentar domiciliar, garantindo a quantidade de alimentos ofertados e a qualidade higiênico sanitária destes.

A análise de documentos publicados em torno da CIN 2014 permitiu identificar, de imediato, um volume maior de textos e momentos que trataram da integração entre agricultura e nutrição. Assim, a análise sobre atores, concepções e diretrizes que destes emergem foi conduzida frente a estes documentos publicados no processo envolto à CIN 2014.

A descrição da agricultura nos textos finais públicos da CIN 2014 é semelhante a anteriormente descrita no contexto da CIN 1992, ou seja, é este tratado como um setor estratégico para garantia de acesso a alimentos em quantidades e qualidade adequadas. A oferta de alimentos com qualidade nutricional adequada foi principalmente associada a nutrientes como ferro, vitamina A, zinco sendo esta justificada pela ocorrência frequente de deficiência destes micronutrientes principalmente em crianças e em mulheres em idade fértil. No texto da

CIN 1922 o enfoque sobre oferta de micronutrientes foi mais geral, não foram encontradas ênfases sobre determinado nutriente específico.

Foram identificados um conjunto de atores que abordaram, seja em textos ou pela participação em painéis e eventos paralelos acolhidos na programação oficial da CIN 2014, temas que remetem a integração entre agricultura e nutrição. Tratam-se de atores diversos do ponto de vista institucional como instituições de pesquisa internacional (IFPRI), organizações internacionais vinculadas ao sistema ONU (FAO), representantes de países/ governos nacionais, universidades. A análise de conteúdo dos textos oficiais da CIN 2014 permitiu identificar que a integração entre agricultura e nutrição foi tratada no contexto de um tema maior sintetizado como “agricultura e sistemas alimentares que promovam a melhoria da nutrição”. Estes distintos atores adotam como fundamento conceitual comum o conceito de “agricultura sensível à nutrição” (ASN).

Cabe destacar que a este termo tem sido associado a distintos conceitos, os quais se diferenciam pela maior ou menor aproximação com o debate sobre sistemas alimentares. Na análise em torno destas concepções foi possível identificar que a FAO emerge como um dos principais atores institucionais disseminadores de ideias em torno do conceito de ASN, tendo esta construído um arcabouço de informações que informam uma expertise em torno de como a agricultura pode atuar na melhoria da nutrição. Este processo parece ter sido conduzido a luz de jogos de poder inseridos no contexto de espaços de governança e na atuação/ rearranjo de atores internacionais globais principalmente após a mais recente crise sobre o preço dos alimentos cujo ápice mundial foi em 2008.

Tendo a teoria dos campos de Fligstein e MacAdam como ferramenta de leitura, pode-se afirmar a FAO tem atuado na construção deste campo estratégico de ação da integração entre agricultura e nutrição como um ator hábil. A FAO em 2013 financiou um processo de síntese de recomendações para intervenções agrícolas voltadas para a melhoria da nutrição, tendo neste envolvido um conjunto diversificado de atores descritos como disseminadores de conceitos e práticas neste tema. Também soube como superar as críticas, expressas principalmente na série especial do *The lancet*, sobre as intervenções voltadas para a nutrição tradicionalmente executadas pelas organizações internacionais por meio de uma atuação voltada para a construção de uma agricultura sensível à nutrição e não somente uma agricultura que produzia alimentos para alimentar o mundo. A agricultura passa neste contexto a “nutrir” o mundo. O conceito de ASN tem na FAO seu principal disseminador e segue sendo uma abordagem que articula a nutrição com a agricultura dentro de outras atividades da ONU como o SUN movement, inclusive disputando a referência conceitual com este como pode ser observado nas análises do capítulo.

Os atores que assinaram textos gerais e artigos de experts publicados no período pré CIN 2014, fazem referência ao conceito de ASN da FAO e não acrescentam elementos de disputa de significado a este marco conceitual. As disputas foram encontradas no tocante as abordagens que informam as práticas. Foram descritas três abordagens que se concentram em descrever formas de agir para ampliar a diversidade de alimentos (in natura ou processados) que devem ser consumidos (garantido o acesso aos consumidores), visando assim a oferta de alimentos ricos em nutrientes e a melhoria da nutrição.

À abordagem de cadeia de agregação de valor sensível à nutrição foi possível associar diferentes enfoques publicizados por autores vinculados a instituições voltadas para o desenvolvimento como Banco Mundial, ONGs com atuação frente a projetos de desenvolvimento econômico, centros de pesquisa vinculados ao CGIAR, a FAO e também

universidades. Estes enfoques compartilham de um olhar sistêmico sobre as diferentes etapas que conformam as cadeias de agregação de valor e como estas devem ser mobilizadas visando aumentar a oferta de uma variedade de alimentos e nutrientes. A integração com as etapas de processamento de alimentos como forma de garantir a oferta destes e de nutrientes é central nesta abordagem para combater a má nutrição. Apenas num dos textos, assinado por autores vinculados a universidades, encontrou-se a referência a outros aspectos além da oferta física de alimentos como sendo estratégicos para a superação das diferentes formas de má nutrição.

Outra abordagem tratou de sistemas agrícolas sensíveis à nutrição. Nesta abordagem foi possível identificar duas vertentes antagonicas. Uma desta disseminada por autores vinculados à universidade, trata do sistema de cultivo isolado do ambiente em que este se insere, argumentando que sendo a produção de alimentos o ponto mais estratégico para levar a melhoria à nutrição, deve-se atentar mais para esta etapa e assim potencializar a contribuição que esta tem na garantia da segurança nutricional, por meio do acesso adequado a nutrientes. Remete a ideia de que a melhoria da nutrição se dá pela atuação sobre alimentos ofertados, cabendo neste caso, ao campo da nutrição, orientar pela melhor utilização e escolha dos alimentos. Outro enfoque identificado nesta abordagem difere deste primeiro pois integra as plantas e árvores presentes em paisagens, florestas e árvores isoladas aos sistemas de cultivos como fontes adicionais de alimentos diversificados e de nutrientes diferenciados. Este enfoque indica um caminho que integra aspectos ambientais ao debate sobre sistemas de cultivo. O texto base deste segundo enfoque é uma construção de duas instituições globais com atuação voltada para o tema das florestas. As reflexões em torno do tema das árvores fora de florestas, dialogam com um debate mais recente sobre o papel da agricultura urbana e árvores urbanas no consumo de alimentos em cidades.

Por fim, foi possível identificar uma terceira abordagem que trata da integração agricultura, nutrição e marketing. Esta tem como autoria o IFPRI, instituição de pesquisa do campo da agricultura vinculada ao CGIAR. O argumento recai sobre a proposta de elencar um cultivo chave que além de atuar visando aumentar a oferta de determinado nutriente de interesse nutricional, também apresenta potencial de integração a mercados contribuindo assim com a renda dos agricultores.

Neste capítulo foi possível identificar que atores expressam abordagens que emergem do debate em torno da integração entre agricultura e nutrição no contexto das CIN e em especial da CIN 2014. Estes atores têm como principal vinculação o setor agrícola.

No capítulo 3 dados aqui expressos serão retomados e analisados conjuntamente com conclusões do capítulo 1, contribuindo assim com a leitura de que as relações entre agricultura e nutrição têm construído um campo estratégico de ação. Neste capítulo foi possível identificar que este é um campo construído por atores que dialogam em termos de concepções, mas que se diferenciam pelas abordagens e diretrizes que orientam as ações. Na perspectiva de lacunas, as análises aqui apresentadas permitem afirmar que temas socioeconômicos fundantes para estratégias de superação das diferentes formas de má nutrição como acesso a recursos e bens de produção, compartilhamento de responsabilidades pela nutrição para além da perspectiva individual e pautada na responsabilidade das mulheres neste processo, não são tocados como diretrizes para formatar este agir integrado da agricultura e nutrição. A visão predominante sobre os alimentos se dá também neste contexto, sendo estes concretamente tratados como carreadores dos nutrientes necessários para a boa nutrição, tendo uma invisibilidade das demais dimensões socioculturais e econômicas que estes carregam. E, por fim, há um discurso que leva a uma invisibilidade do trabalho e do trabalhador do campo, processo este que é atrelado ao

olhar de que é pelo acesso a tecnologias que se garante melhores quantidades de nutrientes nos cultivos.

CAPÍTULO 3. A INTEGRAÇÃO ENTRE AGRICULTURA E NUTRIÇÃO NAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NUTRIÇÃO: LEITURA DA CIÊNCIA DA NUTRIÇÃO

Este capítulo sistematiza elementos conceituais e de práticas de intervenção associados a ciência da nutrição. O propósito aqui não foi o de construir um outro campo onde este debate da interação agricultura e nutrição emerge, mas mostrar que em alguma medida esta interação tem uma permeabilidade dentro e a partir da ciência da nutrição. As contribuições aqui apresentadas são uma chave de leitura das relações entre agricultura e nutrição exploradas nesta tese a partir da análise das CINs, pois consideram-se estas como locus privilegiados para um estudo de caso. No capítulo foi construído um histórico da ciência da nutrição e destaque à emergência de abordagens e paradigmas que informam estudos e intervenções neste campo. Duas abordagens têm sido caracterizadas no âmbito da ciência da nutrição: a centrada em alimentos e a abordagem centrada em nutrientes. Em termos de paradigmas encontra-se referência a dois caminhos orientadores da ação pública deste campo: reducionismo biológico e o paradigma integrativo em torno dos aspectos biológicos, sociais, econômicos, ambientais e culturais que cercam as relações entre alimentos e nutrientes. Registra também a evolução das intervenções voltadas à nutrição e como outros setores, para além da saúde, têm sido chamados para a ação.

Resultados centrais dos capítulos 1 e 2 são retomados a partir da ciência da nutrição contribuindo com a análise de que a integração entre agricultura e nutrição construíram um campo estratégico de ação no contexto das intervenções voltadas para a nutrição disseminadas em um espaço de debate internacional.

3.1 A CIÊNCIA DA NUTRIÇÃO: ASPECTOS DA TRAJETÓRIA.

A nutrição é um termo amplo, no qual distintos significados podem ser associados, mas que no geral refere aos processos necessários para ser/ estar nutrido, considerando com isso as ações envolvidas no consumo e utilização de alimentos (LANG, 2005; FAO, 2016a). Tem vínculo com a ciência da nutrição cuja abrangência engloba estudos sobre os sistemas alimentares, alimentos, nutrientes e outros componentes, assim como a compreensão sobre as interações dentro e entre os sistemas biológicos, ambientais e sociais (BEAUMAN et al, 2005). Compreende-se que a ciência da nutrição é ampla e dialoga com diferentes ciências como a química, biologia, as ciências sociais e com as ciências aplicadas, as quais incluem a agricultura, ciência dos alimentos e a dietética (CANNON, 2002).

Carpenter (2003a; 2003b; 2003c; 2003d), a partir de revisão de literatura contemplando textos de língua inglesa, traça um histórico da ciência da nutrição entre o final do século 18 e o século 20. Entre o período de 1785 a 1945 o desenvolvimento da ciência foi orientado por contribuições de estudos da química e da fisiologia buscando, com ferramentas destas ciências, compreender os requerimentos e funções dos nutrientes no corpo humano e as formas de responde-los (SANTOS, 1990; CARPENTER, 2003a; 2003b; 2003c). Esta busca por identificar e compreender os diferentes nutrientes e macronutrientes essenciais ao funcionamento do corpo humano foi a atividade central do desenvolvimento da ciência ao longo da primeira metade do

século 20. O debate sobre o papel das dietas, ou seja, dos alimentos compondo a alimentação de uma determinada região ou nação surge, enquanto tema da ciência da nutrição, na década de 1950, no contexto pós segunda guerra mundial (CARPENTER, 2003d). O enfoque centrado na análise da dieta e da alimentação a partir dos nutrientes e calorias que estas oferecem e riscos/proteção decorrentes do consumo destes para determinadas doenças é ainda percebida (CARPENTER, 2003d) e tem influenciado a construção de guias alimentares de alguns países.

Costa (2001), analisando o final do século 19 e ao longo do século 20, identifica também uma trajetória da ciência da nutrição com o predomínio de uma visão biológica dos processos nutricionais, enfocando, em geral, questões inerentes ao tratamento, prevenção de doenças e distúrbios nutricionais e a composição química dos alimentos. A aproximação da ciência da nutrição com as Ciências Humanas e Sociais, principalmente por influência de estudos da antropologia, no período pós década de 50, gerou conhecimentos que conectam o aspecto biológico a outros como cultural, econômico e social também envolvidos no ato da alimentação e nos processos de nutrição (POLAIN, 1998; POLAIN; PROENÇA, 2003; POLAIN; PROENÇA; RIAL; CONTE, 2004; CANESQUI; GARCIA, 2005; BOSI; PRADO, 2011). Como momento mais atual da ciência, Lang (2005) e Vasconcelos (2010) apontam para a crescente associação entre a ciência da nutrição com a farmacêutica e com a genética, formando uma área de estudo cujo enfoque está na expressão genética de distúrbios fisiológicos mediado por consumo (ou não) de determinados nutrientes.

Especificamente no caso do desenvolvimento da ciência da nutrição na sociedade brasileira, Vasconcelos (2010) afirma que desde o seu início foi observada uma integração entre aspectos biológicos com os sociais e ambientais, configurando um campo de conhecimento multidisciplinar. Certamente esta construção de um campo científico mais integrado entre os aspectos biológicos, sociais, econômicos e políticos tem dentre os principais influenciadores Josué de Castro (década de 40) e o histórico de lutas da sociedade civil brasileira em torno de temas como fome, acesso a terra e a alimentos, a meios de produção agrícola e outras temáticas relacionadas ao direito humano a alimentação adequada (LEAO; MALUF, 2012). Mais recentemente o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e sua extensão em alguns Estados e municípios tem, a partir de um conjunto de atores sociais, problematizando questões do campo da alimentação e nutrição de uma perspectiva integrada com outros setores e campos do conhecimento que não somente a saúde (RIGON; BÓGUS, 2016).

Lang, Barling e Caraher (2012) identificam nesta trajetória da ciência da nutrição a emergência de três tradições: ciências da vida, nutrição social e a eco-nutrition. A nutrição que segue a tradição das ciências da vida tem como uma de suas características o enfoque nos nutrientes (componentes químicos dos alimentos), construindo mais recentemente links com o aspecto genético. Esta tradição pauta suas ações na busca pelo melhor entendimento das complexas interações entre dieta e fisiologia e como melhor alcançar os requerimentos nutricionais. A tradição identificada como “nutrição social”⁷⁹ guia suas ações pela busca da democracia alimentar, tendo como norte a afirmação do alimento enquanto um direito. Nesta tradição as ações políticas são voltadas para um maior controle dos consumidores sobre a cadeia alimentar. Por fim, os autores descrevem o que denominam de “eco-nutrição”. Esta tradição considera que devemos comer dentro dos limites ambientais, orientando que a produção e o processamento dos alimentos devem ocorrer dentro do princípio da sustentabilidade e que o

⁷⁹ Pode-se argumentar que esta expressão “nutrição social” parece expressar uma articulação com a “econutrição”.

consumo dos alimentos seja baseado em dietas mais simples, porém variadas (LANG; BARLING; CARAHER, 2012).

A perspectiva apontada pela eco-nutrição, com diferentes nuances e denominações tem sido também tratada por outros autores em associação com o tema “sistemas alimentares”. Este é o caso de contribuições de Kickbusch (2010) e Summer (2017) que interrelacionam o debate sobre sistemas alimentares com sustentabilidade ambiental, políticas de abastecimento, da promoção de dietas que reduzam a ocorrência de DCNT e que promovam a equidade.

Configurando este campo científico da ciência da nutrição identificam-se áreas de estudo, dentre estas podemos identificar uma com enfoque predominante sobre as funções desempenhadas por nutrientes no corpo humano, normal ou em estado de doença, e que desenvolve pesquisas sobre ingestão e recomendações de nutrientes, sobre avaliação nutricional pela dimensão da composição corporal (KAC; PROENÇA; PRADO, 2011) ou ainda a função de proteção (ou risco) que determinados nutrientes desempenham frente a doenças. Estes estudos são identificados como associados a área dos estudos nutricionais - em inglês ‘nutrition studies’, cuja referência para uma boa nutrição se dá pela ótica de processos biológicos. Dentre as críticas que a este campo têm sido associadas destacam-se: (1) o foco centrado em nutrientes isolados em detrimento do consumo de um conjunto de alimentos ricos em nutrientes e (2) o estabelecimento da relação entre ingestão de determinado nutriente e doenças, sem considerar outros pontos relacionados a estilo de vida e a própria dieta (CAMPBELL, 2014).

A compreensão sobre a ação de nutrientes específicos no corpo humano é certamente um importante ponto para a promoção de um bom estado nutricional, no entanto é uma preocupação a crescente associação de achados de pesquisa desta área com a indústria química, principalmente associada a formulação dos suplementos alimentares, a qual tende a gerar em consumidores a sensação de que os benefícios de determinados nutrientes apenas se concretizarão diante de seu consumo isolado por meio de cápsulas (NESTLE, 2013). O debate sobre este ponto tem chamado a atenção para a necessidade de compreender que a ação dos nutrientes no corpo humano se dá integrada a outras substâncias e componentes consumidos por meio de alimentos e não de nutrientes isolados (CAMPBELL, 2014; 2017). Estas críticas têm como limite a manutenção do enfoque sobre os aspectos biológicos de utilização dos alimentos disponíveis para consumo. A ação prática decorrente de estudos e pesquisas desta área da ciência da nutrição remete ao papel do setor da saúde e dos indivíduos no processo de construção e manutenção do bom estado nutricional.

Outro conjunto de temáticas e pesquisas têm associação com a área dos estudos alimentares ou sobre alimentação, um campo considerado relativamente recente (KOÇ, 2016). Estes podem estar associados às dimensões sociais e culturais da alimentação olhando para os alimentos, a comida, o conjunto de alimentos consumidos (dieta) e o ato de se alimentar como expressões culturais e sociais, por vezes não tratando das conexões com aspectos biológicos (PRADO et al, 2011). Ou podem ainda estar inseridos em uma abordagem científica que integra referenciais analíticos e metodológicos de disciplinas das ciências sociais, humanas, economia, estudos sobre cultura e as ciências da saúde, formando um campo científico interdisciplinar construído nas fronteiras de temas de pesquisa associados a produção, colheita, distribuição, processamento, preparo, consumo e destinação final dos alimentos (LEVKOE; BRADY; ANDERSON, 2016). Pode ser entendido como área de estudos que busca analisar as redes de práticas, processos, estruturas e instituições em que os humanos se relacionam com outros e com a natureza por meio dos alimentos (KOÇ, 2016. p. viii, Tradução nossa). Ações públicas desta área de estudo tendem a englobar contribuições de diferentes setores, sendo um

desafio coordenar e agir de forma conjunta em prol de objetivos comuns que façam sentido e sejam importantes para os diferentes atores envolvidos.

Ainda no contexto dos alimentos pode-se também identificar os estudos inseridos na área da ciência dos alimentos ou bromatologia e suas contribuições para o estudo da composição química, aspectos de tecnologia e inovação no campo de processamento e aproveitamento integral dos alimentos (BRULÉ, 2016). Esta área tem como enfoque os alimentos, olhando-o sobre a perspectiva de um conjunto de componentes químicos que desempenham funções no corpo humano ou ainda como matérias prima para a indústria alimentícia.

No Brasil a formação de um campo científico “alimentação e nutrição”, pela atuação de autores/ pesquisadores vinculados a diferentes áreas da ciência, busca consolidar uma produção de conhecimento que integre os aspectos sociais, culturais, biológicos e econômicos no estudo de todas as relações envolvidas na alimentação e nutrição (KAC; PROENÇA; PRADO, 2011; PRADO et al, 2011). Esta atuação mais integrada é também recomendada na ‘The Giessen Declaration⁸⁰’ (BEAUMAN et al, 2005) pela afirmação de que a ciência da nutrição deve manter a sua identidade biológica, mas deve também se afirmar integrada as ciências sociais e ambientais.

A terminologia “alimentação e nutrição” remete a uma compreensão de nutrição, enquanto uma ciência que estuda as relações dos homens com os alimentos a partir de uma abordagem que integre aspectos biológicos com o ambiente externo ao corpo humano. Cabe, por fim, destacar neste conjunto de reflexões que como todo campo científico há temas hegemônicos e também disputas internas e que a ciência se desenvolve em um determinado contexto de conflitos que aqui foi caracterizado de forma breve (LANG, 2005).

Este sobrevoo sobre o histórico, tradições, visões e áreas de estudos que emergem da ciência da nutrição são aqui apresentados como lentes para as análises das relações entre alimentos e nutrientes expressas nas abordagens que integram a agricultura e nutrição sistematizadas nos capítulos 1 e 2.

Costa (2001) descreve duas visões orientadoras da ciência da nutrição, sendo uma biológica e a outra que conecta aspectos da biologia com o social, o econômico e o cultural. Lang, Barling e Caraher (2012) sistematizam três tradições que influenciam a ciência da nutrição, uma conectada com a tradição das ciências da vida, outra chamada de nutrição social e uma terceira que os autores denominam eco-nutrição. Em termos de áreas de estudos, um conjunto de autores acionados para a construção deste texto permitiu caracterizar enfoques expressos em estudos nutricionais, estudos sobre a alimentação ou ainda estudos sobre alimentos. Em comum estas diferentes classificações em torno da ciência da nutrição tratam sobre como as relações entre alimentos e nutrientes são percebidas e orientam a construção de conhecimento da ciência. Em síntese afirmo que estamos diante de duas amplas direções sobre estas relações: uma cuja base se dá numa perspectiva de reducionismo biológico e outra que trata de conexões em torno desta relação alimento-nutrientes, sendo aqui chamada de direção integrativa.

⁸⁰ Outcome of the New Nutrition Science Giessen workshop realizado na cidade de Giessen, na Alemanha, em 2005. Participaram deste momento 23 pesquisadores (as). Ao final do workshop os participantes publicizaram um texto apontando os desafios atuais da ciência da nutrição e analisando a forma tradicionalmente empregada para superá-los. Como recomendação síntese apontam para a necessidade de políticas nutricionais que integrem as dimensões biológicas, sociais e ambientais em suas ações. Para saber mais: [No authors listed]. The Giessen Declaration. Public Health Nutr. 2005 Sep;8 (6A):783-6.

Estas direções têm sido debatidas na literatura pela constatação de um desequilíbrio na relação alimento – nutriente, onde um dos pontos desta relação assume, em alguma medida, centralidade e tende a explicitar conceitos e práticas de intervenção que dissociam aspectos biológicos dos sociais e ambientais envolvidos na constituição de uma boa nutrição. Este debate em torno das relações entre alimentos e nutrientes tem sido tratado pela afirmação de que há uma fragmentação de abordagens, sendo uma descrita como mais reducionista (abordagem centrada em nutrientes) e a outra mais integrativa (abordagem centrada em alimentos).

Esta abordagem reducionista pode ser exemplificada pela crítica expressa em capítulos anteriores de que as recomendações da CIN 2014 tem como base uma visão restrita do alimento ao seu conteúdo de nutrientes. A implicação de tal visão sobre o alimento é percebida também nas abordagens que informam diretrizes para as práticas de integração entre agricultura e nutrição as quais tendem a destacar o acesso a nutrientes, por meio da produção de determinado(s) alimento(s), como a solução para superar as faces da má nutrição. Há uma invisibilidade sobre os demais fatores que cerceiam a construção deste bom estado nutricional, sendo a opção pensar em soluções únicas ou conjunto de ações que tratem da oferta de alimentos com melhor qualidade.

3.2 ABORDAGENS CENTRADAS EM NUTRIENTES E EM ALIMENTOS

Na literatura sobre nutrição encontram-se referências a constituição de duas abordagens que orientam a ciência. Uma centrada no nutriente que considera que o alcance dos objetivos nutricionais deve ser obtido por meio do acesso a alimentos fontes de nutrientes específicos, seja pela eleição de “super alimentos” ou pela administração de nutrientes isolados (suplementos) ou ainda pela exclusão completa ou parcial de grupos alimentares fontes de determinados nutrientes (SCRINIS, 2013). A outra abordagem, chamada de centrada em alimentos, dá destaque ao papel dos alimentos e seu contexto social, cultural, de vínculo com o meio ambiente e com outros direitos humanos, sem desconderar o papel que estes têm na oferta ou como veículos de nutrientes.

A redução da nutrição e do ato de se nutrir e de estar nutrido aos nutrientes é descrita por Scrinis (2008; 2013) como sendo vinculada a ideologia ou paradigma do nutricionismo, um nome que remete a ideia de reducionismo presente atualmente em torno dos alimentos. “Nutricionismo” é, neste sentido, a forma de reduzir os alimentos e a alimentação (dieta) ao seu nível nutricional e bioquímico, ou seja, a caracterização dos alimentos pelos nutrientes que estes contêm e o incentivo ao consumo de nutrientes, em detrimento de alimentos, para alcançar resultados nutricionais e de saúde favoráveis – uma “alimentação saudável” visando um corpo saudável. Scrinis (2008; 2013) afirma que na prática esta abordagem centrada em nutrientes retira os alimentos do seu ambiente cultural e ecológico, tornando-o algo neutro.

Este enfoque nos nutrientes tem sido proeminente no debate da relação entre alimento e corpo humano, seja no âmbito da ciência da nutrição ou na indústria de alimentos (SCRINIS, 2008). O nutricionismo incorpora diferentes formas de expressão como: (1) ênfase na funcionalidade biológica dos alimentos e dieta, reduzindo estes a seus efeitos sobre a saúde corporal; (2) na alimentação dos indivíduos pelo isolamento do alimento de todo e qualquer contexto externo; (3) reducionismo nutricional, o qual coloca o foco na composição nutricional e, por último, (4) o enfoque no nível bioquímico de nutrientes, sendo esta expressão observada nos casos em que há alegação de saúde quando do consumo de um determinado nutriente

isolado sem considerar que há interações com outros nutrientes e com o próprio corpo do indivíduo que o consome (SCRINIS, 2008). Por fim, Scrinis (2008) afirma que o nutricionalismo é uma ideologia caracterizada pelo discurso sustentado na precisão e controle. Neste tipo de abordagem as relações entre agricultura e nutrição podem ser construídas com a finalidade de ampliar a oferta de determinados nutrientes, não atuando sobre a questão da biodiversidade, sobre a variedade de cultivos alimentares etc. A agricultura passa a ser responsiva às demandas pelo aumento da oferta de um alimento específico, fonte de determinado nutriente que desempenhará uma função específica no corpo humano.

Dixon (2009) também traz reflexões relevantes sobre a adoção de uma abordagem centrada em nutrientes. Para esta autora, este enfoque caracteriza um processo sócio técnico a qual chama de “nutricionalização”, elemento central para a expansão e consolidação do sistema agroalimentar vigente e para as dinâmicas de acumulação capitalista. Nutricionalização envolve três aspectos: a enumeração, enriquecimento e promoção de alguns alimentos e da cadeia de abastecimento nacional em termos de valores nutricionais como oferta de calorias, tipo de proteína e gordura, etc (DIXON, 2009). A nutricionalização envolve também a cooptação da ciência da nutrição pelo capital, por meio da extração de valor excedente e autoridade em relação ao alimento; ou, de forma menos óbvia, pelo uso dos valores nutricionais dos alimentos na manutenção da divisão de classes e nas rotinas de vida diária (DIXON, 2009).

A adoção de ações a partir desta abordagem centrada em nutrientes é feita em detrimento da consideração de que há relações que permeiam os humanos e o mundo ao redor deles (SCRINIS, 2008). Para além de outras convergências, as descrições envoltas nos termos ‘nutricionismo’ e da ‘nutricionalização’ tratam dos impactos que a redução de visão sobre os alimentos aos seus componentes nutricionais/ nutrientes tem sobre a forma de agir na nutrição.

A expressão desta abordagem na prática se dá por meio da elaboração de ações para a superação dos problemas nutricionais com enfoque sobre os sintomas e não sobre causas mais profundas dos problemas nutricionais, prescrevendo as “vitaminas para todos” (PATEL, 2013). Uma outra expressão tem sido também identificada a partir de abordagens de sistemas alimentares. Estes sistemas podem ser considerados, a luz da abordagem centrada em nutrientes, como ofertantes primordiais destes e de outros componentes bioativos necessários para o bem-estar e a saúde de indivíduos e comunidades, não tendo espaço para debater a forma como esta oferta é concretizada (MILLER; WELCH, 2013).

Conflitos sobre os impactos dessa abordagem se refletem nas ações voltadas para a superação dos problemas nutricionais têm sido identificados no aspecto da atuação de empresas, muitas vezes travestidas de fundações de interesse público, e de algumas organizações da sociedade civil. Enquanto para as primeiras o enfoque está nos sintomas, em “vitaminas para todos”, e o mercado deve guiar a ação de garantir a oferta de nutrientes para todos; movimentos vinculados à soberania alimentar e aos direitos humanos, especialmente ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), demandam mudanças profundas nas causas destes problemas nutricionais e sociais, como a reforma agrária ampla (DESMARAIS; WIEBE; WITTMAN, 2010; PATEL, 2013), participação ativa daquelas pessoas expostas aos problemas nutricionais nos espaços de decisão, a adoção de formas de agir mais amplas que afirmem os alimentos não somente como veículos de nutrientes, mas também por suas dimensões socioculturais (PUBLIC INTEREST..., 2014).

A adoção da abordagem centrada em nutrientes como guia de políticas de nutrição e alimentação tende a concentrar as ações sobre déficits nos componentes químicos do sangue ao

invés de considerar as iniquidades de poder e as causas das causas dos problemas. No campo das relações entre agricultura e nutrição, centrar as ações sob a ótica dos nutrientes, tem gerado a adoção das inovações agrícolas de cultivo de alimentos ricos em determinado nutriente sem, no entanto, debater questões como o acesso dos agricultores a estas inovações, se pagarão pelo direito de propriedade, quais os impactos ambientais e na saúde humana decorrente da produção e consumo deste tipo de alimento, dentre outras (FAO, 2004; FBSSAN, 2016). Esta aproximação da agricultura e nutrição inserida neste contexto é, segundo Patel (2013), um marco de um novo ciclo da Revolução verde e está inserido em um processo de renovação desta.

Na abordagem centrada em alimentos, como o próprio nome indica, os alimentos são os elementos centrais para a boa nutrição. Distintas explicações sobre o significado desta abordagem podem ser encontradas. Em síntese esta expressa enfoques sobre a nutrição e a melhoria do estado nutricional construídos a partir do consumo de alimentos naturais ou processados sejam estes fortificados com nutrientes ou não, tendo como objetivo melhorar a qualidade das dietas, superar ou prevenir a má nutrição e corrigir deficits nutricionais (FAO, 2010); como abordagens que incentivam o consumo de alimentos da biodiversidade (FRISON et al, 2005) ou a adoção de uma agricultura biodiversificada que contrui com a ampliação da oferta e do consumo de uma variedade de alimentos por meio da diversificação da produção doméstica, das florestas e do consumo de alimentos básicos fortificados ou biofortificados (HUNTER; FANZO, 2011; TRAORÉ; THOMPSON; THOMAS, 2012; M'KAINI et al, 2017; BLASBALG; WISPELWEY; DECKELBAUM, 2018)). Abordagens centradas em alimentos promovem o consumo de alimentos naturalmente ricos em nutrientes ou de alimentos fortificados (THOMPSON; AMOROSO, 2011).

Para o sucesso e efetividade de intervenções centradas em alimentos é necessário além de evidências científicas a articulação entre diferentes ciências e campos de ação: nutrição; agricultura, considerando as diferentes áreas inseridas nesta (horticultura, criação de animal, etc); tecnologia de alimentos relacionada ao processamento, preservação e fortificação de alimentos; marketing e comércio de alimentos; informação, educação e comunicação além do campo da avaliação e monitoramento (TRAORÉ; THOMPSON; THOMAS, 2012).

Estas explicações demonstram bem como esta abordagem agrega mais complexidade às ações propostas e exige a construção interdisciplinar de intervenções, um desafio para os processos de planejamento, implantação e avaliação (DEMMENT; YOUNG; SENSENIG, 2003). No entanto, são estas também consideradas mais efetivas, pois abrangem causas intermediárias da má nutrição e por terem potencial de influenciar em decisões e temas inseridos no contexto macrossocial da nutrição, como sobre o debate de desenvolvimento social e econômico (DEMMENT; YOUNG; SENSENIG, 2003).

Em termos de razões para que esta abordagem seja adotada frente a problemas nutricionais a OMS (WHO, 1998; 2003) afirma:

1. Alimentos são mais do que aglomerados de nutrientes. Alimentos e dietas carregam aspectos culturais, éticos, sociais e familiares que também estão envolvidos na nutrição.
2. Nutrientes interagem com o corpo humano de forma diferente quando são obtidos por meio de alimentos.
3. Há evidências científicas concretas demonstrando que padrões dietéticos, mais do que nutrientes específicos, estão relacionados a redução de risco de doenças.

4. Alimentos carregam também não nutrientes que tem funções protetoras para o corpo humano.

Expressões desta abordagem tem sido encontrada principalmente em guias alimentares. Em 2014 o Ministério da Saúde do Brasil apresentou a nova versão do Guia Alimentar para a População Brasileira⁸¹, revisada a partir destes elementos da abordagem centrada em alimentos e em refeições. Outras ações e políticas públicas nacionais também seguem esta abordagem como a publicação ‘Alimentos Regionais Brasileiros’ (2015) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nas estratégias associadas à chamada abordagem centrada no alimento (Food-Based Approach) o setor da agricultura pode assumir o papel de prover não somente alimentos necessários do ponto de vista energético e fonte de nutrientes, mas também cumprir com a função de proteger e promover a biodiversidade alimentar, atuando sobre os determinantes sociais da saúde (BURLANDY; ROCHA; MALUF, 2014). A agricultura deve ser chamada a responder a um enfoque produtivo mais diversificado, pautado na concretização de outros direitos humanos – como o acesso a terra e com maior atenção a formas de cultivos sustentáveis. Faz parte deste debate o desenvolvimento de uma agricultura e sistemas alimentares ecologicamente sustentáveis e socialmente justos mais aptos, portanto, a sobrepor os desafios impostos a toda a cadeia agroalimentar (WITTMAN; DESMARAIS; WIEBE, 2011; SUMMER, 2017).

Em comum, estes conceitos e explicações sobre o significado da abordagem centrada em alimentos tratam de um olhar mais integrado sobre a relação alimento e nutriente, que não dissocia aspectos biológicos dos sociais, econômicos, culturais e ambientais, construindo propostas de intervenção que podem englobar fatores mais amplos no processo de construção e manutenção da boa nutrição.

Na análise do capítulo 2 sobre atores e diretrizes que estes disseminaram no cenário da CIN 2014 foi possível identificar que a análise sobre dados concretos da realidade pode ser mais complexa e esta dicotomia nutrientes e alimentos deve ser lida pela ótica do que expressa em relação a dissociação entre determinantes biológicos dos sociais, culturais, ambientais, dentre outros, que determinam o estado nutricional. Diz-se isso para lembrar que os diversos atores que atuaram na CIN 2014 na construção de um corpo de concepções e diretrizes citam a abordagem centrada em alimentos como o referencial para a ação, mas quando se analisa as diretrizes para que a agricultura contribua para a nutrição, muitas estratégias recaem sobre a oferta de alimentos ricos em nutrientes, explicando que o acesso a estes garantirá a superação das formas de má nutrição. As demais dimensões inseridas na relação alimentos-nutrientes ficam secundarizadas, quando não inviabilizadas pela continuidade da abordagem de oferta de grupos específicos de alimentos.

O conjunto de elementos teóricos que orientam a ciência da nutrição influenciam a forma de resposta aos problemas nutricionais. Pode-se ter soluções aos problemas nutricionais construídas a partir dos alimentos disponíveis, sem tocar na questão da produção de alimentos. Ou, pode-se também atuar incidindo sobre a produção, buscando assim tornar esta mais adequada, do ponto de vista de oferta de nutrientes (micro e macro). Nesta tese o enfoque se dá

⁸¹ A segunda versão revisada do Guia Alimentar para a População Brasileira foi publicada em 2014 e representa um marco na estratégia de promoção da alimentação saudável no Brasil e no mundo. Acesse o guia no link: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

sobre as relações entre nutrição e agricultura, mas se pensarmos do ponto de vista da cadeia integrada de produção e consumo de alimentos, estas reflexões podem vir a ser úteis para ponderar as relações estabelecidas entre a indústria e grandes redes de comercialização de alimentos e os consumidores as quais passam pela utilização de técnicas de marketing que podem reforçar a ideia de que como o alimento é produzido, que sistema de cultivo é utilizado não importando como ele chega, é disponibilizado para o consumo.

Como vimos no capítulo 1, um dos pontos de divergência em torno da CIN 2014 refere-se a visão de alimento oficialmente descrita. Atores vinculados às ONGs com atuação internacional sobre o tema do DHAA afirmam que a visão de alimentos da CIN 2014 é restrita aos nutrientes que estes carregam e que esta compreensão foi a base para a construção de recomendações voltadas a aspectos individuais e biológicos (aproveitamento biológico de nutrientes, por exemplo). A breve descrição sobre a trajetória da ciência da nutrição aqui apresentada não tratou dos porta vozes (atores), disputas e convergências em torno das abordagens. Estas conexões podem ser objeto de estudo de uma pesquisa complementar. No entanto, a síntese aqui apresentada sobre as abordagens inseridas dentro da ciência da nutrição, tem proximidade com o resultado de que as recomendações expressas na CIN 2014 expressam um olhar reducionista sobre os alimentos. Isso implicou, como vimos no capítulo 2, na construção de abordagens que integram a agricultura e nutrição também com enfoque sobre aspectos de ordem biológica e na oferta de nutrientes, sendo estes os caminhos para a superação de todas as formas de má nutrição. Argumenta-se pela necessidade de adotar abordagens mais integradoras, pois como veremos a seguir o enfoque tradicional, no sentido daquele que tem sido utilizado para guiar as intervenções voltadas para a nutrição, é citado como pouco eficiente para superar os problemas nutricionais reais.

3.3 AS INTERVENÇÕES VOLTADAS À NUTRIÇÃO

As abordagens centradas em nutrientes e em alimento se expressam no campo da ação pública por meio de projetos e programas de alimentação e nutrição. Estes, por sua vez, têm sido identificados pela terminologia geral “Intervenções voltadas para a nutrição”. Este é um termo que pode ser associado a diferentes perspectivas como a clínica (prescrição dietética individual em hospitais e ambulatórios), ações voltadas para grupos (famílias e grupos específicos) e, também, programas, projetos e políticas voltados para a melhoria da nutrição a nível de países ou regiões. O conteúdo apresentado neste momento trata especificamente das intervenções com enfoque populacional, identificadas no campo da ciência da nutrição pela associação com a saúde populacional, saúde pública ou saúde coletiva (LANG, 2005; PORTO, 2017).

O campo da nutrição em saúde pública tem como enfoque problemas relevantes para a maioria das pessoas de uma determinada população, buscando incidir sobre a participação da população, sobre o envolvimento de outros setores (além do setor saúde) no desenvolvimento de pesquisas, treinamentos e intervenções voltadas para a melhoria da saúde e nutrição da população (BEAUDRY; HAMELIN; DELISLE, 2004; HUGUES; MARGETTS, 2011). No desenvolvimento da área tem-se buscado analisar e recomendar políticas e programas voltados a promoção de comportamentos individuais adequados ao alcance de hábitos alimentares saudáveis, na construção de capacidades de autocuidado nutricional, assim como trata da formulação e reestruturação de políticas e programas voltados para o ambiente, superação da

iniquidade social e de condições de vida inadequadas (BEAUDRY; HAMELIN; DELISLE, 2004; PORTO, 2017).

Em termos conceituais compreende-se que as intervenções voltadas para a nutrição são aquelas que indentificam e atuam sobre problemas nutricionais de base populacional, referindo assim a ações sobre fatores que determinam o estado nutricional e que intencionalmente focam em resultados de saúde (HUGHES; MARGETTS, 2011). Atualmente há, neste campo das intervenções voltadas para a nutrição, uma subdivisão a qual distingue as chamadas intervenções específicas à nutrição (*nutrition specific interventions*) das intervenções sensíveis à nutrição (*Nutrition sensitive interventions*).

As intervenções específicas têm como enfoque as causas imediatas da má nutrição como ingestão dietética inadequada, presença de doenças ou distúrbios ou fatores presentes em um nível mais intermediário, como o acesso a alimentos e amamentação (POWELL et al, 2013; RUEL; ALDERMAN, 2013; THE LANCET, 2013). São exemplos citados pela literatura: apoio à amamentação, alimentação complementar, oferta de suplementos alimentares voltados para o combate a alguma deficiência nutricional, intervenções sobre consumo de micronutrientes, educação nutricional voltada para a prevenção da obesidade, programas nutricionais de larga escala (BHUTTA et al, 2008; POWELL et al, 2013; LASSI et al, 2017). São as intervenções historicamente adotadas para o alcance de um melhor estado nutricional. O termo ‘intervenções relacionadas à nutrição’, é também associado a estas ações específicas, e tendem a ser assim identificadas quando tratam de ações realizadas frente a situações de emergência (por conflitos, desastres naturais etc) e estão normalmente associadas a atividades cujos resultados são específicos na melhoria da nutrição como construção de moradias, infraestrutura de saúde e educação, mas também podem ser associadas a ações como de acompanhamento do pré-natal, acesso a água de boa qualidade em casos de desastres ou situações de guerra etc (BHUTTA et al, 2008; HALL; BLANKSON; SHOHAM, 2011).

Por intervenções sensíveis à nutrição podem ser compreendidas aquelas que englobam os determinantes mais básicos e amplos da má nutrição por meio da atuação junto a outros setores que não apenas a saúde, ou seja, integram objetivos e ações voltadas para a melhoria da nutrição em políticas, programas e ações de outros setores (BHUTTA et al, 2008; WORLD BANK, 2013; THE LANCET, 2013). São intervenções que buscam melhorar ou pelo menos evitar os danos ao estado nutricional decorrente de causas básicas da má nutrição (disponibilidade de recursos em qualidade e quantidade adequadas, contexto social e político como questões de gênero, etc), bem como das causas subjacentes (segurança alimentar, cuidado, saúde), conforme descrito pela The United Nations Children's Fund - UNICEF (RUEL; ALDEMAN, 2013; BALZ; HEIL; JORDAN, 2015). São também identificadas como intervenções que utilizam abordagens multi-setoriais (HUNTER; FANZO, 2011). Atualmente tem sido comum encontrar em artigos e outros textos técnicos científicos citações como programas, projetos, políticas sensíveis à nutrição e, até mesmo, termos mais específicos como é o caso de agricultura sensível à nutrição.

Como exemplos de intervenções sensíveis à nutrição podem ser citadas aquelas vinculadas a agricultura, as redes de proteção social, a promoção da segurança alimentar, a promoção e proteção da saúde mental materna, o empoderamento feminino, saneamento básico, acesso a serviços e ações de saúde, políticas econômicas, educação etc (BHUTTA et al, 2008; THE LANCET, 2013). Mary; Saravia-Matus e Paloma (2018) propõem, inclusive, que esta concepção influencie também o setor de ajuda internacional, tornando o combate a desnutrição por meio de ajuda alimentar potencialmente mais eficaz.

A citação deste termo surgiu pela primeira vez em 2013, em um artigo publicado na série especial no periódico *The Lancet* sobre nutrição materna e infantil. Esta série especial de 2013 tem conexão com um outro número especial deste mesmo periódico, publicado em 2008, intitulado ‘Maternal and Child Undernutrition’. Este volume de 2008 apresenta um conjunto de artigos sobre a efetividade de intervenções em nutrição materno infantil historicamente adotadas, como aleitamento materno, ações voltadas para a alimentação de crianças entre 6 a 24 meses de vida, suplementação alimentar e de micronutrientes, atividades gerais de apoio a melhoria da nutrição de famílias e comunidades e voltadas para a redução da dupla carga de doenças associadas a alimentação, incluindo aqui as DCNT etc. Estes estudos concluem que estas intervenções tiveram efetividade na redução das deficiências nutricionais, na redução do número de mortes de crianças, no combate a dupla carga de doenças, mas que apresentam alguns problemas quando de sua implementação que impedem um resultado mais global e permanente sobre a saúde materno infantil (BHUTTA et al, 2008).

Um dos artigos publicados na série *The Lancet* (2008) chega a afirmar que os resultados alcançados com os programas e intervenções voltados para a nutrição desenvolvidos em alguns países tem abrangência local e que os recursos utilizados/ destinados a estas ações tem fomentado estratégias inefetivas no nível nacional (BRYCE et al, 2008). Como solução para superar esta realidade propõem a construção de estratégias sensíveis para as questões da subnutrição infantil, sem descrever – neste momento qual (is) seria (m) esta (s).

Em 2013, uma nova série intitulada ‘Maternal and Child Nutrition’ foi publicada no *The Lancet* e a partir da crítica sobre os limites destas intervenções clássicas em apresentar resultados mais efetivos e permanentes, associada a afirmação de que esta incompletude dos resultados advinha de uma atuação isolada frente a outros setores, foi proposta a adoção de intervenções sensíveis à nutrição. A propagação da ideia de que intervenções sensíveis têm maior potencial de superar os problemas da má nutrição, não excluiu o papel das intervenções específicas. Estas últimas continuaram a ser consideradas extremamente relevantes, no entanto, argumentou-se pela necessidade de avançar envolvendo outros setores no processo de superação da má nutrição, por meio da inclusão de objetivos nutricionais no setor da agricultura, da educação, do bem-estar social e da própria saúde pública (BHUTTA et al, 2008; THE LANCET, 2013). Outro ponto fundamental referiu-se a necessidade de que as ações voltadas para a melhoria da nutrição alcançassem os fatores básicos de promoção desta, como os determinantes sociais e políticos do estado nutricional. São exemplos de ações que alcançam estes determinantes básicos a organização e acesso a serviços de saúde, acesso a emprego, renda, etc. Caracteriza assim, ações que são capazes de contribuir de forma mais efetiva com a construção de uma vida digna e sistemas produtivos que além de ofertarem alimentos adequados e saudáveis sejam mais sustentáveis e inclusivos.

Neste sentido, apesar da interação entre a nutrição e a agricultura não ser um tópico de reflexão recente, a sua citação no contexto dos chamados programas e/ou intervenções sensíveis à nutrição pode ser considerada uma construção nova e que tem ganhado repercussão nesta década (RUEL; ALDERMAN, 2013).

3.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.

As recomendações oficialmente descritas nas CINs podem ser lidas a partir dos aspectos conceituais e práticos que emergem da ciência da nutrição. Seja no contexto da CIN 1992 ou na conferência de 2014 a relação entre alimentos e nutrientes é construída de forma predominante pela ótica de aspectos biológicos, principalmente decorrente da premissa de que uma vez ofertados alimentos adequados e com qualidade nutricional o bom estado nutricional é uma consequência natural. Se resgatarmos a crítica posta a estas recomendações provenientes de espaços de debate multilaterais pode-se compreender que a construção e apresentação de recomendações que perpassem esta camada dos determinantes mais próximos aos indivíduos, é quase um objeto de sonhos. A linguagem diplomática, despolitizada e neutra com que as recomendações são construídas, associada a sua característica de diretrizes voluntárias, tendem a invisibilizar questões de ordem mais intermediárias ou associadas as decisões políticas mais amplas, que interferem no estado nutricional tornando o controle/ combate às diferentes formas da má nutrição uma tarefa voltada para a ação individual.

Vimos neste capítulo que há no contexto da ciência da nutrição críticas recentes das as intervenções clássicas direcionadas para a melhoria da nutrição. Não é possível afirmar em que medidas estas críticas têm gerado mudanças na forma de atuação geral da ciência. Provavelmente pouca influencia dado o avanço cada vez maior de vertentes da nutrição com enfoque predominante sobre funcionamento biológico e expressão genética decorrente do consumo de nutrientes específicos. O que chama atenção é que no contexto da CIN 2014 o destaque na programação, como tópico de publicação pre conferência e conjunto de debates em torno de projetos, intervenções, programas da agricultura sensível à nutrição pode ser uma resposta a esta crítica de que as clássicas intervenções recomendadas por organizações internacionais têm contribuído de forma acanhada para se alcançar um mundo livre da má nutrição. É nesse contexto que se argumenta que estamos diante da construção de um campo estratégico de ação, onde atores aportam concepções, recomendam ações e disputam formas de influenciar outros para o agir comum, podendo com isso obter ganhos em termos de financiamentos ou ainda ampliar a influencia sobre a tomada de decisão. Na CIN 2014 a inclusão de objetivos nutricionais em políticas, projetos, intervenções do setor agrícola é fundamental para se alcançar a melhor nutrição para todos, objetivo oficial da conferência.

Tendo o debate deste capítulo sobre abordagens que incidem sobre a ciência da nutrição e os resultados apresentados nos capítulos 1 e 2, faz-se uma síntese geral de alguns pontos de divergências na construção desta integração entre agricultura e nutrição.

- Visão sobre a relação alimento-nutriente.

Ambas CINs oficialmente descrevem como objetivo nutricional a ser alcançado a melhoria do estado nutricional. Para a superação da fome e o alcance do bem-estar nutricional, objetivos na CIN 1992, as recomendações versaram sobre o aspecto da garantia de acesso a alimentos e que estes fossem seguros do ponto de vista higiênico sanitário, uma abordagem centrada na visão de segurança alimentar. Para a superação das deficiências nutricionais específicas a recomendação tratava da fortificação de alimentos básicos.

Na CIN 2014, as recomendações foram oficialmente construídas visando a boa nutrição para todos e a superação de um contexto de dupla face dos problemas nutricionais. A oferta dos

alimentos é também considerada uma ação primordial para alcançar este objetivo, mas além da garantia da quantidade o aspecto qualitativo dos alimentos foi tratado pela dimensão de nutrientes que estes carregam. Ambas conferências trazem estratégias e ações voltadas para a superação dos problemas nutricionais que não transpõem a barreira do consumo. Esta observação é corroborada pelas análises em torno das diretrizes que atores distintos apresentaram para a agricultura atuar de maneira mais próxima da nutrição. No geral, todas as abordagens identificadas tratam da oferta de alimentos com melhor qualidade nutricional, visando assim assegurar o consumo de alimentos diversificados ou de nutrientes diversificados e com isso combater as formas de má nutrição. Não há nenhum avanço neste tipo de abordagem de integração entre agricultura e nutrição que tem sido citada no contexto das intervenções agrícolas sensíveis à nutrição. O enfoque continua sendo em aspectos biológicos e a determinar que um bom estado nutricional se contrói com oferta de alimentos ricos em nutrientes, sejam estes provenientes do setor agrícola ou de etapas de processamento de alimentos. Nenhuma das conferências, de fato, expressa uma visão sobre as relações entre alimentos e nutrientes inseridas em um contexto que integra aspectos biológicos aos ambientais, sociais e políticos. Estas tratam, quando o fazem, do contexto cultural que a alimentação ocorre.

- Circunscrever o tema nutricional ao bio-tecnológico stricto sem dialogar com dinâmicas (políticas) locais

Na análise sobre as diretrizes para a prática de uma agricultura que busque contribuir para a melhoria da nutrição chama atenção a centralidade do debate em torno da tecnologia como o elemento de garantia de uma oferta de alimentos com melhor qualidade nutricional, portanto, de nutrientes para o bom funcionamento do corpo. A centralidade da tecnologia como elemento que o setor agrícola deve considerar foi citada no debate sobre sementes (biofortificação), assim como na integração da produção agrícola com a cadeia de processamento, promovendo assim a oferta de alimentos com adequada densidade de nutrientes.

Um dos pontos de crítica colocado no debate em torno do conceito de ASN trata da vinculação a uma agricultura que carrega consigo avanços tecnológicos que permitem a produção (e como uma consequência a oferta) de alimentos ricos em determinado nutriente, desconsiderando que a alimentação é envolta por processos políticos e de tomada de decisão onde não é sempre a oferta que determina o consumo (MALUF, et al, 2015). Outro ponto é o próprio limite de efetividade que a oferta isolada de nutrientes tem sobre a nutrição humana (FBSSAN, 2016).

- Atuação do setor privado de caráter comercial

Na CIN 1992 a atuação do setor privado foi ressaltada por atores vinculados às organizações internacionais como positivo, numa perspectiva de que todos os setores devem estar comprometidos com a superação da fome e da má nutrição. No contexto da CIN 2014 o conflito decorrente da participação do setor privado foi explicitado por entrevistados que estiveram presencialmente na conferência, tendo estes relatado uma atuação agressiva e baseada em lobby baseado no diálogo direto com representantes dos países participantes e por meio da atuação das fundações voltadas para o desenvolvimento. A pauta do setor privado é retratada principalmente como sendo a associada a ideia de que é pelo caminho de disseminação e adoção de tecnologias que se supera as condições de má nutrição.

- Integração processamento, consumo e nutrição.

Os documentos finais das CIN 1992 e 2014 fazem referência a etapa de processamento de alimentos e a integração entre produção e processamento como aspecto estruturante do consumo e consequentemente da construção de um bom estado nutricional. Vimos que no contexto da CIN 1992 a integração da produção com a cadeia de processamento foi justificada pelo resultado de aumento do tempo de prateleira dos alimentos, assim como pela melhor qualidade higiênico sanitária.

No conjunto de dados empíricos obtidos em torno da CIN 2014 encontraram-se leituras distintas, sendo uma que aporta a integração entre produção e processamento como importante para se garantir o acesso a uma variedade de alimentos e nutrientes e outra vertente que destacou esta integração como uma estratégia para dirimir resistência a alimentos com elevado grau de processamento cujo consumo tem sido associado a manutenção e até intensificação de quadros de má nutrição em populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese busquei compreender as relações entre a nutrição e a agricultura expressas a partir das CINs, eventos de articulação global que agregam diferentes atores com atuação mista sobre o tema “nutrição” e agricultura. Para tanto fiz um percurso buscando integrar reflexões teóricas dos campos científicos da saúde e da sociologia para melhor compreender se estamos diante da construção de um campo estratégico de ação, a luz da teoria de Fligstein e MacAdam (2012).

No primeiro capítulo apresentei o porquê da escolha deste espaço privilegiado de observação - as CINs, na análise deste tema amplo como são as relações entre nutrição e agricultura. Para tanto o percurso realizado buscou compreender as visões de nutrição, alimento e alimentação expressas em documentos oficiais da CIN 1992 e da CIN 2014, buscando assim compreender dois momentos – separados por 22 anos, de debates em torno da temática da “nutrição global”. Neste capítulo foi possível observar que a visão de nutrição da CIN 1992 para a CIN 2014 apresentou mudanças, decorrentes das modificações dos padrões de morbimortalidade associados a alimentação e nutrição que têm acometido diferentes países, mas também pela manutenção de problemas crônicos como as deficiências de micronutrientes. As análises também permitiram identificar que na CIN 1992 a busca por uma melhor nutrição estava associada à redução da fome por meio de recomendações sobre práticas de intervenção que alcançavam também estratégias para se alcançar determinantes intermediários e macrossociais relacionados a este problema. Na CIN 2014, o enfoque predominante das recomendações versou sobre o acesso a alimentos ricos em nutrientes e ao papel das tecnologias (em diferentes etapas do sistema alimentar) na garantia da segurança alimentar e nutrição.

A centralidade da tecnologia, principalmente aquela associada ao desenvolvimento de sementes e cultivos de melhor valor nutricional como estratégia sustentável para superar a má nutrição em suas diferentes formas foi central na CIN 2014. Este aspecto pôde ser aprofundado no capítulo 2, onde as análises dos documentos pré conferências permitiu identificar um substancial aumento de documentos técnicos e de posicionamento sobre as relações entre agricultura e a nutrição no contexto da CIN 2014. Na CIN 1992 as relações entre agricultura e nutrição apontavam para o fortalecimento do papel da agricultura como provedora de alimentos em quantidade adequada para superar as necessidades nutricionais, o que se manteve na CIN 2014. A mudança está na configuração de uma agricultura que além de garantir a oferta quantitativa de alimentos, promove o acesso a alimentos de melhor qualidade nutricional, sendo esta concepção sintetizada nos documentos analisados na CIN 2014 pelo conceito da “agricultura sensível à nutrição” (ASN).

A ASN é um conceito guarda chuva estando a este associado algumas abordagens que informam práticas de intervenção as quais se diferenciam a partir das ações e enfoque sobre o sistema alimentar. Há uma maior expressão da abordagem que busca atuar sobre a perspectiva da cadeia alimentar e pontos mais sensíveis à nutrição. De maneira mais específica no campo da produção de alimentos, a recomendação mais proeminente recai sobre os alimentos biofortificados, sendo estes identificados como a ação mais sustentável que a ASN pode vir a realizar. De certa forma é um contrasenso com os elementos conceituais envolvidos no termo ASN, identificados nas análises da CIN 2014. Conceitualmente ASN engloba aspectos da oferta de alimentos diversificados, sendo este o princípio base para o consumo de alimentos com

distintos nutrientes necessários ao corpo humano, em associação com estratégias de fortificação (como a biofortificação) e suplementação de nutrientes específicos, como ferro, vitamina A e zinco. Aqui cabe ainda destacar a invisibilidade da dimensão “sustentabilidade” no conceito de ASN identificado no contexto da CIN 2014.

Esta conclusão do capítulo 2 é retomada a luz das reflexões descritas no capítulo 3, onde uma construção da trajetória da ciência da nutrição buscou explicar as distintas abordagens que informam a produção do conhecimento e consequentemente as práticas concretas voltadas para a melhoria da nutrição.

Este conjunto de análises permite identificar alguns achados. Um primeiro aspecto refere-se a multiplicidade de atores associados a disseminação de ideias sobre as relações entre a agricultura e nutrição, mas a um protagonismo da FAO neste processo. Este protagonismo tem sido construído pela capacidade da organização em agregar os distintos atores que disseminavam concepções e diretrizes para a integração agricultura e nutrição na construção de recomendações voltadas para ASN. A FAO desde então tem sido o locus primário de emergência de concepções em torno deste conceito. No entanto, outros atores e espaços institucionais tem se colocado também neste papel de disseminação de ideias com uma abordagem mais ampla sobre as relações entre agricultura e nutrição no período pós CIN 2014, como o UNSCN com a publicação de estudos de casos e mais recentemente de um estudo, por meio do HLPE, sobre sistemas alimentares e nutrição. No campo da pesquisa foi possível identificar que o estudo sobre as relações entre agricultura e nutrição está também inserido nas universidades, sendo estas as que mais expressam questões sobre a necessidade de construir evidências sobre o impacto das ações da agricultura na nutrição.

Especificamente sobre a ciência da nutrição, as abordagens que influenciam esta ciência expressam enfoques que se diferenciam em termos de concepções (sobre formas de alcançar / construir esta boa nutrição) e, também, sobre práticas de intervenções (formas de resolver os problemas nutricionais). Há enfoques que permitem uma aproximação com a agricultura a partir de um olhar mais integrado, onde a agricultura realmente tende / ou potencialmente pode assumir responsabilidades frente à nutrição.

Deve-se também considerar os aspectos das concepções, partindo aqui do princípio que estas informam as práticas. Há um conjunto de abordagens vinculadas ao conceito de ASN mapeadas nesta tese que vem sendo disseminadas no debate público por meio de artigos e relatórios de eventos ou de projetos. Um mapeamento foi realizado a partir dos documentos dos experts vinculados à CIN 2014 (capítulo 2), sendo neste possível de identificar um protagonismo de atores vinculados ao setor agrícola neste processo de construção de concepções e diretrizes. No limite está se construindo uma outra nutrição quase sem a participação massiva dos nutricionistas? Ou com a participação de apenas alguns articulados aos think tanks? Esta dimensão não pode ser aqui explorada.

Como forma de aportar reflexões para futuras pesquisas. Estas devem ser lidas como guias para futuras pesquisas e pontos de início de debates sobre a integração agricultura e nutrição, que não puderam na tese ser desenvolvidos.

- 1) De maneira geral, as recomendações sobre a integração entre agricultura e nutrição são generalistas referindo-se a melhoria do estado nutricional. Não problematizam estas estratégias, formas de implantação destas ações e como os grupos mais vulneráveis são envolvidos nas diferentes etapas dos projetos de agricultura voltados para a nutrição. Cabe problematizar a questão da avaliação do processo e não somente dos resultados.

- 2) O conjunto das análises permite identificar uma visão parcial sobre os componentes da SAN. Alguns estudos citam a importância de se associar ações de educação nutricional a intervenções que integrem a agricultura e nutrição, no entanto não problematizam os chamados determinantes sociais da alimentação dentre os quais o acesso financeiro é um fator de grande impacto. Partem do princípio que o acesso físico aos alimentos é um fator central no processo de consumo e consequente melhor resultado em nutrição. Da mesma forma, desconsideram que no caso da superação das deficiências nutricionais, cabe problematizar as condições sociais em que os indivíduos estão inseridos. Na maioria dos casos, tem-se uma intersecção de fatores que levam ao aparecimento da deficiência nutricional, como, por exemplo, a ausência de acesso a saneamento básico associada ao acesso físico e financeiro reduzido de alimentos.
- 3) Cabe problematizar o papel que o setor privado assume nestas iniciativas. Poucos estudos tratam deste setor atuando de forma direta na implementação e implantação de ações, no entanto, cabe analisar em que medida este setor atua como financiador de projetos e disseminador de concepções e diretrizes que orientam as práticas
- 4) A integração entre agricultura e nutrição tem sido contextualizada na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Não foi possível identificar esta dimensão em nenhum dos documentos analisados e nem nas entrevistas conduzidas para formar os dados empíricos deste estudo. Fica a pergunta sobre o que conecta agricultura, nutrição e sustentabilidade?
- 5) O debate sobre o papel do estado nas ações de integração entre agricultura e nutrição é pouco citada e quando apareceu no conjunto de dados desta tese foi pela constatação do enfraquecimento do papel do Estado nas decisões globais do campo da nutrição (e outros). Esta é uma leitura que explica a centralidade das tecnologias como saída para os problemas nutricionais?
- 6) Sugere-se a realização de estudos de casos buscando identificar os arranjos institucionais locais provocados pelos projetos de integração entre agricultura e nutrição, identificando potenciais situações de conflito de interesses seja entre setor privado e setor público, ou ainda conflitos envolvendo direitos de povos e comunidades tradicionais no processo de decisão sobre a produção e consumo de alimentos. Há neste sentido, um debate da soberania alimentar inerente a esta leitura. Em que medida os agricultores presentes no território são chamados a participar? Qual o grau de diálogo estabelecido com a sociedade civil?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, M. A.; FANZO, J. *Fighting maternal and child malnutrition: analysing the political and institutional determinants of delivering a national multisectoral response in six countries. A synthesis paper*. Brighton, UK: Institute of Development Studies, 2012. 39 p. Disponível em: https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/DFID_ANG_Synthesis_April2012.pdf. Acesso em: jan. 2014.
- AGNÉ, H. Does Global Democracy Matter? Hypotheses on Famine and War. In: JÖNSSON, C; TALLBERG, J. *Transnational Actors in Global Governance: Patterns, Explanations, and Implications*. Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2010, p. 177-196.
- ALBERGONI, L. e PELAEZ, V. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? *Revista de Economia*, 2007, 33(1): 31-53.
- ALMEIDA, C. Do enfrentamento à “harmonização”. *Cad. Saúde Pública*, 26(7):1287-1289, jul, 2010.
- ALVES, K. P. S.; JAIME, P. C. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2014; 19(11): 4331 – 4340.
- AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION (APHA). *Policy Statement 2007 12. Toward a Healthy, Sustainable Food System*. Washington, DC: APHA, 2007. Disponível em: www.apha.org/advocacy/policy/policysearch/default.htm?id=1361. Acesso em: 10. jan. 2017
- ARIMOND, M.; HAWKES, C.; RUEL M.; SIFRI, Z.; BERTI, P. R.; LEROY, J. L.; LOW, J. W.; BROWN, L. R.; FRONGILLO, E. A. Agricultural interventions and nutrition: lessons from the past and new evidence. In: THOMPSON, B; AMOROSO, L. *Combating Micronutrient Deficiencies: Food-based Approaches*. Rome: Food and Agriculture Organization/CABI International, 2011. P. 41–75.
- BALZ, A. G.; HEIL, E. A.; JORDAN, I. Nutrition-sensitive agriculture: new term or new concept? *Agriculture & Food Security*, 2015, 4(6): 1-16.
- BARLETT PF, KING H. Sustainable Food Systems. In: ALBALA K. *The SAGE encyclopedia of food Issues*. Vol. 3. Los Angeles: Sage, 2015.
- BEAUDRY; M.; HAMELIN, A. M.; DELISLE, H. Public Nutrition: An Emerging Paradigm. *Canadian Journal of Public Health*; Sept/Oct 2004, 95(5): 375-377.
- BEAUMAN, C.; CANNON, G.; ELMADFA, I.; GLASAUER, P.; HOFFMANN, I.; KELLER, M.; KRAWINKEL, M.; LANG, T.; LEITZMANN, C.; LÖTSCH, B.; MARGETTS, B. M.; MCMICHAEL, A.; MEYER-ABICH, K.; OLTERSDORF, U.; PETTOELLO-MANTOVANI, M.; SABATÉ, J.; SHETTY, P.; SÓRIA, M.; SPIEKERMANN, U.; TUDGE, C.; VORSTER, H. H.; WAHLQVIST, M.; ZERILLI-MARIMÒ, M. The principles, definition and dimensions of the new nutrition science. *Public Health Nutrition*, 2005, 8(6A): 695–698.

BEIGBEDER, Y. *The World Health Organization: Achievements and failures*. Reino Unido: Routledge, 2018. 200 p.

BENJAMIN, D. A. A aplicação dos atos de organizações internacionais no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília: FUNAG, 2014. 360p.

BEZNER, K. R.; BERTI, P. R.; SHUMBA, L. Effects of a participatory agriculture and nutrition education project on child growth in northern Malawi. *Public Health Nutrition*, 2011, 14(8): 1466–1472.

BHUTTA, Z. A.; AHMED, T.; BLACK, R. E.; COUSENS, S.; DEWEY, K.; GIUGLIANI, E.; HAIDER, B. A.; KIRKWOOD, B.; MORRIS, S. S.; SACHDEV, H. P. S.; SHEKAR, M. What works? Interventions for maternal and child undernutrition and survival. *The Lancet*, 2008, 371: 417-440.

BISSEL, R. E. The International Conference on Nutrition: Giving Nutrition a Human Face. *Nutrition Reviews*, 51 (4): 122-124. 1993.

BLACKIE, M. The role of agriculture in the nutrition of children. *Paediatrics and International Child Health*, 2014, 34(4): 289-29.

BLASBALG, T. L.; WISPELWEY, B.; DECKELBAUM, R. J. Econutrition and utilization of food-based approaches for nutritional health. *Food and Nutrition Bulletin*, 2011, 32(1, supplement): S4-S13.

BLÖSSNER, M.; ONIS, M. *Malnutrition: quantifying the health impact at national and local levels*. Geneva, World Health Organization, 2005. (WHO Environmental Burden of Disease Series, No. 12).

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Política. In: _____. *Dicionário de Política*. 11 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1986. p. 954-962.

BORÉM, A. *Nova Geração de Produtos da Biotecnologia*. 2006. Disponível em: http://www.anbio.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=333:nova-geracao-de-produtos-da-biotecnologia&catid=59:artigos-cientificos-e-de-opinioao&Itemid=61. Acesso em: fev. 2016.

BOSI, M. L. M.; PRADO, S. D. Alimentação e nutrição em saúde coletiva: constituição, contornos e estatuto científico. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2011, 16(1): 7-17.

BOUIS, H. E. Improving human nutrition through agriculture: The role of international agricultural research. *Food Nutr Bull*, 2000, 21:4, 550–567.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. *Revista Política & Sociedade*, 2005, 6: 15-57.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Una invitación a la sociologia reflexiva*. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, 320p.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências*. Publicado no DOU em 18.9.2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm

BREILH, J. *Epidemiologia: economia, política e saúde*. Tradução: Luiz Roberto de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP: Hucitec, 1991.

BRINSDEN, H.; LANG, T. Reflecting on ICN2: was it a game changer? *Archives of Public Health* (2015) 73:42, 1-7.

BROWN, R. G. World Declaration on Nutrition: A Brief Historic Comparison. *Ecology of Food and Nutrition*, 32: p. 33-42.

BRULÉ, G. Introduction. In: JEANTET, R.; CROGUENNEC, T.; SCHUCK, P.; BRULÉ, G. *Handbook of Food Science and Technology 3: Food Biochemistry and Technology*. London, Hoboken: ISTE, 2016. p. xi – xiv.

BRYCE, J.; COITINHO, D.; DARNTON-HILL, I; PELLETIER, D.; PINSTRUP-ANDERSEN, P. Maternal and child undernutrition: effective action at national level. *The Lancet*, 2008, 371 (February 9): 510-526.

BRYCE, J.; COITINHO, D.; DARNTON-HILL, I; PELLETIER, D.; PINSTRUP-ANDERSEN, P. Maternal and child undernutrition: effective action at national level. *The Lancet*, 2008, 371: 510-526.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2009, 14(3), 851-860.

BURLANDY, L.; BOCCA, C.; MATTOS, R. Mediações entre conceitos, conhecimento e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. *Revista de Nutrição*, 2012, 25, 9 - 20.

BURLANDY, L.; ROCHA, C.; MALUF, R. S. J. Integrating nutrition into agricultural and rural development policies – the Brazilian experience of building an innovative food and nutrition security approach. In: *FAO. Improving diets and nutrition - food-based approaches*. Rome, Oxfordshire: CABI, FAO; 2014. v.1. p. 101-112.

BURLANDY, L.; ALEXANDRE, V. P.; GOMES, F. S.; CASTRO, I. R. R.; DIAS, P. C.; HENRIQUES, P.; CARVALHO, C. M. P.; CASTRO JUNIOR, P. C. P. Políticas de promoção da saúde e potenciais conflitos de interesses que envolvem o setor privado comercial. *Ciênc. saúde coletiva*, 2016, 21(6): 1809-1818.

BUSS, P. M. Globalização, pobreza e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6):1575-1589, 2007.

BUSS, P. M, PELEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. *PHYSIS Rev Saúde Coletiva*. 2007;17(1):77-93.

CAMPBELL, T. C. Commentary: Untold Nutrition. *Nutrition and Cancer*, 66(6): 1077-1982. 2014.

CAMPBELL, T. C. Nutritional Renaissance and Public Health Policy. *Journal of Nutritional Biology*, 2017; 3(1): 124-138.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2016/2019*. Brasília, DF: MDS, 2016. 68p.

CANDIDO, S. E. A.; CÔRTEZ, M. R.; TRUZZI, O. M. S.; NETO, M. S. Campos nos estudos organizacionais: abordagens relacionais? *Gestão & produção*, 2018, 25(1): 68-80.

CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306p.

CANNON, G. Nutrition: the new world map. *Asia Pacific J Clin Nutr*, 2002, 11(Suppl): S480–S497.

CARAHHER, M.; COVENEY, J. Public Health nutrition and food policy. *Public Health Nutrition*, 2004, 7(5), 591-598.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, 2006, 5(4): 679-84.

CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. *Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro: EPSJ; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624 p.

CARPENTER, K. J. A Short History of Nutritional Science: Part 1 (1785-1885). *Journal of Nutrition*, 133: 638-645, 2003a.

_____. A Short History of Nutritional Science: Part 2 (1885-1912). *Journal of Nutrition*, 133: 875-984, 2003b.

_____. A Short History of Nutritional Science: Part 1 (1912-1944). *Journal of Nutrition*, 133: 3023-3032, 2003c.

_____. A Short History of Nutritional Science: Part 1 (1945 - 1985). *Journal of Nutrition*, 133: 3331-3342, 2003d.

CASTRO, J. *Geografia da Fome: O dilema brasileiro: pão ou aço*. 10 ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984. 363 p.

COCHRANE COMMUNITY. Glossary. Systematic review (synonym: systematic overview) <http://community.cochrane.org/glossary#letter-S>. Acesso em: 2017.

COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY (CFS); HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). Price volatility and food security. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2011. 83p. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE-price-volatility-and-food-security-report-July-2011.pdf. Acesso em: agosto 2016.

COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY (CFS); HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). Revised concept and process note for the 2nd HLPE note on Critical and Emerging Issues for Food Security and Nutrition by the HLPE Steering Committee. 06 de Agosto de 2016. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/Critical-Emerging-Issues-2016/HLPE-2016-Critical and Emerging Issues 6-August-2016 Concept- -Process-Note_EN.pdf. Acesso em: agosto 2016.

COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY (CFS). *Open Ended Working Group (OEWG): Nutrition. Proposal for CFS engagement in advancing nutrition*. Draft proposal to be finalized by OEWG for discussion by the Bureau in consultation with the Advisory Group, and presented for endorsement at CFS 43 in October 2016a. 7 p. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/Docs1516/OEWG_Nutrition/CFS_OEWG_Nutrition_2016_02_25_02_Proposal_for_CFS_work_in_nutrition.pdf. Acesso em: Janeiro 2016.

COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY (CFS). *About*. Disponível em: <http://www.fao.org/cfs/cfs-home/about/en/>. Acesso em: 2016.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). Manifesto da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à sociedade brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar. 2015. 3p. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2017/06/copy2_of_Manifesto_comidaverdade.pdf Acesso em: dez. 2015.

COSTA, N. M. S. C. *A formação profissional do nutricionista: educação e contradição*. 1ª. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2001. 151p.

COVENEY, J. Why food policy is critical to public health? *Critical Public Health*, 2003, 13 (2), 99-105.

DARNTON-HILL, I.; NISHIDA, C.; BOER, A.; VOLMANEN, P.; CAVALLI-SFORZA, C. Food and Nutrition policy development. *Asia Pacific Journal of Clinical Nutrition*, 1998, 7(2): 103-110.

DELISLE, H. The double burden of malnutrition associated with poverty. *The Lancet*, 2016, 387: 2504-2505.

DEMMENT, M. W.; YOUNG, M. M.; SENSENIG, R. L. Providing Micronutrients through Food-Based Solutions: A Key to Human and National Development. *The Journal of nutrition*, 2003, 133(11): 3879 – 3885.

DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N.; WITTMAN, H. *Food Sovereignty: Reconnecting Food, Nature and Community*. Halifax; Winnipeg: Fernwood, 2010. 224p.

DEWALT, K. M. Nutrition and the commercialization of agriculture: Ten years later. *Social Science & Medicine*, 1993, 36(11):1407-16.

DEWES, J. O. *Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos*. Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Estatística. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Matemática Departamento de Estatística. Porto Alegre, 09 de dezembro de 2013. 52 folhas. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/93246/000915046.pdf?sequence=1>. Acesso em: agosto, 2016.

DIXON, J. From the imperial to the empty calorie: how nutrition relations underpin food regime transitions. *Agriculture and Human Values*, 2009, 26: 4, 321–333.

DIXON, J. LET's DEBATE: International Union for Health Promotion and Education Position Paper: Advancing Health Promoting Food Systems. *World Food Policy*, 2015, 2: 101-120, .

DU, L.; PINGA, V.; KLEIN, A.; DANTON, H. Chapter One – Leveraging Agriculture for Nutrition Impact through the Feed the Future Initiative. *Advances in Food and Nutrition Research*, 2015, 74:1-46.

DUBÉ L.; PINGALI P.; WEBB P. Paths of convergence for agriculture, health, and wealth. *Proc Natl Acad Sci USA*, 2012, jul, 109(31):12294-301.

DUNCAN, J.; BARLING D. 'Renewal through participation in global food security governance: implementing the international food security and nutrition civil society mechanism to the committee on world food security', *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 2012, 19(2): 143–161.

EIDEN, H. C.; WELTE, S. The Second International Conference on Nutrition, as Seen by a Member State. *World Review of Nutrition Dietics.*, 2016; 115: 134-41.

ETC Group. ¿Quién nos alimentará? Preguntas sobre la crisis alimentaria y climática. *Communiqué*, nov. 2009, n. 2012.

FIEDLER, J. L. Food crop production, nutrient availability, and nutrient intakes in Bangladesh: exploring the agriculture-nutrition nexus with the 2010 Household Income and Expenditure Survey. *Food Nutrition Bulletin*, 2014, 35(4): 487-508.

FLIGSTEIN, N. Social skill and the theory of fields. *Sociological Theory*, 2001, 19(2), 105-125.

FLIGSTEIN, N.; McADAM, D. *A Theory of Fields*. New York: Oxford University Press. 2012. 256p.

FLIGSTEIN, N.; VANDEBROECK, D. The frenzy of fields: an interview with Neil Fligstein on field-theory and social skill. *Irish Journal of Sociology*, 22(1), 2014, 107-29.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Second international conference on nutrition: preparations. Rome: Food and Agriculture Organization of the UN; 2014a. Disponível em: <http://www.fao.org/about/meetings/icn2/preparations/en/> Acesso em: Agosto 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). CONCEPT NOTE: International Symposium on Food and Nutrition Security: Food-Based Approaches for Improving Diets and Raising Levels of Nutrition. Rome, 7-9 December, 2010. 5 p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Non-wood forest products and nutrition*. Appendix 4.1.2 of the report of the international expert consultation on non-wood forest products, Yogyakarta, 17-27 January 1995. Rome. (2005?)

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Terms*. 2016a. Disponível em: <http://www.fao.org/faoterm/en/>. Acesso em: janeiro 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Term Portal. FAOTERM - Hunger. February 2018a. Disponível em: <http://www.fao.org/faoterm>. Acesso em: Fevereiro, 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Term Portal. FAOTERM: Right to food - Malnutrition. February, 2018b. Disponível em: <http://www.fao.org/faoterm>. Acesso em: Acesso em: Fevereiro, 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Term Portal. FAOTERM – Food Security. February 2018c. Accessed 23/02/2018. <http://www.fao.org/faoterm>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Term Portal. FAOTERM – Food Security and Nutrition. February 2018d. Accessed 23/02/2018. <http://www.fao.org/faoterm>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Global Food Losses and Food waste: extent, causes and prevention. Roma: FAO, 2011. 37p. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/014/mb060e/mb060e00.pdf>. Acesso em: out. 2017.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *The State of Food and Agriculture – 2003-2004. Agricultural biotechnology: Meeting the needs of the poor?* 2004b. 17 p. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/006/y5160e/y5160e.pdf>. Acesso em: Janeiro, 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The State of Food Insecurity in the World 2014*. 2014c. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>. Acesso em: maio 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Terms*. 2016a. Disponível em: <http://www.fao.org/faoterm/en/>. Acesso em: Janeiro 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Food and Agriculture Organization of the United Nations – About*. 2016b. Disponível em: <http://www.fao.org/about/en/>. Acesso em: janeiro 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Nutrition and Food Systems Division (ESN)*. 2016c. Disponível em: <http://www.fao.org/economic/nutrition/en/>. Acesso em: 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). 16 October 2016 – *World Food Day: Communications Handbook*. 2016d. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/wfd/2016/Communication_Handbook_EN.pdf. Acesso em: abril 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Report of the Conference of FAO. First Session*. City of Quebec, Canada, October 16 to November 1, 1945. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/x5584e/x5584e00.htm>. Acesso em: 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATION (FAO). Sustainable nutrition security. *Restoring the bridge between agriculture and health*. Rome, Italy: 2012. 40 p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Synthesis of guiding principles on Agriculture Programming for Nutrition. FAO, February, 2013. 93 p. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/017/aq194e/aq194e00.htm>. Acesso em: julho 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *The State of Food Insecurity in the World 2014*. 2014a. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>. Acesso em: maio 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Second International Conference on Nutrition 19–21 November 2014: Nutrition sensitive agriculture. Rome: FAO, 2014b. 2p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). ICN 2 Second International Conference on Nutrition: better nutrition better lives. Preparations – Publications. Disponível em: <http://www.fao.org/about/meetings/icn2/preparations/publications/en/>. Acesso em: Janeiro 2018a.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). ICN 2 Second International Conference on Nutrition: better nutrition better lives. Preparations –

Expert Papers. Disponível em:
<http://www.fao.org/about/meetings/icn2/preparations/papers/en/>. Acesso em: Janeiro 2018b.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO); WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Second International Conference on Nutrition: Conference Outcome Document: Rome Declaration on Nutrition. Rome: 2014. 6p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO); WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). International Conference on Nutrition: World declaration and Plan of Action for Nutrition submitted to the Conference. Rome: 1992. 53p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO); IFAD, UNICEF, WFP; WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2017. Building resilience for peace and food security*. Rome, FAO. 132 p. 2017.

FORUM BRASILEIRO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (FBSSAN). Biofortificação: diálogos sobre saúde, direitos e soberania alimentar. Boletim, 2016, 1. 8p. Disponível em: <http://fbssan.org.br/wp-content/plugins/download-attachments/includes/download.php?id=1098>. Acesso em: julho, 2017.

FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 134 p.

FOUILLEUX, E. Entre production et institutionnalisation des idées. La reforme de la Politique agricole commune. *Revue Française de Science Politique*, 2000, 50(2): 277-305.

FOUILLEUX, E. (2009) ‘À propos de crises mondiales ... Quel rôle de la FAO dans les débats internationaux sur les politiques agricoles et alimentaires?’, *Revue française de science politique* 59(4): 757–782.

FOUILLEUX, E.; BRICAS, N.; ALPHA, A. ‘Feeding 9 billion people’: global food security debates and the productionist trap. *Journal of European Public Policy*, 24:11, 1658-1677. 2017

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexão referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 2000, 21: 212-258.

FRIEDMANN, H. The Political Economy of Food: The Rise and Fall of the Postwar International Food Order. *American Journal of Sociology*, 1982, 88 (supl. Marxist Inquiries: Studies of Labor, Class and States): S248-S286.

FRIEDMANN, H. The International Political Economy of Food: A global Crisis. *The International Journal of Health Services*, 25(3): 511-538, 1995.

FRIEDMANN, H. From colonialism to green capitalism: social movements and emerge of food regimes. In: BUTTEL, F. H.; MCMICHAEL, P (ed.). *New Directions in the Sociology of Global Development (Research in Rural Sociology and Development)*. V. 11, pp.227 – 264, 2005.

FRIEDMANN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and the state system. The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, XXIX-2: 94-117, 1989.

FRISON, E.; SMITH, I. F.; CHERFAS, J.; EYZAGUIRRE, P.; JOHNS, T. Using Biodiversity for Food, Dietary Diversity, Better Nutrition and Health. *South African Journal of Clinical Nutrition*, Volume 18, Issue 2, Sep 2005, p. 112 - 114

G7 Information Centre. *What are the G7 and G8?* Disponível em: http://www.g8.utoronto.ca/what_is_g8.html. Acesso em: maio 2016.

G20 2016 – China, 2016. *About G20*. Disponível em: http://www.g20.org/English/aboutg20/AboutG20/201511/t20151127_1609.html. Acesso em: outubro 2016.

GE, L. Recent applications of DNA sequencing technologies in food, nutrition and agriculture. *Recent Patents on Food, Nutrition and Agriculture*, 2011, 3(3):187-95.

GLASGOW, S.; SCHRECKER, T. The double burden of neoliberalism? Non Communicable disease policies and the global political economy of risk. *Health & Place*, 2016, 39: 204-211.

GOMES, R.; SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, C. F. R. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagens de programas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 185-221.

GOMES, F. da S.; BAIRROS, F.; CASEMIRO, J.; DIAS, J.; MELGAREJO, L.; CHIFFOLEAU, M.; SCHOTTZ, V. *Biofortificação: as controvérsias e as ameaças à soberania e segurança alimentar e nutricional*. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN). Agosto de 2016. 42.p. Disponível em: <http://fbssan.org.br/2016/10/forum-lanca-documento-e-boletim-sobre-biofortificacao/>. Acesso em: agosto 2016.

GÓMEZ, M. I.; RICKETTS, K. D. Food value chain transformations in developing countries: selected hypotheses on nutritional implications. *Food Policy*, 2013, 42: 139-150.

GÓMEZ, M. I.; BARRET, C. B.; RANEY, T.; PINSTRUP-ANDERSEN, P.; MEERMAN, J.; CROPPENSTEDT, A.; CARISMA, B.; THOMPSON, B. Post-green revolution food systems and the triple burden of malnutrition. *Food Policy*, 2013, 42: 129-138.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1990. 208 p.

GRISA, C. As Ideias na Produção de Políticas Públicas: Contribuições da Abordagem Cognitiva. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. (organizadores). *Análise comparada de Políticas Agrícolas: uma agenda em transformação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 93-137.

HADDAD, L. From Nutrition Plus to Nutrition Driven: How to realize the elusive potential of agriculture for nutrition? *Food and Nutrition Bulletin*, 2013, 34(1): 39-44.

HADDAD, L.; HAWKES, C. A new global research agenda for food. *Nature*, 540: 30-32, 2016.

HALL; A.; BLANKSON, B.; SHOHAM, J. The impact and effectiveness of emergency nutrition and nutrition-related interventions: a review of published evidence 2004-2010. *Emergency Nutrition Network*, Oxford, UK. June 2011. 68p.

HARVEST PLUS. *Reaching millions. 2015 Annual Report*. 2015. 12 p. Disponível em: <http://www.harvestplus.org/knowledge-market/publications>. Acesso em: janeiro 2016.

HAWKES, C.; RUEL, M. The links between agriculture and health: an intersectoral opportunity to improve the health and livelihoods of the poor. *Bulletin of the World Health Organization*, 2006; 84: 985-991.

HAWKES, C.; TURNER, R.; WAAGE, J. *Current and planned research on agriculture for improved nutrition: a mapping and a gap analysis*. Report for the Department of International Development (DFID). 2012. London: Leverhulme Centre for Integrative Research on Agriculture and Health/ University of Aberdeen /Center for Sustainable International Development.

HEADEY, D. D. Developmental Drivers of Nutrition Change: A Cross-Country Analysis. *World Development*, 42: 76-88, 2013.

HELSLOOT, N.; HAK, T. Pêcheux's Contribution to Discourse Analysis. *Forum Qualitative Social Research*, 2007, 8(2):1-22. Disponível em: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/242>. Acesso em: janeiro 2016.

HERFORTH, A; DUFOUR, C. *Key recommendations for improving nutrition through agriculture: establishing a global consensus*. In: United Nations Standing Committee on Nutrition (UNSCN). Changing food systems for better nutrition. SCN News No 40. 40th ed. 2014. p. 33–38.

HERFORTH, A; JONES, A.; PINSTRUP-ANDERSEN, P. (2012) *Prioritizing Nutrition in Agriculture and Rural Development: Guiding principles for operational investments*. International Food Policy Research Institute. Washington, DC.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. R. *Organizações Internacionais: História e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 268 p.

HIGHT LEVEL TASK FORCE ON THE GLOBAL FOOD SECURITY CRISIS (HLTF). What is the HLTK? Disponível em: <http://www.un.org/en/issues/food/taskforce/establishing.shtml>. Acesso em: janeiro 2016.

HIGH LEVEL PANNEL OF EXPERTS (HLPE). 2017. Nutrition and food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome. 153 p.

HODGE, J.; HERFORTH, A.; GILLESPIE, S.; BEYERO, M.; WAGAH, M.; SEMAKULA, R. Is There an Enabling Environment for Nutrition-Sensitive Agriculture in East Africa? Stakeholder Perspectives From Ethiopia, Kenya, and Uganda. *Food Nutr Bull*, 2015, 36(4): 503-519.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; SHATTUCK, A. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation? *Journal of Peasant Studies*, 2011, 38(1): 109-144.

HORTON, P; KOH, S. C. L; SHI GUANG, V. An integrated theoretical framework to enhance resource efficiency, sustainability and human health in agri-food systems. *Journal of Cleaner Production*, 2016; 120: 164-169.

HUGHES; R.; MARGETTS, B. The public health nutrition intervention management bi-cycle: a model for training and practice improvement. *Public Health Nutrition*, 15(11), 1981–1988. 2011.

HUNTER, D.; FANZO, J. Introduction: Agricultural biodiversity, diverse diets and improving nutrition. In: FANZO, J.; HUNTER, D.; BORELLI, T.; MATTEI, F. *Diversifying Food and Diets: Using agricultural biodiversity to improve nutrition and health*. London: Routledge, 2011. p. 1-13.

ILCAN, S.; PHILLIPS, L. Governing through Global Networks. Knowledge Mobilities and Participatory Development. *Current Sociology*, 2008, 56(5): 711-734.

INTERNATIONAL FOOD POLICY RESEARCH INSTITUTE (IFPRI). *About*. Disponível em: <http://www.ifpri.org/about>. Acesso em: 2016.

IPES-Food. Unravelling the Food–Health Nexus: Addressing Practices, Political Economy, and Power Relations to Build Healthier Food Systems. 2017. The Global Alliance for the Future of Food and IPES-Food. 120p. Disponível em: http://www.ipes-food.org/images/Reports/Health_FullReport.pdf. Acesso em: Dezembro, 2017.

JAENICKE, H.; VIRCHOW, D. Nutrition-sensitive agriculture: A pillar of improved nutrition and better health. Synthesis report incorporating country and thematic overview studies. In: VIRCHOW, D. Nutrition-sensitive agriculture: a pillar of improved nutrition and better health. 2013a. p. 12-75. Disponível em: https://ew.uni-hohenheim.de/fileadmin/einrichtungen/fsc/Research_projects/Nutrition-sensitive_agriculture_-FSC_-_xxx.pdf. Acesso em: dezembro 2014.

JAENICKE H, VIRCHOW D. Entry points into a nutrition-sensitive agriculture. *Food Security*, 2013b; 5(5): 679–92.

JOHNSON-WELCH, C.; MACQUARRIE, K.; BUNCH, S. *A Leadership Strategy for Reducing Hunger and Malnutrition in Africa: the Agriculture-Nutrition Advantage*. International Centre for Research on Women, Washington DC. 28 pp. 2005. Disponível em: <https://www.icrw.org/wp-content/uploads/2016/10/A-Leadership-Strategy-for-Reducing->

Hunger-and-Malnutrition-in-Africa-The-Agriculture-Nutrition-Advantage.pdf. Acesso em: janeiro, 2016.

JONES, A. D.; EJETA, G. A new global agenda for nutrition and health: the importance of agriculture and food systems. *Bulletin of the World Health Organization*, 2015, 94: 228–229.

KAC, G.; PROENÇA, R. P. C.; PRADO, S. D. A criação da área “nutrição da Capes. *Revista de Nutrição*, Campinas, 24(6): 905-916, nov/dez, 2011.

KADIYLA, S.; HARRIS, J.; HEADEY, D.; YOSEF, S.; GILLESPIE, S. Agriculture and nutrition in India: mapping evidence to pathways. *Ann N Y Acad Sci.*, 2014, 1331: 43-56.

KENNEDY, E.; BOUIS, H. E. Linkages between agriculture & nutrition. Implications for policy & research. International Food Policy Research Institute: Washington D.C., 1993.

KICKBUSCH, I. The Food System: a prism of present and future challenges for health promotion and sustainable development. 27 p. 2010. Disponível em: <http://www.ilonakickbusch.com/kickbusch-wAssets/docs/White-Paper---The-Food-System.pdf>. Acesso em: julho, 2016.

KOÇ, M. Foreword. In: ANDERSON, C. R.; BRADY, J.; LEVKOE, C. Z. *Conversations in Food Studies*. Manitoba, Canada: University of Manitoba, 2016. p. vii – ix.

KRIESEMER, S. K. *Nutrition-sensitive agriculture: the conceptual framework underlying a new approach*. In: VIRCHOW, D. Nutrition-sensitive agriculture: a pillar of improved nutrition and better health. 2013. p. 76–101. Disponível em: https://ew.uni-hohenheim.de/fileadmin/einrichtungen/fsc/Research_projects/Nutrition-sensitive_agriculture_-FSC_-_xxx.pdf. Acesso em: dezembro 2014.

LACHAT, C.; NAGO, E.; KA, A.; VERMEYLEN, H.; FANZO, J.; MAHY, L.; WÜSTEFELD, M.; KOLSTEREN, P. Landscape Analysis of Nutrition-sensitive Agriculture Policy Development in Senegal. *Food Nutr Bull.*, 2015, 36(2): 154-66.

LANCET. *Series from the Lancet journals: Maternal and Child Undernutrition. Executive Summary*. 2008. Disponível em: <http://www.thelancet.com/series/maternal-and-child-undernutrition>. Acesso em: agosto, 2016.

LANCET. *Series from the Lancet journals: Maternal and Child Nutrition. Executive Summary*. 2013. Disponível em: <http://www.thelancet.com/series/maternal-and-child-nutrition>. Acesso em: agosto 2016.

LANG, T.; BARLING, D.; CARAHER, M. *Food Policy: Integrating Health, Environment & Society*. Oxford: Oxford University Press, 2009. 313 p.

LAPPÉ, F. M.; CLAPP, J.; ANDERSON, M.; BROAD, R.; MESSER, E.; POGGE, T.; WISE, T. *How We Count Hunger Matters*. Ethics & International Affairs, 2013; 27(3): 251-259.

LASSI, Z. S.; MOIN, A.; DAS, J. K.; SALAM, R. A.; BHUTTA, Z. A. Systematic review on evidence-based adolescent nutrition interventions. *Annals of The New York Academy of Sciences*, 2017, 1393:34-50.

LEÃO, M.; MALUF, R. A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília: ABRANDH, 2012, 72p.

LEVKOE, C. Z.; BRADY, J.; ANDERSON, C. R. Toward and Interdisciplinary Food Studies: Working the boundaries. In: ANDERSON, C. R.; BRADY, J.; LEVKOE, C. Z. *Conversations in Food Studies*. Manitoba, Canada: University of Manitoba, 2016. p. 3 - 19.

LIDÉN, J. *The World Health Organization and Global Health Governance: post-1990*. public health, 128, (2014), 141-147.

LIESE, A. Explaining Varying Degrees of Openness in the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). In: JÖNSSON, C; TALLBERG, J. *Transnational Actors in Global Governance: Patterns, Explanations, and Implications*. PALGRAVE MACMILLAN, 2010. p. 88-109.

LOUZADA, M. L. DA C.; MARTINS, A. P. B.; CANELLA, D. S.; BARALDI, L. G.; LEVY, R. B.; CLARO, R. M.; MOUBARAC, J. C.; CANNON, G.; MONTEIRO, C. A. Ultra-processed foods and the nutritional dietary profile in Brazil. *Revista de Saúde Pública (Online)*, 2015, 49: 00-00.

LUZ, L. F.; MALUF, R. S. Sistemas Alimentares Descentralizados e o abastecimento alimentar do território Sertão do São Francisco, Bahia. Rede de Estudos Rurais: GT 7 – Mercados Agroalimentares e Reconfigurações Socioeconômicas nos Territórios Rurais. 15 p.

MACER, D. R. J.; BHARDWAJ, M.; MAEKAWA, F.; NIIMURA, Y. Ethical opportunities in Global agriculture: Fisheries, and forestry: The role for FAO. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, 16: 479-504, 2003.

MAESTRE, M.; POOLE, N.; HENSON, S. Assessing food value chain pathways, linkages and impacts for better nutrition of vulnerable groups. *Food Policy*, 2017, 68: 31-39.

MAHONEY, J. Path dependence in historical sociology. *Theory Sociology*, 2000; 29:507-48

MAIO, M. C.; PIRES-ALVES, F. A.; PAIVA, C. H. A.; MAGALHÃES, R. C. S. Cooperação internacional e políticas de ação afirmativa: o papel da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 26(7):1273-1291, jul, 2010.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 2000 (15), p. 53-86.

MALUF, R. S. J. Economia de rede, o papel da distribuição e a problemática da segurança alimentar. In: MALUF, Renato S.; WILKINSON, J. *Reestruturação do Sistema Agroalimentar*. Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999. Página: 61-69.

MALUF, R. S. J. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis: Vozes, 2007. 174 p.

MALUF, R. S.; BURLANDY, L.; SANTARELLI, M.; SCHOTTZ, V.; SPERANZA, J. S. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2015, 20(8): 2303-2312.

MANOS, M. G. L. *Controvérsias Sociotécnicas sobre Biofortificação de Alimentos no Brasil: a pesquisa e suas (des)conexões com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. 2017. 262 f. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

MARMOT, M. Social determinants of health inequalities. *The Lancet*, 2005, 365: 1099-1104.

MARTENS, J.; SEITZ, K. *Philanthropic power and development. Who shapes the agenda?* Germany: Bischöfliches Hilfswerk Misereor, Brot für die Welt, Global Policy Forum. November, 2015. 76 p.

MARTENS, J.; SEITZ, K. *Philanthropic power and development. Who shapes the agenda?* Germany: Bischöfliches Hilfswerk Misereor, Brot für die Welt, Global Policy Forum. November, 2015. 76 p. Disponível em: https://www.brot-fuer-die-welt.de/fileadmin/mediapool/2_Downloads/Fachinformationen/Sonstiges/study_philanthropic_power_and_development.pdf. Acesso em: Janeiro, 2016.

MARTIN, J. L. What is field theory. *American Journal of Sociology*, 109(1): 1-49, 2003.

MARY, S.; SARAVIA-MATUS, S.; PALOMA, S. G. Does nutrition-sensitive aid reduce the prevalence of undernourishment? *Food Policy*, 2018, 74: 100-116/

MASSARDIER, G. Cognição, políticas e ações públicas: entre coerência, fragmentação e aprendizados. In: BONNAL, P.; LEITE, S.P. (organizadores). *Análise comparada de Políticas Agrícolas: uma agenda em transformação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 69-91.

MASSET, E.; HADDAD, L.; CORNELIUS, A.; ISAZA-CASTRO, J. *A systematic review of agricultural interventions that aim to improve nutritional status of children*. 2011. London: EPPI-Centre, Social Science Research Unit, Institute of Education, University of London. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08abde5274a27b2000737/Masset_etal_agriculture_and_nutrition.pdf. Acesso em: janeiro 2016.

MASSET, E.; GELLI, A. Improving community development by linking agriculture, nutrition and education: design of a randomized trial of "home-grown" school feeding in Mali. *Trials*, 2013, 21:14:55.

MASTERS, W. A.; WEBB, P.; GRIFFITHS, J. K.; DECKELBAUM, R. J. Agriculture, nutrition, and health in global development: typology and metrics for integrated interventions and research. *Annals of The New York Academy of Sciences*, 2014, 1331: 258-69.

MAXWELL, S.; SLATER, R. Food policy old and new. *Development Policy Review*, 2003, 21(5-6): 532-553.

McKEON, N. *The New Alliance for Food Security and Nutrition: a coup for corporate capital?* Amsterdam: Transnational Institute (TNI), may, 2014. 20 p. Disponível em: https://www.tni.org/files/download/the_new_alliance.pdf. Acesso em: Dezembro, 2015.

McKEON, N. Caixa 1: Porque o reformado Comitê Mundial de Segurança Alimentar poderia ser um espaço adequado para finalmente consumir o casamento entre agricultura e nutrição. *Observatório do Direito Humano e à Nutrição*, 2015, 7: 21-23.

MCMICHAEL, P. Global Development and the Corporate Food Regime. In: BUTTEL, F. H.; MCMICHAEL, P (ed.). *New Directions in the Sociology of Global Development (Research in Rural Sociology and Development)*. V. 11, pp. 269-303, 2005. Disponível em: <https://devsoc.cals.cornell.edu/sites/devsoc.cals.cornell.edu/files/shared/documents/McM-global-dev-corp-regimeFR-pdf.pdf>. Acesso em: agosto, 2015.

MCMICHAEL, P. Feeding the World: Agriculture, Development and Ecology. *Socialist register*, 2007, 43.

MEERMAN, J.; GARRET, J.; WÜSTEFELD, M. Development partners and country programming in nutrition and agriculture: preview of findings from a land-scape review. *Standing Committee on Nutrition News*, 40: 10-18, 2013.

MEIER, R.; STRATTON, R. Basic concepts in nutrition: Epidemiology of malnutrition. *The European e-Journal of Clinical Nutrition and Metabolism*, 2008, e167-e170.

MEKOUAR, M. Reports on International Organizations and Bodies. United Nations Food and Agriculture Organization (FAO). *Yearbook of International Environmental Law*, yvx070, 2017, p. 1-18.

MELO, M.A.; COSTA, N.R. Desenvolvimento sustentável, ajuste estrutural e política social: as estratégias da OMS/OPS e do Banco Mundial para a atenção à saúde. *Planejamento e Políticas Públicas*, 1994; 11:50-108.

MESSER, E. The International Conference on Nutrition: A Nongovernmental Perspective. *Nutrition Reviews*, 51(4): 118-121, 1993.

MILLER, D.; WELCH, R. M. Food system strategies for preventing micronutrient malnutrition. *Food Policy*, 2013, 42: 115-128.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). *Organismo Geneticamente Modificado*. 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/organismos-geneticamente-modificados>. Acesso em: julho 2016.

M'KAIBI, F. K.; STEYN, N. P.; OCHOLA, S. A.; DU PLESSIS, L. The relationship between agricultural biodiversity, dietary diversity, household food security, and stunting of children in rural Kenya. *Food Science & Nutrition*, 5(2): 243-254, 2017.

MONTEIRO, C. A.; CONDE, W. L.; POPKIN, B. M. The burden of disease from undernutrition and overnutrition in countries undergoing rapid nutrition transition: a view from Brazil. *Am J Public Health*, 2004, 94(3): 433-434.

MONTEIRO, C. A.; CANNON, G. The Impact of Transnational “Big Food” Companies on the South: A View from Brazil. *PLoS Med*, 2012, 9(7): e1001252.

MONTEIRO C. A.; MOUBARAC, J. C.; CANNON, G.; NG, S.W.; POPKIN, B. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. *Obesity Review* 14 Suppl 2:21-8, 2013.

MOODIE, R.; STUCKLER, D.; MONTEIRO, C.; SHERON, N.; NEAL, B.; THAMARANGSI, T.; LINCOLN, P.; CASSWELL, S. Profits and pandemics: prevention of harmful effects of tobacco, alcohol, and ultra-processed food and drink industries. *The Lancet* 381(9867):670-9, 2013.

MULLER, P.; SUREL, Y. O que é uma política pública. In: _____. *A análise das políticas públicas*. 2 ed. Pelotas: EDUCAT, 2004. p. 13-32.

MULLER, P. L'Analyse Cognitive des Politiques Publiques. In: _____. *Les Politiques publiques*. Paris: PUF, 2004. p. 33-55.

NAHER, F.; BARKAT-e-KHUDA; AHMED, S.S.; HOSSAIN, M. How nutrition-friendly are agriculture and health policies in Bangladesh? *Food Nutr Bull.*, 2014, 35(1): 133-46.

NCD Risk Factor Collaboration (NCD-RisC). Worldwide trends in body-mass index, underweight, overweight, and obesity from 1975 to 2016: a pooled analysis of 2416 population-based measurement studies in 128·9 million children, adolescents, and adults. *The Lancet*, 2017, 390: 2627-2642.

NESTLE, M. *Food Politics: How the Food Industry Influences Nutrition and Health*. Berkley: University of California Press. 511p.

NISHIDA, C.; UAUY, R.; KUMANYIKA, S.; SHETTY, P. The Joint WHO/FAO Expert Consultation on diet, nutrition and the prevention of chronic diseases: process, product and policy implications. *Public Health Nutrition*, 2004, 7(1A), 245–250.

OLNEY, D. K.; PEDEHOMBGA, A.; RUEL, M. T.; DILLON, A. A 2-Year Integrated Agriculture and Nutrition and Health Behavior Change Communication Program Targeted to Women in Burkina Faso Reduces Anemia, Wasting, and Diarrhea in Children 3–12.9 Months of Age at Baseline: A Cluster- Randomized Controlled Trial. *J. Nutr.*, 2015, 145(6): 1317-1324.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS); COMISSÃO PARA OS DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CMDSS). Relatório Final: Redução das

Desigualdades no período de uma geração. Igualdade na saúde através da ação sobre os seus determinantes sociais. 276 p. Disponível em: <http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Redução-das-Desigualdades-no-per%C3%ADodo.pdf>. Acesso em: janeiro, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015. 49 p. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org>. Acesso em: janeiro 2016.

OXFAM. Briefing paper: Behind the Brands. Food justice and the ‘Big 10’ food and beverage companies. 51p. Disponível em: <https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp166-behind-the-brands-260213-en.pdf>. Acesso em: julho 2016.

PAROLINI, G. Charting the history of agricultural experiments. *History and Philosophy of the Life Sciences*, 37(3): 231-241, 2015.

PATEL, R. The Long Green Revolution. *The Journal of Peasant Studies*, 2013, 40(1): 1-63.

PATEL, D. R. Malnutrition. *International Public Health Journal*, 2012, 4(2): 107-111.

PATEL, R.; KERR, R. B.; SHUMBA, L.; DAKISHONI, L. Cook, eat, man, woman: understanding the New Alliance for Food Security and Nutrition, nutritionism and its alternatives from Malawi. *The Journal of Peasant Studies*, 2015, 42(1): 21-44.

PEABODY, J. An organizational analysis of the World Health Organization: narrowing the gap between promise and performance. *Soc Sci Med* 1998; 40:731-42.

PÊCHEUX, M. Automatic discourse analysis. In: HAK, T., HELSLOOT, H. (Eds.). *Michel Pêcheux. Automatic discourse analysis*. Amsterdam, Rodopi: 1995, p. 63-121.

PELLET, P. L. Introduction to the special issue on The World Declaration and the Plan of Action for Nutrition. *Ecology of Food and Nutrition*, 1994, 32, p.1-3.

PELLETIER, D. L.; PORTER, C. M.; AARONS, G. A.; WUEHLER, S. E.; NEUFELD, L. M. Expanding the Frontiers of Population Nutrition Research: New Questions, New Methods, and New Approaches. *American Society for Nutrition. Adv. Nutr.* 4: 92–114, 2013.

PERKINS, J. H. *Geopolitics and the Green Revolution: wheat, genes and the cold war*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1997.

PERNET; C. A.; FORCLAZ, A. R. Revisiting the Food and Agriculture Organization (FAO): International Histories of Agriculture, Nutrition, and Development. *The International History Review*, 2018, DOI: 10.1080/07075332.2018.1460386

PHILLIPS; L.; ILCAN, S. ‘A World Free from Hunger’: Global Imagination and Governance in the Age of Scientific Management. *Sociologia Ruralis*, 2003, 43(4): 434-453.

PINGALI, P. Agriculture Renaissance: Making “Agriculture for Development” Work in the 21st Century. *Handbook of Agricultural Economics*, 2010, 4, Chapter 74. 3867- 3894.

PINGALI, P. *Green Revolution: Impacts, limits, and the path ahead*. Center on Food Security and the Environment. Stanford Symposium Series on Global Food Policy and Food Security in the 21st Century. July 31, 2012. 8 p.

PINGALI, P.; MITTRA, B.; RAHMAN, A. The bumpy road from food to nutrition security – Slow evolution of India’s food policy. *Global Food Security*, 2017, 15: 77-84.

PINSTRUP-ANDERSEN, P. 1990. Agricultural research and nutrition. *Food Policy* 1990;15(6):475–8.

PINSTRUP-ANDERSEN, P. Food security: definition and measurement. *Food Security*, 2009, 1: 5-7.

PINSTRUP-ANDERSEN, P. 2012. The food system and its interaction with human health and nutrition. In: PANDYA-LORCH, R.; FAN, S. eds. *Reshaping agriculture for nutrition and health*. International Food Policy Research Institute, Washington, D.C., USA. p. 21-30. Disponível em: <http://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/126825/filename/127036.pdf>. Acesso em: julho 2015.

POPKIN, B. M. Agricultural policies, food and public health. *EMBO Rep*, 2011, 12(1): 11-8.

POPKIN, B. M. Nutrition, agriculture and the global food system in low and middle income countries. *Food Policy*, 2014, 47: 91-96.

PORTO, M. F. S. Agricultura, saúde coletiva e produção de alimentos: uma agenda para a política e a gestão públicas. In: MALUF, R.; FLEXOR, G. Questões agrárias, agrícolas e rurais. Conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: e-pappers, 2017. p.312-324.

POTVIN, L. Intersectoral action for health: more research is needed! *Int J Public Health*, 2012, 57: 5-6.

POULAIN, J. P. La modernité alimentaire: pathologie ou mutations sociales? *Cahiers de Nutrition et de Diététique*, 1998; 33(6): 351-8.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. *Rev. Nutr. [online]*, 2003, 16(3): 45-256.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. C.; RIAL, C. S.; CONTE, J. *Sociologias da Alimentação*. 1. ed. Florianópolis: EDUFSC, 2004. 311p.

POWELL, B.; ICKOWITZ, A.; MCMULLIN, S.; JAMNADASS, R.; PADOCH, C.; PINEDO-VASQUEZ, M.; SUNDERLAND, T. The Role of Forests, Trees and Wild Biodiversity for Nutrition-Sensitive Food Systems and Landscapes . 25 p. 2013. Expert paper para a ICN 2014.

PRADO, S. D.; BOSI, M. L. M.; CARVALHO, M. C. V. S.; GUGELMIN, S. A.; SILVA, J. K.; DELMASCHIO, K. L.; MARTINS, M. L. R. A pesquisa sobre Alimentação no Brasil: sustentando a autonomia do campo Alimentação e nutrição. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1): 107-119, 2011.

PREWITT, K.; SCHWANDT, T. A.; STRAF, M. L. Using Science as Evidence in Public Policy. Washington: *National Academy Press*, 2012. 110p.

PUBLIC INTEREST CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS. Vision Statement on Nutrition. 13 November 2014. 2014a. 10 p.

PUBLIC INTEREST CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS‘ AND SOCIAL MOVEMENTS’ FORUM DECLARATION TO THE SECOND INTERNATIONAL CONFERENCE ON NUTRITION, (ICN2) Rome, 21 November 2014. Development, 2014b, 57(2), (135–140).

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 1995. 282 p.

RECINE, E.; BEGHIN, N. *A agenda de nutrição nas Estratégias Internacionais: Iniciativas em andamento, desafios e propostas*. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2014. 11 p. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/documentos-do-site-que-estao-privados/a-agenda-de-nutricao-nas-estrategias-internacionais-iniciativas-em-andamento-desafios-e-propostas-1-1.pdf>. Acesso em: fevereiro 2015.

REIDPATH, D. D.; BURNS, C.; GARRARD, J.; MAHONEY, M.; TOWNSEND, M. An ecological study of the relationship between social and environmental determinants of obesity. *Health & Place* 2002, 8(2):141-145.

RICHTER J. WHO Reform and Public Interest Safeguards: An Historical Perspective. *Social Medicine*, Volume 6, Number 3, March 2012, 141-150.

RIGON, S. A.; BÓGUS, C. M. A segurança alimentar e nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (Org.). *Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe*. 1ed. Curitiba: Editora UFPR, 2016, v. 1, p. 1-258.

ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MALUF, R. Small farms and sustainable rural development for food security: The Brazilian experience. *Dev south afr.* 2012; 29(4): 519-529.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea*, 2005, 7(2): 305-322.

RUEL, M. T.; ALDERMAN, H. Nutrition-sensitive interventions and programmes: how can they help to accelerate progress in improving maternal and child nutrition? *Lancet*, 2013, 382(9891): 536-51.

RUEL, M. T. *Can food-based strategies help reduce vitamin A and iron deficiencies? A review of recent evidence*. 2001. Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

SABRY, Z. I. Breaking New Ground in International Nutrition. *Ecology of Food and Nutrition*, 32, p. 43-44.

SANTOS, K. M. O. O desenvolvimento histórico da ciência da nutrição em relação ao de outras ciências. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia de Alimentos. Dissertação apresentada à Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Nutrição. 1990. 199 p.

SCALING UP NUTRITION MOVIMENT. The history of the SUN Movement. Disponível em: <http://scalingupnutrition.org/about-sun/the-history-of-the-sun-movement/>. Acesso em: novembro 2017.

SCHMIDT, V. A. Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 2008, 11:303-26.

SCHOONBEEK, S.; AZADI, H.; MAHMOUDI, H.; DERUDDER, B.; DE MAEYER, P.; WITLOX, F. Organic agriculture and undernourishment in developing countries: main potentials and challenges. *Crit Rev Food Sci Nutr*; 2013, 53(9): 917-28.

SCHUFTAN, C. “The Cutting Edge of Conventional Thinking”. *Ecology of Food and Nutrition*, 32, p. 51-55.

SCHUTTER, O. D. *Report of the Special Rapporteur on the right to food Olivier De Schutter: Final report: The transformative potential of the right to food*. 25 session, Human Right Council. 2014. 28p. Disponível em: http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20140310_finalreport_en.pdf. Acesso em: janeiro 2016.

SCRINIS, G. On the Ideology of Nutritionism. *Gastronomica: The Journal of Food and Culture*, 2008, 8(1): 39 - 48.

SCRINIS, G. *Nutritionism: The science and politics of dietary advice*. New York: Columbia University Press. 2013. 352 p.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28- 29, p. 313-334, Apr., 1993.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. 462 p.

SHAW, J. *Global Food and Agricultural Institutions*. Routledge. 2009. 244 p.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. Porque novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, 2007, 4(108), p. 507-524.

SIMOPOULOS, A. P.; BOURNE, P. G.; FAERGEMAN O. Bellagio Report on Healthy Agriculture, Healthy Nutrition, Healthy People. *Rev Panam Salud Publica*; 2013, 33(3): Mar, 230-6.

SIMOPOULOS, A. P.; FAERGEMAN, O.; BOURNE, P. G. Action Plan for a Healthy Agriculture, Healthy Nutrition, Healthy People. Nutrition, Healthy People. *World Rev Nutr Diet. Basel*, 2011, 102: 1-5.

SIMOPOULOS, A. P. The impact of the Bellagio Report on healthy agriculture, healthy nutrition, healthy people: scientific and policy aspects and the International Network of Centers for Genetics, Nutrition and Fitness for Health. *J Nutrigenet Nutrigenomics*, 2014, 7(4-6): 191-211.

SMITH, G. D. A fatter, healthier but more unequal world. *The Lancet*, 2016, 387:1349-1350.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 2006, 8(16): 20-45.

STEELE, E. M.; CLARO, R. M.; MONTEIRO, C.A. Behavioral patterns of protective and risk factors for non-communicable diseases in Brazil. *Public Health Nutrition*, 2013, 1: 1-7.

STEWART, D.; KENNEDY, A.; PAVEL, A. Beyond nutrition and agriculture policy: collaborating for a food policy. *Br J Nutr.*, 2014. 112(Suppl 2): S65-74.

STONE, D. "Learning Lessons, Policy Transfer and the International Diffusion of Policy Ideas". CSGR Working paper, n 69/01, 2001. 41p. Disponível em: http://wrap.warwick.ac.uk/2056/1/WRAP_Stone_wp6901.pdf. Acesso em: janeiro 2017.

SUMMER, J. Conceptualizing Sustainable Food Systems. In: KOÇ; M.; SUMMER, J.; WINSON, A. *Critical Perspectives in Food Studies*. Second Edition. Don Mills, Ontario: Oxford, 2017. p. 320-331.

SWAN, P. B. Alternative futures for nutrition in health and agriculture. *J Nutr*; 1994, 124(9 Suppl): 1886S-1890S.

SWAN, S. H.; WIJERATNA, A. From promise to action: ACF's perspective. In: ACF International. Action to Improve Nutrition: Making ICN2 count over the next decade and beyond. 23 p. Disponível em: <https://www.actionagainsthunger.org.uk/sites/default/files/publications/actiontoimprovenutrition.pdf>. Acesso em: novembro 2015.

TALLBERG, J.; JÖNSSON, C. Transnational Actor Participation in International Institutions: Where, Why, and with What Consequences? In: JÖNSSON, C; TALLBERG, J. *Transnational Actors in Global Governance: Patterns, Explanations, and Implications*. Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2010, p. 1-21.

TALLBERG, J. Transnational Access to International Institutions: Three Approaches. In: JÖNSSON, C; TALLBERG, J. *Transnational Actors in Global Governance: Patterns, Explanations, and Implications*. Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2010. p. 45-66.

TANSEY, G. From Words to Action. *Ecology of Food and Nutrition*, 32, p. 45-50.

TANUMIHARDJO, S. A.; ANDERSON, C.; KAUFER-HORWITZ, M; BODE, L; EMENAKER, N. J.; HAQQ, A. M.; SATIA, J. A.; SILVER, H. J.; STADLER, D. D. Poverty, Obesity, and Malnutrition: An International Perspective Recognizing the Paradox. *J Am Diet Assoc.* 2007, 207: 1966-1972.

THE LANCET. Maternal and Child Nutrition. Executive Summary of The Lancet Maternal and Child Nutrition Series. 2013, *The Lancet*, 12 p.

THOMPSON, B.; AMOROSO, L. Introduction. In: _____. Combating Micronutrient Deficiencies: Food-based Approaches. Rome: FAO, 2011. p. 1-6.

TRAILL, W. B.; MAZZOCCHI, M.; SHANKAR, B.; HALLAM, D. Importance of government policies and other influences in transforming global diets. *Nutrition Reviews*, 72(9): 591-604. 2014.

TRAORÉ, M.; THOMPSON, B.; THOMAS, G. Sustainable nutrition security: Restoring the bridge between agriculture and health. Rome: FAO, 2012. 40 p.

TRIPP, R. Does nutrition have a place in agricultural research? *Food Policy* 1990;15(6):467–74.

TURNER, R.; HAWKES, C.; JEFF, W.; FERGUSON, E.; HASEEN, F.; HOMANS, H.; HUSSEIN, J.; JOHNSTON, D.; MARAIS, D.; MCNEIL, G.; SHANKAR, B. Agriculture for improved nutrition: the current research landscape. *Food Nutr Bull.*, 2013, 34(4): 369-77.

UK Health Forum (2018). *Public health and the food and drinks industry: The governance and ethics of interaction. Lessons from research, policy and practice*. London: UKHF. Disponível em: <https://www.idrc.ca/sites/default/files/sp/Documents%20EN/ukhf-casebook-jan18.pdf>. Acesso em: junho, 2018.

UN. General Assembly. Resolution adopted by the General Assembly on 1 April 2016. Seventieth session. 15 April 2016. 70/259. United Nations Decade of Action on Nutrition (2016–2025). 3 p. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/259

UN. United Nations Decade of Action on Nutrition 2016 – 2025. Work Programme. 5 May 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-bs726e.pdf>

UNITED NATIONS (UN). *Report of the Special Rapporteur on the right to food, Olivier De Schutter. Final report: The transformative potential of the right to food*. General Assembly, 2014. 28 p. Disponível em: http://www.srfood.org/images/stories/pdf/officialreports/20140310_finalreport_en.pdf. Acesso em: novembro 2014.

UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND. UNICEF’s approach to scaling up nutrition for

mothers and their children. Discussion paper. Programme Division, UNICEF, New York, June 2015. Disponível em: https://www.unicef.org/nutrition/files/Unicef_Nutrition_Strategy.pdf. Acesso em: maio, 2016.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-Habitat). *Urbanization and development: emerging futures. World Cities Report 2016*. Kenya: UN-Habitat; 2016.

UNITED NATIONS (UN). UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Special Procedures of The Right Council. *Background Note: Analysis of the World Food Crisis by The U.N. Special Rapporteur in The Right to Food, Olivier de Schutter*. 15 p. 2008. Disponível em: <http://www.srfood.org/images/stories/pdf/otherdocuments/1-srrtfnoteglobalfoodcrisis-2-5-08.pdf>. Acesso em: agosto 2016.

UNITED NATIONS ORGANIZATION (UN). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development*. UN; 2015.

UNITED NATIONS ORGANIZATION (UN). *Funds, Programmes, Specialized Agencies and Others*. 2016. Disponível em: <http://www.un.org/en/sections/about-un/funds-programmes-specialized-agencies-and-others/index.html>. Acesso em: janeiro 2016.

UNITED NATIONS SYSTEM STANDING COMMITTEE ON NUTRITION (UNSCN). *United Nations Global Nutrition Agenda (UNGNA v. 1.0). Delivering on the Commitment to Eradicate Malnutrition in All its Forms: The role of the UN System*. 48 p. 2015. Disponível em: http://www.unscn.org/files/Activities/SUN/UN_Global_Nutrition_Agenda_final.pdf. Acesso em: janeiro 2016.

UNITED NATIONS SYSTEM STANDING COMMITTEE ON NUTRITION (UNSCN). *UNSCN Structure*. Disponível em: <http://www.unscn.org/en/structure/>. Acesso em: janeiro 2016.

UNSCN. Highlights of the 2013 ICN2 events. Geneva: United Nations System Standing Conference on Nutrition; 2014a. http://www.unscn.org/en/international_conference_on_nutrition/second_international_conference_on_nutrition/2013_preparatory_events.php Acesso em: agosto 2015.

VALENTE, F. L. S. A apropriação corporativa da governança alimentar e nutricional: ameaça aos direitos humanos e à soberania alimentar dos povos. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*, 2015, 07: 15-20.

VALENTE, F. L. S.; FRANCO, A. Human Rights and the Struggle against Hunger: Laws, Institutions, and Instruments in the Fight to Realize the Right to Adequate Food. *Yale Human Rights & Development Law Journal*, 2010, 13(2): 37-64.

VALENTE, F. L. S.; FRANCO, M. A. S.; MONTES, D. C. Closing Protection Gaps through a More Comprehensive Conceptual Framework for the Human Right to Adequate Food and Nutrition. In: Bellows AC, Valente FLS, Lemke S, et al. *Gender, nutrition, and the Human Right to Adequate Food. Toward an Inclusive Framework*. New York: Routledge, 2016. p. 341 – 408.

VAN DEN BOLD, M.; KOHLI, N.; GILLESPIE, S.; ZUBERI, S.; RAJEESH, S.; CHAKRABORTY, B. Is There an Enabling Environment for Nutrition-Sensitive Agriculture in South Asia? Stakeholder Perspectives from India, Bangladesh, and Pakistan. *Food Nutr Bull.*, 2015, 36(2): 231-47.

VANI, K. P.; DOBLE, M. Sustainable development in agriculture, food and nutrition-a patent analysis. *Recent Pat Food Nutr Agric.*, 2011, 3(2):133-41.

VASCONCELOS, F. A. G. A ciência da nutrição em trânsito: da nutrição e dietética à nutrigenômica. *Revista de Nutrição*, 23(6): 935-945, 2010.

VASCONCELOS, R. R. Tese de doutorado: O poder das organizações internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito. 238 páginas. Por to Alegre: 2005.

WAMBUGU, F., OBUKOSIA, S.; GAFFNEY, J.; KAMANGA, D.; CHE, P.; ALBERTSEN, M. C.; ZHAO, Z. Y.; RAGLAND, L.; YEYE, M.; KIMANI, E.; ABA, D.; GIDADO, R.; SOLOMON, B. O.; NJUGUNA, M. Conference on 'Food and nutrition security in Africa: new challenges and opportunities for sustainability'. Is there a place for nutrition-sensitive agriculture? *Proceedings of the Nutrition Society*, 2015, 74: 441-448.

WANDEL, M.; HOLMBOE-OTTESEN, G. Women's work in agriculture and child nutrition in Tanzania. *J Trop Pediatr.*, 1992, 38(5): 252-5.

WATKINS, S. M.; HAMMOCK, B. D.; NEWMAN, J. W.; GERMAN, J. B. Individual metabolism should guide agriculture toward foods for improved health and nutrition. *Am J Clin Nutr.*, 2001, 74(3): 283-6.

WEBB, P.; KENNEDY, E. Impacts of agriculture on nutrition: Nature of the evidence and research gaps. *Food and Nutrition Bulletin*, 2014, 35(1): 126-132.

WEINGÄRTNER, L. The Concept of Food and Nutrition Security. Background papel No. 1. 2004. 28p. Disponível em: <http://www.oda-alc.org/documentos/1341934899.pdf>. Acesso em: janeiro 2017.

WELCH, R. M.; GRAHAM, R. D. A new paradigm for world agriculture: productive, sustainable, nutritious, healthful food systems. *Food and Nutrition Bulletin*, 2000, 21(4): 361-366.

WENHOLD, F. A. M.; FABER, M.; VAN AVERBEKE, W.; OELOFSE, A.; VAN JAARSVELD, P. VAN RENSBURG, W. S. J.; VAN HEERDEN, I.; SLABBERT, R.. Linking smallholder agriculture and water to household food security and nutrition. *Journal Walter SA*, 2010, 33:3, Special Edition, 237-336.

WILKINS, J. L. Civic dietetics: opportunities for integrating civic agriculture concepts into dietetic practice. *Agric Human Values*, 2009, 26: 57-66.

WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N. *Food Sovereignty in Canada Creating Just and Sustainable Food Systems*. Halifax; Winnipeg: Fernwood, 2011. P. 232.

WORLD BANK. *About The World Bank*. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/about>. Acesso em: 2016.

WORLD BANK. Improving nutrition through multisectoral approaches: agriculture and rural development.

2013. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/16953/751030BRI0Impr00Box374299B00PUBLIC0.pdf?sequence=1>. Acesso em: fev. 2014.

WORLD BANK. World Development Report 2008: Agriculture for Development. Washington, DC: The World Bank. 366p. Disponível em: https://siteresources.worldbank.org/INTWDR2008/Resources/WDR_00_book.pdf. Acesso em: janeiro 2016.

WORLD BANK. From Agriculture to Nutrition Pathways, Synergies, and Outcomes. 85 p. 2007. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTARD/825826-1111134598204/21608903/January2008Final.pdf>. Acesso em: janeiro 2016.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). *Our mission. The World Economic Forum*. Disponível em: <https://www.weforum.org/about/world-economic-forum>. Acesso em: 2016.

WORLD FOOD SUMMIT. *Rome Declaration on World Food Security and World Food Summit Plan of Action*. 32 p. 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613e/w3613e00.HTM>. Acesso em: janeiro, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Preparation and Use of Food-Based Dietary Guidelines. Report of a Joint FAO/WHO Consultation. Geneva: WHO, 1998. 116 p.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Diet, Nutrition and The Prevention of Chronic Diseases. WHO Technical Report Series, #916. Report of a Joint FAO/WHO Consultation. Geneva: WHO, 2003. 160 p.

WORLD HEALTH ASSOCIATION (WHO). *Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde: Relatório Final. Redução das desigualdades no período de uma geração. Igualdade na saúde através da ação sobre os seus determinantes sociais*. 2010. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43943/8/9789248563706_por_contents.pdf. Acesso em: 2016.

WORLD HEALTH ASSOCIATION (WHO). *Health in all policies: Helsinki statement. Framework for country action*. 2014. xx p. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112636/1/9789241506908_eng.pdf?ua=1. Acesso em: 2017.

WORLD HEALTH ASSOCIATION (WHO). Health in 2015: from MDGs, Millennium Development Goals to SDGs, Sustainable Development Goals. 204p. 2015. Disponível em:

http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/200009/9789241565110_eng.pdf;jsessionid=F45FF78ACF41F77882EC2A3D9369B8E7?sequence=1. Acesso em: julho 2016.

WORLD HEALTH ASSOCIATION (WHO). *About*. Disponível em: <http://www.who.int/about/en/>. Acesso em: Maio, 2016.

YOSEF, S.; JONES, A. D; CHAKRABORTY, B.; GILLESPIE, S. Agriculture and Nutrition in Bangladesh Mapping Evidence to Pathways. *Food Nutr Bull*, 2015, 36(4): 387-404.

ZIONI, F.; WESTPHAL, M. F. O enfoque dos determinantes sociais de saúde sob o ponto de vista da teoria social. *Saúde Soc*. 2007;16(3):26-34.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – LISTA DE DOCUMENTOS VINCULADOS A ICN 1992 E 2014

International Conference on Nutrition 1992		
<i>Fonte de pesquisa para:</i>	Nome dos documentos	Descrição
	Provisional agenda	Sem versão eletrônica
	List with the names of participants	Sem versão eletrônica
<i>Capítulo x, procedimento de análise etapas 1 a 4.</i>	List of participating countries and organizations	Apresentada no documento “Final Report of the Conference” traz a lista de países (estados membros), movimentos de libertação, Agências especializadas e programas das ONU, Organizações Intergovernamentais, Organizações não governamentais.
<i>Capítulo x, procedimento de análise etapa 4.</i>	Nutrition and development – a global assessment	O documento analisou informações (no tempo que foi escrito) e consultou especialistas sobre os problemas nutricionais globais. A versão final, aqui analisada, incluiu contribuições do processo de pré ICN 1992. Documento de contexto
<i>Capítulo x, procedimento de análise etapa 4.</i>	Major issues for nutrition strategies (the 8 theme papers)	Documento é composto por artigos que refletem os 8 temas gerais acordados pela FAO, OMS, outras agências da ONU e o grupo consultivo de experts para a ICN como conteúdo técnico da ICN 1992. Os textos apresentados nesta versão foram revistos após apresentação no evento preparatório do comitê organizador, realizado em Genebra em 18-24 de Agosto de 1992. OBS. No processo da ICN 1992 foi adicionado um 9º tema: aleitamento materno. Paper 1 - Improving household food security Joachim von Braun, Howarth Bouis, Shubh Kumar and Rajul Pandya-Lorch International Food Policy Research Institute Paper 2 - Protecting consumers through improved food quality and safety F. Ed Scarbrough US Food and Drug Administration Paper 3 - Caring for the socio-economically deprived and nutritionally vulnerable Patrice Engle UNICEF consultant Paper 4 - Preventing and managing infectious diseases Andrew Tomkins Institute of Child Health, London Paper 5 - Promoting appropriate diets and healthy lifestyles. Benjamin Torun (Institute of Nutrition of Central America and Panama); Pirjo Pietinen (National Public Health Institute, Helsinki)

		<p>Paper 6 - Preventing specific micronutrient deficiencies Vinodini Redy and K. Vijayaraghavan National Institute of Nutrition Hyderabad</p> <p>Paper 7 - Assessing, analyzing and monitoring nutrition situations John Mason ACC/SCN</p> <p>Paper 8 - Incorporating nutrition objectives into development policies and programs Beatrice Rogers Tufts University, Boston.</p>
Capítulo x, procedimento de análise etapa 4.	Major issues for nutrition strategies Summary. 1992	O resumo do documento está apresentado acima.
Capítulo x, procedimento de análise etapas 1 a 4.	List of countries which prepared country papers	Página 60. "Final Report of the Conference"
	Regional meetings reports: 08	<p>Sem versão eletrônica</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Bangkok ICN regional meeting report (27-31 January 1992) 2. Dakar ICN regional meeting report (24-28 February 1992) 3. Mexico ICN regional Meeting report (16-20 March 1992) 4. Nairobi ICN regional meeting report (16-20 March 1992) 5. Kingston ICN regional meeting report (23- 27 March 1992) 6. Nitra ICN regional meeting report (1-4 April 1992) 7. Cairo ICN regional meeting report (12-16 April 1992) 8. A consolidated report of the two African ICN regional meeting held in Dakar, Senegal (24-28 February 1992) and Nairobi, Kenya (16-20 March) 1992
	Copenhagen WHO preparatory meeting for the ICN Report (6-9 April 1992)	Sem versão eletrônica
	ICN case study: 05	<p>Sem versão eletrônica</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Nutrition and population growth: experiences of Kenya and Indonesia (ICN case study) Food and Agriculture Organization of the United Nations. Food Policy and Nutrition Division World Health Organization. Nutrition Unit (42 p). 2. Communicating to improve nutrition behavior: The challenge of motivating the audience to act (ICN case study) Parlato, Margaret Burns (42 p)

		<p>3. Food insecurity, famines and coping mechanisms: Lessons from Ethiopia, Sudan and Burkina Faso (ICN case study.) Braun, Joachim von; Webb, Patrick; Reardon, Thomas; Teklu, Tesfaye (34 p).</p> <p>4. Impact of four decades of development on nutrition and health status in India (ICN case study) Bagchi, Kalyan (126 p).</p> <p>5. Policies and trends in food and nutrition in China during the last four decades (ICN case study) Chen, Chunming; Ge, Keyou; Zhang, Shumin; Kan, Xueguei (78 p)</p>
	STATEMENT	
	Statement of competence and voting rights submitted by the European Economic Community (EEC) and its member states	Sem versão eletrônica.
Capítulo x, procedimento de análise etapas 1 a 4.	World declaration and plan of action for nutrition	<p>Declaração que apresenta os acordos firmados na conferência.</p> <p>Plano de ação composto por: I. Introdução (descreve os 3 objetivos). II. Major policy guidelines. III. Intersectoral issues. IV Strategies and actions (8 action-oriented themes). V. Responsibility for Actions (at national level. At international level). VI. Recommendations for the follow-up of the conference.</p> <p>Objetivos colocados no Plano de ação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ensuring continued access by all people to sufficient supplies of safe foods for a nutritional y adequate diet. - Achieving and maintaining health and nutritional well-being of al people. - Achieving development all goals that are sustainable, environmentally sound and contribute to improved nutrition and health.
Capítulo x, procedimento de análise etapa 1 e 4.	Final report of the conference	Apresenta relato sobre o processo da conferencia, apresenta a declaração e o plano para ação e a lista de países e organizações participantes.
	DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ENCONTRADOS	
Capítulo x, procedimento de análise etapa 4.	<p>International Conference on Nutrition: an overview and commentary. GOPALAN, C (membro do Advisory Group of Experts for the International Conference on Nutrition and is the President of the Nutrition Foundation of India).1992</p> <p><i>Descrição:</i> Análise sobre a ICN 1992 realizada por Dr Golapan. Autor: membro do Advisory Group of Experts for the International Conference on Nutrition e também Presidente da Nutrition Foundation of India em New Delhi – Índia.</p>	

Capítulo procedimento análise etapa 4.	x, de	Address to the International Conference on nutrition. Edouard Saouma (Director-General of the Food and Agriculture Organization of the United Nations) <i>Descrição:</i> Fala de Edouard Saouma (Director-General of The FAO) na abertura da ICN 1992.
Capítulo procedimento análise etapa 4.	x, de	International Conference on Nutrition Follow-up. John R. Lupien (Director, Food Policy and Nutrition Division. FAO). Não tem data, mas é uma publicação pós conferência entre 1992/1993. <i>Descrição:</i> Relato sobre a ICN 1992. John R. Lupien, quando da escrita do texto, era o Director, Food Policy and Nutrition Division da FAO.
Capítulo procedimento análise etapa 4.	x, de	46 WHA. WHO. International Conference on Nutrition: Report by the Director-General. 1993. <i>Descrição:</i> Documento que relata o processo de definição da realização da ICN 1992 e como esta ocorreu.
Capítulo procedimento análise etapa 4.	x, de	Messer, Ellen. The ICN: A nongovernmental perspective. Nutrition reviews, v 51, n 4, 1993. <i>Descrição:</i> Análise da ICN numa perspectiva não governamental. Autor: Associate Professor at the Alan Shawn Feinstein World Hunger Program, Brown University.
Capítulo procedimento análise etapa 4.	x, de	David, Conning. Conference Report: International Conference on Nutrition (ICN). BNF Nutrition Bulletin, vol 18, May 1993. <i>Descrição:</i> Relato sobre a ICN 1992. Autor: British Nutrition Foundation.
Capítulo procedimento análise etapa 4.	x, de	Bissell, Richard E. The ICN: Giving Nutrition a Human Face. Nutrition reviews, v 51, n 4, 1993. <i>Descrição:</i> Relato descritivo sobre a ICN 1992. Autor: Senior Fellow at the Overseas Development Council, and formerly Assistant Administrator for Research and Development at the US Agency for International Development. In the latter capacity, he served as USAID's chief delegate to the 1992 International Conference on Nutrition.
Capítulo procedimento análise etapa 4.	x, de	FAO. The International Conference on Nutrition. Reaffirming FAO's commitment to improving nutrition. 1995 <i>Descrição:</i> Documento que reafirma os compromissos da FAO assumidos na ICN 1992. Autoria: FAO instituição, sem assinatura.
Capítulo procedimento análise etapa 4.	x, de	Convention on Biological diversity. 2005. The role of the Food and Agriculture Organization of the United Nations in Relation to Biodiversity for Food and Nutrition. <i>Descrição:</i> Documento fruto de um encontro do "Subsidiary Body on Scientific, Technical and Technological advice" do "Convention on Biological Diversity" realizado em Bangkok em Fevereiro de 2005, endereçado à FAO sobre o tema "The Role of The FAO in Relation to Biodiversity for Food and Nutrition"
Capítulo procedimento análise etapa 4.	x, de	Berger, Stanislaw. Pope John Paul II's Address to the ICN: Introductory Remarks. Nutrition 16: 474-477, 2000. <i>Descrição:</i> Trata da fala do Papa João Paulo II na abertura da ICN 1992. Autor: aculty of Human Nutrition & Home Economics Institute of Human Nutrition Warsaw Agricultural University Warsaw, Poland.
Capítulo procedimento análise etapa 4.	x, de	The 1992 ICN: how it was prepared, what was achieved and lessons learned. Chizuru Nishida (coordinator, Nutrition Policy and Scientific Advice Unit. WHO). 2013. <i>Descrição:</i> A apresentação não tem data descrita. Power point intitulado "The 1992 International Conference on Nutrition: How It was prepared, what was achieved and lessons learned". Tópicos da apresentação: (1) sobre a ICN (número de participantes, resultados). (2) Contexto de realização. Porque foi chamada. (3) Objetivos da ICN 1992. (4) como o processo preparatório foi realizado. (5) compromissos assumidos. (6) Fala do World Summit for Children (September, 1990), World Declaration and Plan for action of ICN 1992. (7) Balanço/ avaliação sobre o que foi realizado até o ano de 1994 e também

	processo avaliativo sobre o que os países realizaram no período de 1993-2001. (8) Futuros desafios. (9) fala também em instrumentos que apoiam os países no processo de construir ações que englobam as recomendações da ICN 1992. Autor: Chizuru Nishida - coordenador da “Nutrition Policy and Scientific Advice Unit” da WHO.
--	--

	International Conference on Nutrition 2014
<i>Fonte de pesquisa para:</i>	Nome dos documentos
	WORKING DOCUMENTS
Capítulo x, procedimento de análise etapa 4.	Provisional agenda
Capítulo x, procedimento de análise etapas 1 a 4.	Conference Outcome Document: Rome Declaration on Nutrition
Capítulo x, procedimento de análise etapas 1 a 4.	Conference Outcome Document: Framework for Action. Conference version.
	Framework for Action: second Draft. 8 September 2014.
	Framework for Action: third Draft. 6 October 2014.
	FNSForum Draft Framework for Action
	Summary of the web consultation comments on the ICN2 draft Framework for Action
	The Rome Accord. Icn 2 zero draft political outcome document for 19 November 2014
Capítulo x, procedimento de análise etapas 1 e 4.	Report of the joint FAO/WHO Secretariat on the conference
Capítulo x, procedimento de análise etapas 1 a 4.	List of Delegates and Observers
	INFORMATION DOCUMENTS
	Provisional Timetable
	Arrangements for the Second International Conference on Nutrition
	Provisional List of Documents
	Statement of Competence and Voting Rights submitted by the European Union and its Member States
	Co-Chairs’ Cover Note of the Conference Outcome Documents
	ROUNDTABLE
	Provisional Timetable of Roundtables
	ROUNDTABLE CONCEPT NOTES
	Roundtable 1: Nutrition in the Post-2015 Development Agenda Concept note: Chair’s Summary of Roundtable 1:

	Video:
	Roundtable 2: Improving Policy Coherence for Nutrition Concept note: Chair's Summary of Roundtable 2: Videos: <i>Panel 1 – Coherence between economic policies and healthy changes in diets</i> <i>Panel 2 – Policy coherence for nutrition-sensitive agriculture</i> <i>Panel 3 –Nutrition in all sectors</i>
	Roundtable 3: Governance and Accountability for Nutrition Concept note: Chair's Summary of Roundtable 3: Videos: <i>Panel 1 – Nutrition Governance</i> <i>Panel 2 – Nutrition Accountability</i>
	JOURNAL OF THE CONFERENCE
	Wednesday 19 November
	Thursday 20 November
	Friday 21 November
	PARLIAMENTARY MEETING (http://www.ipu.org/splz-e/rome14.htm)
	Concept note
	Invitation
	Provisional programme
	Statement
	NON-STATE ACTORS
	Public-Interest Civil Society Organizations Vision Statement on Nutrition. 13 November 2014
	2 nd meeting non state sector Joint Statement to the WHO on the informal meeting of ICN2 with NON State Actors 11 July 2014
	3 rd meeting non state sector Invitation 25 Aug 2014
	3 rd meeting non state sectors Result Information Note Civil Society ICN2 pre Conference event (CSO Forum)
	NON-STATE ACTOR – PRIVATE SECTOR
	Private Sector pre-event for ICN2. AGENDA. (18 November 2014 17:00-18:30)
	NON-STATE ACTOR – CIVIL SOCIETY
	ICN2 CSO Forum – Preliminary Agenda (17 November 2014)
	Public Interest Civil Society Organizations and Social Movements Forum Declaration To the Second International Conference on Nutrition (ICN2). Rome, 21 November 2014
	Fórum de debate antes da conferência “ICN2 Civil Society Platform”
	Public Interest Civil Society Organization’s and Social Movement’s Forum Declaration to the Second ICN, Rome, 21 November 2014. Publicado na Development (2014) 57(2), 135-140.
	PREPARATIONS
	Technical meeting FAO WHO

	<p>Proceedings – Preparatory Technical Meeting for the Joint FAO/WHO Second International Conference on Nutrition (ICN2). November, 13-15, 2013</p> <p>Programme</p> <p>Session 1: Current global nutrition challenges, evolution of food systems, policies and dietary goals against which to measure progress</p> <ul style="list-style-type: none"> • The importance of Trend and Policy Influences on Global Diets since 1992 Summary: Full paper: • Agriculture for Nutrition: Getting Policies Right Summary: <p>Session 2: Nutrition Challenges and Changing Food Systems: Global and National Perspective</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diet Matters: Approaches and Indicators to Assess Agriculture’s Role in Nutrition Summary: Full paper: <p>Session 3 – What is meant by nutrition enhancing agriculture and food systems and what is involved: the linkages between agriculture, food systems and nutrition</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nutrition-enhancing Food and Agricultural Systems Summary: Full paper: <p>Session 4: What are the policy lessons learned and what are the success factors</p> <ul style="list-style-type: none"> • Panel 2: The influence of Agro-Food Policies and Programmes on the Availability, Affordability, Safety and Acceptability of Food Summary: Full paper: • Panel 3: Social Protection and Nutrition Summary: <p>Full paper:</p>
	<p>Reports of Regional and Sub-regional Preparatory: 07.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. FAO/WHO Regional Meeting in preparation for the Second International Conference on Nutrition (ICN2) – Report. MEETINGS. Tel Aviv, Israel – 13 March 2013. http://www.fao.org/3/a-at161e.pdf 2. Report of the FAO/PAHO/WHO Sub-Regional Meeting on preparations for the International Conference on Nutrition Twenty-one years later (ICN+21). Bridgetown, Barbados, 2-4 October 2012. 3. Consulta para Mejorar la Nutrición em la Región de las Américas. 16-18 Noviembre 2011,Lima-Perú. 4. Report on the Technical consultation on scaling up nutrition in the Eastern Mediterranean Region. Amman, Jordan. 2–3 November 2011. 5. Meeting Report: Bi-regional meeting on Scaling-up Nutrition. 10-12 August 2011, Colombo, Sri Lanka. 6. Consultation régionale des pays 149rancofone d’Afrique sur la mise em oeuvre de la Résolution 63.23 de l’Assemblée Mondiale Portant sur la mise à l’échelle de la Nutrition. Ouagadougou, Burkina Faso, 4-6 Juillet 2011. 7. Scaling up Nutrition in the African Region - A Consultation in response to the WHA Resolution (WHA 63.23). Harare, 3-5 May 2011.

	<i>PREPARATIONS – PUBLICATIONS</i>
	Improving Diets and raising levels of nutrition - Food-based approaches
	Combating Micronutrient Deficiencies: Food-based Approaches
	Sustainable Nutrition Security - Restoring the bridge between agriculture and health
	The development of global diets since ICN 1992: Influences of Agri-Food sector trends and policies
	Framework for Action- Secretariat's Information note
	Documents of relevance to nutrition
	The State of Food and Agriculture: Food systems for better nutrition
	Synthesis of Guiding Principles on Agriculture Programming for Nutrition
	Nutrition-Sensitive Agriculture
	Nutrition mainstreamed in FAO's Strategic Objectives
	Why ICN2?
	Why Nutrition Matters
	Concept Note on Non-State-Actors participation in the ICN2
	Communicating to Inspire Change: Dialogues on Nutrition
	The Zero Hunger Challenge and ICN2
	Child and Maternal Nutrition
	Challenges and Issues in Nutrition Education
	Healthy diet
	Obesity and overweight
	Promoting Healthy Diets Through Nutrition Education and Changes in the Food Environment: An International Review of Actions and Their Effectiveness
	<i>PREPARATIONS – EXPERT PAPERS</i>
	FAO's Approach to Nutrition-sensitive Agricultural Development Brian Thompson and Leslie Amoroso
	Maximizing the contribution of fish to human nutrition Shakuntala Haraksingh Thilsted, David James, Jogeir Toppe, Rohana Subasinghe, Iddya Karunasagar
	Nutritional Deficiencies as Driver for Agriculture Value Chain Development: Lessons from the Field. Paul Sommers

	Opportunities for Latin America and the Caribbean to mainstreaming nutrition into agriculture <i>Diego Arias Carballo and Barbara Coello</i>	Ok. 28 p.
	Linking Nutrition and Agrobiodiversity <i>Gudrun B. Keding and Bruce Cogill</i>	Ok. 17 p.
	New Business Models to Help Eliminate Food and Nutrition Insecurity: Roadmap for Exploration <i>J.B. Cordaro</i>	Ok. 42 p.
	Linking Agricultural Production Practices to Improving Human Nutrition and Health <i>Ross M. Welch, Robin D. Graham, Ismail Cakmak</i>	Ok. 39 p.
	Impact Pathways from Agricultural Research to Improved Nutrition and Health: Literature Analysis and Research Priorities <i>Patrick Webb</i>	Ok. 28 p.
	Monitoring and Evaluating the Food Security and Nutrition Effects of Agricultural Projects <i>F. James Levinson, Anna Herforth</i> http://www.fao.org/3/a-as568e.pdf	Ok. 13 p.
	Vitamin A: Moving the food-based approach forward <i>Ted Greiner</i>	Ok. 69 p.
	Enhancing the role of smallholder farmers in achieving sustainable food and nutrition security <i>Bader Mahaman Dioula, Hélène Deret, Julien Morel, Etienne du Vachat, Victor Kiaya</i>	Ok. 13 p.
	Biofortification: Evidence and lessons learned linking agriculture and nutrition <i>Howarth Bouis, Jan Low, Margaret McEwan, Sherry Tanumihardjo</i>	Ok. 23 p.
	Building Effective Nutrition Policy on Demands Strong Scientific Base <i>Chunming Chen, Pat Crawford, Omar Dary, Adam Drewnowski, Hanifa Namusoke, Barbara Schneeman, Marilyn Townsend</i>	Ok. 35 p.
	Participatory, Agroecological and Gender-Sensitive Approaches to Improved Nutrition: A Case Study in Malawi <i>R. Bezner Kerr, L. Shumba, L. Dakishoni, E. Lupafya, P.R. Berti, L. Classen, S.S. Snapp, M. Katundu</i>	Ok. 19 p.
	An analysis of the food system landscape and agricultural value chains for nutrition: A case study from Sierra Leone <i>Joyce Njoro</i>	Ok. 22 p.
	Designing Nutrition-Sensitive Agriculture Activities <i>Ladd</i>	Ok. 20 p.
	New French Nutritional Recommendations for fatty acids <i>Philippe Legrand</i>	Ok. 10 p.
	The role of forests, trees and wild biodiversity for nutrition-sensitive food systems and landscapes <i>Bronwen Powell, Amy Ickowitz, Stepha McMullin, Ramni Jamnadass, Christine Padoch, Miguel Pinedo, Vasquez, Terry Sunderland</i>	Ok. 25 p.

	Prevalence of Obesity: A Public Health Problem Poorly Understood <i>Theresa A. Nicklas, Carol E. O'Neil</i>	Ok. 24 p.
	PREPARATIONS – COUNTRY NUTRITION PAPERS	
	Country Nutrition Paper - Swaziland	Ok. 15 p.
	National Nutrition and Food Security Country Paper - Afghanistan	Ok. 47 p.
	National Nutrition Strategy Paper of Indonesia	Ok. 52 p.
	Country Nutrition Paper: Inputs from the Food and Agriculture Sector - Philippines	Ok. 51 p.
	Country Nutrition Paper - Bangladesh	Ok. 47 p.
	OPEN ENDED WORKING GROUP	
	Statement by civil society organizations to the OEWG on the draft political declaration. Rome, 11 October 2014.	Ok. 1 p.
	First intervention_Statement of public interest CSOs, 11 Oct 2014	Ok. 1 p.
	Second intervention_Statement of public interest CSOs	Ok. 1 p.
	Statement by civil society organization to the OEWG Rome, 11 October 2014	Ok. 2 p.
	NEWS ARCHIEVE (12 páginas de notícias e vídeos postados)	
	57 notícias, sendo 02 com agricultura e nutrição no título: <ul style="list-style-type: none"> • Improving diets through nutrition-sensitive agriculture • FAD, FAO and partners conduct workshop on nutrition-sensitive agriculture 	
	WEBCAST http://www.fao.org/about/meetings/icn2/side-events/en/	
	SIDE EVENTS OF ICN2= 09	
	<i>SUN Movement and Accountability for Nutrition</i>	

	<p>Transition from Safety Net Programs to Comprehensive Social Protection Systems: Food Security and Nutrition Perspective</p> <p>Concept note:</p> <p>Vídeo:</p>	Ok. 1 p.
	<p>Food Safety: a Right or a Privilege? Why food safety is an essential element of food and nutrition security</p> <p>Concept note: http://www.fao.org/3/a-at632e.pdf</p> <p>Video: http://www.fao.org/webcast/home/en/item/3120/icode/</p>	Ok. 2 p.
	<p>Healthy Children, Growing Societies. The UN Nutrition networks' support to countries' stunting reduction efforts</p> <p>Concept note:</p> <p>Video:</p>	Ok. 1 p.
	<p>Enhancing the Impact of Agricultural and Food Policies on Nutrition/ ICN2 Side-event: Agricultural Policies and Food Systems for Improved Nutrition</p> <p>1h 27 min.</p> <p>Concept note:</p> <p>Video:</p>	Ok. 2 p.
	<i>Targets and accountability for nutrition and the Post-2015 Development Agenda</i>	
	<p>Accounting for Nutrition and Hunger - Global Nutrition Report and Global Hunger</p> <p>Concept note: http://www.fao.org/3/a-at614e.pdf</p> <p>Video:</p>	Ok. 1 p.
	<p>Addressing Overweight and Obesity</p> <p>Concept note:</p> <p>Video:</p>	Ok. 2 p.
	<p>Promoting and achieving the Zero Hunger Challenge: UN at Expo Milano 2015 and South-South Cooperation in Latin America and the Caribbean</p> <p>Concept note:</p> <p>Video:</p>	Ok. 3 p.

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

- cumprimentos, agradecimentos, apresentação do pesquisador e do projeto de pesquisa (Este estudo busca explorar as relações entre nutrição e agricultura).
- leitura e assinatura do TCLE.
- Roteiro semiestruturado da entrevista

O projeto pelo qual estou entrevistando o senhor busca explorar as relações entre nutrição e agricultura fazendo uma análise sobre arranjos, atores, interesses/ideias proeminentes, dimensões conceituais, organizacionais e de expressão (ação e política pública). Nesta etapa da pesquisa, procuro entrevistar pessoas chaves, pesquisadores ou representantes de entidades, que tem contribuído com a produção mais ampla de conhecimento no campo da nutrição, da agricultura ou da segurança alimentar e nutricional. Para este estudo importa o contexto nacional e o internacional. Fique a vontade para abordá-los em suas respostas.

- Começo esta entrevista querendo saber sua opinião: o(a) senhor(a) diria que **existe esta configuração de relações entre a nutrição e a agricultura?**
- Como o(a) senhor(a) caracteriza/ descreve estas relações entre nutrição e agricultura?
 - o Que expressões na sociedade?
 - o Sobre que arranjos? Quem (Instituições, atores sociais) está ou estava envolvido?
 - o O senhor pode identificar ideias/ referenciais conceituais acionados, utilizados na justificativa para este tipo de relação?

APÊNDICE 3 – PARECER COEP/UERJ

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RELAÇÕES ENTRE NUTRIÇÃO E AGRICULTURA COMO CAMPO ESTRATÉGICO DE AÇÃO PARA A NUTRIÇÃO ADEQUADA: ESTUDO A PARTIR DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NUTRIÇÃO

Pesquisador: Veruska Prado Alexandre

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70109917.1.0000.5282

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.175.369

Apresentação do Projeto:

Projeto pretende explorar as abordagens que integram a nutrição e agricultura expressas dentro e a partir das Conferências Internacionais de Nutrição (International Conference on Nutrition - ICN1), um evento realizado de forma conjunta pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO) e Organização Mundial da Saúde (OMS), nos anos de 1992 (1a ICN) e em 2014 (2a ICN), tendo como base de análise a união de contribuições das ciências sociais e da saúde.

Objetivo da Pesquisa:

O trabalho tem como objetivo central compreender a emergência das abordagens que integram a nutrição e agricultura como campo estratégico de ação no âmbito das intervenções sensíveis à nutrição recomendadas por organismos internacionais multilaterais. Como objetivos específicos são destacados:

- (1) Analisar a trajetória das intervenções sensíveis à nutrição identificando a emergência das abordagens que integram a nutrição e agricultura.
- (2) Identificar os materiais e as ideias disseminadas no âmbito das abordagens que integram a nutrição e agricultura.
- (3) Caracterizar os porta-vozes das abordagens que integram a nutrição e agricultura quanto a

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. - SI 3018

Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2334-2180

Fax: (21)2334-2180

E-mail: etica@uerj.br

Continuação do Parecer: 2.175.269

vínculo institucional, tipo de produção de conhecimento, local de atuação, sexo, etc.

(4) Caracterizar os tipos de ações e os arranjos recomendados no âmbito das abordagens que integram nutrição e agricultura.

(5) Analisar as convergências e dissensos entre as abordagens que integram a nutrição e agricultura. Para tal irá fazer análise documental e entrevistas com participantes de um evento internacional de nutrição.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco potencial para os participantes do estudo refere-se a desconfortos quanto a sua participação estão relacionados a constrangimentos decorrentes das perguntas a serem feitas nas entrevistas. Como benefício, a pesquisa poderá contribuir com a melhor compreensão sobre as integrações entre agricultura e nutrição, enquanto uma importante ação para as intervenções em nutrição com a finalidade melhorar o estado nutricional e de saúde geral da população e contribuir com a redução da ocorrência da má nutrição crônica (fome) e de outras formas como as deficiências nutricionais e excesso de peso.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa pertinente e bem estruturada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Esclareceu dúvidas do relatório de pendências e correções solicitadas no TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, a COEP deliberou pela aprovação do projeto, visto que não foram observadas implicações éticas que impeçam a realização do mesmo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Faz-se necessário apresentar Relatório Anual - previsto para julho de 2018. A COEP deverá ser informada de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_945052.pdf	04/07/2017 02:02:44		Aceito

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3º and. SI 3018
 Bairro: Maracanã CEP: 20.559-900
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2334-2180 Fax: (21)2334-2180 E-mail: etica@uerj.br

Continuação do Parecer: 2.175.369

Outros	carta_resposta_parecer.pdf	04/07/2017 02:02:18	Veruska Prado Alexandre	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado_pos_parecer.pdf	04/07/2017 02:00:48	Veruska Prado Alexandre	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_apos_coep.pdf	04/07/2017 01:58:30	Veruska Prado Alexandre	Aceito
Folha de Rosto	Formulario_CEP_assinado.pdf	19/06/2017 19:19:51	Veruska Prado Alexandre	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	19/06/2017 19:18:31	Veruska Prado Alexandre	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_pesquisadora.pdf	19/06/2017 19:18:18	Veruska Prado Alexandre	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	19/06/2017 19:15:55	Veruska Prado Alexandre	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 17 de Julho de 2017

Assinado por:

Patrícia Fernandes Campos de Moraes
(Coordenador)

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, Bl. E 3º and. - Si 3018
Bairro: Maracanã CEP: 20.559-900
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 Fax: (21)2334-2180 E-mail: etica@uerj.br

APÊNDICE 4 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO⁸²

O senhor está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada ‘RELAÇÕES ENTRE NUTRIÇÃO E AGRICULTURA COMO CAMPO ESTRATÉGICO DE AÇÃO PARA A NUTRIÇÃO ADEQUADA: ESTUDO A PARTIR DAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE NUTRIÇÃO’. Meu nome é Veruska Prado Alexandre e sou a pesquisadora responsável por este estudo. Esta pesquisa tem como objetivo geral “Compreender a emergência das abordagens que integram a nutrição e a agricultura como campo estratégico de ação no âmbito das intervenções sensíveis à nutrição, recomendadas a partir das Conferências Internacionais de Nutrição.”. Justifica-se o desenvolvimento deste estudo dada a intensificação de ações e políticas cujos conteúdos remetem a alguma relação entre nutrição e agricultura e a carência de estudos sobre estas. Cabe ainda destacar que parte desta pesquisa faz parte de uma tese de doutorado desenvolvida pela pesquisadora no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) sob orientação do prof Dr Renato Maluf e co-orientação da profa Dra Claudia Schmitt.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se o senhor aceitar fazer parte do estudo, solicito que assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence a pesquisadora responsável. Caso a sua entrevista seja feita por Skype ou outro meio digital, solicito leitura do TCLE antes do encontro virtual, podendo dúvidas e comentários serem esclarecidos antes da entrevista iniciar ou por email veruska.prado@gmail.com. Na data da entrevista a aceitação do termo de consentimento será feita de forma verbal e, assim como a entrevista, será gravada e guardada pela pesquisadora por um período de 5 anos.

Esclareço que em caso de recusa na participação, o senhor não será penalizado. Mas, se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas presencialmente pela pesquisadora responsável, via e-mail (veruska.prado@gmail.com), por Skype (veruskapradoalexandre), ou ainda pelo contato telefônico (62) 981396910, sendo possível efetuar ligação a cobrar. Este projeto de pesquisa foi avaliado pela Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ, localizada no endereço: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3o andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180.

Caso o senhor concorde em participar, será realizada uma entrevista semiestruturada, ou seja, com um roteiro geral de perguntas e tópicos, cuja duração aproximada é de uma hora. Esta entrevista será gravada para posterior transcrição do conteúdo e análise. Informo que em momento algum da transcrição da entrevista, da análise e da publicação dos resultados seu nome e o nome da instituição em que trabalha serão identificados, a caracterização da entrevista ocorrerá por meio de palavras como “pesquisador/professor”, “representante de movimento social”, “nutricionista”, etc.

Informo ainda que o senhor poderá ler, a qualquer momento, a transcrição da sua gravação; solicitar a posse da gravação de áudio e da transcrição de sua entrevista; que os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para esta pesquisa e outras publicações dela decorrentes em revistas científicas, congressos e jornais; que sua identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação e que os dados coletados serão guardados por cinco anos, sob a responsabilidade da pesquisadora responsável, sendo estes após esse período destruídos.

⁸²O TCLE é adaptado para mulheres, modificando algumas palavras para o feminino.

Nesta pesquisa os riscos e potenciais desconfortos quanto a sua participação estão relacionados a constrangimentos decorrentes das perguntas a serem feitas, desconforto físico e emocional quanto a permanecer na entrevista, cansaço, etc. Como formas de minimizar estes potenciais riscos, informo que o senhor poderá interromper a entrevista a qualquer momento ou optar por não responder a quaisquer (ou todas) as perguntas. Não há nenhuma despesa prevista e não haverá nenhum pagamento por sua participação na pesquisa. O senhor poderá se recusar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa.

Finalizo agradecendo sua atenção.

Eu, _____, declaro que forneci todas as informações referentes do projeto ao participante e/ou responsável. RG: _____.

Assinatura: _____ Data: ____/____/____.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar, como sujeito voluntário, do estudo “Relações entre Nutrição e agricultura como campo estratégico de ação para a nutrição adequada: estudo a partir das Conferências Internacionais de Nutrição” sob a responsabilidade de Veruska Prado Alexandre. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora _____ sobre a pesquisa, os procedimentos e riscos nela envolvidos. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

_____, ____ / ____ / 2017.

Nome e assinatura do sujeito: _____

Nome e Assinatura do Pesquisador Responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimento sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE 5 – DESCRIÇÃO DOS TEXTOS PUBLICADOS COMO DOCUMENTOS PRÉ CONFERÊNCIA (CAPÍTULO 2)

Documentos analisados na fase de análise sobre os papéis da agricultura na melhoria da nutrição

ICN 1992

Nutrição e Desenvolvimento: uma avaliação global (Nutrition and development – a global assessment)

O documento analisou informações (no tempo que foi escrito) e consultou especialistas sobre os problemas nutricionais globais. A versão final, aqui analisada, incluiu contribuições do processo de pré ICN 1992.

Questões centrais para estratégias nutricionais (Major issues for nutrition strategies) - 8 expert papers

- Joachim von Braun, Howarth Bouis, Shubh Kumar and Rajul Pandya-Lorch. Improving household food security.
- F. Ed Scarbrough. Protecting consumers through improved food quality and safety.
- Patrice Engle. Caring for the socio-economically deprived and nutritionally vulnerable.
- Andrew Tomkins. Preventing and managing infectious diseases.
- Benjamin Torun, Pirjo Pietinen. Promoting appropriate diets and healthy lifestyles.
- Vinodini Redy and K. Vijayaraghavan. Preventing specific micronutrient deficiencies.
- John Mason. Assessing, analyzing and monitoring nutrition situations.
- Beatrice Rogers. Incorporating nutrition objectives into development policies and programs.

ICN 2014

Publication

- *FAO. Nutrition-sensitive agriculture*

“...is a food-based approach to agricultural development that puts nutritionally rich foods, dietary diversity, and food fortification at the heart of overcoming malnutrition and micronutrient deficiencies.”

- *FAO. Sustainable nutrition security. Restoring the bridge between agriculture and health*

It is time to restore the bridge between agriculture and health. FAO's Member Countries and its development partners are calling for a more incisive analysis of the causes of persistent

hunger and malnutrition, a better understanding of how they can be addressed, and practical action to ensure the nutrition, health and well-being of present and future generations. This paper is intended as a contribution to that discussion

- *FAO. SYNTHESIS OF GUIDING PRINCIPLES ON AGRICULTURE PROGRAMMING FOR NUTRITION.*

This synthesis aims to provide an updated and complete list of current guidance, institutional strategies and other publications released by international development institutions and inter-agency UN bodies on maximizing nutrition impact through agriculture, and provides a summary of the key messages currently available. The purpose of this paper is to provide accessible information on what the international development community is saying on this topic, to underscore key points of emerging consensus and to expose differences that may be potentially confusing to implementers or which offer opportunities for further refinement of guidance and strategies. The main audience is country-level policy-makers and programme planners; a secondary audience is the international development community, which has an opportunity to amplify key messages that have been voiced independently by separate institutions. In alignment with the Rome Principles (2009), this synthesis helps to foster strategic coordination among institutions and to strive for comprehensive, sustainable agricultural, food security, nutrition and rural development programmes.

- Mario Mazzocchi (University of Bologna), Bhavani Shankar (Leverhulme Centre for Integrative Research in Agriculture and Health and School of Oriental and African Studies, University of London) and Bruce Traill (Department of Food Economics and Marketing, University of Reading). FAO. The development of global diets since 1992: influences of agri-food sector trends and policies.

The scope of this report is to discuss dietary and nutritional changes and their causes since the International Conference on Nutrition (ICN) 1992, with particular reference to developments on international food markets and policies.

- FAO. The State of Food and Agriculture 2013. Food systems for better nutrition.

“...argues that improving nutrition and reducing these costs must begin with food and agriculture. The traditional role of agriculture in producing food and generating income is fundamental, but agriculture and the entire food system – from inputs and production, through processing, storage, transport and retailing, to consumption – can contribute much more to the eradication of malnutrition.”

Expert papers

Joyce Njoro, Nyahabeh Anthony, Iris de Hoogh, Jessica Fanzo, Nawal Chahid, Daniel Fornah, Matthew L. S. Gboku, Momodu Kamara, Alimamy Kargbo, Aminata Koroma, Bjorn Ljungqvist, John J. Momoh, Alisia Osiro, Memuna Sawi, Edward Rhodes, Sylvetta Scott, Senoe Torgerson, Marianne van Dorp, and Esther Wiegers. An Analysis of the Food System Landscape and Agricultural Value Chains for Nutrition: A Case Study from Sierra Leone (Njala University, Wageningen University and Columbia University)

This paper summarizes an operational research qualitative case study conducted in Sierra Leone to explore the programmatic challenges of linking nutrition and agriculture nationally through a food system landscape analysis, and the implementation of nutrition-sensitive value chains of two commodities – rice and vegetables.

Howarth Bouis (International Food Policy Research Institute - IFPRI), Jan Low (International Potato Center), Margaret McEwan (International Potato Center), Sherry Tanumihardjo (University of Wisconsin-Madison). Biofortification: Evidence and lessons learned linking agriculture and nutrition

Literature review about the evidence on bioavailability and efficacy of biofortification.

Ladd. Designing Nutrition-Sensitive Agriculture Activities

To design or refocus agricultural value chain projects to be nutrition-sensitive, and to determine what effects agricultural and livelihood programs have on the nutritional status of highly vulnerable households.

Bader Mahaman Dioula¹, Hélène Deret, Julien Morel, Etienne du Vachat, and Victor Kiaya (Action Contre la Faim). Enhancing the Role of Smallholder Farmers in Achieving Sustainable Food and Nutrition Security.

The purpose of this paper is to provide background information on the potential role smallholder farmers in sustainable food and nutrition security; The paper identifies and synthesizes key literature concerning the effectiveness of small- scale agricultural interventions in improving nutrition outcomes and highlight some national and international policy recommendations aiming at improving the productivity of smallholder farming systems with the objective of ensuring food and nutrition security.

Brian Thompson and Leslie Amoroso (FAO). FAO's Approach to Nutrition-Sensitive Agricultural Development.

Paper explore the FAO vision and action on nutrition- sensitive food and agriculture-based approaches.

Patrick Webb (Friedman School of Nutrition Science and Policy, Tufts University, Boston, USA). Impact Pathways from Agricultural Research to Improved Nutrition and Health: Literature Analysis and Research Priorities

This paper contributes to ongoing work at many institutions aimed at identifying priority knowledge gaps, determining the best research approaches needed to fill those gaps, and exploring how to better support policy and programme implementation with sound empirical evidence of 'what works'. The paper has four parts. First, a discussion of approaches used in conceptualizing causal pathways from agriculture to nutrition and health. Second, an overview of research-based evidence on agriculture impacts on nutrition and health. Third, a discussion of knowledge gaps and associated priority research questions. Finally, conclusions on proposed priority research questions.

Ross M. Welch (Cornell University, Ithaca, NY, USA), Robin D. Graham (Flinders University of South Australia, Australia) and Ismail Cakmak (Sabanci University, Istanbul, Turkey). Linking Agricultural Production Practices to Improving Human Nutrition and Health.

Food security has been the major focus of many strategies to address malnutrition worldwide. Historically, meeting the caloric needs of populations was sufficient to meet global food security goals. However, just focusing on caloric needs alone is not sufficient. Food security programs should include the necessity that all nutrients be met by agricultural systems to redress the increases in malnutrition in mostly resource-poor families dependent on staple food crops for nourishment. "Nutrient security" should be one of the primary goals of food security

programs and producing enough nutrients in agricultural systems to meet nutritional needs of all people during all seasons should be the focus.

Gudrun B. Keding, Bruce Cogill (Bioversity International, Nutrition and Marketing of Diversity Programme). Linking Nutrition and Agrobiodiversity

In general, holistic food-based system approaches and a focus on linking agricultural production to improving human health, livelihood and wellbeing (Welch and Graham 1999), thus, nutrition-enhancing food and agriculture systems, should be given more attention. Instead of supplementation strategies, food-based strategies using the locally available agricultural biodiversity (ABD) but also wild/collected food diversity and promoting consumption of a wide range of foods across nutritionally distinct food groups may be more cost-effective and sustainable on a long-term basis. Such food-based approaches would also benefit not only single household members but the whole household or even community that might be suffering from the triple burden of nutrition. Especially through a focus on fruits and vegetables, pulses, nuts and seeds and to a certain extent animal source foods both under- and overnutrition can and should be addressed in one approach. This could be a multiple-crop or multiple-food approach through which multiple contributions, e.g. not only targeting the deficiency of one nutrient but malnutrition in general, can be accomplished.

Shakuntala Haraksingh Thilsted; David James; Jogeir Toppe; Rohana Subasinghe; Iddya Karunasagar. Maximizing the contribution of fish to human nutrition.

The paper concentrates on the direct contribution of fish to human nutrition, particularly of the poor and in terms of its contribution of macro- and micro- nutrients. It does not take into account the indirect contribution to sustainable livelihoods from employment in fisheries and increased income from sale of fish and fish products. The paramount issues of maintaining the sustainability of aquatic resources are noted but not covered in detail.

F. James Levinson (Tufts University) and Anna Herforth (Cornell University)). Monitoring and Evaluating the Food Security and Nutrition Effects of Agricultural Projects

The monitoring and evaluation of agricultural projects for their impact on household food insecurity and nutrition is important given the paucity of data documenting successes and failures in such projects, and because possible adverse effects in such projects need to be identified and addressed rapidly. Recognizing, however, the lack of capacity and/or reluctance of some agriculture project managers and planners to incorporate nutrition considerations in their project planning or their management information systems, a feasible alternative approach is needed – one capable of meeting agriculture-nutrition M&E objectives without encumbering project managers.

Paul Sommers (California State University Fresno Center for Agricultural Business). Nutritional Deficiencies as Driver for Agriculture Value Chain Development: Lessons from the Field.

This paper presents actual field experiences where using nutrition as the driver for all sizes of agricultural value chain activities does result in lasting change. The policy implications of this approach are also discussed.

Diego Arias Carballo and Barbara Coello (World Bank). Opportunities for Latin America and the Caribbean to Mainstreaming Nutrition into Agriculture

This paper presents evidences, cross-cutting principles, lessons learned, best practices and a set of tools to help policy makers to mainstream nutrition into agricultural sector policies and investments in Latin America y Caribe.

R. Bezner Kerr (Cornell University), L. Shumba (Soils, Food and Healthy Communities Project Ekwendeni Hospital, Malawi), L. Dakishoni (Soils, Food and Healthy Communities Project Ekwendeni Hospital, Malawi), E. Lupafya (Ekwendeni Hospital AIDS Programme Ekwendeni, Malawi), P.R. Berti (Nutrition Advisor/Deputy Director, HealthBridge, Canada), L. Classen (Malawi Farmer to Farmer Agroecology Project), S.S. Snapp (Michigan State University), and M. Katundu (University of Malawi). Participatory, Agroecological and Gender-Sensitive Approaches to Improved Nutrition: a Case Study In Malawi.

This paper examines a participatory agriculture and nutrition program in northern Malawi that successfully improved child growth, crop diversity, food security through innovative educational strategies and sustainable agriculture.

Bronwen Powell (Center for International Forestry Research - CIFOR), Amy Ickowitz (Center for International Forestry Research - CIFOR), Stepha McMullin (The World Agroforestry Center - ICRAF), Ramni Jamnadass (The World Agroforestry Center - ICRAF), Christine Padoch (Center for International Forestry Research - CIFOR), Miguel Pinedo-Vasquez, Terry Sunderland (Center for International Forestry Research - CIFOR). The Role of Forests, Trees and Wild Biodiversity for Nutrition-Sensitive Food Systems and Landscapes

How forest and trees can support food security and nutrition. Forests and wild biodiversity provide nutritionally important foods (including fruits, vegetables, bush meat, fish and insects), that contribute to the diversity and nutritional quality of diets of people living in heterogeneous landscapes. Forests and trees provide fuelwood, an essential and often overlooked component of the food systems in rural areas across the globe. Forests and tree products make invaluable contributions to the income of people living in and around them, often providing the only means of accessing the cash economy, thus enabling access to nutritious foods through purchasing. Forests also sustain resilience: forest products are often consumed more frequently in times of food scarcity and can provide livelihood safety nets. When they reach markets, forest and tree products can contribute to the nutrition-sensitivity of global food systems (approximately 53% of the fruit available for consumption globally is produced by trees), especially when market chains are supported and developed in a nutrition-sensitive manner. Biodiversity, forests and trees outside forests also provide an array of ecosystem services essential for the sustainability and nutrition-sensitivity of agricultural systems (e.g. pollination, water provisioning, genetic resources). A better understanding of the importance of these relationships, and the spatial scales at which they function, is needed to ensure they are not overlooked in policy and practice.